

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 18/2023
De 28 de setembro a 11 de outubro de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 12 de outubro de 2023



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

11 Sobre a irresponsabilidade da ameaça: o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas - *Santiago Alcázar e Paulo M. Buss*

15 Começa com sucesso a nova administração da OPS - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

24 Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global. *Quo vadis?* - *Eduardo Hage Carmo*

33 O inevitável clamor sistêmico dos direitos humanos – ambiente, populações e poder na agenda urgente de uma nova multipolaridade - *Armando De Negri Filho*

61 O novo Quadro Global para Gestão de Produtos Químicos e Resíduos - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

69 OIT saúda os novos compromissos globais em direção à redução dos riscos à saúde dos trabalhadores, adotados na 5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5) - *René Mendes*

74 Crianças deslocadas e as mudanças climáticas: preparando para um futuro que já chegou - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

80 Avanços e desafios nas transformações nos sistemas alimentares na perspectiva do VII Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável – Brasil - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

88 Sete medidas para tornar a profissão docente mais atrativa - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

96 Banco Mundial e as Perspectivas Econômicas Regionais - *Isis Pillar Cazumbá*

99 Índice Global de Inovação 2023 da OMPI: Qual a posição do Brasil no ranking? - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

108 Em busca de equilíbrio em um mundo em conflito: desafios para os direitos humanos e o multilateralismo - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

137 Empregos, salários justos, sistemas fortes de seguridade social, infra estrutura para nossos sistemas de saúde e a defesa do clima: as pautas necessárias - porém esquecidas - e a Cúpula do FMI e do BM - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 148 Vozes do Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 160 Índia desacelera sua atuação na presidência do G20 enquanto Brasil avança. Esforços do G7 na regulamentação de Inteligência Artificial. OCDE e sua busca rumo ao crescimento - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 167 A aspiração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU - *Claudia Hoirsch*
- 171 Mercosul acena à ASEAN enquanto esbarra com a EU - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 184 Mercados para fabricantes de vacinas - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 195 União Europeia se expande para o leste, mas o oeste ameaça - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 199 Israel X Palestina: conflito que dura mais de 70 anos e o mundo nunca fez nada - *Lúcia Marques*
- 207 A Aldeia Global, tomando a iniciativa entre antropofagia e utopia - *André Costa Lobato*
- 214 Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 217

****Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 220**

*****Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 221**

FOTOS DA CAPA (1-6) (Da E para a D, de cima para baixo)

- 1- Conselho de Segurança da ONU
- 2- Guerra Hamas - Israel
- 3- Símbolo da 5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5)
- 4- Conselho Diretor da OPAS
- 5- Conselho da Europa, em Granada, Espanha
- 6- UNICEF, Relatório '*Crianças deslocadas num clima em mudança: preparando-se para um futuro que já chegou*'

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 18/2023 – 28 de setembro a 11 de outubro de 2023

Apresentação

Ataque do Hamas a Israel e revide das Forças Armadas israelenses: cerca de 2,5 mil mortos e de 8 mil feridos, oficialmente registrados, apenas nos cinco primeiros dias de guerra; destruição absurda de residências, infraestrutura, escolas, serviços de saúde, com números crescentes a cada dia. Cerca de 150 reféns inocentes (e alguns militares israelenses) nas mãos do Hamas. Bloqueio total na Faixa de Gaza, com 2,1 milhões de pessoas, metade com menos de 20 anos, amontados num território de 350 km² (41 km x 10 km): Israel suspendeu o abastecimento de água, eletricidade e combustível, não chegam mais nem medicamentos, nem comida, nada. A estupidez e a irracionalidade de um, respondidas igualmente pelo outro. Uma crise humanitária brutal instalada, com promessas de mais destruição, mais feridos, mais mortos. Civis inocentes são as maiores vítimas de ambos os lados.

A este cenário aterrador, somam-se possibilidades concretas de expansão do conflito para a fronteira norte de Israel, com o Líbano, onde está estabelecido o Hezbollah, grupo armado mais forte que o Hamas (sigla, em árabe, para ‘Movimento de Resistência Islâmica’), assim como para outros países fronteiriços, como a Síria, ou mais distantes da região, e intervenção de forças armadas de países de fora da região (os Estados Unidos já deslocou unidades de sua armada para as costas de Israel).

Os poucos e frágeis serviços de saúde palestinos estão sendo destruídos ou estão sem eletricidade, água, medicamentos, soros, vacinas e insumos cirúrgicos, imprescindíveis para feridos de guerra. A OMS e outras agências da ONU buscam desesperadamente acordos mínimos para assegurar insumos médicos para Gaza. O pessoal de saúde está seriamente ameaçado na sua ação de salvar vidas. A violência não poupa a ninguém. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA)¹, que mantém funcionários e instalações em Gaza, informou que 11 de seus funcionários foram mortos desde o início do conflito, a 7 de outubro². O Crescente Vermelho já perdeu cinco funcionários. O Brasil enviou aviões da FAB para repatriar brasileiros, a partir de Tel Aviv.

Praticamente sem qualquer possibilidade de solução política que conduza à paz no curto prazo, parece que resta a opção de negociar, por enquanto, tão somente a ‘mitigação’ da brutal crise humanitária instalada, como um corredor humanitário seguro para permitir a entrada de itens mínimos de sobrevivência e a liberação de civis pela fronteira de Gaza com o Egito. Esta deverá ser a proposta da presidência do Brasil do Conselho de Segurança da ONU – que será representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira – na reunião programada para 6ª. feira, dia 13/10, em Nova York. O Itamaraty emitiu nota em que afirma que *“o governo brasileiro reitera seu compromisso com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Reafirma, ainda, que a mera gestão do conflito não constitui*

¹ United Nation Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA). Ver: <https://www.unrwa.org/>

² Ver: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/eleven-unrwa-staff-and-personnel-killed-gaza-strip-jenifer-austin>

*alternativa viável para o encaminhamento da questão israelo-palestina, sendo urgente a retomada das negociações de paz*³. Na mesma linha, o presidente Lula dirigiu-se oficialmente ao Secretário Guterres e à comunidade internacional defendendo a liberação segura de crianças e mães palestinas e israelenses da área conflagrada⁴.

Por pura ironia, como em 1948, com Oswaldo Aranha – que presidiu a histórica sessão que recortou o território da Palestina criando o estado de Israel – o Brasil carrega hoje o peso da presidência rotatória do Conselho de Segurança, num dos momentos mais críticos do mundo em crise multidimensional, aprofundada por esta guerra recém iniciada. **Alcázar e Buss** refletem sobre os desafios para o Brasil que ocupa a presidência temporária do Conselho de Segurança da ONU nesta quadra extremamente desafiadora. Ademais, questionam se a promoção da paz, além de evitar as guerras, deveria se estender a diversas dimensões das relações internacionais, a exemplo das ameaças provenientes das mais do que reconhecidas agressões ambientais ao planeta, e das desigualdades sociais e econômicas que afetam a humanidade.

Marques aborda o tema, organizando indagações sobre a profunda crise do **Oriente Médio**, deflagrado com a invasão de Israel pelo Hamas. Para a autora, em algum momento o Hamas ia reagir à atuação cada vez mais violenta do governo israelense na Cisjordânia e, principalmente, em Jerusalém Velha e na Grande Mesquita de Al-Aqsa, foco histórico de tensão entre israelenses e palestinos nos últimos anos, e o aumento sistemático de ocupações. O surpreendente foi a organização e o planejamento silencioso do ataque.

Conjecturas: Por que a comunidade mundial respondeu apenas com resoluções críticas, enquanto a ofensiva política de colonização de Israel transformava os territórios palestinos em um queijo suíço? Por que o sistema de defesa e de inteligência israelense – um dos melhores do mundo - não previu um ataque desse dimensão? Qual será o futuro dos Acordos de Abraão? Esse conflito pode se transformar em uma guerra maior, envolvendo os EUA, aliados de Israel, e o Irã, que financia os grupos paramilitares Hamas e Hezbollah? Qual foi o grupo ou serviço de inteligência que treinou, organizou e financiou o Hamas para esse ataque organizado, sem um vazamento de informação? Quem são os interessados, além dos palestinos sufocados, nesse conflito? Vem bem a calhar esse ataque do Hamas para Israel, EUA, Rússia e Arábia Saudita.

Com a 54ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos** chegando ao seu final, **De Negri Filho** examina suas resoluções, com especial atenção à intolerância religiosa e racial, aos reflexos de Israel e da Palestina, à Ucrânia e à crise migratória, no contexto dos legados do colonialismo e do bloqueio ao pleno desenvolvimento dos países do Sul.

Entre 25 e 29 de setembro aconteceu em Washington a 60ª sessão do *Conselho Diretor* da **Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)** e 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O Conselho Diretor é um dos órgãos dirigentes da OPAS que reúne as mais altas autoridades de saúde das Américas para discutir e analisar políticas e definir prioridades para a cooperação técnica e colaboração entre os países. Durante a semana, os delegados discutiram uma variedade de estratégias, resoluções e políticas destinadas a fortalecer a força de trabalho da saúde na região; prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças,

³ Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataques-em-territorio-israelense

⁴ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/apelo-do-presidente-lula-em-defesa-das-criancas-palestinas-e-israelenses>

adolescentes e jovens; e melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio após a pandemia da COVID-19, entre outros temas, descritas por **Reges, Galvão e Bermudez**.

Num artigo especial para o Caderno 18, **Eduardo Hage**, um dos maiores especialistas brasileiros no **Regulamento Sanitário Internacional**, analisa o processo de revisão do importante instrumento normativo da OMS, com ênfase na última reunião do Comitê de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), realizada de 3 a 6 de outubro, em Genebra. Tudo indica que não haverá relatório final até a Assembleia Mundial da Saúde de 2024, como previsto, devendo o Comitê pedir extensão do prazo.

A **5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5)**, realizada de 25 a 30 de setembro em Bonn, Alemanha, adotou um novo Quadro Global sobre Produtos Químicos e Resíduos. **Magalhães e Galvão** analisam o Quadro Global, concebido como uma iniciativa multissetorial que envolve diversos setores e partes interessadas em todos os níveis, visando a gestão responsável de produtos químicos e resíduos ao longo de seu ciclo de vida, considerando aspectos ambientais e sociais críticos para a sua boa gestão. Foram estabelecidas metas ambiciosas, como a eliminação progressiva de pesticidas agrícolas nocivos até 2035. Governos e indústrias comprometeram-se a formular políticas e regulamentos para reduzir a poluição química e promover alternativas mais seguras até 2030.

Os autores do *Lancet Countdown da América Latina* publicaram um artigo destacando as lacunas na pesquisa sobre saúde e mudanças climáticas na região. Eles ressaltam que muitos países enfrentam desafios na prestação de serviços de saúde pública de qualidade e instabilidade política, dificultando a resposta às mudanças climáticas. As principais lacunas identificadas incluem a necessidade de análises locais de impacto, colaboração interdisciplinar, financiamento robusto alinhado com pesquisa e políticas, integração da justiça climática e equidade nas políticas, e aprimoramento da educação pública sobre questões climáticas para uma ação eficaz.

A UNCTAD analisou os custos e lacunas no financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 90 países, sendo a igualdade de gênero entre os que tem o maior custo, de US\$ 6,4 trilhões anuais. Os dados enfatizam a necessidade da reforma na arquitetura financeira global.

Mendes apresenta sua interpretação sobre a presença e protagonismo da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, na *5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5)*. Após décadas de debates e aperfeiçoamento de conceitos, ferramentas, estratégias e valores, e muitos dias de tensas e intensas negociações em Bonn, a Conferência conseguiu adotar dois documentos fundamentais: o assim chamado “*Quadro (Framework) Global sobre Produtos Químicos: Para um planeta livre dos danos causados pelos produtos químicos e pelos resíduos*”, e a “*Declaração de Alto Nível de Bonn sobre Produtos Químicos*”, que envolveu múltiplas agências das Nações Unidas (PNUMA, UNIDO, OMS, OIT e outras), além de inúmeras ‘partes interessadas’ (*stakeholders*) globais e regionais. O texto salienta a importância do problema, sob a perspectiva da saúde e segurança dos trabalhadores, globalmente. Conclui pela importância do evento e das resoluções obtidas, mas critica a lentidão destas medidas, questionando, também sua eficácia, que poderia ser potencializada sob uma perspectiva ética de direitos humanos.

O relatório do **UNICEF** ‘*Crianças deslocadas num clima em mudança: preparando-se para um futuro que já chegou*’, analisa os perigos climáticos mais comuns que levam ao maior número de deslocamentos: inundações, tempestades, secas e incêndios florestais. O relatório

observa que houve 43,1 milhões de deslocamentos internos de crianças relacionados a catástrofes ligadas ao clima durante um período de seis anos – o que equivale a aproximadamente 20 mil deslocamentos de crianças por dia. Quase todos (95%) dos deslocamentos de crianças registrados foram provocados por inundações e tempestades, conforme relatam **Massari e Gomes**.

Nilson, Silva, Ell e Ubarana discutem as conclusões do *VII Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável - Brasil* em relação aos **sistemas alimentares no Brasil e no mundo**, mostrando os poucos avanços e as grandes lacunas que existem para a garantia de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis em face das soluções paliativas dos sistemas alimentares hegemônicos.

No dia 05 de outubro é celebrado o Dia Mundial do Professor e, para registrar esse momento, a **UNESCO** lançou um informativo com dados atualizados sobre o déficit de professores necessários para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável 4 – Educação com Qualidade para o ensino primário e secundário até 2030, além de divulgar sete recomendações para tornar a profissão docente mais atrativa, considerando que não é somente uma questão de investimento nessa área, mas também a falta de atratividade para o exercício docente. **Gaspar, Sanglard e Rodrigues** destacam ainda a nomeação, pela UNESCO, da cidade do Rio de Janeiro como *Capital Mundial do Livro* para o ano de 2025 o que traz responsabilidades e perspectivas positivas para a educação e cultura literária do país e da cidade.

A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** lançou o relatório *“Global Innovation Index 2023: Innovation in the face of uncertainty”*, cujo objetivo é capturar o desempenho do ecossistema global de inovação, abarcando 132 economias. Além disso, pretende acompanhar as mais recentes tendências globais de inovação, considerando os elementos de incerteza provocados pela pandemia da Covid-19, pela crise econômica em vários países, com pressão da inflação e altas taxas de juros, pela guerra da Ucrânia e outros conflitos. No caso brasileiro, a escalada nas posições do relatório é inegavelmente um sinal positivo, mas também revela um quadro mais complexo. Segundo reportam **Chamas e Bahia**, o Brasil avançou em algumas áreas, mas mantém indicadores que necessitam de atenção, como os de conhecimento e emprego intensivo em conhecimento – pilares do crescimento sustentável e resiliente.

As atualizações econômicas regionais elaboradas pelo **Banco Mundial (BM)** evidenciaram que não mudam os rumos no cenário econômico para o ano de 2023 e nem para 2024. Segundo **Cazumbá**, perturbações fiscais, alto endividamento dos países, inflação elevada e o desequilíbrio geopolítico – guerras Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina –, podem ajudar a intensificar estes problemas, dificultando a tão desejada recuperação. Nossa analista acompanha atentamente a reunião anual de 2023 do FMI e Banco Mundial para reportar no 19.

Entre 28/09 e 05/10 de 2023, foram monitoradas 57 **Organizações da Sociedade Civil (OCS)**, das quais 40 fizeram manifestações merecedoras de registro no informe produzido pelo grupo liderado por **Luis Eugenio de Souza**. Vale ressaltar que, a partir dessa edição, todas as 22 organizações que compõem o comitê diretivo da Comissão da Sociedade Civil da OMS, instalada em 24 de agosto pp. estão sendo monitoradas. Em geral, as manifestações mencionaram os conflitos de diversas ordens vivenciados pela humanidade no momento presente. A maior parte das OSC se manifestou acerca de temas relacionados ao meio ambiente e à crise climática, à crise humanitária e à migração, bem como às recentes mudanças no âmbito da guerra na Ucrânia. Outros temas como a ofensiva contra os direitos e as terras indígenas e a insegurança

alimentar e nutricional foram objetos frequentes de debate das organizações. A necessidade de atenção prioritária às doenças negligenciadas e infecciosas e a produção e distribuição de imunizantes, em especial para países em desenvolvimento, também constaram das pautas das OSC. Essa série de desafios são obstáculos à concretização em ações do discurso dos direitos humanos e da paz mundial, do desenvolvimento sustentável, da promoção da equidade de gênero e do combate às desigualdades sociais em saúde. A adoção de medidas concretas está a requerer o fortalecimento da cooperação, do diálogo e do multilateralismo. A participação ativa, plural e heterogênea das OCS no debate internacional acerca dos desafios e possíveis soluções para os conflitos vivenciados atualmente pela humanidade, expressa o compromisso das organizações em contribuir na construção de um futuro mais igualitário e inclusivo para todos os povos.

De Negri e De Negri Filho dedicam-se a analisar as reformas internacionais propostas por organizações da sociedade civil global, alternativas à cúpula do FMI e Banco Mundial desta semana em Marrakech (9-15/10/2023)⁵. Utilizando o recente relatório da UNCTAD, *Trade and Development*, os autores reproduzem e expõem, de forma crítica e contundente, os tópicos que devem ser examinados para alcançar o objetivo do FMI de “acabar com a pobreza num planeta habitável”. Reproduzem as posições alternativas e de resistência da sociedade civil global, por meio de uma anti-Cúpula. Leitura incontornável.

O Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas em meio à intensa campanha do país para reformá-lo. Conseguiu formalizar o apoio dos países do **BRICS** à reforma do órgão ao incluir um parágrafo sobre o tema, no qual é citado nominalmente na recente declaração de Chefes de Estado do grupo em Joanesburgo, na África do Sul, em agosto neste ano. O objetivo do governo brasileiro é selar a entrada do país no Conselho de Segurança até o fim do mandato do presidente Lula, em 2026. Segundo **Hoirisch**, o Brasil está em uma posição mais confortável do que seus colegas de G4, já que não teria sua candidatura bloqueada por nenhum membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Ademais, possui todas as credenciais diplomáticas e é um dos países mais cotados para assumir uma cadeira no Conselho. Os especialistas dividem-se com relação à posição dos EUA. De qualquer modo, o Brasil não deveria aceitar sua entrada no Conselho na categoria “sem poder de veto” com a promessa de receber concessões futuras, sob pena de cair em uma nova armadilha. Isso porque na formação da ONU em 1945 também prometeram a entrada do Brasil no Conselho de Segurança “no futuro”. Mas esse “futuro” poderá nunca chegar.

A agenda oficial do **G20** segue em ritmo desacelerado após a conclusão das principais reuniões. Em relação ao Brasil, o país continua a se organizar para assumir a presidência do bloco em dezembro. Nesse sentido, algumas informações foram divulgadas na imprensa sobre a previsão orçamentária e locais de reuniões. Na era da informação e desenvolvimento da inteligência artificial generativa, os ministros do **G7** se preparam para melhor gerenciar os riscos da internet. O primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, falou aos líderes do G7, OTAN, Polônia e Romênia, sobre a guerra da Ucrânia. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação de publicações periódicas sobre análises econômicas de reformas de políticas estruturais e de panorama regional, o fim de negociações sobre instrumento legal relacionado ao Pilar Dois e atualização do monitoramento de inflação mundial. São os temas trabalhados por **Burger, Kavanami, Estephano, Cury, Bouqvar e Esteves**.

⁵ Ver: <https://envivo.bancomundial.org/reuniones-anales-2023>

Brito, Tobar e Minayo destacam no informe sobre **América Latina e Caribe** mais um episódio da negociação do *acordo EU-Mercosul* e novas oportunidades na *Ásia*. Tratam também das futuras mudanças políticas da *Argentina* e seus impactos no *MERCOSUL*. A *5ª Cúpula Mundial de Saúde Mental* foi objeto de grande atenção nesse período. Trouxemos, igualmente, o lançamento de nova ferramenta da *Rede de Serviços Farmacêuticos das Américas (RedSFar)*; o *Acordo Argentina - OPAS* para aumento na produção de vacinas; a primeira *Reunião dos Ministros da Economia e Finanças da UE e da América Latina e do Caribe* e a apresentação do *Observatório Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa*. Outros temas importantes também fizeram parte, como a assinatura do *Acordo Marco de Cooperação Técnica ORAS-CONHU - OPAS/OMS* para melhorar a saúde da região andina; a participação de *SECOMISCA* na reunião para discutir gravidez na adolescência na América Central e República Dominicana; e a assinatura de um Memorando de Entendimento para o trabalho conjunto em matéria migratória entre *SELA* e a *Organização Internacional das Migrações (OIM)*. Por fim, a ONU aprovou a *nova missão* para atuação no *Haiti*; e *Brasil e China* fecharam a primeira operação comercial em moedas locais.

A **União Africana** faz um balanço sobre implementação de *10 anos da Agenda 2063*. Com apoio da União Africana, *Camarões* dispõe de Política de Migração Laboral. O *CDC África* e *GAVI* promovem discussão sobre mercado de vacinas em África. A **SADC** impulsiona o crescimento e a competitividade nos setores público e privado. A **Fiocruz** lança o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Saúde Brasil-Moçambique para fortalecer os setores públicos de saúde em Moçambique. É publicado o relatório de *Perspectivas econômicas para a África 2023*. São as novas trazidas ao leitor por **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

Segundo **Freire**, em cúpula do Conselho Europeu, a **União Europeia** dá início a processo de alargamento, em direção ao leste europeu. A *Declaração de Granada* reconhece a necessidade de adequação tanto pelo bloco como pelos países candidatos e prevê definição de ambições a longo prazo e as formas de alcançá-las. Controverso, o tema da migração não obteve consenso para constar no documento final, mas foi objeto de um acordo paralelo, obtido por maioria qualificada, impedindo o veto por parte de Hungria e Polônia, opositores à recepção de migrantes. Impasse no Congresso estadunidense para aprovação do orçamento, ameaça diretamente o apoio militar à Ucrânia e, indiretamente, o sistema de segurança europeu, terceirizado para a Otan

Lobato destaca os principais pontos e tece comentários sobre o documento da **China**, *“Uma Comunidade Global de Futuro Compartilhado: Propostas e Ações da China”*. O texto faz uma introdução didática, com elementos teóricos e práticos, da ideia de *‘futuro compartilhado’* e das iniciativas *Cinturão e Rota, Desenvolvimento, Segurança e Civilizações*. O texto relaciona a proposta de *‘futuro compartilhado’* com a situação atual do mundo, e afirma que a globalização está numa encruzilhada.

Galvão apresenta resumidamente a estrutura e propostas da áreas de Saúde Global no **CDC dos Estados Unidos da América**.

As entranhas do planeta manifestam-se de novo: *terremoto no Afeganistão* mata mais de 3 mil pessoas. Dois terços são mulheres e crianças, segundo a representação OMS no país, todas pobres, excluídas, e deixadas à própria sorte

As manifestações da insensibilidade permanecem: Biden vai levantar mais 32 km de muros para conter o fluxo de migrantes que tentam chegar aos Estados Unidos pela fronteira com o México. A CELAC e outras organizações multilaterais latino-americanas omitem-se

vergonhosamente, sem esboçar qualquer proposta de negociações no continente. Vergonha também na União Europeia que, na sua cúpula política realizada em Granada, mostrou-se incapaz de costurar um acordo para resolver a brutal crise migratória produzida por milhares de pessoas que buscam a chance de uma nova vida por meio das letais travessias no Mediterrâneo e pelos Bálcãs, procedentes da África, Oriente Médio e Ásia.

O FMI e o Banco Mundial realizam sua reunião anual 2023 em Marrakech, Marrocos, de 9 a 15 de outubro, centradas “no que será necessário para acabar com a pobreza num planeta habitável”. Pelo histórico que têm, diversas ONG e pesquisadores renomados dizem que as políticas preconizadas pelas entidades na verdade têm produzido mais pobreza, desigualdades e in-pagáveis dívidas crescentes. A saúde está totalmente ausente. Fernando Haddad e Roberto Campos Neto estarão presentes. A sociedade civil promete uma anti-cúpula, com ruidosos protestos e propostas alternativas (a respeito, ver artigo de De Negri e De Negri Filho neste Caderno). No Caderno 19 vamos repercutir a cúpula e a anti-cúpula.

Notas brasileiras que não podemos deixar passar: a maior seca da história na Amazônia, com a dolorosa imagem de rios caudalosos que viram fiapos de água, a morte de milhares de maravilhosos peixes amazônicos, a falta de água e comida para os ribeirinhos.

Um lamento nacional: a morte de *Dom Mauro Morelli*, um grande brasileiro, amigo de Betinho e da Fiocruz, que enfrentou a ditadura e foi um dos grandes líderes da luta contra a fome, a miséria, a desigualdade. Foi um pastor amoroso na Baixada Fluminense e no Brasil.

Uma comemoração: a chegada de Ailton Krenak à Academia Brasileira de Letras, filósofo e ambientalista, um reconhecimento à altura da cultura dos nossos povos originários. E caçooou feliz: “*Estou totalmente eufórico. Quem diz que é indiferente a isso é um Bob Dylan*”.

As aspirações por um mundo em que todos os seres vivos – inclusive os humanos – conseguissem viver em harmonia, justo, solidário, em paz, para que todos desfrutassem igualmente o que nos oferece o planeta, e sem explorá-lo até a exaustão que ameaça sua extinção, parecem cada vez mais distante.

As cenas brutais de todas as guerras, inclusive a mais recente, entre o Hamas e Israel, que nos enche de horror, diante do sofrimento de civis inocentes, assim como as cenas dantescas das consequências dos desastres naturais (e outros nem tanto) sobre as populações mais pobres ou o rechaço a migrantes e refugiados, faz-nos desconfiar que um trágico fim possa estar cada vez mais perto.

Nossa atuação, entretanto, não pode esmorecer. Um clamor pela paz e pela solidariedade deve levantar-se de todas as latitudes e de todas as populações, para que um mínimo de responsabilidade política traga soluções capazes de amenizar a dor da humanidade e do planeta.

Vamos continuar a fazer a nossa parte, buscando informar com a razão e o coração, pois destas duas dimensões está composta a natureza humana. Boa leitura, e até a próxima quinzena.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 12 de outubro de 2023

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz – Edição dos Cadernos

Sobre a irresponsabilidade da ameaça: o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a presidência rotatória do Brasil

Santiago Alcázar e Paulo M. Buss

Em 1º de outubro, o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas. A presidência do CS, como se sabe, é ocupada por cada um de seus membros, por período de um mês, seguindo a ordem sequencial alfabética dos nomes dos países em inglês.

Em 2 de outubro, o CS adotou por 13 votos a favor e 2 abstenções (Rússia e China) o envio de missão multinacional de apoio para a segurança do Haiti, no contexto da grave crise de violência, crimes e abusos que vêm experimentado aquele país⁶. Há consenso que a situação no Haiti é preocupante e está a merecer ação. As abstenções de Rússia e China, não contestam a substância, mas lamentam que a decisão para aplicação do Capítulo VII da Carta tenha deixado aprofundar a questão com vistas a garantir o êxito da missão⁷.

No mesmo dia, na apresentação do programa de trabalho do CS para o mês de outubro, notou-se que a questão da Ucrânia não havia sido incluída⁸. A razão seria a percepção da ineficácia da inclusão do tema para a paz na Ucrânia. Nos últimos meses, seguiram-se diversas reuniões sobre Ucrânia, não obstante a objeção da Rússia, sem que se avançasse um milímetro que seja em direção à paz. Caso algum país solicite reunião especial, a questão poderá ser considerada, mas a repetição da mesma coisa esperando resultados diferentes não condiz com parâmetros aceitos de sanidade mental. Cedo ou tarde, será preciso deparar-se com a necessidade de buscar a paz em negociação a partir da realidade.

A questão Armênia-Azerbaijão, certamente irá merecer cuidado especial por parte da presidência do CS. A totalidade da população do enclave de Nagorno-Karabakh foi obrigada a deixar tudo para trás e refugiar-se às pressas na Armênia. Ainda que o Azerbaijão tenha declarado vitória, a ação militar deixa um sabor amargo de questão não resolvida que poderá vir a assombrar a população local, uma e outra vez, com resultados nefastos. A questão, ademais, tem potencial para tornar-se especialmente espinhosa, à luz da recente sinalização da Armênia de buscar com a França uma aliança estratégica⁹. Por outro lado, o Azerbaijão, confiante na força de seu poderio militar após a conquista de Nagorno-Karabakh, bem como na de sua irmandade com a Turquia, dá sinais de romper com a Rússia¹⁰, que de golpe, perderia assim duas peças fundamentais no tabuleiro de países na região do Cáucaso. Ainda que possivelmente movidos por interesses distintos, a ação daqueles dois países soma-se ao efeito de enfraquecer a posição da Rússia, concentrada na questão da guerra na Ucrânia. Nesse contexto, a escalada das tensões, tanto na guerra na Ucrânia, quanto na região do Cáucaso, parece inevitável e com consequências desconhecidas. Não seria de todo improvável que as duas movimentações, as da Armênia e as do Azerbaijão sejam instâncias de uma complexa

⁶ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/287/18/PDF/N2328718.pdf?OpenElement>

⁷ <https://press.un.org/en/2023/sc15432.doc.htm>

⁸ https://press.un.org/en/2023/231002_sc.doc.htm

⁹ <https://www.france24.com/en/europe/20231003-french-fm-catherine-colonna-visits-armenia-to-underline-continued-support>

¹⁰ <https://www.reuters.com/world/russia-voices-annoyance-with-both-armenia-azerbaijan-2023-09-13/>

orquestração de intenções político-estratégicas com os mesmos propósitos das chamadas revoluções coloridas.

A terceira questão, a da Palestina e solução de dois Estados, que seria considerada em debate aberto no CS, no próximo dia 24 de outubro, acaba de estourar com violência inesperada no último sábado, dia 7 de outubro, como que a recordar os 50 anos do início da guerra do Yom Kippur, em 1973. Desde então, registram-se oficialmente mais de 2 mil mortes de lado a lado, milhares de feridos, centenas de desaparecidos e um número ainda incerto de reféns, possivelmente mais de 200. A escalada da guerra é crescente, assim como suas vítimas. Registram-se destruição absurda de residências, infraestrutura, escolas, serviços de saúde, números crescentes a cada dia. Bloqueio total na Faixa de Gaza, com 2 milhões de pessoas, metade com menos de 20 anos: Israel suspendeu o abastecimento de água, eletricidade e combustível, não chegam mais nem medicamentos, nem comida, nada. A estupidez e a irracionalidade respondidas igualmente. Uma crise humanitária brutal a caminho, mais destruição, mais feridos, mais mortos. Civis inocentes são as maiores vítimas de ambos os lados. O já frágil sistema de saúde da Palestina – particularmente em Gaza – entrou em colapso. Com o corte da eletricidade, água, combustíveis os feridos não podem ser atendidos. As ONG presentes no território estão com margem de manobra cada vez menor, pela escassez de recursos e o bloqueio total ao território.

Não há dúvida de que, de todos os temas complexos à frente do CS, a atual situação Israel/Palestina torna-se a que mais visibilidade terá na grande mídia, mais que aquela reservada à guerra na Ucrânia, que assim passaria forçosamente a um segundo plano. Os que se sentem cansados em justificar uma guerra que só lhes trouxe prejuízos, como um bumerangue que lhes atingiu a cabeça em cheio; os que pelo mesmo motivo desinteressam-se crescentemente de defender a liderança de Kiev, percebida como atolada em autoritarismo, corrupção e em ações que poderiam leva-la ao Tribunal Penal Internacional; os que têm crescente dificuldade em explicar para os seus representados as razões para financiar uma guerra provocada por eles mesmos, com fins que contradizem os próprios fundamentos da civilização Ocidental – todos esses, sentirão alívio e, cinicamente aliviados, verão a chance de largar Zelenski e a sua turma ao deus-dará, sem por isso parecer ou ser percebido como a encarnação do mal.

A presidência do Brasil propõe ainda um extenso programa de reuniões sobre temas da agenda de paz e segurança internacional, como as situações na Colômbia, Iêmen, Somália, Saara Ocidental e da Região dos Grandes Lagos, na África. Propõe-se a tratar também das missões de paz da ONU no Iraque (UNAMI), na Líbia (UNSMIL), no Kosovo (UNMIK), na Síria (UNDOF) e na República Centro-Africana (MINUSCA)¹¹. Sobre a situação no Oriente Médio, o chanceler Mauro Vieira declarava em entrevista na véspera da erupção da violência do Hamas, que *“o povo palestino aguarda há 75 anos a concretização de seu inalienável direito à autodeterminação e sofre com a escalada de violência, que registra, em 2023, o maior número de mortes de civis na Cisjordânia desde 2005”*¹².

Como se pode ver, a atuação do Brasil na presidência do CS neste mês de outubro, pode representar um teste crucial para as ambições do país de ser membro permanente do

¹¹ Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-outubro-de-2023

¹² Ver: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/mauro-vieira-2023/a-presidencia-brasileira-do-csnu-o-estado-de-s-paulo-6-10-2023>

órgão. Com três crises capazes de desafiar a capacidade multilateral para o encaminhamento de soluções para problemas de responsabilidade do CS, a atuação do Brasil à frente da presidência do Conselho será medida contra o êxito ou o fracasso das ações empreendidas nos próximos 24 dias.

Guerra na Ucrânia, Israel/Palestina, Armênia/Azerbaijão – são conflitos armados que acionam a principal função do CS: assegurar a manutenção da paz e da segurança internacional. Sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas¹³, o artigo 39 estabelece que o CS determinará a existência de qualquer ameaça à paz e determinará as medidas para restabelecê-la e assegurar a segurança internacional.

Ameaça implica uma intencionalidade e difere de risco, que é apenas uma possibilidade. A distinção é sutil, mas é importante ressaltá-la. O CS ocupa-se de ameaças volitivas, não de riscos desprovidos de intencionalidade, como, por exemplo, um risco para a saúde, que seria de responsabilidade da OMS. O Regulamento Sanitário Internacional (RSI), por exemplo, define “risco de saúde pública” como *a possibilidade de um evento que pode afetar de maneira adversa a saúde de populações humanas, com ênfase em uma que pode espalhar-se internacionalmente ou pode representar um perigo sério e direto*.

Por essa razão, causou espécie que, em 2014, por ocasião do surto do vírus do Ébola, o CS tenha adotado a resolução S/Res/2177/2014¹⁴ que, entre outras coisas, *reconhece que os ganhos alcançados em prol da paz e do desenvolvimento podem ser revertidos em razão do surto do vírus do Ébola e, à luz de sua responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional, decide determinar que o vírus do Ébola constitui ameaça à paz e à segurança internacional*. Pela primeira vez em sua história, o CS reconhecia uma crise de saúde pública como uma ameaça à paz e à segurança internacional. É importante repetir: o CS reconheceu que o vírus pode reverter os ganhos em favor do desenvolvimento e, assim, *minar a estabilidade dos países afetados, gerar agitação civil, tensão social e uma deterioração no quadro da política e da segurança*.

O risco de saúde pública do RSI transformou-se no âmbito do CS, com o surto do vírus do Ébola, em ameaça à paz e à segurança internacional. Ainda que a resolução do CS não tenha recorrido ou feito menção às medidas de coerção previstas no Artigo VII da Carta, o reconhecimento do vírus do Ébola como ameaça representa uma ampliação do conceito de paz e de segurança para além de seu entendimento tradicional. A relação causal conflito-ameaça à paz e à segurança passa a incluir, do lado da causa, eventos de saúde ou de doenças.

Não há razão alguma para deter-se aí. Por que, de fato, não incluir do lado esquerdo da equação, os movimentos migratórios, que têm também o potencial de *gerar agitação civil, tensão social e uma deterioração no quadro da política e da segurança*? A história das migrações confunde-se com a própria história. A particularidade agora, no entanto, é que as migrações, como produtos do Antropoceno, são provocadas, entre outras causas, por falhas morais e não mais por eventos naturais. Há, assim, uma intencionalidade, direta ou indireta, mas que é

¹³ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm, onde se encontra a tradução oficial da Carta das Nações Unidas, ao português, no Brasil, publicada por decreto do então presidente Getúlio Vargas, em 22/10/1945 - um bônus de erudição ao leitor curioso que vem ao pé das páginas

¹⁴ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/540/84/PDF/N1454084.pdf?OpenElement>

volitiva e, por isso, implica a entrada em ação de uma vontade. Tratar-se-ia, por tanto de uma ameaça à paz e à segurança e não de uma possibilidade impessoal.

À pergunta supostamente inocente: Por que vocês vêm aqui? – lançada por algum nacional de país receptor a um migrante maltrapilho e maltratado, este certamente responderá: Porque antes vocês estiveram lá. Iraque, Líbia, Etiópia, Sudão, Afeganistão e agora Ucrânia, Nagorno-Karabakh e Palestina, vítimas de conflitos que enriquecem a indústria bélica e alimentam os debates no CS. Mas o quê fazer das outras vítimas da desertificação, da falta de água e de alimentos, da pobreza, da falta de oportunidades, da falta de condições, da mudança climática enfim – que são, todas elas, causadas por vontades políticas, imorais, portanto, e não por possibilidades matemáticas abstratas? Por que não levar a mudança climática para o debate no Conselho de Segurança ou exigir também, com a força da coerção se preciso, o respeito à Agenda 2030 e a aplicação plena de seus 17 ODS?

É um pouco absurdo que ainda hoje a percepção do conceito de saúde nos foros nacionais ou multilaterais de decisão política, econômica ou financeira, na avassaladora maioria dos casos, continue limitada a seus aspectos biológicos e de cuidados. Como não entender que toda e qualquer política é um ato volitivo e, por essa circunstância, torna-se potencial ameaça à paz e à segurança, ademais, evidentemente, de ameaça à própria vida? Como não entender que a saúde é o resultado do somatório de seus determinantes econômicos, comerciais, financeiros e sociais? Que são precisamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Como não se indignar com a cara de paisagem que fazem todo ano os líderes quando observam que os compromissos assumidos ou vão em marcha à ré, ou estão estacionados. Por que? Perguntam. Aprovamos políticas, dizem. Justamente, aprovaram políticas com vontade e ao fazê-lo deixaram a possibilidade de risco para entrar na ameaça à vida.

A Organização das Nações Unidas foi criada com o propósito de salvar as gerações vindouras do flagelo da guerra, entendida como instância de algum conflito armado. Agregou-se, com o tempo, o compromisso com a promoção do e, mais recentemente, com o direito ao desenvolvimento. O absurdo é que hoje, a realidade premente, a guerra decisiva, não é mais dessa natureza primitiva. A guerra hoje é contra a vida no Planeta e não existem instituições voltadas para essa realidade. Não existem instituições capazes de frear a loucura. O que existe sobre a mesa são vagas intenções de reforma, que mais parecem marteladas aqui e ali, uma ou duas boas mãos de pintura e nada mais. E nem sequer essa simples reforma poderá vir a ver a luz, uma vez que os 78 anos da ONU lhe conferem o caráter de antiguidade, *vintage*, que não se pode tocar para aumentar o seu valor de venda ou para ser inscrito como patrimônio pela UNESCO.

E la nave va, com ou sem Fellini, à extremidade da Terra para cair no abismo sem fim. *Who cares?*

Começa com sucesso a nova administração da OPAS

The new OPS administration begins successfully

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Dos dias 25 a 29 de setembro aconteceu em Washington a 60ª sessão do Conselho Diretor da OPAS e a 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O Conselho Diretor é um dos órgãos dirigentes da OPAS que reúne as mais altas autoridades de saúde das Américas para discutir e analisar políticas e definir prioridades para a cooperação técnica e colaboração entre os países. Durante a semana, os delegados discutiram uma variedade de estratégias, resoluções e políticas destinadas a fortalecer a força de trabalho da saúde na região; prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e jovens; e melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio após a pandemia da COVID-19, entre outros temas.

Palavras-chave: Conselho diretor, OPAS

Abstract. *From September 25th to 29th, the 60th session of the Directing Council of PAHO and the 75th Session of the WHO Regional Committee for the Americas took place in Washington. The Directing Council is one of PAHO's governing bodies that brings together the highest health authorities in the Americas to discuss and analyze policies and define priorities for technical cooperation and collaboration between countries. During the week, delegates discussed a variety of strategies, resolutions and policies aimed at strengthening the region's health workforce; prevention and control of non-communicable diseases in children, adolescents and young people; and improving mental health and suicide prevention after the COVID-19 pandemic, among other topics.*

Keywords: PAHO, Board of Directors

60ª Conselho Diretor da OPAS

Dos dias 25 a 29 de setembro aconteceu em Washington a 60ª sessão do Conselho Diretor e a 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Todos os documentos e relatórios podem ser acessados abertamente no portal da OPAS¹. O Conselho Diretor é uma das instâncias de direção da OPAS que reúne as mais altas autoridades de saúde das Américas para discutir e analisar políticas e definir prioridades para a cooperação técnica e colaboração entre os países. Durante a semana, os delegados discutiram uma variedade de estratégias, resoluções e políticas destinadas a: fortalecer a força de trabalho da saúde na região; prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e jovens; melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio após a pandemia da COVID-19, entre outros temas.

Na abertura do 60º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Dr. Jarbas Barbosa, Diretor da Organização, refletiu sobre a recuperação pós-pandemia nas

Américas e se comprometeu a fortalecer a ação a nível nacional para abordar as prioridades regionais de saúde. Refletiu como crítica às organizações globais, que muitas vezes, os países da América Latina e Caribe são excluídos de tratativas de alto nível. Isso foi um reforço do comprometimento do diretor de defender a região e reforçar a importância dos diversos escritórios da OPAS nos países, atuando diretamente nos núcleos mais fragilizados e urgentes

Logo em seu discurso de abertura¹⁵ refletiu que apesar do foco na recuperação da saúde na região após a pandemia de COVID-19, as prioridades são múltiplas e articuladas. Por exemplo, o risco de doenças evitáveis por vacinação continua elevado e os resultados da saúde materna, neonatal e infantil também devem ser melhorados. O fardo crescente das doenças não transmissíveis (DNT), incluindo as condições de saúde mental, e os efeitos das alterações climáticas também representam uma séria ameaça à saúde e ao bem-estar nas Américas.

Dr. Jarbas manifestou-se ainda sobre seu discurso de posse, no qual havia apresentado o plano de trabalho em cinco pilares.

Em relação ao primeiro pilar, ajudar os Estados Membros a acabar com a pandemia nas Américas, embora a COVID-19 não seja mais uma emergência, continua a ser uma prioridade de saúde pública. É, portanto, crucial que se recupere terreno em questões com as quais os países lutavam antes da COVID, particularmente a imunização e a mortalidade materna.

O segundo pilar trata da aplicação das lições aprendidas com a pandemia, centrando-se na necessidade de aumentar a capacidade de produção de vacinas na América Latina e no Caribe, para que a região não seja novamente escanteada na distribuição de insumos fundamentais em emergências de saúde pública.

Foram ainda destacados os avanços para estruturação da Plataforma Regional de Acesso e Inovação para Tecnologias em Saúde da OPAS, exemplificado pela parceria entre Fiocruz/Brasil e Argentina para produzir vacinas mRNA nas estruturas existentes, bem como instalação de novas bancadas tecnológicas. Tratou-se ainda sobre a importância dos mecanismos de aquisição da organização, os Fundos Rotativos e Estratégicos, para que possam aumentar a capacidade de acelerar o acesso à inovação e apoiar a produção regional.

Garantir o acesso oportuno e equitativo às inovações em saúde para todos os países da Região, que é o terceiro pilar, traz a importância da ambição regional, especialmente para se garantir acesso a novas ferramentas. Dr Jarbas destacou os novos diagnósticos para câncer de colo de útero, doença também prevenível por vacinas; e o acesso a profilaxia pré-exposição (PrEP) para HIV. Desde 2022, estudos clínicos liderados pela pesquisadora do INI/Fiocruz Dra. Beatriz Grinsztejn, mostram a proteção garantida da estratégia com a medicação injetável Cabotegravir de longa-ação, que ainda passa por situações específicas com relação à patente do medicamento.

Foi considerando a importância da rapidez com que se leva as melhores ferramentas de saúde disponíveis a todos, que o diretor anunciou o relançamento da "Iniciativa de Eliminação de Doenças da OPAS", uma iniciativa para eliminar mais de 30 doenças transmissíveis nas Américas até 2030.

A atenção primária à saúde foi mais uma vez colocada como a espinha dorsal dos sistemas de saúde e a primeira linha de defesa contra surtos e epidemias. Como parte do quarto

¹⁵ Ver: <https://www.paho.org/en/documents/cd60div3-welcoming-remarks-dr-jarbas-barbosa-da-silva-jr-director-pan-american-sanitary>

pilar, a construção de sistemas nacionais de saúde resilientes baseados em cuidados de saúde primários sólidos. Foi também anunciado o lançamento de "Melhores Cuidados para as DNT" uma nova iniciativa para acelerar a incorporação de doenças não transmissíveis nos cuidados de saúde primários. Todos os países da nossa região enfrentam uma carga cada vez mais complexa e crescente de DNT e não há melhor lugar para prevenir, detectar e tratar as DNT do que no sistema de cuidados de saúde primários.

Lembra-se ainda que a atenção primária é base para cobertura universal em saúde e instrumento essencial para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável vinculados.

O quinto pilar paira sobre a capacidade da OPAS de apoiar seus membros. OPAS Forward é uma iniciativa para atualizar a estrutura e as operações da organização para melhor responder às necessidades dos países, visa abraçar a inovação e concentrar-se no impacto.

O diretor geral da OMS, Tedros Adhanom, também destinou tempo de fala na abertura do Conselho e pontuou que as vulnerabilidades regionais e globais expostas pela COVID-19 ainda persistem. Reforçou a importância que a OMS dá para um plano de arquitetura global mais equitativa, inclusiva e coerente para a preparação e resposta a emergências sanitárias, com a equidade no seu cerne. O DG reiterou a importância do que está sendo discutido no INB para construção do novo acordo pandêmico e no Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Sanitário Internacional. Ambos processos fornecerão as bases jurídicas vitais para esta arquitetura. Ainda, trouxe em seu posicionamento o quão fundamental é que todos os Estados-membros trabalhem com sentido de urgência, e especial enfoque na resolução das questões mais difíceis e controversas.

Já o brasileiro, Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ponderou que todos aprendemos em primeira mão que as doenças ultrapassam as fronteiras nacionais. A pandemia mostrou que as emergências sanitárias não são apenas riscos físicos, mas também riscos macroeconômicos. Pontuou ainda que a economia em nossa região encolheu quase 7% em 2020, quase o dobro da média global. Este seria um sinal de é preciso aumentar o investimento agora e aproveitar a oportunidade para preparar os sistemas de saúde para a próxima pandemia e as consequências das alterações climáticas, aumentando a resiliência, a qualidade e a eficácia dos cuidados de saúde primários.



Representantes dos estados-membros da região das Américas, Washington 2023
Fonte: <https://www.paho.org/pt/orgaos-diretores/conselho-diretor/60o-conselho-diretor>

- **Adoções e resoluções no 60º CD**

1. Better Care for NCDs: Accelerating Actions in Primary Health Care

O Diretor da OPAS, Dr. Jarbas Barbosa, lançou uma nova iniciativa que visa o melhor atendimento às Doenças Não Transmissíveis (DNT), com enfoque na aceleração das ações na atenção primária à saúde. O lançamento ocorreu durante um evento paralelo ao 60º Conselho Diretor da Organização.

Garantir que os serviços de cuidados de saúde primários abordem as DNT e sejam de alta qualidade, seguros, abrangentes, integrados, acessíveis, disponíveis e a preços acessíveis para todos.

Esta iniciativa visa acelerar a integração da gestão das DNT nos serviços de cuidados de saúde primários, com base nos esforços existentes com um foco constante em entregar assistência aos mais carenciados, guiados pelos princípios da equidade, para que ninguém seja deixado para trás.

As DNT, principalmente as doenças cardiovasculares, o câncer, as doenças respiratórias e o diabetes, são as principais causas de morte na Região das Américas, sendo responsáveis por 81% das vidas perdidas. Estima-se que 240 milhões de adultos na Região vivam com pelo menos uma DNT, necessitando de acesso a cuidados contínuos, prestados através dos cuidados de saúde primários.

Embora as Américas tenham feito progressos na abordagem das DNT, persistem lacunas significativas no acesso, na cobertura e na qualidade dos serviços de saúde para o diagnóstico e tratamento das DNT, que foram ainda mais exacerbadas pela pandemia da COVID-19.

Na situação atual, nenhum país da Região está no bom caminho para cumprir as nove metas globais da Organização Mundial de Saúde para as DNT até 2025, com apenas 57% dos países reportando que têm diretrizes para a gestão das quatro DNT mais comuns, e 26% a reportando terapia medicamentosa, inclusive para controle do diabetes, além de aconselhamento para indivíduos elegíveis de alto risco, para prevenir eventos vasculares agudos, como infarto e AVC.

Como propostas, a iniciativa Better Care for DNT visa:

1. Reforçar a capacidade das autoridades de saúde para planejar e implementar serviços abrangentes para as DNT nos cuidados de saúde primários;
2. Aumentar a capacidade dos serviços de cuidados primários para fornecer rastreio, diagnóstico, tratamento e acompanhamento abrangentes e de qualidade das DNT;
3. Reforçar a coleta de dados e a monitorização do diagnóstico, tratamento e resultados dos cuidados de DNT.

Como parte da iniciativa, os Fundos Rotativos Regionais da OPAS oferecerão aos Estados Membros um pacote para DNT, para permitir que os países tenham acesso a medicamentos de alta qualidade e acessíveis para tratar diabetes, câncer, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas, bem como testes de diagnóstico e equipamentos vitais, como dispositivos de monitoramento de glicose no sangue e dispositivos de monitoramento de pressão arterial.

O acesso aos cuidados de DNT nos sistemas de Cuidados de Saúde Primários é vital, não só para prevenir doenças nas gerações futuras, mas também para prevenir complicações e morte prematura naqueles que vivem atualmente com uma ou mais DNT.

2. Strategy for Improving Mental Health and Suicide Prevention in the Region of the Americas

Ainda durante o 60º CD foi aprovado uma nova estratégia regional destinada a melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio nas Américas² e a mobilizar recursos para responder à demanda por cuidados.

A nova estratégia responde ao impacto da pandemia de COVID-19 no aumento da prevalência de problemas de saúde mental e perturbações relacionadas nos serviços essenciais. A "Estratégia para Melhorar a Saúde Mental e a Prevenção do Suicídio na Região das Américas"² visa orientar os Estados Membros da OPAS nos seus esforços através de uma abordagem baseada na equidade e nos direitos para os cuidados de saúde mental, tendo em conta o contexto, as necessidades e as prioridades nacionais.

O diretor do Departamento de Doenças Não Transmissíveis e Saúde Mental da OPAS, Dr. Anselm Hennis, pontuou que mesmo antes da pandemia, já enfrentávamos um fardo significativo de doenças mentais com cuidados inadequados para as pessoas afetadas, o que foi ainda mais agravado pela pandemia de COVID-19. Esta estratégia visa apoiar os países a priorizarem a saúde mental, integrando-a em todas as políticas.

Segundo o documento², a pandemia agravou condições de saúde mental pré-existentes, como transtornos depressivos e de ansiedade maiores, que aumentaram 35% e 32%, respectivamente, durante 2020 na América Latina e no Caribe. Os dados mais recentes mostram que todos os anos quase 100.000 pessoas morrem por suicídio nas Américas, tornando-a a única região da OMS onde a taxa de suicídio está aumentando.

As mulheres, os jovens, as populações indígenas, os afrodescendentes e os membros de outros grupos étnicos, bem como as pessoas que vivem na pobreza e as que têm condições de saúde mental pré-existentes, estão entre os mais gravemente afetados.

Apesar dos elevados custos associados aos problemas de saúde mental e aos suicídios na região, os cuidados nem sempre são priorizados e o financiamento para abordar a saúde mental é insuficiente, com apenas uma pequena fração dos orçamentos nacionais de saúde (cerca de 3%) atribuídos a esta área.

A estratégia regional estabelece seis linhas de ação para resolver esta questão:

- Construir liderança, governança e parcerias multissetoriais em saúde mental e integrar a saúde mental em todas as políticas;
- Melhorar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos serviços comunitários para problemas de saúde mental e apoiar o avanço da desinstitucionalização;
- Promover estratégias e atividades de promoção e prevenção da saúde mental ao longo da vida;
- Reforçar a integração da saúde mental e do apoio psicossocial em contextos de emergência;
- Fortalecer dados, evidências e pesquisas;
- Tornar a prevenção do suicídio uma prioridade nacional de todo o governo e desenvolver capacidade multissetorial para responder às pessoas afetadas por comportamentos suicidas.

3. Relatório sobre acesso à saúde sexual e reprodutiva

Foi ainda aprovado durante a reunião do Conselho o relatório sobre o acesso à saúde sexual e reprodutiva na região. O documento apresenta a situação atual dos serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR), bem como as respostas sanitárias existentes e as barreiras ao acesso, propondo medidas para melhoria.

Embora a maioria dos países tenha melhorado a cobertura dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, com a região a atingir 84% (acima da média global de 74%), ainda existem disparidades entre os países e dentro deles.

Como pontuado por Dr Jarbas, essa questão é prioritária para a região e apesar dos avanços, os dados que temos nos mostram que devemos melhorar. A taxa de gravidez na adolescência na região, por exemplo, é inaceitável.

As barreiras ao acesso aos serviços de SSR são maiores nas populações vulneráveis, o que implica que certos grupos registam consistentemente piores resultados.

Abordar essas desigualdades é fundamental para alcançar a saúde universal, proteger os direitos humanos, a igualdade de gênero, combater a discriminação e melhorar os determinantes sociais da saúde. Foi ainda enfatizado pela Dra. Suzanne Serruya, Diretora do Centro Latino-Americano de Perinatologia, Mulher e Saúde Reprodutiva (CLAP) da OPAS. /WR), a importância de fortalecer os quadros regulatórios para a proteção dos direitos, enfatizando a necessidade de os países assumirem um compromisso político com o financiamento adequado e sustentável para permitir a implementação de intervenções.

Estima-se que alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3.7 “Acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva” implica em reduzir de quase 70% das mortes maternas e 60% das mortes neonatais.

Garantir o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva é uma questão de direitos humanos e uma estratégia para o desenvolvimento dos países.

4. Plano para prevenção, preparação e resposta a pandemias nas Américas

Os esforços para melhorar a prevenção, preparação e resposta à pandemia estiveram no topo da agenda hoje em uma sessão informativa realizada à margem do 60º Conselho Diretor.

Durante a sessão, a OPAS apresentou seu plano de acompanhamento para uma avaliação externa de sua resposta à pandemia da COVID-19, bem como recomendações para permitir que os países se preparem e respondam melhor a futuras emergências de saúde. Estas incluíram o fortalecimento da governança e dos mecanismos de financiamento da OPAS durante as crises e a capitalização das novas tecnologias e abordagens adotadas durante a pandemia.

Foi mencionado que as lições da pandemia só serão aprendidas se forem feitos ajustes e intervenções correspondentes que permitam responder às crises de saúde de forma mais eficaz e melhorar a capacidade de antecipar desafios, inovar, planejar e liderar com determinação e resiliência.

Nesta sessão contou-se com a presença do embaixador brasileiro Tovar Nunes, que atua como vice-chair, representante das Américas, no Órgão Intergovernamental de Negociação

(INB) instituído na Assembleia Mundial da Saúde em dezembro de 2021 para conceituar e negociar um instrumento global de pandemia.

Os esforços das alterações da INB e do RSI servirão de base para preparar o caminho para um mundo menos vulnerável às crises de saúde.

5. Iniciativa para eliminar mais de 30 doenças transmissíveis após impacto negativo da pandemia de COVID-19

A Iniciativa de Eliminação da Organização Pan-Americana da Saúde busca pôr fim a mais de 30 doenças transmissíveis e condições relacionadas na América Latina e no Caribe.

À medida que avançamos na recuperação da pandemia, é altura de dar à Iniciativa de Eliminação um impulso renovado, mais forte e mais maduro para alcançar um objetivo em matéria de doenças transmissíveis que começou logo no estabelecimento da Organização, há 120 anos.

Após um esforço mundial, a varíola foi erradicada em 1980 e, 14 anos depois, a poliomielite foi eliminada das Américas. Desde então, a rubéola, a síndrome da rubéola congênita, o sarampo e o tétano neonatal também foram eliminados e registaram-se progressos no sentido da eliminação de outras doenças. Até 2023, 19 países da região estavam livres da malária, oito tinham eliminado a transmissão vertical do HIV e da sífilis e a oncocercose está limitada a uma área da bacia Amazônica.

Câncer de colo de útero, doença de Chagas, cólera, hepatite B e C, HIV/aids, raiva humana transmitida por cães, hanseníase, malária, oncocercose, tracoma e tuberculose são algumas das doenças que serão eliminadas até 2030 no âmbito da Iniciativa de Eliminação e o compromisso assumido pelos países da região em 2019 na OPAS.

Para o Dr. Barbosa, as lições aprendidas com a pandemia da COVID-19, bem como com as experiências anteriores de eliminação, apresentam aos países uma oportunidade de alavancar a iniciativa e acelerar o seu ritmo. Outras oportunidades incluem o arsenal de vacinas, diagnósticos, medicamentos e outras tecnologias disponíveis através da OPAS, bem como o impulso à saúde digital e a uma compreensão mais profunda das desigualdades na saúde e a um maior envolvimento comunitário.

A Iniciativa de Eliminação visa interromper a transmissão de doenças endêmicas, acabar com a morbidade e a mortalidade e prevenir sequelas incapacitantes.

A estratégia propõe a integração de programas e o reforço do nível primário de cuidados, bem como o reforço dos sistemas de vigilância e de informação sanitária. Apela também à abordagem dos determinantes ambientais e sociais da saúde, com enfoque nas desigualdades e nas populações vulneráveis, e ao reforço da liderança dos Ministérios da Saúde.

Ao longo da reunião diversos representantes nacionais apresentaram as ações de seus países e Philippe Duneton, Diretor Executivo da UNITAID, apresentou inovações em saúde que podem contribuir para a eliminação de doenças como o HIV, a tuberculose e a malária. Magdalena Robert, Diretora Adjunta de Advocacia e Comunicações de Programas, Poliomielite e Distribuição de Vacinas, Fundação Bill & Melinda Gates, destacou o apoio da sua organização à região para garantir que as raparigas em países de baixos rendimentos também tenham acesso à vacina para prevenir o cancro do colo do útero.

6. Adoção de 12 resoluções para fortalecer as políticas de saúde nas Américas e recuperar os ganhos perdidos durante a pandemia da COVID-19

Foram ainda adotadas 12 resoluções para fortalecer as políticas de saúde nas Américas e recuperar os ganhos perdidos durante a pandemia da COVID-19.

Em muitos momentos foi reforçado pelo Diretor da OPAS, que embora tenhamos saído da pandemia da COVID-19, não se pode baixar a guarda. É preciso aproveitar isto como uma oportunidade para acelerar a ação para recuperar os ganhos perdidos em saúde pública e aumentar a resiliência dos sistemas de saúde da região.

Dr. Barbosa destacou a importância de garantir que os países se envolvam em esforços para aumentar a sua preparação e resposta a futuras pandemias e emergências de saúde pública, instando os Estados Membros da OPAS a participarem ativamente nas discussões relativas à revisão do Regulamento Sanitário Internacional e do Órgão Intergovernamental de Negociação.

As resoluções do 60º Conselho Diretor incluem:

Reforçar os recursos humanos para a saúde para alcançar sistemas de saúde resilientes, que visa reforçar a criação e formação de equipes de saúde interprofissionais, especialmente em áreas desfavorecidas da Região. Visa também promover condições de trabalho dignas para o pessoal da saúde e apoiar os países no desenvolvimento a desenvolverem políticas e planos nacionais, bem como de mecanismos reguladores.

Prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e adultos jovens. Esta resolução visa fortalecer a vigilância, bem como os serviços de atenção primária à saúde para triagem, diagnóstico e tratamento de DNT entre crianças, adolescentes e adultos jovens. Também promove melhorias na promoção da saúde, na prevenção das DNT e na redução dos fatores de risco das DNT.

Melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio na Região das Américas. Como mencionado acima, esta resolução promove a implementação de uma abordagem intersectorial, baseada na equidade e nos direitos humanos para promover e proteger a saúde mental que inclua todos. Também apoia a transição da institucionalização de saúde mental de longa permanência para serviços comunitários e aborda a prevenção do suicídio.

Ainda se inclui nesta lista as estratégias e esforços para melhorar a prevenção, preparação e resposta à pandemia. Durante a sessão, a OPAS apresentou uma série de recomendações baseadas na avaliação externa da resposta da Organização à pandemia, incluindo o fortalecimento dos mecanismos de financiamento e a capitalização das novas tecnologias.

E também a Iniciativa de Eliminação da OPAS, que busca pôr fim a mais de 30 doenças transmissíveis e condições relacionadas na América Latina e no Caribe. Como explicamos acima, as DNT continuam a ser a principal causa de problemas de saúde, incapacidade e morte na Região das Américas e representam 81% da mortalidade geral.

Cinco relatórios finais também foram apresentados, inclusive sobre a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas; controle do tabaco na Região das Américas; fortalecimento das estatísticas vitais; doença renal crônica em comunidades agrícolas na América Central; e saúde e turismo.

Ao fim dos compromissos, o diretor da OPAS reforçou a centralidade do comprometimento com os valores pan-americanos de justiça, excelência, solidariedade, respeito e integridade.

Referências

60º. Conselho Diretor - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde [Internet]. www.paho.org. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/orgaos-diretores/conselho-diretor/60o-conselho-diretor>. Acessado em 6 out. 2023.

CD60/9 - Strategy for Improving Mental Health and Suicide Prevention in the Region of the Americas - PAHO/WHO | Pan American Health Organization [Internet]. www.paho.org. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/cd609-strategy-improving-mental-health-and-suicide-prevention-region-americas>. Acesso em 7 out. 2023.

Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global

Quo vadis?

Eduardo Hage Carmo

Introdução

Em maio de 2022 a 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) aprovou o relatório do Grupo de Trabalho sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta da Organização Mundial da Saúde frente às Emergências Sanitárias e decidiu pela continuidade dos trabalhos por este Grupo (que passou a ser denominado de Grupo de Trabalho sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional - WGIHR, em inglês) e da instituição de um Comitê de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), para condução do processo de coleta e consolidação de emendas específicas ao Regulamento. (WHA75/9. [https://www.who.int/teams/ihr/ihr-review-committees/review-committee-regarding-amendments-to-the-international-health-regulations-\(2005\)](https://www.who.int/teams/ihr/ihr-review-committees/review-committee-regarding-amendments-to-the-international-health-regulations-(2005))). Os trabalhos foram inicialmente desenvolvidos pelo Comitê de Revisão, em outubro de 2022, que teve a atribuição de realizar consultas aos Estados Membros e consolidar as propostas que seriam apresentadas ao Diretor Geral da OMS em janeiro de 2023.

A partir da apresentação do informe final do Comitê de Revisão, mediante o envio dessas propostas pelo Diretor Geral, a condução das discussões sobre as emendas tem sido de responsabilidade do WGIHR. Este grupo de trabalho, que havia sido instituído desde novembro de 2022, já realizou 5 reuniões periódicas, sendo a última prevista para dezembro deste ano. Além dessas reuniões dos Estados Membros, que incluíram a participação de Liechtenstein e Vaticano, têm sido realizadas reuniões com outros organismos internacionais, grupos interessados externos, incluindo organizações da sociedade civil.

Cumprindo o estabelecido na decisão da mesma 75ª AMS, o WGIHR tem coordenado seus trabalhos com o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB em inglês), que vem trabalhando na preparação de um instrumento internacional sobre pandemias (WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response), para o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta às pandemias ([Intergovernmental Negotiating Body \(INB\) \(who.int\)](https://www.who.int/inb)). O INB foi instituído por uma sessão extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde, realizada em dezembro de 2021.

Segundo o cronograma estabelecido, ambos os processos de negociação devem culminar com apresentação de seus respectivos relatórios finais para submissão na 77ª AMS (2024).

Passados quinze anos desde a entrada em vigor do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005), por que se decidiu por emendá-lo e quais as perspectivas de avanços concretos na melhoria das capacidades globais e nacionais para o enfrentamento dos riscos e das emergências de saúde pública?

Lições da pandemia de COVID - 19 e outras lições

Em maio de 2021, quando se definiu pela elaboração de um instrumento internacional sobre pandemias já havia decorrido mais de um ano após a declaração pelo Diretor Geral de que

o mundo enfrentava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, causada pela disseminação da COVID-19 ([COVID-19 Public Health Emergency of International Concern \(PHEIC\) Global research and innovation forum \(who.int\)](#)), considerada posteriormente como pandemia ([WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020](#)).

Naquela ocasião, já se evidenciava que o mundo não estava preparado para seu enfrentamento, conforme demonstravam os elevados números de casos e mortes, a lenta e insuficiente resposta adotada na maioria dos países, além das rupturas na sociedade e da economia global, com sérias consequências sobre a qualidade de vida das populações, tendo o maior impacto nas populações vulnerabilizadas. As iniquidades presentes nas sociedades, foram aprofundadas pela pandemia, apresentando sua face mais visível no acesso desigual às tecnologias em saúde disponíveis ou em desenvolvimento para redução do impacto da pandemia. A governança global para a gestão de uma emergência sanitária global, pelos mecanismos multilaterais, sob a coordenação da OMS, mais uma vez foi ameaçada, com consequentes riscos à efetividade de ações coordenadas, inclusivas e sustentáveis.

Também durante a 75ª AMS foi apresentado o relatório do Comitê de Revisão sobre o funcionamento do RSI durante a pandemia de COVID-19, no qual foram apresentadas uma série de insuficiências na resposta global ([Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations \(2005\) during the COVID-19 response \(who.int\)](#)). Entretanto, algumas dessas insuficiências não eram novas, nem desconhecidas pelos países ou pela OMS. Desde a apresentação do relatório do primeiro Comitê de Revisão que analisou a resposta à pandemia de Influenza A(H1N1) em 2010/2011 ([A64 10-en.doc \(who.int\)](#)), e incluindo os Comitês que trataram da extensão do prazo para desenvolvimento de capacidades básicas e implementação do RSI em 2015 ([EB Document Format \(who.int\)](#)) e da resposta à epidemia de Ebola em 2016 ([EB Document Format \(who.int\)](#)), muitas das insuficiências já eram conhecidas, mas o ritmo de implementação das recomendações apresentadas nos relatórios anteriores era muito lento.

Conforme constatado pelo Comitê de Revisão sobre o funcionamento do RSI durante a pandemia de COVID-19: “se as recomendações feitas em 2011, 2015 e 2016 tivessem sido implementadas, os Estados Partes e a OMS estariam melhor preparados para a COVID-19” (tradução livre) ([Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations \(2005\) during the COVID-19 response \(who.int\)](#))

Neste mesmo período emergiu um debate sobre as insuficiências geradas pelo próprio instrumento internacional vigente (RSI) que deveria contribuir para que o mundo estivesse melhor preparado para uma emergência de saúde pública. Particularmente, as críticas surgiram, dentre outras fontes, do Painel Independente sobre Preparação e Resposta à Pandemias que apresentou seu relatório na mesma 75ª Assembleia Mundial da Saúde, no qual concluía que: “... o RSI juridicamente vinculante é um instrumento conservador (. . .), serve para restringir, em vez de facilitar, uma ação rápida e que o princípio da precaução não foi aplicado (. . .) quando deveria ter sido...” (tradução livre) [COVID-19: Make it the Last Pandemic \(theindependentpanel.org\)](#)

Em artigo publicado em outubro daquele ano, os membros do Comitê de Revisão sobre o funcionamento do RSI durante a pandemia de COVID-19, reiteraram que a deficiência não residia no documento do RSI (2005), mas na sua implementação pelos Estados Partes e pela própria OMS. Indo mais além e colocando o dedo na ferida referiram: “No entanto, muitos países aplicaram apenas parcialmente o RSI, não estavam suficientemente conscientes destes

regulamentos ou ignoraram-nos deliberadamente e que a OMS não fez pleno uso dos poderes que lhe foram conferidos através da redacção e do espírito do RSI” (Tradução livre) (Aavitsland et al, 2021).

Para além da discussão sobre a insuficiência do RSI, tanto o Comitê de Revisão, quanto o Painel Independente apontaram deficiências e recomendações de melhorias nas capacidades globais para enfrentamento de emergências de saúde pública. Por outro lado, se reconhecia que tenham havido alguns avanços nos últimos anos, muitos deles impulsionados pela própria pandemia de COVID-19.

Portanto, a questão central no processo de discussão de emendas ao RSI, assim como na discussão de um novo instrumento para pandemias deveria ser o enfrentamento dos fatores que contribuem para a produção, a disseminação e o impacto de eventos que podem se constituir emergências de saúde pública, as limitadas capacidades nacionais para atuar sobre riscos à saúde pública (devido a falta de prioridade, desfinanciamento, redução do Estado, entre outros) e dos mecanismos de governança global, que incluem a liderança da OMS (Silva et al, 2022).

Considerando essas análises sobre a resposta às emergências de saúde pública neste século, vamos analisar como alguns temas estratégicos para a melhoria dessas capacidades estão sendo tratados no âmbito das discussões sobre as emendas ao RSI.

Estágio das discussões sobre as emendas ao RSI: estamos deixando algo para trás?

Quando se aprovou a instituição do Comitê de Revisão que coletaria e consolidaria as emendas ao RSI a expectativa proposta no documento de trabalho era de que fossem apresentadas emendas específicas (e limitadas) ao instrumento em vigor. Dentre as áreas propostas para serem objeto das emendas, os capítulos iniciais (definições, princípios, alcance) não estavam incluídos.

Entretanto, já nas primeiras reuniões do Comitê essas expectativas não foram cumpridas. Os Estados Partes apresentaram cerca de 300 emendas para 33 artigos dentre os 66 artigos do texto atual do RSI (2005), 5 dentre os 9 anexos, além de cinco novos artigos e 2 novos anexos ([Report of the Sixth Meeting of the Review Committee regarding amendments to the International Health Regulations \(2005\) \(IHR\) \(who.int\)](#)).

Com a finalização dos trabalhos do Comitê de Revisão e considerando a continuidade pelo WGIHR, sem pretendermos explorar todos os temas importantes das negociações, trataremos de alguns tópicos estratégicos que estão presentes nos informes das sucessivas reuniões:

a) Equidade

Este princípio não consta na versão atual do RSI (2005), mas foi incluído nas versões recentes dos relatórios produzidos pelo WGIHR, tornando-se um dos temas centrais nas discussões. Entretanto, a abordagem sobre a equidade enquanto princípio pode ser restringida ao acesso às tecnologias de saúde (denominadas contramedidas médicas) e à transferência de conhecimento e tecnologias, embora o Comitê de Revisão tenha afirmado em seu relatório que: “O Comitê é de opinião que equidade, enquanto valor e princípio, vai muito além do acesso a insumos médicos, transferência de conhecimento e de tecnologia. Alguns membros do Comitê veem um papel potencial para uma maior inclusão nas emendas propostas para ajudar a abordar as experiências desiguais da propagação internacional de doenças devido ao gênero, raça,

localidade, idade, deficiência, sexo, etnia e outras vulnerabilidades.” [Report of the Sixth Meeting of the Review Committee regarding amendments to the International Health Regulations \(2005\) \(IHR\) \(who.int\)](#)

Gopakumar & Ramakrishnan (2023) analisaram as diversas propostas de emendas apresentadas pelos Estados Partes ao Comitê de Revisão, que abordaram aspectos sobre equidade, muitas delas por blocos regionais dos países em desenvolvimento, agrupando-as nos seguintes elementos: Responsabilidades comuns mas diferenciadas; acesso e compartilhamento de benefícios; equidade; disciplinamento de medidas unilaterais; mecanismos de cooperação (“Duty to Cooperate”), e mecanismos de financiamento (especialmente pelo Banco Mundial). [WHO: IHR Review Committee fails to make meaningful technical recommendations \(twm.my\)](#)

Conforme observaram os autores, prevaleceu no relatório uma visão distorcida sobre a viabilidade e praticabilidade das emendas sobre as questões relativas à equidade, propostas especialmente pelos países em desenvolvimento.

Cabe aqui questionar se, de fato, as emendas que estarão refletidas no documento a ser apresentado à 77ª AMS irão apontar para redução das desigualdades, não somente nos aspectos mencionados anteriormente, que são também fundamentais como se observou na experiência da COVID-19 e emergências anteriores. Mas se essas emendas irão abordar a redução das vulnerabilidades sociais e ambientais e o estabelecimento de políticas, estratégias e planos conduzidos pelos Estados com este propósito, assegurando-se os mecanismos de participação da sociedade civil, de forma privilegiada.

Além disso, o tratamento do tema equidade implica interagir com o processo de discussão em curso no INB sobre direitos de propriedade intelectual, compartilhamento de benefícios e transferência de tecnologia e conhecimento, assim como a interação com os processos de negociação em outros fóruns multilaterais.

Sabemos que este não é um consenso fácil de ser atingido, como recentemente se observou na divergência presente no relatório do Comitê de Revisão sobre Medidas Permanentes para a COVID-19, no qual houve discordância sobre a inclusão de recomendações para que os Estados Partes continuem trabalhando visando assegurar acesso equitativo às contramedidas médicas seguras, efetivas e de qualidade para a COVID-19 ([Report of the Review Committee regarding standing recommendations for COVID-19 \(who.int\)](#)). A posição adotada pelo Diretor Geral da OMS, felizmente, foi no sentido de que essa recomendação deveria ser incluída em seu comunicado sobre o tema ([Standing recommendations for COVID-19 issued by the Director-General of the World Health Organization \(WHO\) in accordance with the International Health Regulations \(2005\) \(IHR\)](#)).

b) Objetivos do RSI

Foram apresentadas propostas de inclusão dos termos “preparar” e “resiliência e prontidão dos serviços de saúde” dentre os propósitos de “prevenir, proteger contra, controlar e prover uma resposta de saúde pública para a disseminação internacional de doenças”. Estas propostas tornaria o RSI mais alinhado com os marcos internacionais relativos à gestão de riscos de emergências e desastres, incluindo o Marco de Sendai, Princípios de Bangkok, além de guias da própria OMS sobre o tema, como o “Health Emergency and Disaster Risk Management Framework” ([Health Emergency and Disaster Risk Management Framework \(who.int\)](#)).

Entretanto, ao longo dos anos de implementação do RSI (2005), a inclusão do termo “prevenir” dentre os seus objetivos não tem significado ações concretas pelos Estados Partes e da própria OMS, no âmbito do RSI, quanto a adoção de medidas que visem reduzir o risco de produção e disseminação de doenças que podem constituir uma ESPII, o que passa necessariamente pela abordagem dos determinantes sócio-ambientais.

Poder-se-ia argumentar que os componentes de prevenção, preparação, recuperação e resiliência já estariam contempladas em outras iniciativas conduzidas pela OMS e Estados Membros, mas lembremos que a ampliação das capacidades globais de diagnóstico laboratorial (incluindo a vigilância genômica), produção de tecnologias em saúde (incluindo vacinas), dentre outras, deveria ter sido objeto de acompanhamento no contexto da aplicação do Anexo I e seus artigos relacionados.

c) Emergência de saúde pública e pandemia

Um conjunto de propostas trata destes temas, sob diferentes visões. No que diz respeito às pandemias, devemos lembrar que o instrumento internacional negociado pelo INB, conforme se define no seu escopo, trata especificamente de pandemia, a qual pela definição atualmente disponível na literatura internacional, não incluiria outras emergências de natureza não biológica, dentre elas os desastres (Morens et al, 2009).

Em reuniões conjuntas entre o WGIHR e o INB, tem sido proposto que ambos os instrumentos adotem uma nova definição sobre pandemia, incluindo, por exemplo, o critério de gravidade. Além de que o conceito clássico de pandemia se refere exclusivamente a disseminação internacional de uma doença transmissível, ao adotar os critérios de gravidade nesta definição, pandemias reais que ocorreram recentemente e que também foram consideradas como Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII (como a Mpox) não seriam consideradas como pandemias pelo novo RSI. Mesmo a pandemia de Influenza H1N1 2009, que apresentou uma baixa letalidade, em comparação com pandemias de influenza anteriores, poderia não ser incluída.

Lembremos que parte das críticas sobre a atuação da OMS durante a ESPII de Influenza H1N1 2009, surgiu pela utilização do critério de gravidade para declaração de uma pandemia (Kamradt-Scott, 2017; Morens et al, 2009). Durante a pandemia de COVID-19, o Diretor Geral declarou que aquele evento constituía uma pandemia, embora este mecanismo não estivesse previsto no RSI (no qual somente constam os procedimentos para declaração de uma ESPII), utilizando alguns critérios distintos do que até então a própria OMS tinha adotado.

Portanto, a inclusão do termo pandemia no RSI, a adoção de critérios que o definam e de procedimentos que sejam utilizados para sua declaração, além daqueles que serão adotados para a declaração de uma potencial ESPII, atualmente estabelecidos com uso do Anexo 2, tem sido objeto de preocupação dos Estados Membros, conforme tem sido discutido nas reuniões conjuntas WGIHR e INB e parece ainda distante de uma resolução.

No que diz respeito aos critérios para declaração de uma ESPII, tem sido proposta ainda a adoção de um nível intermediário para uma potencial emergência, conforme previamente sugerido pelo Comitê de Revisão que analisou a resposta à epidemia de Ebola em 2016 ([EB Document Format \(who.int\)](#)), mas não foi recomendada pelo Comitê de Revisão sobre o funcionamento do RSI durante a COVID-19 ([Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations \(2005\) during the COVID-19 response \(who.int\)](#)).

Tal medida requereria uma modificação importante do Anexo 2 e seu instrutivo, baseado em novos procedimentos para análise de risco das potenciais emergências.

d) Efeitos da emergência climática

O tema emergência climática e as medidas de saúde necessárias para melhorar as capacidades dos Estados Membros para enfrentamento dos seus efeitos não são referidos no relatório do Comitê de Revisão sobre emendas ao RSI, não constando dentre as propostas consolidadas por este Comitê. Uma possível aproximação sobre o tema poderia ser identificada na proposta de inclusão do princípio da precaução, embora o relatório do Comitê já tenha apontado uma série de restrições a esta inclusão (refere que o RSI deve ser baseado em evidências, o que poderia impedir ou limitar a sua aplicação).

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, incluindo o mais recente de 2022 ([Chapter 7: Health, Wellbeing and the Changing Structure of Communities | Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability \(ipcc.ch\)](#)), periodicamente consolidam os principais resultados presentes na extensa literatura acerca dos efeitos da emergência climática sobre os eventos climáticos extremos, que tem gerado uma série de emergências sanitárias (de natureza infecciosa e não infecciosa), muitas dessas evidências com elevado nível de certeza.

Pandemias e emergências recentes, como a de Zika e síndrome congênita associada, podem ter estreita relação com os efeitos da crise climática (Ali et al, 2017). A ocorrência de uma nova pandemia por vírus influenza de origem aviária pode ter seus mecanismos biológicos facilitados pelas mudanças nas rotas migratórias de aves silvestres, mais uma vez, influenciadas pela crise climática (Cohen, 2023). Por fim, para além das doenças infecciosas, os desastres registrados nos últimos anos têm apresentado cada vez maior frequência, impacto e complexidade, projetando-se a ocorrência de novos eventos ainda mais devastadores nos próximos anos.

Se estas evidências - documentadas em inúmeras publicações científicas - não forem suficientes para a adoção do princípio da precaução e, principalmente, utilizar este princípio para o planejamento de ações concretas visando a preparação e redução dos impactos frente a estas ameaças (o que já é parte do atual RSI, conforme o Anexo 1 e artigos relacionados), talvez um novo RSI (ou um RSI reformado, como queiram chamar) poderia nascer com tempo de vida limitado.

e) Mecanismos de monitoramento da implementação do RSI e desenvolvimento das capacidades previstas

Os mecanismos de monitoramento e prestação de contas (*compliance*) da implementação do RSI (2005), incluindo o desenvolvimento das capacidades básicas estabelecidas no Anexo 1, foram estabelecidos por meio da Resolução da 58a AMS que aprovou este instrumento ([A58_R1_R&D-en.doc \(who.int\)](#)), além de sessões em anos subsequentes e guias técnicos.

Um dos mecanismos tem como base o uso de um instrumento obrigatório de auto-avaliação, por meio do qual o Secretariado da OMS produz os informes anuais apresentados na Assembleia Mundial da Saúde e disponibiliza todos os informes dos Estados Partes na página da OMS. Este mecanismo tem se mostrado insuficiente e distante da realidade, na medida em que para muitas das capacidades que foram alcançados percentuais de cumprimento acima de 80%,

a resposta à COVID-19 e às emergências anteriores evidenciaram que o nível de desenvolvimento dessas capacidades era inferior.

Outros mecanismos voluntários são utilizados para o monitoramento das capacidades, como os exercícios de simulação, avaliação pós evento de saúde pública (*after action review*) e avaliação externa conjunta.

Novos mecanismos para monitoramento e prestação de contas têm sido discutidos no processo de negociação das emendas, como o mecanismo voluntário denominado Revisão Periódica Universal.

Uma questão que merece atenção diz respeito a que ambos os instrumentos internacionais em negociação (RSI e instrumento sobre pandemias) prevêem mecanismos de monitoramento e prestação de contas, sendo que os objetos desses mecanismos podem se sobrepor para a avaliação de alguns componentes. Assim, os Estados Membros ao avaliarem suas capacidades e analisarem a implementação de ambos os instrumentos internacionais, no contexto da prevenção, preparação e resposta às pandemias, por exemplo, devem otimizar seus esforços para que os resultados desse monitoramento e prestação de contas seja útil para identificar as principais lacunas que requeiram aperfeiçoamento.

Sobre o processo de negociação

Como visto, estão em curso dois processos de negociação sobre temas bastante interrelacionados, algumas vezes sobrepostos. Uma pandemia pode ser considerada uma emergência de saúde pública de importância internacional (sendo incluída, portanto no escopo de ambos os instrumentos) e se forem incluídos níveis intermediários de emergências, possivelmente muitas pandemias (se não todas) seriam também classificadas neste nível. Por outro lado, muitas emergências de elevado impacto, em especial os desastres relacionados aos efeitos das mudanças climáticas, mesmo que venham a ser consideradas como ESPII, neste caso, dentro do escopo do RSI, não estariam no escopo do novo instrumento internacional para pandemias.

Uma forma de evitar abordagens diferentes sobre temas comuns em ambos os instrumentos internacionais, considerando que serão juridicamente vinculantes, tem sido a seleção de temas mais estratégicos para discussões conjuntas entre o WGIHR e INB. Dentre esses temas foram selecionados: equidade, responsabilidades comuns e diferenciadas, capacidades para vigilância e laboratório, implementação e *compliance*, acesso às tecnologias em saúde, compartilhamento de dados/informações/materiais, financiamento, colaboração no desenvolvimento de capacidades, preparação e resiliência de serviços de saúde.

Entretanto, conforme referido sobre as discussões referentes ao uso do termo pandemia, este processo não assegura que se tenham definições que sejam aplicáveis e possibilitem (ou facilitem) a instrumentalização pelos países, OMS e todos os setores envolvidos, visando a adoção de ações efetivas para a prevenção, preparação, resposta e resiliência frente às emergências de saúde pública, incluindo as pandemias.

Além disso, ambos os processos de negociação devem levar em conta que os países, que venham a se constituir Estados Partes desses instrumentos, utilizariam como estratégia de implementação a elaboração e execução de Planos, que devem ser otimizados tanto no que respeita aos seus objetivos, quanto no que se refere aos recursos envolvidos, incluindo recursos financeiros. Dito de outra forma, não se espera, pelo menos não é razoável supor, que os países

venham a desenvolver Planos de implementação dos instrumentos internacionais para pandemias muito diferentes dos planos para outras emergências.

Importante destacar que o desenvolvimento desses processo de negociação, de forma simultânea, tem exigido dos representantes dos Estados Membro um esforço, muitas vezes difícil para realizar um acompanhamento permanente e uma participação substantiva, especialmente para aqueles Estados com menos recursos e, conseqüentemente, menor potencial de participação efetiva. Esta dificuldade pode ter como consequência que a atenção para determinados temas seja priorizada, concentrando suas contribuições a um número limitado em relação ao conjunto de todo o conteúdo.

Quo vadis?

Na última reunião do WGIHR, realizada entre 2 e 6 de outubro, foi considerado improvável, pelos copresidentes, que um pacote de emendas seja finalizado até janeiro de 2024 (quando espera-se que o WGIHR apresente seu relatório ao Comitê Executivo da OMS), sendo necessária a continuidade das negociações até maio do mesmo ano, quando será realizada a Assembleia Mundial da Saúde para decisão sobre o tema ([Governments make progress towards agreeing amendments to the International Health Regulations \(2005\) \(who.int\)](#)).

Em particular as emendas que tem demandado maior tempo para negociação e requer articulação com o processo de negociação no INB, como aquelas referentes ao acesso equitativo às tecnologias em saúde, compartilhamento de benefícios e tecnologias, emergências de saúde pública (incluindo pandemias, mecanismos para classificação de ESPII, níveis intermediários), financiamento para emergências de saúde pública, possivelmente não serão finalizadas na 6ª reunião em dezembro .

Quais os riscos de que temas importantes, que estão expressos nas emendas em discussão, não sejam devidamente tratadas e não reflitam o que de fato justificaria este processo de modificação do RSI?

A partir das insuficiências na resposta global às pandemias e emergências anteriores, os ensinamentos sobre estes eventos e as perspectivas sobre futuras e mais impactantes emergências, face a manutenção das condições para sua ocorrência, estamos caminhando para termos instrumentos internacionais de saúde pública que apoiem e estimulem, pelo menos, uma melhor preparação?

Mais do que perguntarmos para onde caminha (*quo vadis?*) o processo de negociação sobre as emendas do RSI, como somos também atores dele, com maior ou menor incidência, cabe reformular a pergunta: para onde vamos com este com processo?

A resposta certamente não será satisfatória se continuarmos no caminho da manutenção de um mundo marcado pela desigualdade, exclusão e destruição. Entretanto, há um outro caminho...

Referências

Aavitsland et al. Functioning of the International Health Regulations during the COVID-19 pandemic. *Lancet*. 2021 398(10308):1283-1287. Disponível em: [Functioning of the International Health Regulations during the COVID-19 pandemic - PubMed \(nih.gov\)](#)

Ali et al. Environmental and Social Change Drive the Explosive Emergence of Zika Virus in the Americas. *PLOS Neglected Tropical Diseases* 11(2): e0005135. 2017. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0005135>

Cohen J. Flight risks. *Science* 381 (6665), DOI: 10.1126/science.adl0418. Disponível em: [Changing bird migrations threaten to bring new infectious diseases to humans | Science | AAAS](#)

Gopakumar & Ramakrishnan. WHO: IHR Review Committee fails to make meaningful technical recommendations. Disponível em: [WHO: IHR Review Committee fails to make meaningful technical recommendations \(twn.my\)](#)

Kamradt-Scott A. What Went Wrong? The World Health Organization from Swine Flu to Ebola. A. Kruck et al. (eds.), *Political Mistakes and Policy Failures in International Relations*, PMC, 2018:193–215. Disponível em: [What Went Wrong? The World Health Organization from Swine Flu to Ebola - PMC \(nih.gov\)](#)

Morens et al. What Is a Pandemic? *The Journal of Infectious Diseases* 2009;200:1018–21. Disponível em: [200-7-1018.pdf \(archive.org\)](#)

Souza et al. The global failure of facing the pandemic, *Global Health Action*, 2022. 15:1, 2124645. Disponível em: [Full article: The global failure of facing the pandemic \(tandfonline.com\)](#)

O inevitável clamor sistêmico dos direitos humanos – ambiente, populações e poder na agenda urgente de uma nova multipolaridade

The inevitable systemic clamor for human rights – environment, populations and power in the urgent agenda of a new multipolarity

Armando De Negri Filho

Abstract. *As the 54 Human Rights Council Session comes to an end, this inform examines its resolutions through the main debates - September 27th to October 6th - with special attention to religious and racial intolerance, the reflexes of the Israel and Palestine, Ukraine and the migration crisis, doing so by analyzing such topics in context of the legacies of colonialism and the blockage to the full development of Southern countries.*

Keywords: *UN Human Rights Council. Systematic Violations. Decolonial Justice.*

Resumo. Com a 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos chegando ao seu final, este informe examina as suas resoluções através dos principais debates - 27 de Setembro a 6 de Outubro - com especial atenção à intolerância religiosa e racial, aos reflexos de Israel e da Palestina, à Ucrânia e à crise migratória, fazendo-o ao analisar tais temas no contexto dos legados do colonialismo e do bloqueio ao pleno desenvolvimento dos países do Sul.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos da ONU. Violações Sistemáticas. Justiça Decolonial.

A 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU se aproxima do seu final no dia 13 de outubro de 2023. No próximo informe, examinaremos as resoluções desta 54ª Sessão e certamente relatando os reflexos da situação em Israel/Palestina. Neste informe informamos as principais notas dos debates realizados entre 27 de setembro e 06 de outubro, com destaque para os conflitos em torno à intolerância religiosa e racial, as quais se relacionam com os legados do colonialismo e o bloqueio ao pleno desenvolvimento dos países do Sul, resultando em migrações essencialmente motivadas por êxodos econômicos e que encontram na crise econômica da Europa, capturada nas consequências de uma guerra por procuração na Ucrânia, com a cascata de restrições econômicas e sociais que aumentam a xenofobia e que por efeito sistêmico também apontam a uma maior restrição migratória nos Estados Unidos em plena disputa pré-eleitoral.

Dos relatórios apresentados pelos relatores especiais, destacamos aqueles que se inscrevem na determinação social da saúde com temas muito sensíveis e que merecem nossa atenção:

- a. **Os impactos tóxicos de algumas soluções propostas para as alterações climáticas.** Com o informe do Relator Especial Marcos Orellana sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, considerando os resíduos gerados pelas tecnologias e fontes de energia

alternativas. Orellana também apresenta os informes de suas visitas à Organização Marítima Internacional, Gana e Paraguai, onde ilustra esses impactos em termos ambientais e a necessidade urgente de adotar legislações nacionais e internacionais e implementá-las como medidas efetivas para evitar novos impactos ambientais

- b. **Financiamento verde: uma transição justa para proteger os direitos dos povos indígenas.** Informe do Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, José Francisco Calí Tzay. Este documento nos alerta sobre a necessidade também urgente de adotar as salvaguardas sociais e ambientais necessárias para proteger seus direitos frente ao “financiamento verde” das economias e que hoje pressionam territórios e povos indígenas, pois são iniciativas geralmente inseridas no modelo hegemônico de acumulação, se respeito às decisões e interesses dessas populações
- c. **Sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas.** Da especialista independente Claudia Mahler, que nos alerta sobre as diversas formas de violência, abuso e negligência contra as pessoas idosas. Ela examina as diferentes manifestações de abuso na velhice e revisa as medidas de prevenção e proteção. O relatório conclui com um conjunto de recomendações aos Estados e outras partes interessadas. O tema da proteção social dessas populações em contexto de insuficiência e crescentes restrições dos sistemas de proteções sociais, onde se inclui dramaticamente a saúde, deve interessar-nos pela magnitude do problema em plena transição demográfica e crescentes desigualdades / inseguridades em todo o mundo
- d. **A falta de moradia como causa e consequência das formas contemporâneas de escravidão.** Instigante informe do Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências, Tomoya Obokata. Ao relacionar vários direitos, onde desponta o direito à moradia digna e seu relacionamento circular com as formas de escravidão atuais, destaca a interdependência das materialidades requeridas do conjunto dos direitos humanos e toca um tema que se reflete finalmente nas populações em condição de rua como um fenômeno estrutural da ordem econômica vigente em escala global, expressão de populações descartáveis
- e. **Normas jurídicas internacionais que sustentam os pilares da justiça transicional.** Do Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência, Fabián Salvioli, pois apesar de não incluir diretamente as violações ao direito humano à saúde, destacando os efeitos e reparações dos conflitos armados e de regimes autoritários, me parece inevitável relacionar sua referência ao efeito sistêmico que podem ter as medidas coercitivas unilaterais, o uso da força das relações econômico financeiras, as rupturas traumáticas ou não de regimes nacionais por influência de potências estrangeiras, a luz dos efeitos de poder unilateral exercido pelo interesses dos conglomerados financeiros e industriais na materialidade dos direitos humanos como visto no acesso a vacinas e outros insumos durante a Pandemia, incluindo o efeito da posição negacionista do Governo Bolsonaro ou como se pode ver na situação crônica de violação dos direitos de povos e nações no caso Palestino. Se reconhecermos estas violações no marco de atuação dos direitos humanos e sua inclusão no âmbito da justiça

transicional, começaremos a dar consequências punitivas ao exercício unilateral de poder na definição das políticas econômicas e sociais e os direitos humanos deixarão de ser apenas uma reivindicação moral para ser uma reivindicação material. A localização de tribunais internacionais no Sul Global abre a possibilidade de colocar em perspectiva uma lei Internacional não cooptada por usos e costumes das cortes instalados no Norte, criando a materialidade de uma justiça com enfoque de Terceiro Mundo.

1. Síntese dos debates entre 27/09/2023 e 06/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos Continua o Debate Geral sobre o Ponto Nove da Ordem do Dia sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, Acompanhamento e Implementação da Declaração de Durban e do Programa de Ação](#)

06/10/2023

[Travar e reverter as consequências duradouras da escravidão, colonialismo, genocídio e apartheid são fundamentais para enfrentar o racismo contra afrodescendentes, diz Fórum Permanente ao Conselho de Direitos Humanos](#)

06/10/2023

Diálogo Interativo com o Fórum Permanente sobre Afrodescendentes - Relatório

Fórum Permanente sobre os Afrodescendentes (A/HRC/54/68)

Apresentação do Relatório

EPSY CAMPBELL BARR, Presidente do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes, apresentou o primeiro relatório anual do Fórum, que forneceu uma visão geral de suas duas primeiras sessões. Em dezembro de 2022, foi realizada em Genebra a sessão inaugural do Fórum Permanente. Intensas discussões ocorreram sobre questões cruciais como racismo sistêmico, justiça climática, justiça restaurativa e a busca da igualdade para todas as pessoas de ascendência africana. A segunda sessão do Fórum Permanente teve lugar em Maio, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Com mais de 1.600 participantes e mais de 100 eventos paralelos organizados ao longo das duas sessões, o alto nível de interesse global no Fórum Permanente sobre Afrodescendentes fez dele a maior plataforma para afrodescendentes nas Nações Unidas. Esse reconhecimento ressalta a urgência e a importância de abordar os problemas enfrentados pelos afrodescendentes em escala global.

O Fórum Permanente sublinhou a importância primordial da formulação de uma declaração das Nações Unidas sobre a promoção, proteção e pleno respeito dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana, que serviria tanto para reconhecer e abordar eficazmente as formas sistêmicas e estruturais de discriminação racial, como para salvaguardar e promover ativamente os direitos humanos das pessoas de ascendência africana. O Fórum Permanente estava plenamente empenhado em realizar consultas amplas e abrangentes com a sociedade civil e outras partes interessadas e instou os Estados-Membros a atribuírem maior importância à possibilidade de o Fórum Permanente organizar essas consultas regionais.

Apesar dos esforços envidados por alguns países para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa enfrentada pelas pessoas de ascendência africana, o Fórum Permanente permaneceu profundamente preocupado com o facto de as pessoas de ascendência africana continuarem a enfrentar o racismo sistêmico e a discriminação racial. Durante as duas sessões, deter e reverter as consequências duradouras da

escravidão, colonialismo, genocídio e apartheid foram vistos como fundamentais para enfrentar o racismo sistêmico e estrutural contra pessoas de ascendência africana. A reparação era uma pedra angular da justiça e, sem ela, não poderia haver uma agenda efetiva de desenvolvimento sustentável.

O Fórum Permanente recomendou que as Nações Unidas buscassem a assistência da Comissão de Direito Internacional na realização de um estudo abrangente sobre a questão das reparações para os afrodescendentes. Também recomendou a criação de uma comissão internacional independente de inquérito sobre justiça restaurativa para o Haiti, entre outras medidas. O Fórum recomendou a adoção de programas e políticas para afrodescendentes responsáveis por garantir a cobertura universal de saúde e abordar as disparidades de saúde e os traumas intergeracionais e transgeracionais causados pelo colonialismo, escravidão e apartheid. Foi preocupante que, apesar do amplo mandato conferido ao Fórum Permanente, este não tivesse recebido recursos adequados, e a Sra. Campbell Barr pediu apoio aos Estados-Membros. Como órgão consultivo do Conselho de Direitos Humanos, o Fórum Permanente estava pronto para apoiar o Conselho em seus esforços para cumprir os direitos de todos, incluindo as pessoas de ascendência africana.

Discussão

No debate, muitos oradores reafirmaram o seu forte compromisso com a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância e condenaram mais uma vez o racismo em todas as suas formas e manifestações, percebidas ou reais. As pessoas de ascendência africana continuaram a enfrentar múltiplas e interseccionais formas de discriminação em suas vidas devido ao racismo sistêmico e estrutural. A inclusão plena e efetiva de todas as pessoas afrodescendentes nas suas sociedades, sem qualquer tipo de discriminação, deve ser uma prioridade para todos. Os oradores concordaram que era necessário mostrar mais vontade política e acelerar o ritmo de ação.

Era essencial combater as causas estruturais do racismo, que tornou milhões de pessoas mais vulneráveis às alterações climáticas e as excluiu das formas de emprego. O colonialismo, a escravidão e o tráfico atlântico de escravos fizeram parte dos momentos mais sombrios da história da humanidade e tiveram efeitos duradouros hoje, com milhões, incluindo pessoas de ascendência africana, muçulmanos e muitos outros grupos continuando a sofrer discriminação.

As assimetrias de desenvolvimento humano e as desigualdades devem ser corrigidas de forma sistêmica, pois o racismo foi um legado colonial que sustentou todas as sociedades atuais. Todos os países tinham um longo caminho a percorrer para erradicar o racismo e a discriminação racial: a luta exigia uma resposta global, e a cooperação internacional era fundamental nesse sentido. A educação antirracista era essencial, assim como o compartilhamento de boas práticas nessa educação.

O verdadeiro progresso, a prosperidade e a sustentabilidade para todos só poderiam ser alcançados quando o mundo abordasse conjuntamente o racismo sistêmico e estrutural e outros legados da escravatura e do tráfico transatlântico de escravos. A injustiça não poderia ser remediada sem a responsabilização pelas injustiças do passado, que criaram a base para as desigualdades persistentes que afetam as pessoas de ascendência africana. Alguns oradores apelaram ao reconhecimento internacional da justiça reparadora como um caminho necessário para a restauração completa da dignidade e do progresso das pessoas de ascendência africana.

Alguns palestrantes disseram que o Fórum Permanente não se destinava apenas a ser um mecanismo consultivo para afrodescendentes e outras partes interessadas relevantes, mas também um órgão consultivo para o Conselho de Direitos Humanos. Não se pode subestimar a importância do trabalho do Fórum Permanente em evidenciar as desigualdades estruturais enfrentadas pelos afrodescendentes. O Fórum funcionou como um meio para educar, debater e compartilhar experiências com o propósito de encontrar soluções para combater as desigualdades sistêmicas e manter-se fiel a permitir que todos os seres humanos, incluindo os afrodescendentes, gozem plenamente dos direitos humanos.

Vários oradores instaram os Estados e as Nações Unidas a encontrarem soluções adequadas, sempre que possível, para prestar o apoio tão necessário à voz e ao trabalho do Fórum Permanente sobre os Afrodescendentes. Os Estados devem redobrar os esforços para eliminar o racismo e implementar plenamente a Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial e a Declaração e Programa de Ação de Durban. Era vital combater e combater as inúmeras formas de discriminação ainda enfrentadas pelas pessoas de ascendência africana.

Alguns oradores reiteraram o seu empenho na elaboração de uma declaração sobre os direitos das pessoas afrodescendentes, apelando à realização de consultas regionais com as comunidades afrodescendentes. O envolvimento da sociedade civil nesta iniciativa foi vital e deve ser envolvido. O futuro que o mundo sonhava estava bem ao alcance.

Considerações finais

EPSY CAMPBELL BARR, Presidente do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes, disse que, sobre as melhores práticas, a criação de guias e a educação seriam medidas que avançariam. As questões de género precisavam de ser racionalizadas. Era necessário que houvesse uma referência específica e um compromisso com as mulheres na declaração, que precisava ser elaborada a partir de uma perspectiva de género. Também era preciso reafirmar o apoio ao Fórum Permanente como espaço de discussão com os Estados e a sociedade civil. O Fórum estava disponível para trabalhar ao lado dos Estados, da sociedade civil e de todas as partes interessadas, com o objetivo de garantir que os direitos das pessoas afrodescendentes pudessem ser respeitados. A terceira sessão seria realizada em abril de 2024, em Genebra.

Relatório do Comitê Ad Hoc sobre a Elaboração de Normas Complementares à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial ([A/HRC/54/65](#)).

Apresentação do Relatório

KADRA AHMED HASSAN, Representante Permanente do Djibuti junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra e Presidente do Comitê Ad Hoc para a Elaboração de Normas Complementares à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, apresentando o relatório do Comitê Ad Hoc, disse que a décima terceira sessão ocorreu de 22 de maio a 2 de junho de 2023, com a participação de delegações, representantes da sociedade civil e juristas. O Comitê Ad Hoc debateu questões relativas à terminologia e aos elementos que requerem definição jurídica para criminalizar atos de natureza racista e xenófoba, quer a nível nacional, regional ou internacional, bem como a estrutura e o âmbito de aplicação de um documento jurídico destinado a criminalizar atos de natureza racista e xenófoba. O Comitê também trocou opiniões após uma apresentação sobre os "Aspectos processuais de um protocolo adicional à Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial: o contexto do direito internacional público".

O Comitê Ad Hoc analisou o projeto de documento do Presidente sobre o início das negociações sobre o projeto de protocolo adicional à Convenção sobre a "criminalização de atos de natureza racista e xenófoba", adotado durante a décima sessão. Com base nessa décima terceira sessão, o Comitê começava a empreender uma análise estruturada e focada sobre o possível conteúdo das normas complementares. O trabalho do Comitê Ad Hoc para a Elaboração de Normas Complementares não foi apenas chegar a acordo sobre novas normas, mas, em última análise, pensar em formas de reforçar a proteção de todas as pessoas contra os flagelos do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância conexa, tal como foi articulado no Programa de Ação de Durban.

À luz das manifestações contemporâneas, o Comitê Ad Hoc deve intensificar seus esforços para fortalecer a proteção do número crescente de vítimas de racismo e discriminação racial em todos os lugares. Isso incluiu a abordagem das lacunas de proteção nas normas e padrões internacionais, por meio da elaboração de um protocolo adicional à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, os trabalhos sobre o protocolo adicional devem sempre reforçar, e de modo algum enfraquecer ou diminuir, as disposições existentes da Convenção.

A Sra. Ahmed Hassan estava muito animada com o fato de que os representantes das Missões Permanentes e da sociedade civil continuavam a cooperar e contribuir de forma produtiva no Comitê Ad Hoc. Congratulou-se com a abordagem construtiva e a vontade de compromisso demonstradas durante a décima terceira sessão e manifestou a esperança de que o trabalho do Comitê Ad Hoc continue a progredir e que todos permaneçam ativamente envolvidos neste importante processo para abordar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa contemporânea em todo o lado.

[Conselho de Direitos Humanos Discute o Uso Excessivo da Força pela Aplicação da Lei contra Africanos e Afrodescendentes e Garantindo o Empoderamento Econômico para eles](#)

05/10/2023

[O Conselho conclui o debate geral sobre a Declaração e o Programa de Ação de Viena](#)

05/10/2023

Diálogo interativo sobre a atualização oral do Alto Comissariado sobre os vários motivadores, causas profundas e impactos dos direitos humanos do ódio religioso que constituem incitação à discriminação, hostilidade ou violência

Apresentação de Atualização Oral

VOLKER TÜRK, *Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, disse que o diálogo pacífico e a coexistência pacífica estão sendo cada vez mais fraturados em todo o mundo por discursos e ações que buscam dividir, inflamar e espalhar o ódio. Desde o debate urgente do Conselho em julho sobre este tema, as queimas do Alcorão foram encenadas publicamente em alguns países. Türk rejeitou veementemente esses atos desrespeitosos e ofensivos, especialmente aqueles que tinham o objetivo claro de provocar violência e provocar divisão.

A Resolução 53/1 do Conselho de Direitos Humanos observou com profunda preocupação os crescentes incidentes de profanação de locais de culto e símbolos religiosos em todo o mundo, pedindo ação imediata para enfrentá-los. Em resposta, o Gabinete traçou um

roteiro para o acompanhamento. O diálogo de hoje foi o primeiro passo. O ódio religioso hoje estava sendo impulsionado por múltiplos fatores: políticos e líderes promovendo políticas que dividiam, polarizavam e suprimiam vozes de dissidência; uma maré crescente de populismo marcada por perigosas políticas identitárias que prosperaram com o nacionalismo e o medo; ou por sistemas de ensino que não ensinaram aos seus alunos respeito, tolerância e compreensão. O discurso de ódio religioso, um fenômeno que estava longe de ser novo, agora se desenrolava sem controle. Na internet, os algoritmos das redes sociais amplificavam mensagens de ódio e alimentavam as câmaras de eco da ignorância.

Comunidades inteiras foram desumanizadas, com mulheres e meninas muçulmanas muitas vezes sofrendo o peso de abusos verbais, intimidação física e ameaças de morte, ou – pior ainda – violência real. Mas o ódio religioso – e o discurso de ódio que o amplificou – não tinha fronteiras e não era limitado em seu escopo. Em todo o mundo, também tinha como alvo Ahmads, bahá'ís, budistas, cristãos, hindus, judeus, sikhs, yazidis, bem como ateus e muitos outros. Os impactos do ódio religioso e da discriminação nos direitos humanos foram claros. Atentam contra a dignidade humana e podem levar à incitação à violência – ou à própria violência.

Diante de tais consequências no mundo real, lacunas na política nacional e nos marcos legais e de aplicação da lei estavam deixando o ódio e a discriminação escaparem pelas rachaduras. Os Estados-Membros podem e devem fazer mais. Iniciativas de treinamento para policiais e do judiciário, atores religiosos, professores e profissionais da mídia no combate ao ódio religioso precisavam fazer parte de uma abordagem que integrou a literacia religiosa, uma melhor compreensão e sensibilidade e medidas claras para combater a discriminação.

Isso não quer dizer que os governos não estavam fazendo esforços para combater o ódio religioso em suas leis e políticas. Muitos eram. Mas estes devem ser adaptados com cuidado, empregando medidas proporcionais que foram aplicadas igualmente, com abordagens matizadas e adaptadas para as quais as Nações Unidas desenvolveram uma série de ferramentas pertinentes. Um dos principais focos do Escritório seria desenvolver seu trabalho existente analisando as principais empresas de mídia social e sua implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A superação do ódio religioso exigia um contrato social renovado, com confiança e respeito em sua base, onde todos, não importando em quem ou no que acreditassem, pudessem participar de um diálogo seguro e saudável. Discursos provocativos ou acrobacias publicitárias premeditadas eram muito menos prováveis de conseguir incitar o ódio e a violência em sociedades que promoviam a tolerância, a igualdade, a abertura e a diversidade, onde as instituições estatais funcionavam bem e priorizavam a causa dos direitos humanos, e onde os valores fundamentais de confiança, compaixão e respeito, que atravessam todas as religiões, prosperavam.

Discussão

Alguns oradores disseram que, em muitas partes do mundo, as pessoas continuavam a ser discriminadas, perseguidas e, por vezes, até mortas devido à sua opinião ou religião, o que era muito preocupante. O discurso de ódio estava aumentando globalmente e precisava ser ativamente combatido por meio do diálogo, educação, conscientização e engajamento inter-religioso e intercomunitário. Os oradores reiteraram a sua firme e determinada rejeição de qualquer forma de incitamento ao ódio religioso, à intolerância e à discriminação com base na religião ou crença.

Alguns oradores estavam muito preocupados com a contínua profanação pública do Alcorão Sagrado em partes da Europa, que às vezes eram realizadas em frente às embaixadas e transmitidas ao vivo nas redes sociais. A inação das autoridades estatais para impedir essas ações foi muito preocupante. Isso gerou impunidade e violou o direito internacional dos direitos humanos. Os Estados eram obrigados a prevenir e proibir esses atos. Alguns oradores reiteraram a sua condenação da recorrência dos atos desrespeitosos e irresponsáveis de queima e profanação do Alcorão Sagrado ou de qualquer livro sagrado ou símbolos religiosos, e lamentaram profundamente as autoridades que permitiram que esses atos ocorressem.

Vários oradores disseram que membros de todos os grupos religiosos estavam experimentando intolerância e discriminação desenfreadas contra eles por causa de suas crenças religiosas. Infelizmente, algumas leis e políticas nacionais restringiram severamente as liberdades de grupos religiosos minoritários e permitiram que sua discriminação e assédio ficassem impunes. Os oradores registaram igualmente com preocupação os relatos de ataques e discriminação contra comunidades minoritárias e casos de intolerância religiosa e violência em certas partes do mundo.

A liberdade de expressão não pode ser usada como desculpa para tolerar e incitar o ódio religioso. As autoridades em causa deviam prestar muita atenção às implicações de tais ações. A prevenção e a responsabilização eram necessárias para proteger indivíduos e comunidades dos impactos negativos do ódio religioso, da hostilidade e do incitamento à violência. Era importante ter respeito mútuo e tolerância de todas as religiões, o que era fundamental para a paz e a segurança globais. Os oradores salientaram a sua firme oposição às leis relativas à blasfêmia, que vão contra a própria essência do direito à liberdade de religião ou de crença, bem como o direito à liberdade de expressão.

Alguns oradores manifestaram o seu empenho em combater a islamofobia, os sentimentos anti-islão, a xenofobia, a intolerância e o incitamento à violência com base na religião ou crença. Sublinharam igualmente o seu empenho na proteção e promoção sólidas da liberdade de religião ou de crença, incluindo a religião ou crença de pessoas pertencentes a minorias religiosas. Muitos oradores disseram estar empenhados em abordar os motores e as causas profundas do ódio religioso, incluindo através do fortalecimento de iniciativas de educação e conscientização que promovam a tolerância, o respeito e a compreensão mútua entre diferentes comunidades religiosas. Era necessário respeitar plenamente o direito humano básico à liberdade de religião ou de crença. Somente por meio da tolerância e do respeito mútuo é que sociedades pacíficas e inclusivas poderiam ser construídas. Link: <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2023/10/le-conseil-des-droits-de-lhomme-se-penche-sur-les-moteurs-de-la>

[Sudão do Sul: relatório do Inquérito da ONU conclui que repressão entrincheirada põe em risco as perspectivas de paz, direitos humanos e eleições creíveis](#)

05/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos inicia debate geral sobre acompanhamento e implementação da Declaração e do Programa de Ação de Viena](#)

04/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza debate geral sobre a situação dos direitos humanos na Palestina e em outros territórios árabes ocupados](#)

04/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos Adota Resultados da Revisão Periódica Universal de Liechtenstein e Sérvia](#)

03/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos Adota Resultados da Revisão Periódica Universal de Barbados, Emirados Árabes Unidos e Israel](#)

03/10/2023

[Risco de futuros crimes de atrocidade na Etiópia requer escrutínio e investigação internacionais contínuos, dizem especialistas da ONU](#)

03/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos Adota Resultados da Revisão Periódica Universal das Bahamas, Burundi e Luxemburgo](#)

02/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos Adota Resultados da Revisão Periódica Universal da Romênia, Mali e Montenegro](#)

02/10/2023

[Conselho de Direitos Humanos adota resultados da revisão periódica universal da França, Tonga e Botsuana](#)

29/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve briefing do presidente do Conselho Econômico e Social](#)

29/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve que novas tecnologias de proteção climática interferem nos direitos humanos; que o racismo sistêmico está se agravando; e que os atos de represália relatados contra pessoas que cooperam com as Nações Unidas permanecem altos](#)

28/09/2023

[Mais de 220 pessoas e 25 organizações em todo o mundo enfrentaram represálias por cooperarem com a ONU em direitos humanos, diz novo relatório](#)

28/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos Discute Questões Relativas aos Povos Indígenas com o Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#)

28/09/2023

[Racismo sistêmico permeia a polícia e os sistemas de justiça dos EUA, diz Mecanismo das Nações Unidas sobre Justiça Racial na Aplicação da Lei em novo relatório que pede reforma](#)

28/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza painel de discussão sobre cyberbullying contra crianças, ouvindo que ele afeta um em cada três estudantes de 13 a 15 anos e precisa de uma abordagem holística](#)

27/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve que é crucial respeitar os direitos dos povos indígenas quando projetos de infraestrutura, desenvolvimento e extração de recursos naturais dentro ou perto de seus territórios são realizados](#)

27/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve que Estados devem priorizar a participação dos jovens em processos climáticos e ambientais e que o povo de Mianmar está sofrendo flagrantes violações de direitos humanos](#)

26/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza debate geral sobre situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho](#)

26/09/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve que os procedimentos especiais alcançaram a paridade de gênero pela primeira vez e que a Comissão de Inquérito sobre a Ucrânia encontrou evidências contínuas de crimes de guerra cometidos pelas forças armadas russas na Ucrânia](#)

25/09/2023

[Comissão de Inquérito da ONU sobre a Ucrânia constata que o uso contínuo sistemático e generalizado de tortura e ataques indiscriminados prejudica civis](#)

25/09/2023

[Missão de investigação sobre a Venezuela diz ao Conselho de Direitos Humanos que as violações de direitos humanos continuam na Venezuela, refletindo uma política de repressão à dissidência](#)

25/09/2023

2. Os impactos tóxicos de algumas soluções propostas para as alterações climáticas.

Relatório do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana.

[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/132/58/PDF/G2313258.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/132/58/PDF/G2313258.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/132/58/PDF/G2313258.pdf?OpenElement)

Resumo. Em conformidade com a Resolução 45/17 do Conselho de Direitos Humanos, o Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana, apresenta ao Conselho seu relatório temático anual, no qual examina os impactos tóxicos de algumas soluções propostas para as mudanças climáticas. Reduções profundas das emissões de gases de efeito estufa são urgentes para enfrentar a crise climática global. A descarbonização da matriz energética e setores poluidores da economia são indispensáveis para a concretização das metas estabelecidas no Acordo de Paris. No entanto, algumas tecnologias climáticas propostas nos últimos anos podem agravar a carga tóxica sobre as pessoas e o planeta. O Relator Especial apresenta recomendações destinadas a acelerar estratégias de descarbonização e desintoxicação integradas e orientadas por princípios de direitos humanos.

" VI. Conclusões e recomendações.

99. Reduções profundas das emissões de gases com efeito de estufa e das remoções de carbono da atmosfera são urgentes para enfrentar a crise climática global. A descarbonização da matriz energética e setores poluidores da economia são indispensáveis para a concretização das metas estabelecidas no Acordo de Paris. Algumas ações climáticas, como a substituição de usinas a carvão por instalações de energia solar ou eólica, contribuirão para essa descarbonização.

100. No entanto, algumas tecnologias climáticas propostas nos últimos anos podem agravar a carga tóxica que recai sobre as pessoas e o planeta, exacerbando as violações dos direitos humanos causadas pela exposição a substâncias perigosas. A extração dos chamados minerais e metais de transição pode agravar os impactos tóxicos da mineração. Painéis solares e turbinas eólicas para gerar eletricidade podem impor desafios consideráveis de gerenciamento de resíduos. Rotular erroneamente a geração de energia nuclear como "verde" minimiza os desafios agudos do descarte de resíduos radioativos.

101. As campanhas de desinformação têm impulsionado soluções enganosas e falsas para a transição energética. Por exemplo, aproveitar o gás natural para substituir outros combustíveis fósseis não contabilizar as emissões de metano e, em última análise, atrasar os investimentos necessários na descarbonização. O hidrogênio azul e cinza pode, na verdade, aumentar as emissões de gases de efeito estufa, dadas as quantidades de energia que sua produção exige. Além disso, tecnologias inadequadas de gestão de resíduos, como a incineração de plásticos, aumentam as crescentes emissões de gases de efeito estufa da indústria química.

102. As estratégias de descarbonização e desintoxicação não devem ser colocadas umas contra as outras. A ação climática não será legítima ou sustentável se exacerbar a poluição tóxica e as concomitantes violações dos direitos humanos. A ameaça das alterações climáticas não deve ser usada como desculpa ou pretexto por certos governos ou empresas para agravar ainda mais o fardo tóxico que pesa sobre a humanidade.

103. Para atingir a meta climática global de 1,5°C e proteger as comunidades afetadas negativamente por tóxicos, as tecnologias de descarbonização devem ser integradas às estratégias de desintoxicação. Políticas baseadas na melhor ciência climática e química disponível permitirão que os governos favoreçam tecnologias de mitigação climática que integrem estratégias de descarbonização e desintoxicação.

104. Esta integração e a transição para uma economia circular que seja simultaneamente segura do ponto de vista químico e climático devem ser guiadas pelos princípios dos direitos humanos. Os ciclos de vida dos produtos e tecnologias devem ser avaliados para garantir a descarbonização real. Devem ser instaladas capacidades de gestão circular e sólida dos produtos químicos e resíduos gerados pela transição climática, a fim de garantir a desintoxicação. Os padrões de devida diligência em direitos humanos ao longo da cadeia de suprimentos para tecnologias de mitigação das mudanças climáticas devem ser obrigatórios. As salvaguardas ambientais e de direitos humanos devem ser reforçadas e aplicadas, em vez de desmanteladas para supostamente favorecer a transição energética.

105. O Relator Especial recomenda que os Estados: (a) integrem estratégias de descarbonização e desintoxicação, guiadas por uma abordagem baseada nos direitos humanos; (b) Adotar normas obrigatórias sobre a devida diligência ambiental e de direitos humanos e a transparência da cadeia de abastecimento para abordar os impactos da ação climática proposta; (c) Aplicar e reforçar as salvaguardas ambientais e sociais, em vez de isentar algumas tecnologias propostas de atenuação das alterações climáticas; (d) Estabelecer clusters tecnológicos de mitigação das alterações climáticas para modernizar e diversificar os setores industriais críticos para a transição energética; (e) Estabelecer taxas obrigatórias de reciclagem e valorização de materiais críticos para a transição energética, como pré-requisito para considerar a viabilidade de novas minas; (f) Avaliar não só o potencial de redução de gases com efeito de estufa da ação climática, incluindo fontes de energia, combustíveis, produtos e tecnologias, mas também uma avaliação completa do ciclo de vida, incluindo os impactos da extração de materiais, da poluição

libertada durante o fabrico, da exposição química resultante da utilização e da gestão e eliminação de resíduos; g) Instalar capacidade baseada na ciência para permitir a gestão circular de produtos químicos e resíduos; (h) Respeitar o direito e obter o consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas em relação às tecnologias de mitigação das mudanças climáticas que os afetem direta ou indiretamente; (i) Garantir a proteção dos defensores dos direitos humanos ambientais, incluindo ativistas climáticos e químicos; (j) Implementar políticas de precificação de carbono, como impostos e taxas sobre as emissões de gases de efeito estufa, para incentivar setores e empresas a reduzir suas emissões de carbono; k) Proteger e restaurar habitats naturais, como florestas, mangais e zonas húmidas, para conservar e melhorar a biodiversidade e reduzir as emissões de carbono; l) Promover práticas agrícolas sustentáveis que reduzam as emissões de gases com efeito de estufa, evitem produtos químicos perigosos e sequestram carbono no solo; m) Promover a utilização de transportes públicos e de transportes ativos, como a pé e de bicicleta, para reduzir as emissões de carbono; (n) Implementar estratégias de redução de resíduos, como a compostagem, para reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros e promover o uso de materiais biodegradáveis; (o) Educar os indivíduos e conscientizar sobre a importância da proteção ambiental e o impacto das atividades humanas no planeta.

106. O Relator Especial recomenda que as empresas, incluindo as instituições financeiras: (a) invistam em inovação e na adoção de tecnologias de mitigação climática que também reduzam os impactos tóxicos; (b) Implementar a devida diligência ambiental e de direitos humanos e a transparência da cadeia de suprimentos; (c) Investir em clusters tecnológicos de mitigação das alterações climáticas para modernizar e diversificar setores industriais críticos para a transição energética; d) Investir em instalações de reciclagem de materiais críticos para a transição energética; e) Desinvestir em projetos de extração ou combustão de combustíveis fósseis; f) Abster-se de realizar campanhas de desinformação sobre soluções climáticas enganosas ou falsas; g) Realizar monitorização e avaliação contínuas das tecnologias climáticas; h) Diminuir os encargos tóxicos para as comunidades que há muito sofrem com eles; i) Manter e não enfraquecer os requisitos de avaliação do impacto ambiental e de participação do público, a fim de facilitar a resposta às alterações climáticas.»

3. Visita a Gana. Relatório do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/131/26/PDF/G2313126.pdf?OpenElement>

Resumo. O relator especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana, visitou Gana de 30 de novembro a 13 de dezembro de 2022. O presente relatório contém as conclusões e recomendações do Relator Especial ao Governo. A visita centrou-se em questões-chave, incluindo: (a) gestão de resíduos sólidos e instalações, incluindo resíduos perigosos, resíduos eletrônicos, resíduos plásticos e resíduos de vestuário usado; b) A utilização de mercúrio na exploração mineira em pequena escala; e (c) o uso de pesticidas e fertilizantes perigosos. O Relator Especial congratulou-se com os progressos realizados no Gana no que diz respeito à gestão e eliminação de substâncias tóxicas, incluindo os esforços na aplicação da Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, da Convenção de Roterdão sobre o Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional, a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e a

Convenção de Minamata sobre o Mercúrio. Apesar das importantes conquistas e iniciativas, o Relator Especial observou a fraca implementação e as lacunas na legislação para a boa gestão de produtos químicos e resíduos, incluindo a falta de uma política nacional abrangente para gerenciar todo o ciclo de vida de produtos químicos e resíduos e prevenir a exposição a substâncias perigosas.

4. Visita ao Relatório da Organização Marítima Internacional do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/120/88/PDF/G2312088.pdf?OpenElement>

Resumo. O Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana, visitou a Organização Marítima Internacional (IMO) de 16 a 20 de janeiro de 2023 e realizou sessões online com funcionários da IMO entre 7 e 18 de dezembro de 2020. O trabalho da IMO sempre foi relevante para o campo dos direitos humanos, considerando a estreita conexão entre o transporte marítimo e o meio ambiente e os seres humanos. Por exemplo, derramamentos de petróleo e tóxicos prejudicam as comunidades costeiras; as emissões atmosféricas dos navios afetam negativamente as cidades portuárias e contribuem para as alterações climáticas; os marítimos podem enfrentar condições de trabalho perigosas e trabalho forçado; e o transporte de cargas perigosas representa riscos para os marítimos e para o meio ambiente. O transporte marítimo, portanto, impacta no gozo de uma série de direitos humanos. A IMO, como reguladora pública, ainda não adotou uma abordagem explícita baseada em direitos humanos para seu trabalho.

5. Visita ao Paraguai. Relatório do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, Marcos Orellana. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/130/72/PDF/G2313072.pdf?OpenElement>

Resumo. O Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos visitou o Paraguai de 3 a 14 de outubro de 2022. O Paraguai está dando passos importantes para a gestão de resíduos perigosos, como a recente adoção do Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Perigosos. No entanto, o país enfrenta grandes desafios na gestão e eliminação ambientalmente adequada de substâncias e resíduos perigosos. A exposição de comunidades rurais e povos indígenas a substâncias tóxicas no país é alarmante, particularmente o uso de pesticidas perigosos. Os agrotóxicos, que para o agronegócio trouxeram grandes benefícios econômicos, para as comunidades encurraladas pelas lavouras, por outro lado, causaram a perda de seus territórios, doenças, deficiências, mortes e conflitos sociais e judiciais. As pessoas que sofreram violações dos direitos humanos em consequência da exposição a substâncias perigosas procuram soluções num sistema judicial lento e ineficiente, que muitas vezes conduz à impunidade. Para abordar essas questões, o Relator Especial pede ao governo que redobre seus esforços para prevenir a exposição a substâncias perigosas e articula uma série de recomendações dirigidas ao governo, empresas e agências das Nações Unidas no Paraguai.

6. Financiamento verde – uma transição justa para proteger os direitos dos povos indígenas Relatório do Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, José Francisco Calí Tzay. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/139/03/PDF/G2313903.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, elaborado em conformidade com a Resolução 51/16 do Conselho de Direitos Humanos, o Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, José Francisco Calí Tzay, enfoca o impacto do financiamento verde nos Povos Indígenas e aborda as salvaguardas sociais e ambientais necessárias para proteger seus direitos.

VI. Conclusões

74. A mudança para o financiamento verde é necessária e urgente e, se feita usando uma abordagem baseada em direitos humanos, pode ser uma fonte de oportunidade para os povos indígenas obterem financiamento para preservar suas terras, conhecimento e modos de vida distintos e criar oportunidades econômicas que possam ajudá-los a manter e fortalecer sua identidade indígena.⁹² Uma forma de financiamento verde compatível com os direitos indígenas pode infundir esperança renovada para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, bem como a proteção de seus recursos de sustentação da vida e do ambiente natural do qual dependem espiritualmente.

75. Uma transição verde justa exigirá que os Estados e outros atores financeiros quebrem as assimetrias de poder que continuam a caracterizar a ajuda e o financiamento do desenvolvimento e envolvam os povos indígenas, as mulheres indígenas em particular, como partes interessadas iguais no processo de financiamento e promovam uma verdadeira cooperação e solidariedade. Como já observado pela Relatora Especial anterior em seu relatório sobre acordos internacionais de investimento, apesar das crescentes salvaguardas de direitos humanos nos países anfitriões, os doadores e investidores continuam a exercer mais poder e excluir da tomada de decisões aqueles mais afetados por suas decisões financeiras.⁹³

76. Os Estados, as instituições financeiras internacionais e o setor privado desempenham um papel crítico na formulação de políticas para além de seus investimentos financeiros e devem tomar medidas para garantir que os Povos Indígenas sejam consultados, consentam e participem significativamente no desenvolvimento e implementação de projetos e programas que possam afetar seus direitos e interesses. Ao fazê-lo, contribuirão para a promoção de uma economia sustentável e inclusiva que beneficie todas as partes interessadas e detentores de direitos, incluindo os povos indígenas. Ao investir em projetos verdes, alguns financiamentos devem ser direcionados diretamente aos povos indígenas. Isso pode exigir a alocação de recursos para garantir a posse da terra e/ou capacitá-los a acessar diretamente o financiamento por meio de treinamento e outras medidas de capacitação. Ao mesmo tempo, os investidores devem envidar todos os esforços, através de consultas contínuas, para adaptar a sua abordagem de financiamento de modo a ser culturalmente adequada para os povos indígenas. Uma transição bem-sucedida para o financiamento direto não é garantida apenas por meio de treinamento, mas precisa de um envolvimento intercultural significativo com as organizações indígenas para ajudá-las a desenvolver capacidade técnica. Como muitas organizações são de natureza mais política do que técnica, isso implica financiamento de longo prazo para apoiar órgãos técnicos para permitir a continuação de atividades políticas.

VII. Recomendações

77. O Relator Especial recomenda que os Estados: (a) Protejam os Povos Indígenas de abusos de direitos humanos por empresas e atores financeiros em seu território ou jurisdição; (b) Reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas, tal como consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Isso inclui o direito à autodeterminação, terras, territórios e recursos, bem como o direito ao consentimento livre, prévio e informado nos processos de

tomada de decisão de finanças verdes que afetam suas terras e comunidades; (c) Garantir o direito dos Povos Indígenas de fornecer ou reter seu consentimento livre, prévio e informado sobre iniciativas de financiamento verde que afetem suas terras, territórios e recursos após um processo de consulta significativo e inclusivo em termos de gênero. Os Estados devem garantir que os Povos Indígenas tenham acesso a informações relevantes, possam expressar livremente seus pontos de vista e tomar decisões sem coerção ou manipulação. Os Estados devem reconhecer que o consentimento livre, prévio e informado é um processo contínuo, exigindo consultas contínuas durante todo o ciclo de vida de um projeto; (d) Assegurar que os povos indígenas se beneficiem direta e equitativamente de projetos de financiamento verde. Os povos indígenas devem ter acesso a oportunidades de emprego, formação, programas de capacitação e iniciativas de desenvolvimento empresarial associadas a projetos verdes. Os Estados devem assegurar que as propostas de financiamento incluam disposições para a repartição de benefícios mutuamente acordada com os povos indígenas; (e) Assegurar os direitos fundiários dos Povos Indígenas e demarcar suas terras e territórios ancestrais para protegê-los de invasões, grilagem de terras e outras formas de exploração não autorizada; (f) Estabelecer mecanismos eficazes, acessíveis, culturalmente apropriados e independentes para que os Povos Indígenas busquem justiça e reparação em casos de violações de direitos humanos ou danos ambientais resultantes de projetos de financiamento verde; (g) Estabelecer mecanismos de monitoramento e relatórios para rastrear os impactos de projetos de financiamento verde nos direitos dos povos indígenas, incluindo consultas regulares com as comunidades indígenas afetadas. Os Estados também devem responsabilizar os proponentes de projetos, em conformidade com os padrões de direitos humanos, e exigir que eles informem periodicamente sobre os direitos humanos e os impactos ambientais das iniciativas verdes; (h) Adotar, em consulta com os Povos Indígenas, estruturas domésticas que regulem a economia verde, incluindo requisitos para iniciativas REDD-plus, mercados de carbono e mercados baseados na natureza para reconhecer e proteger claramente os direitos à terra, territórios e recursos dos Povos Indígenas e seu direito ao consentimento livre, prévio e informado; (i) Alocar recursos destinados a melhorar o conhecimento e a compreensão dos povos indígenas sobre os mecanismos de financiamento verde, para que possam participar efetivamente dos processos de tomada de decisão, inclusive dando ou reterdo seu consentimento livre, prévio e informado em relação a projetos de financiamento verde; (j) Financiar os Povos Indígenas para a contratação de consultores jurídicos, financeiros e técnicos externos. Fornecer recursos financeiros e humanos para superar barreiras de infraestrutura que dificultam o acesso a mecanismos e processos financeiros para os Povos Indígenas que vivem em áreas remotas; (k) Fornecer acesso à informação aos povos indígenas e garantir a transparência em todos os níveis dos projetos de financiamento verde.

78. O Relator Especial recomenda que doadores, investidores e financiadores (incluindo instituições financeiras internacionais de desenvolvimento e organizações intergovernamentais): (a) Adotem políticas e diretrizes explícitas para os direitos dos Povos Indígenas que estejam alinhadas com os padrões internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais, de 1989 (nº 169) e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Seres Humanos Direitos. Tais políticas devem reconhecer a contribuição dos Povos Indígenas para a proteção do planeta e prover a proteção de seus direitos, particularmente em operações verdes; (b) Adotar uma estrutura regulatória sobre a devida diligência em direitos humanos, exigindo que os governos destinatários e/ou parceiros de implementação identifiquem, previnam, mitiguem e prestem contas de quaisquer riscos aos direitos humanos. Isso inclui a avaliação dos potenciais impactos sociais, ambientais e culturais dos projetos, bem como o histórico de

direitos humanos dos proponentes e parceiros do projeto; (c) Condicionar o financiamento à adoção e aplicação de uma abordagem sólida baseada nos direitos humanos indígenas pelos governos beneficiários e/ou parceiros de execução no terreno; (d) Garantir que os Povos Indígenas que são ou podem ser afetados por um projeto que estão financiando sejam corretamente identificados e reconhecidos, com base no princípio da autoidentificação, e avaliar sua segurança de posse sobre suas terras coletivas, que podem ser afetadas pelo projeto. Se os direitos à terra não forem devidamente garantidos e os Povos Indígenas tiverem dado seu consentimento informado ao projeto, os doadores devem reservar uma parte de seu orçamento para apoiar os esforços dos Povos Indígenas para garantir seus direitos à terra; (e) Assegurar o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas antes de financiar quaisquer projetos que possam afetar suas terras, territórios, recursos e meios de subsistência. Garantir que os processos de consentimento livre, prévio e informado estejam em andamento e sejam conduzidos por especialistas sobre os direitos dos povos indígenas e sobre tais processos; (f) Exigir avaliações abrangentes e independentes de direitos humanos e impacto ambiental para projetos que envolvam terras e recursos indígenas. Tais avaliações devem ser conduzidas em consulta com os povos indígenas e levar em conta seus conhecimentos, patrimônio cultural e serviços ecossistêmicos. Devem incluir conhecimentos especializados sobre as estruturas de governança indígena e a tomada de decisões, bem como uma análise dos potenciais impactos nos direitos coletivos à terra, independentemente da posição dos Estados de acolhimento sobre a questão; (g) Assegurar o estabelecimento de mecanismos sólidos para monitorizar e informar sobre os direitos dos povos indígenas em toda a cadeia de intermediários e parceiros de execução. Quando ocorrerem abusos, assegure-se de que os Povos Indígenas possam acessar mecanismos independentes de reclamação que estejam de acordo com o princípio 31 dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos; (h) Garantir um fluxo financeiro direto para os povos indígenas, criando ou redesenhando mecanismos de financiamento flexíveis que simplifiquem os procedimentos de solicitação e os requisitos de relatórios para iniciativas e projetos de financiamento verde liderados por indígenas. Tais mecanismos de financiamento devem: (1) Responder às necessidades e prioridades de financiamento dos Povos Indígenas, inclusive no que diz respeito à sua autodeterminação, posse da terra e seu senso de responsabilidade pelas gerações futuras; (2) Respeitar os processos decisórios dos próprios povos indígenas e cooperar com suas instituições de governança; (3) Evitar intermediários desnecessários, que não os solicitados pelos próprios Povos Indígenas; (i) Rastrear todos os fundos alocados diretamente para e para os Povos Indígenas, a fim de gerar dados sobre o quanto eles se beneficiam do financiamento verde; (j) Envolver os povos indígenas na concepção e implementação de oportunidades de financiamento desde o início, a fim de garantir que os processos de financiamento respondam às suas necessidades, prioridades e aspirações e estejam alinhados com a sua visão de desenvolvimento sustentável; (k) Melhorar a inclusão de gênero, ampliando o financiamento para lideranças femininas indígenas e suas organizações. Promover a participação das mulheres indígenas e suas organizações antes que as decisões de financiamento sejam tomadas, continuar seu engajamento durante todo o ciclo de vida do projeto e garantir que ele seja liderado por especialistas em processos de consentimento livre, prévio e informado; (l) Aumentar a capacidade institucional, técnica e financeira dos Povos Indígenas e suas organizações para acessar e influenciar o mercado financeiro no que se refere à conservação, transição de energia limpa e mercados da natureza. Apoiar o desenvolvimento organizacional e a gestão de projetos dos Povos Indígenas e a promoção de meios de subsistência sustentáveis; (m) Aumentar a representação dos Povos Indígenas nas instituições financeiras, por exemplo, adotando políticas de diversidade e inclusão de pessoal, estabelecendo pontos focais para eles, mantendo listas de especialistas indígenas, criando

órgãos consultivos indígenas e/ou nomeando especialistas em salvaguarda social. Incluir representantes dos Povos Indígenas na governança do GEF e do Global Biodiversity Framework Fund para melhor projetar e administrar as doações; (n) Fornecer treinamento direcionado ao pessoal organizacional e incentivos para a aprendizagem organizacional para melhor integrar os direitos dos Povos Indígenas; (o) Melhorar a transparência das fundações privadas, compartilhando publicamente seus dados de financiamento para melhor alinhar com a prática das instituições bilaterais e multilaterais; (p) Adaptar os sistemas existentes e futuros de crédito e certificação de carbono para exigir explicitamente o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Garantir a plena participação dos Povos Indígenas em organizações multissetoriais de governança, inclusive no mercado voluntário de carbono; (q) Garantir que haja experiência em direitos indígenas nos órgãos de validação e verificação e avaliar adequadamente as leis, políticas e práticas nacionais em relação aos direitos dos povos indígenas para estarem em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos. Garantir que os projetos prossigam de forma que respeite os direitos dos Povos Indígenas e sejam acordados por eles; (r) Reconhecer e respeitar o valor do conhecimento, práticas e inovações científicas e técnicas dos povos indígenas em projetos de financiamento verde. Isso inclui incorporar o conhecimento indígena sobre biodiversidade, meio ambiente e práticas sustentáveis de gestão de recursos na concepção e implementação de projetos.

7. Violência, abuso e negligência de pessoas idosas Relatório da Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas, Claudia Mahler.
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/152/56/PDF/G2315256.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, apresentado em conformidade com a resolução 51/4 do Conselho de Direitos Humanos, a Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas, Claudia Mahler, fornece uma visão geral de suas atividades durante o período do relatório e uma análise temática da violência contra as pessoas idosas, abuso e negligência. Ela examina as diferentes manifestações de abuso na velhice e revisa as medidas de prevenção e proteção. O relatório conclui com um conjunto de recomendações aos Estados e outras partes interessadas.

VI. Conclusão e recomendações

86. Um aumento da violência contra as pessoas idosas tem sido visto durante crises em curso, como a pandemia de COVID-19, conflitos armados e mudanças climáticas. Apesar da extensão da questão, a resposta global tem sido mitigada e fraca, com pouca atenção sendo dada a ela nas agendas políticas e sociais internacionais, regionais e nacionais. A falta de dados e a ausência de uma definição acordada internacionalmente dificultam a liberdade contra a violência e o abuso de pessoas idosas e o pleno gozo de todos os seus direitos a este respeito.

87. Devido à implementação esporádica de medidas de prevenção e proteção e à resposta descoordenada ao abuso de pessoas idosas, as intervenções para prevenir e responder a esse abuso não demonstraram eficácia e eficiência em avaliações de alta qualidade.¹ Os Estados devem intensificar seus esforços contra o abuso de pessoas idosas por meio de medidas eficazes de prevenção e proteção, em particular em consonância com a Década das Nações Unidas para o Envelhecimento Saudável (2021-2030) e a obrigações de direitos humanos em relação aos direitos humanos das pessoas idosas. Como principal causa e barreira para combater eficazmente o abuso de pessoas idosas, o idadismo deve ser reconhecido e enfrentado como

uma prioridade por todos os Estados. Os Estados também devem investir e alocar recursos adequados para combater efetivamente o abuso de pessoas idosas.

88. O atual marco internacional de direitos humanos não oferece a proteção necessária para que as pessoas idosas vivam livres de violência, abuso e negligência em diversos contextos e não considera os múltiplos motivos de tratamento desigual. Um regime juridicamente protetor que abordasse especificamente os direitos das pessoas idosas no direito internacional ajudaria e orientaria os Estados a prevenir efetivamente todas as formas de violência na velhice e proteger os direitos das gerações mais velhas.

A. Recomendações aos Estados.

89. Os Estados devem adotar um instrumento internacional abrangente e juridicamente vinculativo sobre os direitos humanos das pessoas idosas que aborde o direito à vida livre de violência, abuso e negligência na velhice. As questões do idadismo e da discriminação em razão da idade, que estão na origem dos abusos contra as pessoas idosas, também devem ser abordadas. Um instrumento internacional juridicamente vinculativo ofereceria a melhor proteção dos direitos humanos das pessoas idosas. A elaboração de tal instrumento deve incluir a participação significativa das pessoas idosas em sua diversidade, de suas organizações representativas, das organizações da sociedade civil e das instituições nacionais de direitos humanos.

90. Os Estados devem ratificar e implementar convenções e protocolos regionais que se concentrem na proteção dos direitos humanos das pessoas idosas e incluam proibições específicas de violência, abuso e negligência. 91. Os Estados devem implementar melhor o atual quadro de direitos humanos e ter em conta as pessoas idosas na sua total diversidade em diferentes situações, e incluir as pessoas idosas nos seus procedimentos de monitorização e notificação.

1. Enquadramento jurídico e político.

92. As leis e políticas em matéria de violência, abuso e negligência devem ser coerentes com os direitos humanos, incluindo os princípios da igualdade e da não discriminação, e ter em conta as necessidades específicas das pessoas idosas enquanto grupo não homogêneo, em particular os fatores interseccionais e acumuladores que conduzem a um aumento da desigualdade e a riscos mais elevados na velhice.

93. Os Estados devem desenvolver leis nacionais antidiscriminação com base na idade que garantam que a discriminação por idade receba o mesmo padrão de escrutínio que outras formas de discriminação. Essas leis só podem ser eficazes se contiverem uma definição ampla de discriminação que inclua discriminação direta, indireta e estrutural, e negação de adaptações razoáveis. Além disso, devem abranger a discriminação múltipla, cumulativa e interseccional com base em idade, gênero, raça, etnia, deficiência, status migratório ou de deslocamento, status indígena, orientação sexual e identidade de gênero, entre outros.

2. O idadismo como causa raiz.

94. A perita independente gostaria de reafirmar as recomendações formuladas no seu relatório sobre o idadismo e a discriminação em razão da idade, que continuam a ser oportunas e eficazes, em particular no que se refere ao combate a todas as formas de abuso de pessoas idosas.

3. Dados.

95. A Especialista Independente gostaria de reafirmar as recomendações feitas por seu antecessor sobre a atual lacuna de dados sobre as pessoas idosas, suas causas e seus impactos no gozo de todos os direitos humanos.

96. Os Estados devem intensificar seus esforços para coletar dados desagregados sobre a prevalência da violência, abuso e negligência de pessoas idosas. As metodologias e protocolos de recolha de dados devem integrar a diversidade das pessoas idosas na promoção da geração e desagregação dos dados disponíveis por grupos etários de cinco anos.

97. Os Estados devem intensificar seus esforços para coletar dados desagregados, que são essenciais para fornecer uma compreensão abrangente e uma avaliação clara da extensão da violência contra as pessoas idosas na sociedade. Esses dados ajudariam os Estados a estimar as necessidades e os custos em termos de serviços para as vítimas e contribuiriam para melhorar as respostas setoriais à violência e às lacunas nela existentes. Além disso, esses dados quantificariam a necessidade de reforço das capacidades e de formação dos prestadores de serviços e ajudariam nas avaliações dos programas, informando simultaneamente novas e melhoradas medidas jurídicas e políticas.

98. A inclusão de indicadores sobre a velhice na recolha de dados sobre a violência baseada no género é necessária para destacar a situação das mulheres idosas em diferentes contextos, informar políticas e conceber intervenções preventivas adaptadas.

4. Manifestação de maus-tratos a pessoas idosas.

99. Os Estados devem abordar todas as diferentes formas de violência e discuti-las abertamente para superar o estigma e o tabu. Fatores de risco adicionais baseados em formas múltiplas e interseccionais de discriminação, bem como fatores estruturais e sociais, devem ser considerados. Idosos vítimas de abuso frequentemente enfrentam formas combinadas de violência verbal, psicológica, emocional, financeira e física, que são complexas de detectar e abordar.

100. Os Estados devem reconhecer que essas formas de violência podem ocorrer intencionalmente e não intencionalmente e que as pessoas idosas devem ser protegidas de ações abusivas de atores estatais e não estatais. Todas as formas de violência, abuso e negligência contra pessoas idosas podem ocorrer em ambientes públicos e privados.

101. Os Estados devem considerar o reconhecimento de comentários depreciativos e desumanizadores que alimentam crimes de ódio contra pessoas idosas como discurso de ódio. Eles devem trabalhar em estreita colaboração com empresas de tecnologia, plataformas de mídia social e meios de comunicação para garantir um compromisso sério com o combate ao idadismo online e offline na sociedade.

5. Prevenção e proteção.

102. Os Estados devem considerar as estratégias de prevenção da violência com uma abordagem ao longo da vida como a maneira mais econômica e sustentável de parar a violência na sociedade.

103. Os Estados devem adotar legislação abrangente ou revisar sua legislação existente para garantir que eles enfrentem efetivamente todas as formas de abuso de pessoas idosas (físico, psicológico, emocional, financeiro e sexual, bem como negligência), reconhecendo

fatores múltiplos e interseccionais e fatores estruturais adicionais. Além disso, devem ser criados mecanismos eficazes para aplicar e monitorizar plenamente estas leis.

104. Os Estados devem adotar e implementar políticas nacionais e planos de ação sobre abusos na vida adulta. Tais planos ou políticas devem ser informados por dados desagregados para combater as causas profundas da violência contra as pessoas idosas.

105. Devem ser instituídos procedimentos de acompanhamento nas instituições, a fim de prevenir e proteger as pessoas idosas de abusos e negligências.

106. O reforço das capacidades, o apoio, as campanhas de informação e a sensibilização dos profissionais que trabalham com pessoas idosas, em especial os prestadores de cuidados, o pessoal de saúde e os assistentes sociais, devem ser concebidos e implementados para prevenir eficazmente os abusos contra as pessoas idosas. Além disso, a formação e a capacitação dos banqueiros ou de outras organizações de serviços financeiros são fundamentais para prevenir e proteger os clientes mais velhos de abusos financeiros, garantindo simultaneamente a sua autonomia.

107. Os Estados devem decidir ter uma resposta comum para as vítimas idosas e desenvolver uma resposta multissetorial de alta qualidade para as pessoas idosas que procuram apoio para deixar situações de violência. Estes serviços devem incluir a disponibilização de abrigos seguros, informação acessível, apoio económico para viver de forma independente e apoio na tomada de decisões e assistência jurídica.

6. Acesso à justiça.

108. Os Estados devem assegurar que os sobreviventes mais velhos de abuso tenham igual acesso à justiça para gozar plenamente de seus direitos. Sobreviventes mais velhos de violência podem enfrentar barreiras como falta de acessibilidade, acessibilidade e adaptação razoável; A linguagem e a digitalização podem ser barreiras adicionais. O idadismo e a discriminação baseada no género e na interseccionalidade podem prejudicá-los ainda mais. Os Estados devem garantir o acesso à justiça e ao apoio, se necessário, para as pessoas idosas com deficiências psicossociais, incluindo a demência.

109. Os Estados devem desenvolver treinamento para os atores da justiça e da aplicação da lei para um sistema mais inclusivo e sensível à idade, que deve incluir remédios e reparações para sobreviventes de violência em idade avançada.

B. Outras recomendações.

110. As entidades das Nações Unidas devem incluir a velhice como uma questão transversal no seu campo de trabalho relativo às diferentes formas de violência, incluindo indicadores e recolha de dados, medidas de prevenção, apoio às vítimas e acesso à justiça. As pessoas idosas devem ser incluídas como um grupo focal nos planos de trabalho para combater a violência que levam a denúncias e recomendações.

111. Os académicos devem elaborar pesquisas participativas para entender por que a violência contra pessoas idosas em sua diversidade total é subnotificada e sub estudada e quais estratégias poderiam ser implementadas para eliminar essas barreiras.

112. As organizações não-governamentais que trabalham no campo da violência devem implementar uma abordagem de curso de vida completo em seu trabalho.

113. Devem ser criados organismos de controle independentes, tais como mecanismos nacionais de prevenção, para monitorizar e comunicar os locais, incluindo os contextos institucionais, onde as pessoas idosas são mais propensas a sofrer abusos.

8. A falta de moradia como causa e consequência das formas contemporâneas de escravidão. Relatório do Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências, Tomoya Obokata. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/132/65/PDF/G2313265.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, o Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências, identifica as principais causas da falta de moradia e avalia as manifestações específicas das formas contemporâneas de escravidão entre as pessoas que vivem em situação de rua. Ele analisa a falta de moradia como consequência das formas contemporâneas de escravidão e identifica desafios na proteção das pessoas em situação de rua das formas contemporâneas de escravidão. O Relator Especial destaca uma variedade de iniciativas para combater a falta de moradia e as formas contemporâneas de escravidão e expõe suas conclusões e suas recomendações práticas aos Estados, organizações da sociedade civil, provedores de habitação públicos e privados e empresas e empregadores.

IX. Conclusões

61. É evidente que os sem-abrigo podem aumentar significativamente o risco de formas contemporâneas de escravatura. As pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo crianças e jovens em situação de rua, são recrutadas e exploradas numa variedade de sectores económicos, não só por agentes criminosos, mas também por familiares, amigos e empregadores. A exploração sexual também continua a ser uma séria preocupação. Grupos em situações particularmente vulneráveis, como crianças e jovens, mulheres, minorias, povos indígenas, migrantes, pessoas deslocadas e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e intersexuais, são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia e pelas formas contemporâneas de escravidão. Além disso, a falta de moradia pode ser uma consequência das formas contemporâneas de escravidão, pois as vítimas que fogem de empregadores abusivos muitas vezes se encontram sem um lar, o que pode levar à sua revitimização.

62. A integração social e económica das pessoas em situação de sem-abrigo, em particular assegurando o acesso a uma habitação adequada, a preços acessíveis, segura e segura que lhes garanta a privacidade e a segurança da posse, é essencial para prevenir a sua exploração nas formas contemporâneas de escravatura. No entanto, subsistem alguns desafios a este respeito. A discriminação em curso conduziu a dificuldades práticas no acesso à educação, à habitação a preços acessíveis, ao trabalho digno e aos serviços essenciais. Muitas das pessoas em situação de sem-abrigo também sofrem de outras formas de discriminação com base no género, orientação sexual, nacionalidade, etnia, estatuto migratório e outros motivos que servem de fortes barreiras à sua integração efetiva. Além disso, as causas estruturais e pessoais dos sem-abrigo devem ser abordadas de forma mais sistemática.

63. O Relator Especial reconhece que os Estados têm implementado uma série de iniciativas importantes para proteger e capacitar as pessoas em situação de sem-abrigo, que vão desde o fornecimento de habitação temporária e de longa duração e o acesso à educação e serviços essenciais à criação de oportunidades de emprego, bem como à inclusão financeira e digital. O importante papel da sociedade civil e das organizações de caridade deve ser reconhecido, pois elas têm sido fundamentais para preencher as lacunas de proteção deixadas pelos Estados.

64. No entanto, é evidente que é necessário fazer mais para prevenir os sem-abrigo, em primeiro lugar, e a exploração das pessoas em situação de sem-abrigo nas formas contemporâneas de escravatura. Como ponto de partida, todas as partes interessadas governamentais e não governamentais devem reconhecer claramente a ligação entre as duas violações de direitos humanos. Isto é essencial para conceber e implementar estratégias de prevenção e resposta mais eficazes. É vital que as pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo as crianças em situação de rua, sejam plenamente incluídas em todos os processos de tomada de decisão que as afetam, de modo a que possa ser prestado apoio individualizado ou adaptado e que as formas de discriminação cruzadas, bem como as causas estruturais e pessoais dos sem-abrigo, sejam abordadas de forma mais eficaz. É igualmente necessária uma abordagem multisetorial para combater a ligação entre os sem-abrigo e as formas contemporâneas de escravatura, com uma cooperação e coordenação mais estreitas entre as autoridades públicas e responsáveis pela aplicação da lei, os intervenientes na prevenção dos sem-abrigo e na luta contra a escravatura, os profissionais de saúde e de assistência social, os educadores, as empresas, os proprietários de propriedades públicas e privadas e os fornecedores de habitação.

X. Recomendações.

65. O Relator Especial recomenda que os Estados: (a) Melhorem a compreensão da ligação entre os sem-abrigo e as formas contemporâneas de escravatura, além de promoverem a sensibilização e a formação entre os prestadores de serviços públicos relevantes e os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, e recolherem e atualizarem regularmente dados sobre a ligação; (b) Identificar adequadamente as pessoas traficadas e exploradas em situação de sem-abrigo como vítimas de formas contemporâneas de escravatura e alargar a proteção sem discriminação; (c) Desenvolver e implementar abordagens baseadas nos direitos a curto, médio e longo prazo para prevenir e eliminar os sem-abrigo, incluindo as suas causas e consequências, e, ao fazê-lo, adotar uma noção ampla e inclusiva de sem-abrigo, a fim de alargar o âmbito da proteção; (d) Assegurar uma sinergia clara e coerente entre as políticas e estratégias de prevenção e eliminação dos sem-abrigo e as relativas às formas contemporâneas de escravatura, a fim de maximizar a proteção daqueles que estão em maior risco; (e) Avaliar regularmente as leis e políticas em matéria de sem-abrigo, a fim de testar a sua adequação e eficácia, em particular no que diz respeito às formas contemporâneas de escravatura; (f) Prevenir e proibir os despejos que conduzam a pessoas em situação de sem-abrigo através de meios legislativos e outros, nomeadamente através do estabelecimento de mecanismos de prevenção de despejos que incluam autarquias, tribunais de arrendamento, prestadores de habitação públicos e privados, prestadores de serviços sociais e organizações da sociedade civil; (g) Estabelecer programas de apoio para garantir o acesso à habitação das pessoas libertadas de instituições de acolhimento, instituições de acolhimento de crianças, hospitais, serviço militar ou prisões ou outras instituições; (h) Fornecer alojamento temporário e de emergência que atenda aos padrões de direitos humanos existentes para todas as pessoas em situação de rua, sem discriminação, incluindo aquelas exploradas em formas contemporâneas de escravidão; (i) Prestar apoio personalizado a crianças e jovens, mulheres, famílias monoparentais, minorias, povos indígenas, pessoas com deficiência e lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, queer e intersexuais, a fim de evitar formas de discriminação cruzadas no acesso a habitação de emergência e temporária; (j) Trabalhar em colaboração com organizações da sociedade civil, provedores privados de habitação, empresas e doadores internacionais no fornecimento de moradias emergenciais e temporárias; (k) Garantir o acesso rápido a habitação ou terreno a longo prazo a preços acessíveis, seguros e seguros às pessoas em situação de sem-abrigo, em cooperação mais estreita com os prestadores de habitação públicos e privados, a sociedade civil

e outras partes interessadas, e ponderar a aplicação de medidas adicionais, tais como incentivos financeiros ou garantias de renda para os prestadores de habitação e subsídios ao arrendamento e hipoteca para grupos em situação particularmente vulnerável; (l) Proporcionar a igualdade de acesso aos serviços essenciais, incluindo cuidados de saúde e assistência social, bem como o acesso à justiça e às vias de recurso para todas as pessoas em situação de sem-abrigo, sem discriminação, e considerar medidas especiais, incluindo regimes não contributivos, sempre que possível e adequado; (m) Através de meios legislativos e outros, eliminar os obstáculos que dificultam o acesso das pessoas em situação de sem-abrigo aos serviços públicos, tais como requisitos de documentos de identidade, estatuto migratório regular, morada fixa e conta bancária; (n) Assegurar que a prestação de serviços públicos reflita suficientemente as necessidades e circunstâncias individuais das pessoas em situação de sem-abrigo, tendo devidamente em conta a idade, o género, a orientação sexual, a etnia e os carácter indígena, a migração, a deficiência e o estado de saúde, incluindo no que diz respeito ao abuso de substâncias; (o) Fornecer proativamente informações sobre os serviços públicos disponíveis às pessoas em situação de sem-abrigo, em estreita cooperação com organizações da sociedade civil e outras partes interessadas; (p) Assegurar que as pessoas em situação de sem-abrigo e/ou as que representam os seus interesses participem ativamente em todos os processos de tomada de decisão que afetem o seu bem-estar; (q) Prestar especial atenção às crianças em situação de rua que possam necessitar de cuidados e apoio adicionais e, em função das necessidades de cada criança, considerar medidas como o reagrupamento familiar ou cuidados de base comunitária para aqueles sem pais ou tutores; (r) Garantir a igualdade de acesso à educação e à formação profissional, bem como o apoio médico e psicossocial, às crianças em situação de rua, sem discriminação; (s) Assegurar que os pais e as famílias sejam social e economicamente apoiados, a fim de evitar que os seus filhos sejam empurrados para situações de rua; (t) Proporcionar igualdade de oportunidades de trabalho digno às pessoas em situação de sem-abrigo, em estreita cooperação com as empresas e os intervenientes da sociedade civil, incluindo o acesso à economia formal, através de medidas como a colocação individual e o apoio e assistência financeira às empresas sociais e a outras empresas e empregadores, e ponderar outras medidas especiais temporárias, se for caso disso; (u) Assegurar que as pessoas em situação de sem-abrigo estejam suficientemente cobertas pelas leis e regulamentos de proteção laboral e tenham acesso à justiça e às vias de recurso; (v) Rever a legislação que abrange os trabalhadores domésticos, migrantes e agrícolas, a fim de garantir que a rescisão de um contrato de trabalho não resulte numa perda imediata de alojamento ou de habitação, inclua a proteção relacionada com a habitação para os inquilinos que enfrentam a rescisão antecipada de um contrato de trabalho e incentive a separação entre o trabalho e os regimes de habitação nos contratos de trabalho, a fim de reduzir o risco de falta de habitação e de exploração laboral; (w) Promover a inclusão financeira e digital das pessoas em situação de sem-abrigo, em estreita cooperação com organizações da sociedade civil e empresas financeiras e tecnológicas; (x) Descriminalizar condutas associadas à situação de rua, como dormir, viver, cozinhar ou lavar em logradouros públicos, venda ambulante ou mendicância por sobrevivência, estabelecer alternativas ao encarceramento por pequenos delitos e ao não pagamento de multas, quando o infrator não puder pagá-las, e expurgar antecedentes criminais de tais crimes em relação a pessoas em situação de rua; (y) Aplicar o princípio da não punição para as pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo crianças em situação de rua, que são forçadas a envolver-se em atividades criminosas; (z) Abordar as causas estruturais e outras causas mais amplas dos sem-abrigo, como a pobreza, a desigualdade, a falta de habitação acessível e a preços acessíveis, as formas de discriminação cruzadas, a violência baseada no género e a toxicodependência, promovendo uma abordagem holística com todas as partes interessadas, incluindo prestadores

de serviços públicos, funcionários responsáveis pela aplicação da lei, profissionais de saúde e de assistência social, educadores, organizações da sociedade civil e grupos religiosos; (a-A) Sensibilizar o público em geral, a fim de combater a discriminação, o estigma e o preconceito contra as pessoas em situação de sem-abrigo; (b-B) Reconhecer o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na prevenção de que pessoas em situação de rua sejam exploradas nas formas contemporâneas de escravidão e apoiar proativamente seu trabalho.

66. O Relator Especial recomenda que as organizações da sociedade civil: (a) Melhorem a compreensão da ligação entre os sem-teto e as formas contemporâneas de escravidão, por meio de conscientização e treinamento, e realizem pesquisas e coletem dados sobre a ligação regularmente; (b) Manter os esforços de proteção das pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo as crianças em situação de rua; (c) Desenvolver e implementar uma sinergia clara e coerente entre estratégias e medidas para eliminar os sem-abrigo e as formas contemporâneas de escravatura; (d) Em especial para os agentes de prevenção dos sem-abrigo e de luta contra a escravatura, trabalhar em estreita coordenação, a fim de abordar de forma mais eficaz a ligação entre os sem-abrigo e as formas contemporâneas de escravatura; (e) Avaliar e apresentar regularmente relatórios sobre os esforços dos Estados na prevenção e eliminação dos sem-abrigo e das formas contemporâneas de escravatura.

67. O Relator Especial recomenda que os provedores de habitação pública e privada: (a) Trabalhem com as autoridades locais e nacionais e as organizações da sociedade civil para fornecer moradia acessível, segura e habitável para pessoas em situação de rua e vítimas de formas contemporâneas de escravidão, sem discriminação; (b) Colaborar com as autoridades nacionais e locais e com as organizações de assistência social públicas e privadas para evitar despejos que conduzam à falta de abrigo. O Relator Especial recomenda que as empresas e os empregadores: (a) facilitem o acesso a oportunidades de emprego de longo prazo, seguras e decentes para as pessoas em situação de rua, sem discriminação, e trabalhem em colaboração com as autoridades públicas e as organizações da sociedade civil a esse respeito; (b) Eliminar obstáculos, tais como a exigência de documentos de identidade ou de endereço fixo, ao emprego; (c) Assegurar regimes de trabalho flexíveis para as pessoas em situação de sem-abrigo, tendo devidamente em conta as suas circunstâncias individuais, incluindo as suas condições de saúde mental e física; (d) Proporcionar oportunidades de formação de competências e de desenvolvimento pessoal durante o emprego às pessoas em situação de sem-abrigo; (e) Assegurar a igualdade de tratamento das pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente no que diz respeito aos salários, ao horário de trabalho e ao acesso a férias anuais e por doença; (f) Promover a inclusão financeira e digital das pessoas em situação de sem-abrigo, a fim de assegurar a sua integração económica e social.

8. Normas jurídicas internacionais que sustentam os pilares da justiça transicional. Relatório do Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência, Fabián Salvioli. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/126/71/PDF/G2312671.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, o Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência, Fabián Salvioli, apresenta uma análise dos padrões jurídicos internacionais que sustentam os cinco pilares da justiça transicional: verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não reincidência. O Relator Especial analisa todas as fontes do direito internacional e apresenta uma sistematização completa das normas nele contidas. Ao fazê-lo, ele consolida os principais conceitos, regras e deveres que sustentam cada pilar, incluindo aqueles que não são expressamente mencionados em tratados internacionais,

mas são derivados deles, a jurisprudência dos tribunais internacionais e regionais, fontes amplamente respeitadas de soft law e a prática estatal.

VIII. Garantias de não reincidência.

A. Considerações gerais.

70. Os Estados devem garantir a não reincidência de crimes graves, a fim de garantir que as vítimas não tenham que suportar novamente violações de seus direitos. Os Estados devem promover mecanismos para prevenir e monitorar conflitos sociais e garantir sua resolução e, para esse fim, devem empreender reformas institucionais e outras medidas necessárias para assegurar o respeito ao Estado de Direito, fomentar e sustentar uma cultura de respeito aos direitos humanos e restaurar ou estabelecer a confiança pública nas instituições governamentais. O objetivo geral das garantias de não reincidência é romper com as causas estruturais da violência social e das violações sistêmicas dos direitos humanos. Tal como acontece com todos os pilares, uma representação adequada das mulheres e dos grupos minoritários é essencial para a eficácia de tais medidas.

B. Considerações específicas.

1. Reforma ou adoção de leis de acordo com as normas internacionais.

71. A maioria dos tratados internacionais de direitos humanos e instrumentos de soft law incluem a obrigação dos Estados de tomar as medidas necessárias para adotar, revisar, reformar ou revogar leis ou outras medidas para dar efeitos aos direitos das pessoas e eliminar as regras que estavam contribuindo ou permitindo violações graves. O Comitê de Direitos Humanos e a Corte Americana de Direitos Humanos indicou que os Estados devem codificar violações graves de direitos humanos, ou tomar as medidas necessárias para ratificar uma convenção específica.

2. Reforma institucional e aplicação de regras de conduta para fortalecer uma cultura de respeito aos direitos humanos.

72. Uma resposta institucional adequada cria confiança nas instituições públicas, o que é necessário para a reconciliação, pois garante que os indivíduos sob a jurisdição de um determinado Estado estejam suficientemente comprometidos com as normas e os valores que motivam suas instituições dominantes e que os indivíduos estejam suficientemente confiantes de que aqueles que operam essas instituições estão igualmente comprometidos. Devem ser evitadas situações em que certos grupos recebem o apoio das autoridades enquanto outros são marginalizados, pois isso poderia reabrir feridas passadas, intensificar o ódio e incitar novos atos de violência.

73. Os Estados devem assegurar que os funcionários públicos e os funcionários que são pessoalmente responsáveis por graves violações dos direitos humanos, em particular os envolvidos nos setores militar, de segurança, policial, de inteligência e judiciário, não continuem a servir nas instituições do Estado e sejam suspensos de suas funções oficiais durante o processo penal ou disciplinar. A sua remoção deve respeitar os requisitos do devido processo legal e o princípio da não discriminação.

74. O Relator Especial recomendou que os Estados reformem os setores de justiça, segurança e forças armadas, adotando processos de verificação justos e transparentes. O controle de funcionários públicos pode induzir confiança e confiança ao demonstrar um

compromisso com as normas sistêmicas que regem a contratação e retenção de funcionários, a supervisão disciplinar e a prevenção do compadrio. A prática do vetting orienta-se pela ideia de garantir as condições em que os indivíduos podem relacionar-se entre si e com as autoridades como titulares de direitos iguais e num contexto de confiança. Mesmo as reformas básicas que consistem apenas na triagem e destituição daqueles que abusaram de suas posições aumentam a integridade dos sistemas do Estado de Direito. É importante notar, no entanto, que o vetting, na ausência dos outros mecanismos de reparação, será inadequado para responder às violações às quais as instituições buscam responder e insuficiente para garantir a não reincidência.

75. As medidas de educação também fazem parte das reformas necessárias para evitar a repetição de crimes graves e violações graves. As políticas de educação devem ajudar a fomentar o diálogo, a cidadania democrática e o respeito pelos direitos humanos. Os Estados devem fornecer educação em direitos humanos a todos os setores da sociedade e fornecer treinamento em direitos humanos para funcionários públicos e de aplicação da lei, forças militares e de segurança. No contexto de um massacre, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou que o Estado tomasse medidas para treinar permanentemente os membros de suas forças armadas, em todos os níveis hierárquicos, e de suas agências de segurança sobre os princípios e disposições para a proteção dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário. Em outro caso, a Corte ordenou a implementação de programas que incluíam estudos sobre o Manual sobre a Investigação Efetiva e Documentação de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul) e o Manual das Nações Unidas sobre a Prevenção e Investigação Eficazes de Tratamentos ou Penas Extralegais, Arbitrárias e Execuções Sumárias. O Relator Especial recomendou o desenvolvimento de programas de formação com e sobre a perspectiva de gênero. Ele considera que toda pessoa que exerce funções em qualquer órgão do Estado deve receber educação e treinamento em direitos humanos, porque o principal objetivo do Estado democrático contemporâneo é garantir devidamente esses direitos. Os Estados também devem adotar políticas nos campos da cultura e dos meios de comunicação com o objetivo de promover a compreensão mútua, a diversidade cultural e a convivência.

3. Participação inclusiva e não discriminatória das vítimas e supervisão civil das instituições públicas.

76. As reformas institucionais destinadas a prevenir a reincidência de violações devem ser desenvolvidas através de um processo de amplas consultas públicas, incluindo a participação das vítimas e de outros setores da sociedade civil. Processos conduzidos dessa forma ajudam a combater tentativas de negacionismo, revisionismo e manipulação. Tais medidas de reforma institucional e de pessoal precisam ter uma base firme nas opiniões da população e, especificamente, das vítimas, que devem ser ativamente envolvidas nos processos relacionados, de modo que a legislação e as instituições sejam construídas para prevenir futuras violações e os funcionários públicos selecionados de forma que o princípio do Estado de Direito seja fortalecido.

77. Além disso, os Estados devem assegurar o controle civil efetivo das forças militares e de segurança e das agências de informações e, se necessário, estabelecer ou restabelecer esse controle. Para esse fim, os Estados devem estabelecer instituições eficazes de controle civil, incluindo órgãos de supervisão legislativa. Os procedimentos de reclamação civil devem ser estabelecidos e seu funcionamento efetivo assegurado. Além disso, é necessário tomar todas as outras medidas necessárias para assegurar o funcionamento independente, imparcial e eficaz

dos tribunais, em conformidade com as normas internacionais, para que todos os processos civis e militares respeitem as normas do devido processo legal, da equidade e da imparcialidade.

4. Limitações legais à liberdade de expressão.

78. Para evitar mensagens que contribuam e incentivem a violência, os Estados devem regular os atos de ideólogos e disseminadores de discursos odiosos e discriminatórios. Isso deve ser feito de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e seguindo um teste de proporcionalidade e necessidade. Esse padrão também foi reconhecido por tribunais regionais de direitos humanos, bem como por tribunais internacionais como o Tribunal Penal Internacional para Ruanda e o Tribunal Militar Internacional (Nuremberg). Em seus acórdãos, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda determinou que a incitação exige que a pessoa não apenas incite outros a cometer os crimes (*actus reus*), mas também tenha a intenção de incitar direta e publicamente outros (*mens rea*). Além disso, ao regular o discurso de ódio, os Estados e as empresas de tecnologia devem trabalhar juntos para evitar o uso de suas redes de maneiras que possam causar atos de violência, como ocorreu em Mianmar, contra os rohingyas. O Relator Especial acredita que os Estados também devem trabalhar ativamente contra o discurso discriminatório e puni-lo de acordo com o direito internacional dos direitos humanos.

IX. Conclusão e recomendações.

79. Os processos de justiça transicional são estabelecidos em contextos de transição de conflitos armados ou de governos autoritários para lidar com o legado de graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário. O respeito e o cumprimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, bem como das obrigações estabelecidas nesses regimes normativos, são os parâmetros pelos quais a legitimidade de um processo de justiça transicional deve ser medida.

80. As violações cometidas dão origem a claras obrigações legais para os Estados, que são identificadas em relação aos cinco pilares do mandato: verdade, justiça, reparações, garantias de não repetição e memorialização. Essas obrigações legais derivam do dever geral de respeitar e garantir os direitos humanos, que se aplicam a todos os Estados, e estão contidas em disposições de tratados e outras fontes secundárias de direito.

81. O Relator Especial observa com grande preocupação a realidade de muitos processos de justiça transicional que são destruídos por decisões políticas que resultam na deslegitimação de processos de busca da verdade, impunidade, falta de reparações abrangentes para as vítimas, manutenção de estruturas institucionais que favoreceram violações, reivindicação de violações cometidas no passado e ausência ou boicote de programas de memória. Esses retrocessos revitimizam as vítimas e suas famílias e comprometem gravemente o futuro das sociedades. Os atores envolvidos na concepção e implementação de processos de justiça transicional devem levar em conta os padrões jurídicos internacionais sobre justiça transicional revisados no presente relatório, a fim de evitar a repetição dos erros do passado e os efeitos dolorosos que eles têm sobre as vítimas.

82. O conteúdo das obrigações decorrentes da necessidade de abordar as graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário é sustentado por normas jurídicas claras, como salientado no relatório; Esses padrões são esclarecidos por meio dos resultados do trabalho de tribunais nacionais e internacionais e mecanismos de direitos humanos – jurisprudência, observações conclusivas, comentários gerais, relatórios e opiniões de visitas a países – e de outros órgãos criados para esse fim, como as comissões da verdade. As normas

clarificadas devem ser consideradas, utilizadas e aplicadas de boa-fé pelos Estados, que devem prestar contas de forma transparente perante a comunidade internacional pelas medidas tomadas nesse sentido.

83. Os atores nacionais, regionais e internacionais envolvidos na concepção e implementação de processos de justiça transicional devem garantir que os programas relacionados cumpram os padrões identificados por esses órgãos e estabelecer mecanismos adequados para monitorar a implementação e o cumprimento de tais padrões por meio de um sistema de indicadores.

84. Os tribunais internacionais de direitos humanos em nível regional e os órgãos de tratados das Nações Unidas devem, dentro de sua competência, prestar a devida atenção para lidar com casos de descumprimento de obrigações decorrentes de processos de justiça transicional e emitir decisões ou julgamentos em conformidade quando o descumprimento resultar em novas violações das obrigações do tratado.

85. As Nações Unidas, as agências ou instituições internacionais ou regionais e os doadores internacionais presentes ou ativos em países submetidos ou que esperam passar por um processo de justiça transicional devem levar em consideração as normas jurídicas internacionais revisadas no presente relatório ao projetar e implementar seus programas e atividades para garantir que tais medidas não levem a violações de deveres e responsabilidades estabelecidos nestas normas, e deve garantir ativamente a implementação dos cinco pilares da justiça transicional.

86. Para tornar realidade a realização dos direitos das vítimas, as medidas derivadas das obrigações assumidas no campo da justiça transicional devem ser implementadas. Só o pleno cumprimento dos direitos humanos gerará verdade, justiça, paz e segurança.

O Novo Quadro Global para Gestão de Produtos Químicos e Resíduos

The New Global Framework for Chemicals and Waste Management

Danielly P. Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Abstract: *The 5th International Conference on Chemicals Management (ICCM5), held from September 25th to 30th in Bonn, Germany, adopted a new Global Framework for Chemicals and Waste. The Global Framework is conceived as a multisectoral initiative involving various sectors and stakeholders at all levels, aiming for the responsible management of chemicals and waste throughout their life cycle, considering critical environmental and social aspects for their proper management. Ambitious goals have been set, including the progressive elimination of harmful agricultural pesticides by 2035. Governments and industries have committed to formulating policies and regulations to reduce chemical pollution and promote safer alternatives by 2030.*

The authors of the Lancet Countdown for Latin America published an article highlighting the gaps in research on health and climate change in the region. They emphasize that many countries face challenges in providing quality public health services and political instability, hindering the response to climate change. Key gaps identified include the need for local impact assessments, interdisciplinary collaboration, robust funding aligned with research and policies, integration of climate justice and equity into policies, and improved public education on climate issues for effective action.

UNCTAD analyzed the costs and funding gaps for the Sustainable Development Goals (SDGs) in 90 countries, with gender equality having the highest cost at \$6.4 trillion annually. The data emphasize the need for reform in the global financial architecture.

Keywords: Chemical pollution. waste management. Climate. South America. Reform of the global financial architecture. Sustainable Development Goals.

Resumo: *A 5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5), realizada de 25 a 30 de setembro em Bonn, Alemanha, adotou um novo Quadro Global sobre Produtos Químicos e Resíduos. O Quadro Global é concebido como uma iniciativa multissetorial que envolve diversos setores e partes interessadas em todos os níveis, visando a gestão responsável de produtos químicos e resíduos ao longo de seu ciclo de vida, considerando aspectos ambientais e sociais críticos para a sua boa gestão. Foram estabelecidas metas ambiciosas, como a eliminação progressiva de pesticidas agrícolas nocivos até 2035. Governos e indústrias comprometeram-se a formular políticas e regulamentos para reduzir a poluição química e promover alternativas mais seguras até 2030.*

Os autores do Lancet Countdown da América Latina publicaram um artigo destacando as lacunas na pesquisa sobre saúde e mudanças climáticas na região. Eles ressaltam que muitos países enfrentam desafios na prestação de serviços de saúde pública de qualidade e instabilidade política, dificultando a resposta às mudanças climáticas. As principais lacunas identificadas incluem a necessidade de análises locais de impacto, colaboração interdisciplinar, financiamento robusto alinhado com pesquisa e políticas, integração da justiça climática e equidade nas políticas, e aprimoramento da educação pública sobre questões climáticas para uma ação eficaz.

A UNCTAD analisou os custos e lacunas no financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 90 países, sendo a igualdade de gênero entre os que tem o maior custo, de US\$ 6,4 trilhões anuais. Os dados enfatizam a necessidade da reforma na arquitetura financeira global.

Palavras-chave: *Poluição química. gestão de resíduos. Clima. América do Sul. Reforma na arquitetura financeira global. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

Entre 25 a 30 de setembro ocorreu a **5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5)** em Bonn, Alemanha. Essa conferência teve como objetivo adotar o Quadro Global sobre Produtos Químicos e Resíduos pós-2020 (*Global Framework on Chemicals – For a planet free of harm from chemicals and waste*) acompanhado de uma Declaração de Alto Nível para impulsionar a sua implementação. Este quadro, organizado sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e acolhido pela Alemanha, destina-se a abordar os riscos ambientais decorrentes de produtos químicos e resíduos. Os seus principais objetivos incluem a eliminação progressiva dos pesticidas agrícolas nocivos até 2035 e o reforço da gestão responsável dos produtos químicos ao longo do seu ciclo de vida.

A ICCM5 foi precedida pela segunda sessão retomada da Quarta Reunião do Processo Intersessional (IP4), em 23 e 24 de setembro, que deu continuidade às negociações sobre o novo Quadro Global. Durante a IP4.3, os delegados concordaram com a linguagem que apela à colaboração de várias partes interessadas e ao reforço da capacidade dos países para gerir produtos químicos e resíduos ao longo de todo o ciclo de vida.

Os governos nacionais se comprometeram a formular políticas e regulamentos para reduzir a poluição química e promover alternativas mais seguras até 2030, enquanto as indústrias se comprometeram a gerenciar produtos químicos para mitigar a poluição e seus efeitos adversos.

Além disso, um fundo fiduciário específico, a ser gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, receberá contribuições de governos, do setor privado, de ONGs, fundações e um compromisso inicial de 20 milhões de euros da Alemanha, garantindo apoio financeiro para a implementação do Quadro. Este acordo marca um marco significativo na abordagem do impacto ambiental dos produtos químicos e dos resíduos à escala global.

Na ocasião, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, por vídeo, afirmou que os cerca de dois milhões de pessoas que morrem anualmente de poluição química são uma tragédia evitável e reafirmou o compromisso da OMS de apoiar a implementação do novo Quadro.

O Quadro Global sobre Produtos Químicos e Resíduos é concebido como multissetorial e de natureza multissetorial. Ele abrange o envolvimento de todos os setores relevantes, incluindo meio ambiente, saúde, agricultura e trabalho, e partes interessadas em todo o ciclo de vida dos produtos químicos nos níveis local, nacional, regional e global, bem como a consideração de aspectos ambientais e sociais que são críticos para a boa gestão de produtos químicos e resíduos.

Os documentos gerados nas sessões não estão disponíveis para acesso na página do [evento](#), juntamente com o novo Quadro Global para Produtos Químicos e o resumo do evento,

que serão em breve divulgados. As informações contidas neste artigo tem como fonte as páginas [International Institute for Sustainable Development](#), [PNUMA](#), [SAICM](#), e [OIT](#).

A Declaração de Bonn

Os ministros, chefes de delegações e líderes de partes interessadas assinaram [a Declaração de Bonn](#) com base no entendimento de vários pontos cruciais. Eles reconheceram a importância vital dos produtos químicos em áreas como alimentos, água, saúde, saneamento, energia, infraestrutura e inovação.

Além disso, destacaram as graves consequências globais da poluição química para a saúde e o meio ambiente, que resultam em milhões de mortes anuais e custos econômicos significativos. Enfatizaram também o impacto da poluição química nas mudanças climáticas, na perda de biodiversidade e no direito a um meio ambiente limpo e sustentável, particularmente afetando as populações vulneráveis.

Reconheceram os efeitos dos produtos químicos e resíduos na saúde específica de gênero e a necessidade de uma gestão sensível a essas questões. Além disso, expressaram profunda preocupação com o rápido crescimento da produção química global e suas consequências ambientais, incluindo o risco de ultrapassar os limites planetários. Sublinharam a necessidade de cumprir o objetivo global de boa gestão de produtos químicos e resíduos estabelecido para 2020 no contexto do desenvolvimento sustentável, observando a adoção de vários acordos e normas internacionais relacionados a produtos químicos e gestão de resíduos.

Destacaram ainda o estabelecimento da Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (Strategic Approach) em 2006, com o objetivo de promover a coerência entre os instrumentos internacionais existentes. Reconheceram que, apesar dos progressos, a meta de 2020 para uma boa gestão química não foi alcançada.

Afirmaram o papel crítico da boa gestão de produtos químicos e resíduos na consecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apoiando os objetivos climáticos, as metas de biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, enquanto reconheciam a urgência de enfrentar os desafios globais por meio da cooperação em todos os setores e considerando as capacidades e prioridades regionais e nacionais.

Em declaração, os líderes se comprometeram em:

1. Comprometer-se a eliminar progressivamente os produtos químicos nocivos, promover economias circulares e desenvolver alternativas seguras para reduzir o desperdício.
2. Fortalecer a coordenação e a cooperação nos níveis nacional, regional e internacional, integrando considerações baseadas na ciência nas políticas setoriais, no planejamento do desenvolvimento e no orçamento.
3. Incentivar a pesquisa e a inovação em produtos químicos, materiais, produtos e processos seguros e sustentáveis.
4. Mobilizar o reforço das capacidades e o apoio financeiro, incluindo a participação do setor privado e mecanismos de financiamento inovadores.
5. Garantir uma governação transparente e inclusiva dos riscos de poluição química e de resíduos.

6. Apoiar os esforços internacionais para uma interface entre a política científica de produtos químicos e resíduos e um tratado vinculativo sobre a poluição por plásticos.
7. Convidar órgãos, agências e organizações da ONU para gerar dados sólidos sobre produtos químicos e resíduos e integrar compromissos em seus programas.
8. Reconhecer o papel essencial do setor privado e incentivar o seu investimento em políticas robustas de gestão do ciclo de vida, economia circular e eficiência na utilização dos recursos.
9. Enfatizar a importância da participação das partes interessadas e de ações ambiciosas para o cumprimento dos compromissos.
10. Comprometer-se a implementar o Quadro coerente com os princípios do direito ambiental internacional, a promover o direito a um ambiente limpo e a tomar medidas legislativas e de execução para melhorar a gestão de produtos químicos e resíduos.
11. Intensificar os esforços para cumprir os acordos e compromissos multilaterais existentes em matéria de produtos químicos e resíduos.

Esses compromissos refletem o consenso e a determinação dos participantes do ICCM5 em enfrentar a crise global da poluição química e trabalhar em direção ao desenvolvimento sustentável.

O Novo Quadro Global sobre Produtos Químicos pós-2020

A boa gestão dos produtos químicos e dos resíduos desempenha um papel fundamental na preservação da saúde humana e do meio ambiente. Reconhecendo a necessidade crítica de prevenir ou minimizar os impactos adversos dessas substâncias, especialmente quando se trata de produtos químicos perigosos ao longo de suas cadeias de abastecimento e ciclos de vida, é essencial. Essa exposição representa uma ameaça significativa para a saúde, especialmente para grupos vulneráveis e em risco, ampliando desigualdades existentes.

O objetivo do Quadro (*Global Framework on Chemicals – For a planet free of harm from chemicals and waste*) é catalisar uma transformação abrangente em direção à química sustentável, abordando tanto os setores químicos quanto os usuários finais em uma perspectiva de ciclo de vida. Ele se baseia em princípios orientadores sólidos, objetivos estratégicos claros, programas e iniciativas calendarizados bem definidos e metas mensuráveis.

Além disso, o Quadro visa prevenir ou, quando a prevenção não for viável, minimizar danos causados por produtos químicos e resíduos, protegendo, assim, o meio ambiente e a saúde humana, incluindo aqueles que são mais vulneráveis, como grupos específicos e trabalhadores. É importante destacar que essa abordagem não apenas contribuirá para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mas também permanecerá relevante em ações além do ano de 2030, assegurando um legado duradouro para as gerações futuras. Ele se alinha a acordos globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o tratado global pendente sobre poluição plástica.

O Quadro consiste em 28 metas destinadas a melhorar a gestão responsável de produtos químicos e resíduos. Os governos se comprometem a estabelecer regulamentações até 2030 para reduzir a poluição química e incentivar a adoção de alternativas mais seguras. As indústrias se comprometem a gerenciar produtos químicos para reduzir a poluição e os efeitos adversos até 2030. Até 2035, há uma meta de eliminar gradualmente os pesticidas altamente

perigosos na agricultura, onde os riscos persistem e alternativas mais seguras estão disponíveis. A estrutura também enfatiza o fortalecimento de conexões com agendas de clima, biodiversidade, direitos humanos e saúde.

Um aspecto significativo do acordo é uma abordagem de financiamento integrada, com o financiamento do setor privado alinhado com as metas do acordo. Será criado um fundo fiduciário específico, gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente. As contribuições para este fundo podem vir de governos, do setor privado, ONGs, fundações e de uma promessa inicial de 20 milhões de euros da Alemanha.

O GFC contém cinco Objetivos Estratégicos com metas associadas.

Objetivo estratégico A sobre quadros jurídicos, mecanismos institucionais e capacidades em vigor:

- Meta A1: Até 2030, os governos devem ter marcos legais e capacidade institucional para minimizar os efeitos adversos de produtos químicos e resíduos, conforme apropriado para suas circunstâncias nacionais;
- Meta A2: Até 2030, as partes interessadas intergovernamentais devem se basear na Caixa de Ferramentas da IOMC para desenvolver diretrizes para apoiar os governos interessados;
- Meta A3: Até 2030, as empresas devem implementar medidas para minimizar os efeitos adversos;
- Meta A4: até 2030, as partes interessadas devem impedir o tráfico ilegal de produtos químicos e resíduos;
- Meta A5: Os governos devem trabalhar para proibir a exportação de produtos químicos proibidos internamente, em conformidade com as obrigações internacionais;
- Meta A6: até 2030, todos os países devem ter acesso a centros de intoxicação; e
- Meta A7: Até 2035, as partes interessadas tomarão medidas para eliminar gradualmente os pesticidas altamente perigosos.

Objetivo estratégico B relativo a conhecimentos, dados e informações abrangentes e suficientes:

- Meta B1: até 2035, os dados e informações sobre as propriedades dos produtos químicos estarão acessíveis;
- Meta B2: até 2035, as partes interessadas disponibilizarão informações sobre produtos químicos em materiais em toda a cadeia de valor;
- Meta B3: até 2035, as partes interessadas devem gerar e divulgar dados sobre a produção de produtos químicos;
- Meta B4: até 2035, as partes interessadas aplicarão diretrizes apropriadas e ferramentas padronizadas;
- Meta B5: até 2030, a educação e a formação sobre produtos químicos sensíveis às questões de gênero devem ser implementadas;
- Meta B6: Até 2030, todos os governos devem implementar o Quadro conforme apropriado para suas circunstâncias nacionais; e
- Meta B7: Até 2030, as partes interessadas devem gerar e compartilhar dados de monitoramento sobre concentrações químicas e exposição em humanos, biota e meio ambiente, desagregados por determinantes relevantes para a saúde.

Objetivo Estratégico C sobre como Questões de Preocupação é identificado, priorizado e abordado, com uma meta

- Meta C1: Processos e programas de trabalho serão implementados para questões preocupantes.

Objetivo estratégico D relativo a alternativas mais seguras e soluções inovadoras e sustentáveis:

- Meta D1: até 2030, as empresas devem investir em química sustentável e eficiência de recursos;
- Meta D2: até 2035, os governos implementarão políticas que incentivam abordagens circulares, mais seguras e sustentáveis;
- Meta D3: Até 2030, o setor privado deve implementar políticas e estratégias juntamente com padrões de relatórios;
- Meta D4: até 2030, as partes interessadas relevantes darão prioridade a alternativas sustentáveis e mais seguras às substâncias nocivas na investigação e inovação;
- Meta D5: Até 2030, os governos devem implementar políticas de apoio a práticas agrícolas mais seguras e sustentáveis;
- Meta D6: Até 2030, estratégias sustentáveis devem ser implementadas nos principais setores econômicos e industriais para reduzir seu impacto; e
- Meta D7: Até 2030, as partes interessadas devem implementar práticas de saúde e segurança ocupacional e proteção ambiental em toda a cadeia de suprimentos.

Objetivo Estratégico E sobre mobilização de recursos, parcerias, cooperação, capacitação e integração em processos decisórios para melhorar a implementação:

- Meta E1: Até 2030, os governos integrarão a boa gestão de produtos químicos e resíduos nos planos setoriais, orçamentos e planos de desenvolvimento;
- Meta E2: Até 2030, as parcerias entre setores devem ser fortalecidas;
- Meta E3: Recursos financeiros de todas as fontes serão mobilizados em alinhamento com o GFC em todos os setores;
- Meta E4: As lacunas de financiamento serão identificadas e consideradas para o desenvolvimento de capacidades;
- Meta E5: Até 2030, governos devem internalizar os custos; e
- Meta E6: Até 2030, as partes interessadas fortalecerão as ligações entre produtos químicos e gestão de resíduos e outras políticas importantes, como mudanças climáticas, biodiversidade, direitos humanos e saúde.

Os impactos climáticos na saúde e as deficiências na pesquisa e na ação política

A crise climática é, inequivocamente, uma crise sanitária. As mudanças climáticas representam uma ameaça iminente e grave à saúde humana, afetando quase metade da população mundial hoje. Durante evento de preparação para COP-28 na UNGA, a OMS pediu aos ministros da Saúde que levantem suas vozes pela saúde como a força motriz por trás da ação climática, liderando pelo exemplo com sistemas de saúde favoráveis ao clima e defendendo o financiamento climático que proteja o bem-estar presente e futuro.

Estatísticas surpreendentes destacam o número devastador de fatores ambientais evitáveis, ligando uma em cada quatro mortes a esses problemas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta ainda para mais [250 mil mortes anuais atribuíveis às mudanças climáticas](#). Os efeitos adversos da escalada das temperaturas, eventos climáticos extremos, poluição do ar,

incêndios florestais e comprometimento da água, da terra e da segurança alimentar reverberam por meio do aumento de doenças infecciosas, doenças relacionadas ao calor, doenças não transmissíveis e resultados negativos da gravidez.

As repercussões dos problemas de saúde induzidos pelo clima se estendem a consequências econômicas substanciais. De acordo com o [Banco Mundial](#), até 2030, até 132 milhões de pessoas podem ser empurradas para a pobreza devido aos impactos diretos das mudanças climáticas na saúde, e 1,2 bilhão de indivíduos podem enfrentar deslocamentos até 2050. É essencial reconhecer que os investimentos em saúde oferecem retornos notáveis, com estudos indicando que cada dólar alocado em iniciativas de saúde pode gerar até US\$ 4 em benefícios econômicos. Isso ressalta as profundas vantagens econômicas de priorizar a saúde nas economias em desenvolvimento.

Os autores do Lancet Countdown da América Latina publicaram [um artigo identificando as lacunas na pesquisa em saúde e mudanças climáticas](#).

Os autores alertam para o fato de que as mudanças climáticas já estão impactando significativamente a América do Sul (AM), resultando no aumento das temperaturas, eventos climáticos extremos e mudanças nos padrões de precipitação, afetando ecossistemas, agricultura, infraestrutura e saúde humana. Porém, esses impactos variam entre os países da região devido às vulnerabilidades sociais e às capacidades de adaptação influenciadas por investimentos financeiros e engajamento político.

Muitos países da América do Sul carecem de serviços de saúde pública adequados e enfrentam instabilidade política, dificultando os esforços de resposta climática. A capacidade institucional limitada desafia ainda mais a implementação de políticas climáticas e de saúde, potencialmente levando à pobreza, deslocamento e resultados adversos de saúde física e mental.

As principais lacunas identificadas são:

1. Análises locais de impactos climáticos são cruciais para informar políticas públicas em SA, pois as evidências globais podem não se aplicar diretamente às vulnerabilidades e cenários específicos da região.
2. A pesquisa climática e as políticas na AS estão frequentemente desconectadas, e há uma necessidade de colaboração transdisciplinar para enfrentar desafios climáticos complexos de forma eficaz.
3. Esquemas de financiamento robustos que se alinhem com pesquisa, políticas e ações são essenciais para enfrentar os impactos das mudanças climáticas na saúde em SA, exigindo uma perspectiva de justiça climática e transparência na alocação orçamentária.
4. O avanço da ação climática na AS apresenta uma oportunidade para sociedades mais saudáveis, resilientes e prósperas, enfatizando a importância de integrar a justiça climática e a equidade nas estruturas políticas.
5. Melhorar a educação e a compreensão pública das questões climáticas é crucial para uma ação climática eficaz.

Em conclusão, o fortalecimento das evidências locais e a adoção de uma perspectiva sistêmica são essenciais para abordar os impactos das mudanças climáticas na saúde e promover a resiliência climática e sociedades saudáveis na América do Sul.

O custo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) [estimou o custo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) e analisou cerca de 50 indicadores dos ODS em 90 países, com foco em 48 economias em desenvolvimento. A análise destaca a necessidade de uma ação rápida e direcionada e enfatiza que os países podem maximizar seus gastos capitalizando sinergias entre os ODS. A UNCTAD identifica seis caminhos transformadores para o desenvolvimento sustentável e calcula o ônus financeiro sobre esses países em termos de seu PIB e as lacunas de gastos:

- Alcançar proteção social e empregos decentes custa US\$ 5,4 trilhões anualmente, com uma lacuna de gastos de US\$ 294 bilhões.
- A transformação da educação requer US\$ 5,9 trilhões anuais, com uma lacuna de gastos de US\$ 275 bilhões.
- A transição para sistemas alimentares sustentáveis precisa de US\$ 6,1 trilhões anuais, com uma lacuna de gastos de US\$ 328 bilhões.
- Combater as mudanças climáticas, deter a perda de biodiversidade e combater a poluição custa US\$ 5,5 trilhões anualmente, com uma lacuna de gastos de US\$ 337 bilhões.
- O custo anual da transição energética é de US\$ 5,8 trilhões, com um rombo de gastos de US\$ 286 bilhões.
- Alcançar a digitalização inclusiva custa US\$ 5,6 trilhões por ano, com uma diferença anual de gastos de US\$ 469 bilhões.
- A igualdade de gênero tem o maior custo, de US\$ 6,4 trilhões anuais, com uma diferença de gastos de US\$ 286 bilhões.

O estudo mostra que diferentes grupos de países enfrentam diferentes desafios e lacunas no financiamento dessas metas. Os dados foram publicados durante a Cúpula dos ODS de 2023, em Nova York, em meio a apelos por reforma da arquitetura financeira global e alívio da dívida. A UNCTAD enfatiza a necessidade de maior disponibilidade de estatísticas de gastos governamentais e melhores relatórios sobre os indicadores dos ODS em todo o mundo.

OIT saúda os novos compromissos globais em direção à redução dos riscos à saúde dos trabalhadores, adotados na 5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5)

ILO welcomes the new global commitments towards reducing risks to workers' health, adopted at the 5th International Conference on Chemicals Management (ICCM5)

René Mendes

Abstract. *This article briefly analyzes the importance of the presence and leading role of the International Labor Organization (ILO), at the 5th International Conference on Chemicals Management (ICCM5), held from 25 to 29 September 2023, in Bonn, Germany. After decades of debates and refinement of concepts, tools, strategies and values, and many days of tense and intense negotiations in Bonn, the Conference managed to adopt two fundamental documents: the so-called “Global Framework on Chemicals: For a planet free from harm caused by chemicals and waste”, and the “Bonn High-Level Declaration on Chemicals”, which involved multiple United Nations agencies (UNEP, UNIDO, WHO, ILO and others), in addition to numerous global and regional stakeholders. Our text highlights the importance of the problem, from the perspective of workers' health and safety, globally. The article concludes by the importance of the event and the resolutions obtained, but criticizes the slowness of these measures, also questioning their effectiveness, which could be enhanced from an ethical human rights perspective.*

Keywords: *Toxic and dangerous chemicals; chemical risks/hazards; ICCM5; ILO; workers' health*

Resumo. O presente artigo analisa, brevemente, a importância da presença e protagonismo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na 5ª Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5), ocorrida de 25 a 29 de setembro de 2023, em Bonn, Alemanha. Após décadas de debates e aperfeiçoamento de conceitos, ferramentas, estratégias e valores, e muitos dias de tensas e intensas negociações em Bonn, a Conferência conseguiu adotar dois documentos fundamentais: o assim chamado “*Quadro (Framework) Global sobre Produtos Químicos: Para um planeta livre dos danos causados pelos produtos químicos e pelos resíduos*”, e a “*Declaração de Alto Nível de Bonn sobre Produtos Químicos*”, que envolveu múltiplas agências das Nações Unidas (PNUMA, UNIDO, OMS, OIT e outras), além de inúmeras ‘partes interessadas’ (stakeholders) globais e regionais. Nosso texto salienta a importância do problema, sob a perspectiva da saúde e segurança dos trabalhadores, globalmente. O artigo conclui pela importância do evento e das resoluções obtidas, mas critica a lentidão destas medidas, questionando, também sua eficácia, que poderia ser potencializada sob uma perspectiva ética de direitos humanos.

Palavras-chave: Substâncias químicas tóxicas e perigosas; riscos/perigos químicos; ICCM5; OIT; saúde dos trabalhadores.

Introdução

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todos os anos, as substâncias químicas perigosas matam cerca de 1,1 milhões de trabalhadores em todo o mundo, o equivalente a aproximadamente 2.900 pessoas por dia, enquanto as exposições a produtos químicos tóxicos são responsáveis por dezenas de milhões de dias de trabalho perdidos devido a incapacidade, problemas de saúde ou morte prematura. O impacto econômico é estimado em 2,1% do PIB global anual. Prevê-se que o âmbito e o custo do impacto aumentem, dada a utilização crescente de substâncias químicas e o aumento da esperança de vida^{16,17}.

Em contexto de tanta gravidade, a OIT esteve presente e ativa na 5a sessão da Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5), ocorrida de 25 a 29 de setembro de 2023, em Bonn, Alemanha, onde também organizou a participação de representantes de trabalhadores, empregadores e governos, reunidos em torno desta questão de alcance global. Após décadas de debates e aperfeiçoamento de conceitos, ferramentas, estratégias e valores, e muitos dias de tensas e intensas negociações em Bonn, a Conferência conseguiu adotar dois documentos fundamentais: o assim chamado **“Quadro (Framework) Global sobre Produtos Químicos: Para um planeta livre dos danos causados pelos produtos químicos e pelos resíduos”**, e a **“Declaração de Alto Nível de Bonn sobre Produtos Químicos”**, que envolveu múltiplas agências das Nações Unidas (PNUMA, UNIDO, OMS, OIT e outras), além de inúmeras ‘partes interessadas’ (stakeholders) globais e regionais.

O **Quadro Global para os Produtos Químicos**, apoiado por uma **Declaração de Alto Nível**, estabelece metas e orientações concretas ao longo do *ciclo de vida* dos produtos químicos, incluindo a eliminação progressiva de alguns dos produtos químicos mais nocivos. Ao abrigo de um novo Quadro Global, alguns dos produtos químicos mais nocivos utilizados no local de trabalho serão eliminados gradualmente, anunciaram todas as partes ali presentes, com distintos graus de otimismo, mesclado por ceticismo, incertezas, sutilezas e armadilhas.

“O objetivo do Quadro é prevenir ou, quando a prevenção não for viável, minimizar os danos causados por produtos químicos e resíduos para proteger o ambiente e a saúde humana, incluindo a dos grupos vulneráveis e dos trabalhadores”, saudou a OIT.

Com efeito, declara a OIT, que desde 2006, ela e os seus constituintes – organizações de trabalhadores e empregadores, bem como governos – têm desempenhado um papel na definição do Quadro Global e têm trabalhado para gerir a utilização de produtos químicos perigosos no ambiente de trabalho. Vinte e duas normas internacionais do trabalho (convenções e/ou recomendações) cobrem a gestão destes perigos.

O texto-quadro destaca a *Transição Justa* como o “princípio e foco” do acordo em Bonn. “Uma transição justa para uma economia ambientalmente sustentável, com gestão racional de produtos químicos e resíduos, contribui para os objetivos de **trabalho digno para todos, inclusão social, proteção dos direitos humanos e erradicação da pobreza**”, afirma.

“Este é um avanço importante. A utilização generalizada de produtos químicos perigosos tem impacto na segurança e na saúde dos trabalhadores, do público e do ambiente, e ameaça os objetivos mais amplos do trabalho digno e da justiça social para todos”, afirmou o Diretor-

¹⁶https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_897017/lang--en/index.htm

¹⁷https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_897059/lang--es/index.htm

Geral da OIT, Gilbert F. Houngho. “Ao dar prioridade à boa gestão dos produtos químicos e dos resíduos, no contexto de uma transição justa, podemos proteger os trabalhadores, tornar a nossa economia mais ecológica e, ao mesmo tempo, apoiar oportunidades de trabalho digno.”

Além de estruturar a boa gestão de produtos químicos e resíduos, globalmente as **28 metas** do Quadro destinam-se a reforçar as ligações com outras agendas de desenvolvimento global, incluindo as alterações climáticas, a biodiversidade, os direitos humanos e a saúde e segurança no trabalho. “Um ambiente de trabalho seguro e saudável é um princípio fundamental e um direito no trabalho; portanto, todos os trabalhadores devem ser protegidos”, afirma a Organização. “As medidas e políticas no local de trabalho, incluindo a ratificação e implementação de normas laborais internacionais relevantes, devem ser integradas nos esforços de gestão de produtos químicos e de resíduos.”¹⁸

A OIT e os seus constituintes conseguiram negociar com sucesso e assegurar textos críticos nos documentos para promover o envolvimento do setor laboral e os princípios fundamentais da OIT relacionados com o trabalho digno, a transição justa, a segurança e saúde no trabalho, a ‘devida diligência’, uma referência direta à inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável como princípio fundamental e direito no trabalho. Como já mencionado, o Quadro também inclui referência direta às normas internacionais do trabalho.

Segundo a OIT, globalmente, isto representa uma vitória importante para o mundo do trabalho e garantirá que os princípios fundamentais da OIT, como o **trabalho digno** e a **justiça social**, serão integrados nos processos globais que envolvem produtos químicos sólidos e gestão de resíduos por partes interessadas multissetoriais de alto nível.

Além das negociações relativas ao Quadro, a OIT esteve envolvida em vários painéis de alto nível e eventos paralelos, com destaque para o “**Painel de alto nível com Diretores Gerais e Diretores Executivos da ONU**” e para o evento paralelo organizado pela OIT, sobre “**A boa gestão de produtos químicos e resíduos: no cerne do direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável**”

Com base em **28 metas**, o **Quadro Global** descreve um roteiro para os países e as partes interessadas abordarem de forma colaborativa o *ciclo de vida* dos produtos químicos, incluindo produtos e resíduos. O texto do Quadro está estruturado em **12 partes**, seguido **três anexos**, e as **12 resoluções** que o acompanham, fornecendo uma fundamentação, metas e ações para garantir que uma ampla seção transversal de partes interessadas de governos, agências técnicas internacionais, sociedade civil e o o setor privado pode colaborar em questões como:

- eliminação progressiva dos produtos químicos mais nocivos;
- reforçar o desenvolvimento de capacidades, especialmente para países com regimes de aplicação fracos; e
- criar melhores ligações entre diversos setores, incluindo saúde e segurança no trabalho, comércio, agricultura, energia e transportes.

Entre as 28 metas aprovadas pela 5ª Conferência Internacional de Gestão de Produtos Químicos (ICCM5), a OIT saudou a inclusão da **Meta D7**, dedicada especificamente à Saúde e Segurança dos Trabalhadores, assim enunciada:

¹⁸ https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/news/WCMS_897009/lang-en/index.htm

"Meta D7 – Até 2030, as partes interessadas implementam medidas e esforçam-se por garantir práticas eficazes de saúde e segurança no trabalho, bem como medidas de proteção ambiental em todos os setores relevantes e em toda a cadeia de suprimento."

Ao comprometer-se com 20 milhões de euros para o novo **Quadro** em nome do seu governo, a Ministra Alemã do Ambiente, Steffi Lemke, disse que as partes interessadas têm agora uma ferramenta concreta para aumentar o perfil das questões químicas na Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) e noutros fóruns globais. Ela anunciou a intenção do seu país de solicitar à UNGA em 2024 que se baseasse no **Quadro** para aumentar o perfil dos produtos químicos e da gestão de resíduos no sistema da ONU.

O **Quadro Global**, entre outros, apela à prevenção do comércio ilegal e do tráfico de produtos químicos e resíduos, à implementação de quadros jurídicos nacionais e à eliminação progressiva, até 2035, de pesticidas altamente perigosos (PAP) na agricultura. Apela também à transição para alternativas químicas mais seguras e sustentáveis, à gestão responsável dos produtos químicos em vários setores – incluindo a indústria, a agricultura e os cuidados de saúde – e o reforço da transparência e do acesso à informação sobre os produtos químicos e os riscos associados.

Além disso, o ICCM5 lançou uma **Aliança Global sobre Pesticidas Altamente Perigosos**, bem como um processo para a criação de programas de implementação para o novo Quadro que deverá resultar em novas iniciativas centradas no setor, envolvendo os principais utilizadores intensivos de produtos químicos, como os setores têxtil e de construção.

Para alguns analistas, o caminho para a adoção do novo **Quadro** foi longo e repleto de obstáculos, especialmente quando as negociações foram interrompidas inesperadamente devido à pandemia global da COVID-19 e o ICCM5 foi adiado por três anos. A análise da reunião indica que, desde o início, as diferenças na visão do **Quadro** estavam relacionadas com o fato de alguns pretenderem uma elevada ambição, abrangendo a gestão tanto dos produtos químicos como de todos os resíduos, com metas rigorosas e com prazos definidos, instituições fortes, uma monitorização real, acompanhamento e estrutura de relatórios, e financiamento substancial e previsível para apoiar tudo isso. Outros eram a favor de uma Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM) ligeiramente melhorada, mas ainda relativamente modesta, centrada nos produtos químicos ou talvez nos produtos químicos e nos resíduos associados.^{19, 20}

Durante o ICCM5, estas diferenças foram mais evidentes nas negociações sobre âmbito, metas e financiamento. Quanto ao âmbito, os delegados debateram se deveriam abordar os resíduos de forma restrita ou ampla. No final, concordaram com "*o ciclo de vida dos produtos químicos, incluindo produtos e resíduos*", que pode ser interpretado por diferentes partes interessadas de diferentes maneiras.

Destacamos aqui a seção IV do documento **Quadro**, onde são listados os "princípios e enfoques", a saber: conhecimento e informação; transparência; direitos humanos; grupos em situações vulneráveis; igualdade de gênero; enfoque preventivo; enfoque baseado na precaução; transição justa; e colaboração e participação.

¹⁹<https://enb.iisd.org/iccm5-saicm-intersessional-process-resumed-4-sound-management-chemicals-waste-beyond-2020-summary>

²⁰<https://sdg.iisd.org/news/historic-global-framework-on-chemicals-adopted-following-years-of-talks/>

Veja as **28 metas** enunciadas no **Quadro Global**, estruturadas em torno de **5 Objetivos Estratégicos** no artigo anterior, de Magalhães e Galvão.

Comentários Finais

Apesar de saudar todas as iniciativas positivas para enfrentamento do problema das substâncias químicas tóxicas e perigosas sobre a vida e a saúde humana e sobre o meio ambiente, concluímos citando (e endossando) as palavras de Marcos Orellana, Relator Especial da ONU sobre Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, quando afirmou que o crescente abismo entre as evidências científicas e as ações para lidar com a poluição química “não é um acidente” e leva a o foco na “minimização” dos riscos ou no “gerenciamento sustentável” dos produtos químicos, **que ignora a realidade daqueles que suportam o impacto da exposição a produtos químicos**. Orellana sugeriu que uma abordagem de **direitos humanos** oferece ferramentas sólidas para preencher esta lacuna. (pág. 3 do documento referenciado a seguir – negrito acrescentado)

Referências

Summary of the Fifth International Conference on Chemicals Management: 25-30 September 2023. Earth Negotiations Bulletin, vol. 15, no. 311. 3 October 2023. Disponível na Internet: <https://enb.iisd.org/sites/default/files/2023-10/enb15311e.pdf> (acesso em 9 out.2023)

Crianças deslocadas e as mudanças climáticas: preparando para um futuro que já chegou

Displaced children and the climate change: preparing for a future that has already arrived

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *The UNICEF report Children Displaced in a Changing Climate: preparing for a future that has already arrived, analyzes the most common climate hazards that lead to the greatest number of displacements: floods, storms, droughts and wildfires. The report points out that there were 43.1 million internal displacements of children related to climate-related disasters over a six-year period – adding to approximately 20,000 child displacements per day. Almost all of the recorded child displacements – 95% – were caused by floods and storms.*

Keywords: *Child health; Human migration, Climate change*

Resumo: O relatório da UNICEF Crianças deslocadas num clima em mudança: preparando-se para um futuro que já chegou, analisa os perigos climáticos mais comuns que levam ao maior número de deslocamentos: inundações, tempestades, secas e incêndios florestais. O relatório observa que houve 43,1 milhões de deslocamentos internos de crianças relacionados a catástrofes ligadas ao clima durante um período de seis anos – o que equivale a aproximadamente 20.000 deslocamentos de crianças por dia. Quase todos – 95% – dos deslocamentos de crianças registrados foram provocados por inundações e tempestades.

Palavras-chave: Saúde da criança; Migração humana; Mudança climática

Milhões de crianças estão sendo expulsas das suas casas devido a fenômenos meteorológicos, agravados pelas alterações climáticas. Embora a ligação entre as alterações climáticas e o deslocamento seja complexa, é mais claro do que nunca que o clima está alterando estes padrões.

Nesse contexto, a UNICEF lança o relatório *Climate displacement report*¹, onde discute as principais causas e efeitos do deslocamento na vida de crianças.



O deslocamento – seja de curto ou de longa duração – pode multiplicar os riscos relacionados com o clima para as crianças e as suas famílias. No rescaldo de uma catástrofe, as crianças podem ficar separadas dos seus pais ou cuidadores, ampliando os riscos de exploração,

tráfico e abuso. O deslocamento pode impossibilitar o acesso à educação e aos cuidados de saúde, expondo as crianças à imunização inadequada, à doenças e à subnutrição.

Apesar da gravidade da situação e do impacto na vida das crianças deslocadas devido à eventos relacionados com o clima, até o momento elas têm sido estatisticamente invisíveis. Os dados existentes sobre os deslocamentos raramente são desagregados por idade, e fatores como a rápida urbanização, a fragilidade e os conflitos podem significar que as crianças em movimento têm ainda mais probabilidades de não serem vistas.

O relatório analisou os quatro perigos relacionados com o clima que causaram o maior número de deslocamento de crianças – mais de 43 milhões – entre 2016 e 2021: inundações, tempestades, secas e incêndios florestais. Ele apontou também a distribuição geográfica dos desastres e a escala dos deslocamentos de crianças associados.

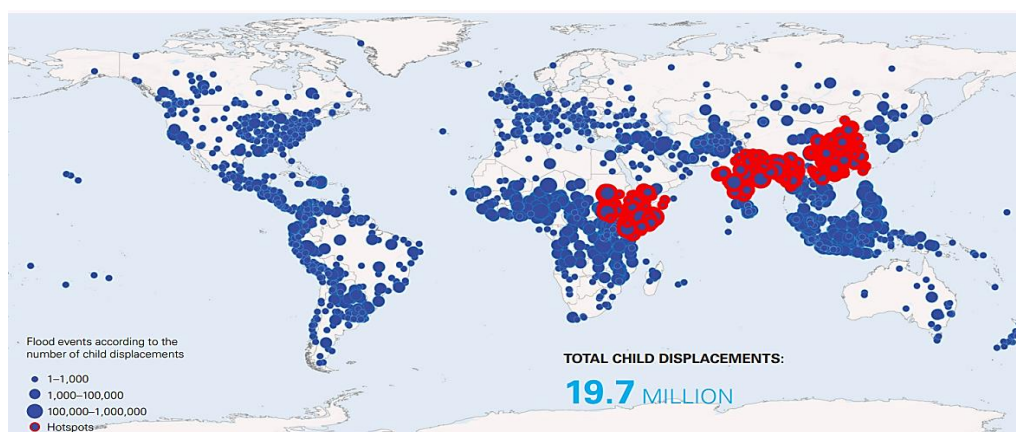
Foram registrados quase 135 milhões de deslocamentos internos ligados a mais de 8.000 eventos relacionados ao clima entre 2016 e 2021. Observou-se que algumas áreas foram mais propensas a deslocamentos do que outras devido à frequência e gravidade dos eventos e o número de crianças expostas aos perigos. Esses chamados “pontos críticos” foram identificados por uma análise espacial da distribuição (ou seja, a proximidade) dos eventos de perigo e o número de deslocamentos desencadeados.

Quatro perigos, milhões impactados

Inundação - termo geral para o transbordamento de água de um canal de rio para terra, normalmente seca (inundação fluvial); nível de água acima do normal ao longo da costa, em lagos ou em reservatórios (inundação costeira); ou a acumulação de água no local ou perto do local onde a chuva caiu (inundação repentina).

As inundações provocaram cerca de 19,7 milhões de deslocamentos de crianças em todo o mundo entre 2016 e 2021. Os locais mais afetados estão localizados principalmente no sul e no leste da Ásia: Índia (3,9 milhões), China (3,7 milhões) e Filipinas (1,3 milhão) - países mais afetados em números absolutos (Figura 1). A maioria dos deslocamentos registrados na região ocorreram durante a estação das monções de verão, que vai de Abril a Setembro. No entanto, muitos dos deslocamentos registrados foram preventivos (evacuações), onde as crianças foram transferidas antes mesmo do desastre acontecer.

Figura 1 - Deslocamento de crianças desencadeado por inundações (2016–2021)*



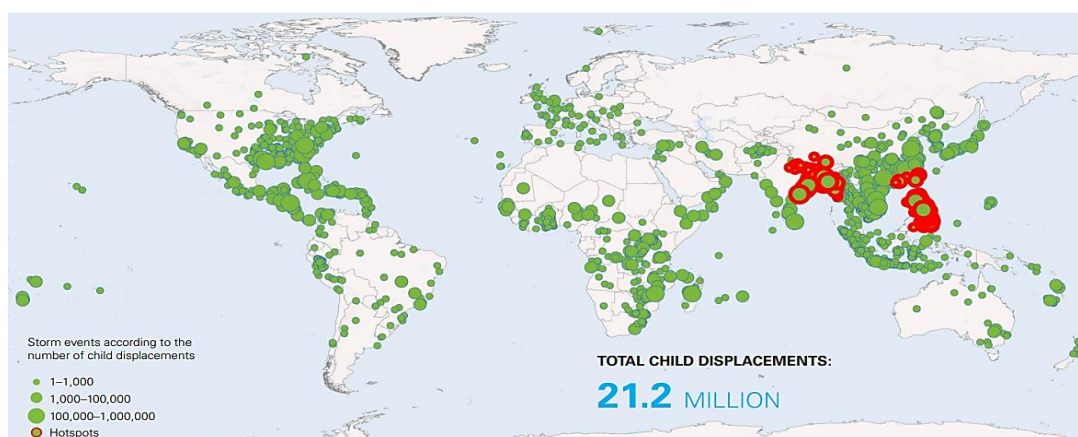
UNICEF, 2023.

* Cada ponto no mapa representa um evento de desastre e o tamanho do ponto indica o número estimado de deslocamento infantil.

Tempestade - Uma tempestade tropical se origina em águas tropicais ou subtropicais. É caracterizada por um ciclone de núcleo quente, não frontal, de escala sinóptica, com centro de baixa pressão, faixas de chuva espirais e fortes ventos. Dependendo da sua localização, os ciclones tropicais são referidos como furacões (Atlântico ocidental, nordeste do Pacífico), tufões (Pacífico ocidental) ou ciclones (Pacífico Sul e Oceano Índico). Também estão incluídos tornados, nevascas (tempestades de inverno) e tempestades de areia/poeira.

As tempestades causaram cerca de 21 milhões de deslocamentos de crianças entre 2016 e 2021. Em números absolutos, a maioria deles foi registrada nas Filipinas (8,3 milhões), Índia (2,8 milhões) e China (2,6 milhões), enquanto os pequenos estados insulares em desenvolvimento e outras áreas do Caribe e do Pacífico foram os países mais afetados em termos relativos (Figura 2). Na Dominica, o número de deslocamentos foi equivalente a 76% das crianças do país. Outros casos incluem 37% em Sint Maarten (parte holandesa) e 31% em Cuba.

Figura 2 - Deslocamento de crianças desencadeado por tempestades (2016–2021)



UNICEF, 2023.

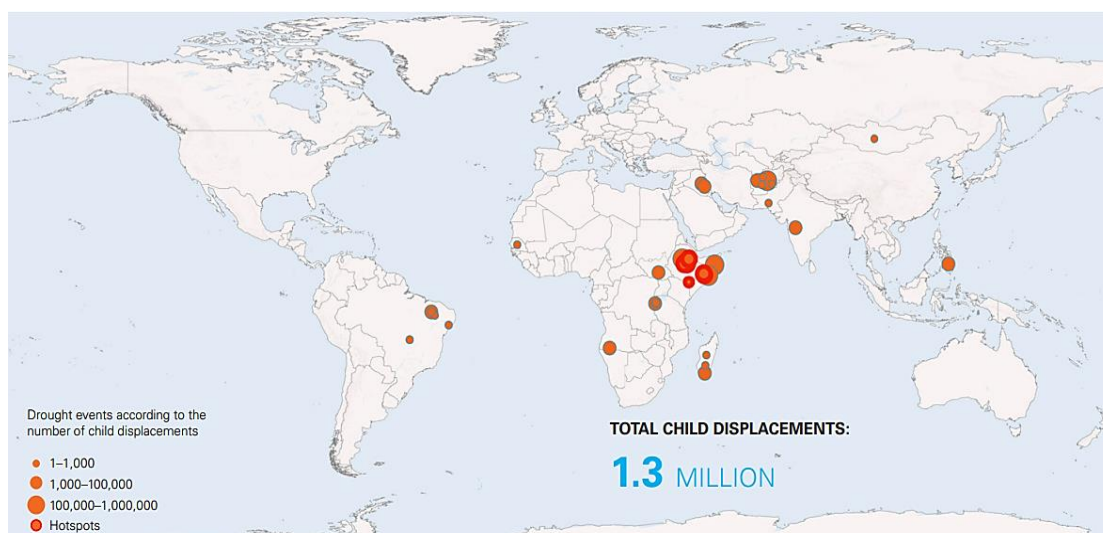
Seca - período prolongado de precipitação anormalmente baixa que produz escassez de água para pessoas, animais e plantas. A seca é diferente da maioria dos outros riscos ambientais porque se desenvolve lentamente, às vezes até ao longo de anos, e seu início é geralmente difícil de detectar. A seca não é apenas uma questão física, uma vez que os seus impactos podem ser exacerbados pelas atividades humanas e pela necessidade de abastecimento de água.

As secas provocaram o deslocamento de mais de 1,3 milhão de crianças em 15 países entre 2017 e 2021. Mais da metade foi registrada na Somália (730.000), 340.000 na Etiópia e 190.000 no Afeganistão (Figura 3).

É importante tratar os dados sobre secas com cautela, especialmente ao compará-los com outros riscos que podem parecer mais importantes em termos de escala, já que existem poucos dados confiáveis. Considerando que o deslocamento relacionado à seca ocorre lentamente, apenas 40 eventos foram registrados na base de dados do IDMC (*International Displacement Monitoring Centre*²). Por exemplo, embora países como Angola, Chade e Namíbia tenham passado recentemente por períodos de seca, há menos dados para vincular estes eventos a movimentos populacionais internos forçados. O deslocamento raramente é incluído

nas pesquisas realizadas por governos ou organizações humanitárias, o que torna o impacto da seca difícil de avaliar.

Figura 3 - Deslocamento de crianças desencadeados pela seca (2017–2021)



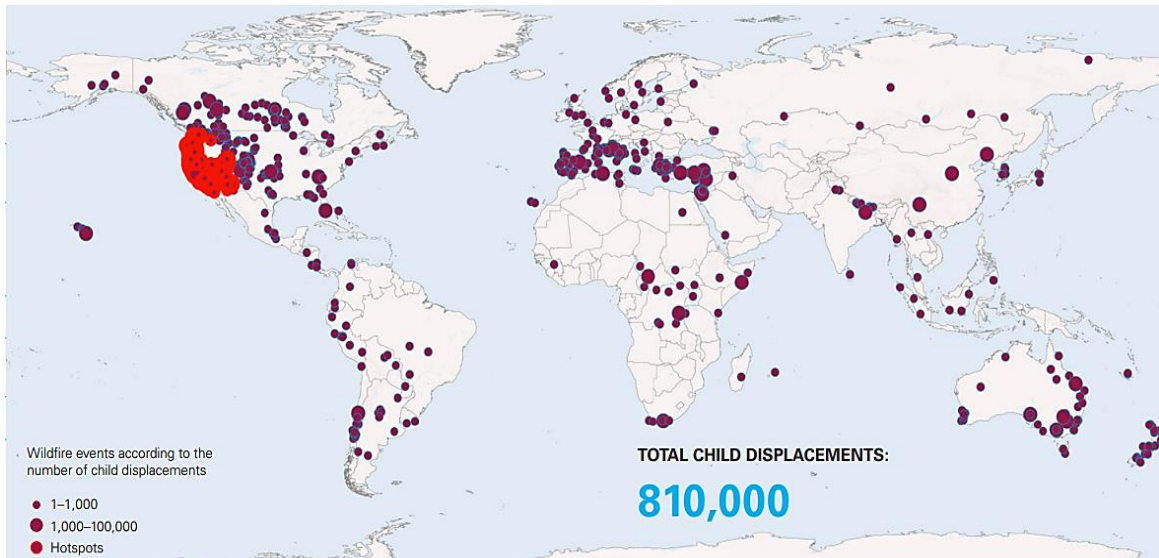
UNICEF, 2023.

Incêndios florestais - qualquer combustão ou queima descontrolada de plantas em um ambiente natural como florestas, pastagens, arbustos ou tundras que consomem os combustíveis naturais e se espalham com base nas condições ambientais (por exemplo, vento ou topografia). Os incêndios florestais podem ser desencadeados por raios ou ações humanas.

Eventos climáticos extremos exacerbados pelas mudanças climáticas afetam crianças de países de baixa e alta renda de forma igual. No entanto, as medidas de mitigação de riscos implementadas para reduzir seu impacto na vida das crianças podem variar muito.

Entre 2016 e 2021, 810 mil novos deslocamentos de crianças devido a incêndios florestais foram registrados, incluindo 280.000 somente no ano de 2020. Os três principais países com os maiores números de deslocamento de crianças foram os Estados Unidos (610.000), Canadá (47.000) e Israel (31.000). Desde que os dados foram disponibilizados pela primeira vez em 2008, os incêndios florestais provocaram cerca de 3,3 milhões de deslocamentos em todo o mundo, dos quais quase 90% ocorreram só na região das Américas (Figura 4).

Figura 4 - Deslocamento de crianças desencadeado por incêndios florestais (2016–2021)

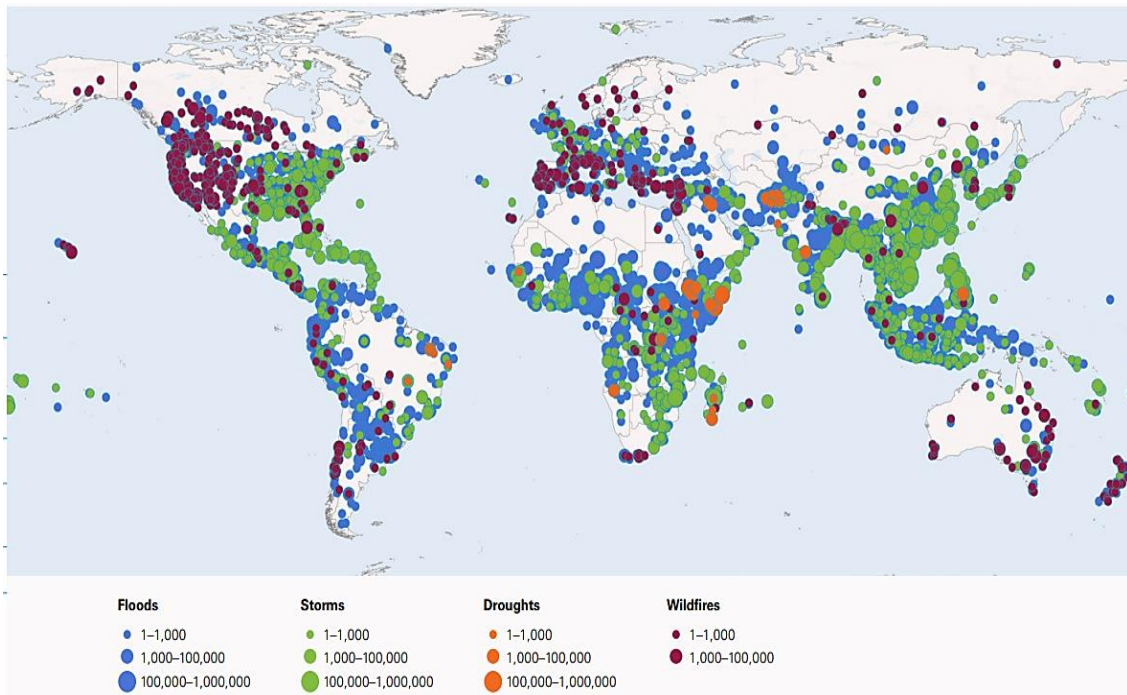


UNICEF, 2023.

Analizando os riscos/perigos de forma combinada

Combinando os múltiplos perigos, a Ásia Oriental e o Pacífico são as regiões com o maior número absoluto de deslocamento de crianças relacionadas com o clima no mundo, seguido pela região do Sul da Ásia (Figura 5). O maior número de deslocamentos de crianças foi registrado nas Filipinas (9,7 milhões) nos últimos seis anos. No entanto, outras regiões, como a América Latina e Caribe, também foram particularmente afetadas em termos relativos.

Figura 5 - Deslocamentos relacionados ao clima por tamanho e risco/perigo (2016–2021)



UNICEF, 2023.

Olhando para o futuro

O perigo que poderá desencadear a maioria dos deslocamentos de crianças no futuro são as inundações fluviais, com uma média de quase 3,2 milhões de crianças deslocadas todos os anos. Isto representaria quase 96 milhões de deslocamentos nos próximos 30 anos. Os ventos ciclônicos são o segundo perigo mais impactante, com potencial para causar mais de 10,3 milhões de deslocamentos de crianças ao longo de 30 anos. Finalmente, as tempestades poderão ser responsáveis pelo deslocamento de 7,2 milhões de crianças durante este período. Dada a sua grande população, Índia, Bangladesh, Vietnã, Filipinas e China são os cinco países com maior número de deslocamentos futuros previstos de crianças devido a todos os desastres combinados (inundações fluviais, ciclones e tempestades). Contudo, em termos relativos, as Ilhas Virgens Britânicas, as Bahamas e a Antígua e Barbuda são os países que verão as suas populações infantis mais afetadas por deslocamentos provocados por catástrofes.

Partindo para ação

Melhorar os resultados para crianças e jovens em risco de deslocamento futuro e cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris, no Marco de Sendai, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no Pacto Global para Migração – governos, doadores, e parceiros do setor privado devem unir forças para dar prioridade às seguintes ações:

1. **PROTEGER** as crianças e os jovens dos impactos das alterações climáticas e do deslocamento, garantir que os serviços críticos para as crianças – incluindo educação, saúde, proteção social e serviços de proteção infantil – sejam sensíveis a choques, portáteis e inclusivos;
2. **PREPARAR** as crianças e os jovens para viverem em um mundo alterado pelo clima, melhorando a sua capacidade adaptativa e resiliência e permitindo a sua participação;
3. **PRIORIZAR** crianças e jovens – incluindo aqueles já deslocados de suas casas – nas políticas, ações e investimentos climáticos, humanitários e de desenvolvimento.

Referências

UNICEF. Climate displacement report [Internet]. 2023 out. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20\(English\).pdf](https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20(English).pdf)

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre [Internet]. IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. [citado 6 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/home>

Avanços e desafios nas transformações nos sistemas alimentares na perspectiva do VII Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana**

Resumo. *Nesse informe, discutimos as análises do VII Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável - Brasil em relação aos sistemas alimentares no Brasil e no mundo, mostrando os poucos avanços e as grandes lacunas que existem para a garantia de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis em face das soluções paliativas dos sistemas alimentares hegemônicos.*

No final do mês de setembro de 2023, foi lançado o VII Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável – Brasil, elaborado por as 41 organizações e mais de 80 especialistas independentes, que traz mensagens de encorajamento em relação à possibilidade de retomar o caminho de desenvolvimento sustentável no país, ao mesmo tempo em que aponta o impacto dos retrocessos nas políticas nacionais particularmente nos últimos seis anos. Além disso, o relatório aponta recomendações para reverter os danos já causados e avançar para uma agenda de políticas públicas que apoiem o crescimento sustentável do Brasil (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2023).

O Relatório Luz 2023 e suas recomendações

Na introdução do relatório, é reforçado que vivemos em um contexto global de múltiplas crises e grandes incertezas, na medida em que os acordos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e seus compromissos enfrentam evidentes retrocessos mesmo antes da pandemia de Covid-19 e agravados por ela. Ademais, segundo o diagnóstico do Relatório Luz, as evidências apontam que governos e instituições privadas com fins lucrativos não têm atuado suficientemente para a implementação dos ODS e, como isso, colocam em grande risco as soluções necessárias e urgentes para garantir a vida humana digna a todas e todos (“não deixar ninguém para trás”) e a proteção da biodiversidade no planeta.

Para dar uma ideia clara do atual desafio, considerando a avaliação sobre 2022, 60,4% das metas dos ODS estavam em situação de retrocesso, 8,3% estavam ameaçadas e 9,5% estavam estagnadas em relação ao ano anterior, enquanto 17,1% estavam com progresso insuficiente e somente 1,8% estavam com progresso satisfatório no Brasil. Esses resultados refletem o impacto de um ciclo de destruição de políticas públicas (particularmente de segurança alimentar e nutricional, acompanhada de uma erosão dos orçamentos, do enfraquecimento dos sistemas de monitoramento das políticas e de ruptura de sistemas de governança (principalmente em relação à participação da sociedade civil).

Ainda segundo o relatório, devem ser prioridades do atual governo a reconstrução e ampliação das políticas, considerando, por exemplo, a volta da fome em nível populacional ao

país, na medida em que existem aproximadamente 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, sendo a vulnerabilidade ainda maior entre pessoas negras, crianças e famílias chefiadas por mulheres (Rede PENSSAN, 2022). Nesse sentido, o relatório também destaca que é fundamental que esses registros sejam valorizados e amplamente discutidos para que nós, como sociedade, possamos aprender com a história e não repetir erros, visto que o desenvolvimento sustentável demanda processos democráticos para a construção de sociedades equitativas por meio da participação efetiva de uma sociedade civil organizada, independente e proativa.

A seguir, discutiremos os avanços e desafios no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se relacionam direta e indiretamente aos sistemas alimentares e à segurança alimentar e nutricional, a partir do Relatório Luz e suas recomendações e fazendo reflexões mais ampliadas a partir das discussões sobre esses temas no âmbito do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.

Primeiramente, vale destacar que o ODS 1, de Erradicação da Pobreza, cujo objetivo é erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, tem grande ligação com o ODS 2, de Fome Zero e agricultura sustentável, cujo objetivo é acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável. Essas tendências já vinham sendo reportadas pelos últimos Relatórios de Estado de Segurança Alimentar e Nutrição (*SOFI – State of Food Insecurity and Nutrition in the World*) da FAO, associando o agravamento da insegurança alimentar e nutricional desde antes da pandemia de covid-19, mas agravado por ela, bem como destacando o maior impacto das mudanças climáticas sobre a produção agrícola e as consequências de conflitos tais como a Guerra entre Rússia e Ucrânia, que tem afetado o comércio global de grãos (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2023).

Nesse contexto, é muito preocupante que praticamente todas as metas dos ODS 1 e 2 estão em retrocesso no Brasil, tendo em vista que, nos últimos seis anos houve uma atuação negativa dos poderes Executivo e Legislativo federais, que frequentemente ameaçaram e fragilizaram as políticas relacionadas ao cumprimento dos ODS 1 e 2. Dentro desse contexto, destacaram-se, além do cenário internacional, a deterioração em âmbito nacional representada pelo aumento na inflação (particularmente de alimentos), pelo desmonte de programas sociais e de segurança alimentar e nutricional, por retrocessos na legislação trabalhista, pelo crescimento do desemprego e pela incapacidade de atender adequadamente às demandas de saúde nas famílias (agravadas pela má gestão da pandemia), de modo que foi mantido e até agravado o quadro de pobreza, fome e insegurança alimentar e nutricional na população.

O relatório também destaca os impactos de médio e longo prazo relacionadas à insegurança alimentar e nutricional, que inclusive podem atingir mais de uma geração, uma vez que problemas nutricionais tais como anemia e excesso de peso nas gestantes afetam tanto a sua saúde quanto a das crianças nascidas dessas gestações. Além disso, as atuais gerações consomem cada vez mais produtos alimentícios ultraprocessados, que, além de mais baratos e são mais acessíveis do que os alimentos in natura e minimamente processados, graças a um sistema alimentar hegemônico que é baseado na produção de ingredientes para as indústrias de ultraprocessados e que é responsável pela criação de ambientes alimentares desfavoráveis às escolhas alimentares saudáveis, caracterizado por desertos e pântanos alimentares e com pouca regulação sobre a publicidade e venda. É importante lembrar que no Brasil atualmente cerca de 20% das calorias da dieta da população adulta vêm dos ultraprocessados e são estimadas 57 mil mortes prematuras atribuíveis ao seu consumo (Nilson *et al.*, 2022), contudo

crianças e adolescentes consomem 70% mais calorias vindas de ultraprocessados em relação aos adultos, aumentando o risco de problemas futuros de saúde associados a esse padrão alimentar inadequado (IBGE, 2020).

Esses mesmos sistemas alimentares hegemônicos concentram as terras e os recursos de produção para a produção majoritária de commodities agrícolas por meio de monoculturas com grande uso de insumos como fertilizantes químicos e agrotóxicos, bem como reduzindo o espaço dos pequenos produtores e muitas vezes invadindo territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais. Vale lembrar que, no Brasil foi liberada a utilização de um grande número de agrotóxicos entre 2019 e 2022, durante a presidência de Jair Bolsonaro, mas que mesmo no primeiro semestre do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram liberados mais 106 produtos, na contramão de outras políticas e compromissos que o atual governo vem assumindo e implementando.

Esse modelo produtivo, portanto, é frequentemente caracterizado por práticas pouco sustentáveis ou até mesmo predatórias de produção, que reduzem significativamente a biodiversidade de plantas comestíveis e de animais de criação, fazendo dos sistemas alimentares uma das principais fontes de gases de efeito estufa e um dos maiores fatores de degradação e poluição dos solos e das águas. Os sistemas alimentares hegemônicos são associados a 39% do uso de energia, 36% a 45% da perda de biodiversidade, um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios e aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda e seus impactos têm aumentado também nos países de renda baixa e média (Anastasiou et al., 2022).

Os impactos desses modos de produção de alimentos são, ainda, de caráter econômico, visto que os custos das externalidades ambientais do atual sistema agroalimentar global alcançam US\$ 7 trilhões em custos ambientais e mais US\$ 11 trilhões relacionados aos custos às vidas humanas e US\$ 1 trilhão em custos econômicos, que representam o dobro dos custos atuais do consumo global de alimentos. Isso significa que, para cada dólar gasto com o consumo dos produtos dos sistemas alimentares hegemônicos há danos correspondentes à saúde humana e planetária na ordem de dois dólares, demonstrando claramente que o atual sistema hegemônico regido pelo mercado financeiro e interesses econômicos gera prejuízos coletivos muito significativos (United Nations Food Systems Summit 2021 Scientific Group, 2021).

Dentre os exemplos de desmonte dos programas de segurança alimentar, temos a substituição do programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o orçamento insuficiente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da fragilização das políticas de agricultura familiar e de compras públicas de alimentos, que foram decisivos para agravar a insegurança alimentar e nutricional ao ponto de levar o país de volta ao Mapa da Fome da FAO.

Ainda, considerando a múltipla carga da insegurança alimentar e nutricional, além do aumento da fome particularmente entre crianças de até 10 anos de idade, que passou de 9,4% para 18,1%, entre 2020 e 2022 (Rede PENSSAN, 2022), em toda a população, inclusive entre crianças e adolescentes, observa-se um aumento nas prevalências de excesso de peso e de obesidade, tanto nos inquéritos populacionais quanto nos sistemas de informação de saúde, que representam fatores de risco também para outras doenças crônicas não-transmissíveis como hipertensão arterial, diabetes, doenças articulares, ósseas, renais e cardiovasculares e alguns tipos específicos de cânceres.

As evidências no contexto da América Latina têm evidenciado, além da vulnerabilidade socioeconômica como fator de risco nas populações, a relação entre o consumo de ultraprocessados e a coexistência de desnutrição e carências nutricionais e de obesidade entre crianças e adolescentes (Oviedo-Solís *et al.*, 2022). Essa relação é também atribuída a mecanismos fisiológicos, tais como a relação entre a desnutrição crônica (déficit de estatura para idade) em crianças e o aumento do risco de obesidade futura (Sawaya e Roberts, 2003), bem como pela manutenção dos níveis de desnutrição em populações vulneráveis, junto com o aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade em toda a população, com aumentos mais expressivos nos grupos de menor renda.

No tocante à proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável e orientação agrícola para a despesa pública também houve quatro anos de muitos retrocessos, mas sua quantificação foi prejudicada pelo desmonte de sistemas de monitoramento e enfraquecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos grandes inquéritos nacionais, incluindo o Censo Agrário.

Por fim, em relação ao esses primeiros ODS, o relatório destaca os impactos da inflação dos alimentos principalmente sobre a população de baixa renda, visto que os maiores aumentos de preços foram observados para alimentos básicos como arroz, feijão, frutas e hortaliças, batata e mandioca. Enquanto isso, proporcionalmente a esses alimentos saudáveis, os preços dos ultraprocessados vem se reduzindo gradualmente ao longo do tempo.

Em resposta a esses desafios, o novo Relatório Luz recomenda principalmente, em relação ao ODS 1, o reforço às políticas econômicas e sociais, incluindo a valorização do salário-mínimo, a resolução dos problemas de endividamento das famílias, o aumento do saneamento básico e a retomada da reforma agrária, entre outros. Destaca-se, também, a recomendação de aumento nos recursos para a proteção social, saúde e educação e a garantia do monitoramento das políticas públicas e a mensuração dos resultados desses investimentos públicos.

Para o ODS 2, recomenda-se:

- o aumento nos investimentos no Programa Bolsa Família e nas medidas de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza;
- a incorporação de novas regras tributárias que alinhadas com o Guia Alimentar para a População Brasileira, que promovam o acesso a alimentos saudáveis, como mediante a isenção de alimentos in natura e minimamente processados, bem como os produtos da Cesta básica, e da tributação dos produtos ultraprocessados e a retiradas dos atuais benefícios fiscais a estes e a outros produtos nocivos (incluindo os agrotóxicos);
- a revisão de isenções tributárias aos produtos para exportação, como ocorre com a soja e o milho;
- a implementação de uma Política Nacional de Abastecimento com prioridade à promoção de circuitos curtos de produção e consumo, o restabelecimento dos estoques de produtos básicos e a ampliação dos investimentos na produção desses alimentos;
- o monitoramento permanente da situação de segurança alimentar e nutricional de povos indígenas e populações tradicionais

- o fortalecimento de ações de saúde como a atenção pré-natal e o monitoramento permanente da saúde e nutrição das mulheres em idade reprodutiva e das crianças menores de cinco anos de idade;

- a retomada do Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e aumento das compras públicas da agricultura familiar;

- a garantia de investimentos adequados nas políticas públicas de acesso à terra, assistência técnica e extensão rural às pequenas produções de alimentos, particularmente às mulheres, povos indígenas, agricultura familiar, comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, de pesca artesanal, dentre outras tradicionais;

Em relação ao ODS 3, de saúde e bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades, 5 das 13 metas estão em retrocesso, duas estão estagnadas e mais quatro estão ameaçadas. Uma das metas desse ODS que estão mais diretamente relacionadas aos sistemas alimentares é a meta 3.4, que trata das doenças crônicas não-transmissíveis, na medida em que o principal grupo de fatores de risco para essas doenças são os fatores dietéticos, destacando o consumo de produtos ultraprocessados, incluindo a questão dos nutrientes críticos como sódio, gorduras saturadas e trans e açúcares livres, e o impacto na redução do consumo de fatores protetores como fibras, frutas, verduras e cereais integrais (Afshin *et al.*, 2019).

Vale lembrar, ainda, que a meta 3ª, relacionada ao tabagismo também tem relação com os alimentos, como foi discutido no informe CRIS Nº09/2023, em que se tratou da prioridade para cultivar alimentos e não tabaco e outras sinergias na transformação dos sistemas alimentares para a garantia da segurança alimentar e nutricional (Nilson *et al.*, 2023).

Entre as recomendações para o ODS 3, novamente é destacada a questão da atenção pré-natal e à infância, além da necessidade de tributação de produtos não saudáveis (tabaco, álcool, ultraprocessados, combustíveis fósseis e agrotóxicos), com a vinculação dos recursos arrecadados ao financiamento do SUS, e a adoção de medidas regulatórias e legislativas que ampliem a fiscalização e restrição de publicidade, promoção e patrocínio de produtos nocivos à saúde, inclusive em plataformas digitais. Outro ponto importante é a garantia da transparência, participação e controle social na formulação de políticas de saúde, sem a interferência de indústrias a serem reguladas.

Passando para o ODS 12, que visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, foi destacada a fragilidade das políticas nacionais de mitigação de perdas e desperdícios de alimentos, visto que o Brasil não possui um índice oficial de perda ou desperdício alimentar. Contudo, alguns estudos disponíveis estimam que perdas de 10% de grãos na colheita de 10% e que 128,88 kg/ domicílio (ou 41,7 kg/pessoa/ano) de alimentos produzidos são jogados fora anualmente.

Novamente nesse ODS é destacada a questão do aumento da utilização dos agrotóxicos no país e sua vinculação com as monoculturas de commodities e as indústrias de ultraprocessados, enquanto a transformação dos sistemas alimentares vai depender do estímulo à produção mais diversificada, baseada na agricultura familiar, com modelos de produção sustentáveis, como a agroecologia. Assim, deve ser estimulados modelos de produção local, que alimentem circuitos curtos de produção e consumo, incluindo a agricultura urbana e periurbana.

Além disso, os padrões de consumo baseados nos produtos ultraprocessados estão relacionados à poluição causada pelo descarte de embalagens, principalmente de plástico (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt *et al.*, 2019)(Leite *et al.*, 2022)(Seferidi *et al.*, 2020). Por exemplo, as empresas transnacionais de produtos ultraprocessados foram responsáveis pelo descarte anual de mais de 8 milhões de toneladas de plástico no mundo em 2020, destacando que as maiores produtoras de lixo plástico são as empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas, seguidas pelas indústrias de produtos lácteos. Além disso, é preocupante que as tendências futuras de produção de plástico são de crescimento exponencial, exigindo a tomada de medidas mais robustas com urgência em nível global (Changing Markets Foundation, 2020).

Dentre as recomendações para este ODS, o Relatório Luz traz prioridades como a necessidade de melhorar a gestão de informações em relação a perdas e desperdícios de alimentos para subsidiar ações para a sua mitigação, a aprovação da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PNARA) e rejeição de projetos que buscam flexibilizar a utilização de agrotóxicos no Brasil, ações específicas para reduzir a poluição por plástico (como o banimento dos plásticos de uso único) e a implementação do Programa Nacional de Logística Reversa, especialmente no que diz respeito à responsabilização dos setores produtivos pelos resíduos gerados.

No contexto do ODS 13, de ação contra a mudança climática e seus impactos, a relação com a segurança alimentar e nutricional se dá pela lógica da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que interliga vários ODS. Como destacado anteriormente, os sistemas alimentares hegemônicos estão entre os principais responsáveis pela redução da biodiversidade, pela poluição ambiental e pelo esgotamento de recursos naturais e somente com a transição para modelos produtivos sustentáveis será possível reduzir esses impactos e ao mesmo tempo garantir maior resiliência em relação às próprias mudanças climáticas que já estão afetando a produção de alimentos.

Dessa forma, apesar das recomendações do relatório não serem específicas para a questão dos sistemas alimentares, grande parte deles se aplicam ao modelo atual de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, devendo haver metas específicas para este setor.

A resposta das políticas no Brasil

Como destacado, no período de 2017 a 2022 o Brasil passou por muitos retrocessos nas políticas de SAN e de alimentação e nutrição, incluindo o desmonte da governança de SAN com a inatividade da Caisan e a extinção do Consea. Devido a isso, o governo atual retorna com a prioridade de reconstrução e ampliação de muitas políticas e de sua governança, como por exemplo a retomada do estímulo à agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o fortalecimento de políticas de compras institucionais de alimentos e de estoques públicos de alimentos, assim com a volta da articulação federal das políticas de SAN e da participação da sociedade civil, tanto em termos dos conselhos de políticas sociais, quanto na retomada das conferências como instrumentos de participação.

É importante destacar a centralidade da participação da sociedade civil, que representa um alicerce da representação democrática e do controle social nas políticas e, no campo dos sistemas alimentares, os processos em andamento das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de SAN e de Agroecologia, considerando a construção das pautas prioritárias do local

até o nacional. Nesse sentido, o Relatório Luz de 2023 enfatiza, em suas recomendações para todas os ODS, a necessidade da participação e controle social.

Vale lembrar, ainda, que o Brasil revisou e ampliou significativamente seus compromissos nacionais no contexto da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, marcando a volta do país às agendas internacionais e buscando retomar seu protagonismo. Nesses novos compromissos nacionais, foi destacada a retomada da governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a reativação da Caisan e recriação do Consea, bem como a retomada de políticas chaves na agenda, como o apoio à agricultura familiar, a elaboração do Plano Brasil Sem Fome, a recriação do Programa Bolsa Família e o fortalecimento da alimentação escolar, estabelecendo prioridades de atuação para todos os eixos no alcance dos compromissos assumidos até 2030, reforçando a prioridade à agenda de segurança alimentar e nutricional e sua relação com a transformação dos sistemas alimentares. Além disso, destacaram prioridades no contexto da múltipla carga da má nutrição, incluindo os desafios da insegurança alimentar e nutricional, da fome e desnutrição e da obesidade e DCNTs (Brasil, 2023).

Apesar dessa retomada, é fundamental ao Governo Brasileiro ampliar o que já vem sendo feito e planejado para contemplar ao máximo recomendações como estas do Relatório Luz e garantir o alcance dos objetivos e metas pactuadas pelo país internacionalmente no contexto da segurança alimentar e nutricional e das mudanças climáticas

Conclusão

Na experiência dos últimos 4 anos no Brasil, mostrou os grandes prejuízos e retrocessos causados pela predominância dos interesses dos agentes do sistema alimentar hegemônico, como as indústrias de alimentos e o agronegócio, sobre os interesses coletivos na agenda governamental, resultando em grande aumento da insegurança alimentar e da degradação ambiental no país, levando a grandes retrocessos nos ODS.

A sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas liga a má nutrição em todas as suas formas à agenda ambiental, mostrando o quanto esses fenômenos estão associados aos sistemas alimentares hegemônicos, que se apoiam na monocultura de commodities agrícolas e na internacionalização dos produtos ultraprocessados, sendo sua solução a transformação desses sistemas para favorecer modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados.

Diante desse quadro, o Relatório Luz de 2023 traz uma análise importante dos desafios para o alcance dos ODS e caminhos para fazê-lo, reforçando o papel fundamental da sociedade civil na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas. Muitas mudanças recomendadas fazem parte das políticas criadas, recriadas ou fortalecidas em 2023 pelo Governo Brasileiro, mas muito mais precisa ser feito para garantir políticas que garantam a saúde humana e planetária, hoje e no futuro.

Referências

AFSHIN, A. *et al.* Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 19, p. 1958–1972, 2019.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. **Talking Trash - The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023 - Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum.** Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc3017en>>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VII Relatório Luz da Sociedade Civil a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável - Brasil.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/09/rl_2023_v7-webcompleto.pdf>.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares : POF 2017-2018 : análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro, Brazil: [s.n.].

LEITE, F. H. M. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.

NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* Entre copos meio cheios e meio vazios: cultivar alimentos e não tabaco e outras sinergias na transformação dos sistemas alimentares para a garantia da segurança alimentar e nutricional. **Cadernos Cris Fiocruz**, n. 09, p. 68–75, 2023.

OVIEDO-SOLÍS, C. I. *et al.* Trend of Ultraprocessed Product Intake Is Associated with the Double Burden of Malnutrition in Mexican Children and Adolescents. **Nutrients**, v. 14, n. 20, p. 4347, 2022.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.

RIDOUTT, B. G. *et al.* Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.

SAWAYA, A. L.; ROBERTS, S. Stunting and future risk of obesity: principal physiological mechanisms. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 1, p. S21–S28, 2003.

SEFERIDI, P. *et al.* The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS SUMMIT 2021 SCIENTIFIC GROUP. **The True Cost and True Price of Food.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://sc-fss2021.org/wp-content/uploads/2021/06/UNFSS_true_cost_of_food.pdf>.

Sete medidas para tornar a profissão docente mais atrativa

Seven measures to make the teaching profession more attractive

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Vitor Rodrigues

Abstract. *World Teachers' Day is celebrated on 5 October and, to mark this moment, UNESCO has released a factsheet with updated data on the shortage of teachers needed to achieve Sustainable Development Goal 4 - Quality Education for primary and secondary Education by 2030, as well as seven recommendations for making the teaching profession more attractive, considering that it is not only a question of investment in this area, but also the lack of attractiveness of teaching. UNESCO's nomination of the city of Rio de Janeiro as World Book Capital for 2025 brings positive responsibilities and prospects for literary education and culture.*

Keywords: *Education. Attrition. Teaching. Profession. Culture.*

Resumo. O dia 05 de outubro é celebrado o Dia Mundial do Professor e, para registrar esse momento, a UNESCO lançou um informativo com dados atualizados sobre o déficit de professores necessários para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável 4 – Educação com Qualidade para o ensino primário e secundário até 2030, além de divulgar sete recomendações para tornar a profissão docente mais atrativa, considerando que não é somente uma questão de investimento nessa área, mas também a falta de atratividade para o exercício docente. A nomeação pela UNESCO da cidade do Rio de Janeiro como Capital Mundial do Livro para o ano de 2025 traz responsabilidades e perspectivas positivas para a educação e cultura literária.

Palavras-chave: Educação. Evasão. Docência. Profissão. Cultura.

Introdução

O dia 05 de outubro é celebrado o Dia Mundial do Professor²¹ e, para registrar esse momento, a UNESCO lançou um informativo²² com dados atualizados sobre o déficit de professores necessários para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável de educação para o ensino primário e secundário até 2030, além de divulgar sete recomendações para tornar a profissão docente mais atrativa, considerando que não é somente uma questão de investimento nessa área, mas também a falta de atratividade para o exercício docente.

A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azulay afirma que:

Teachers play a vital role in our societies, yet this profession is facing a major vocations crisis. Some regions of the world lack candidates. Other regions face a very high dropout rate during the first few

²¹ World teachers' day. UNESCO, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/teachers> Acesso em 09 out. 2023.

²² United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. The teachers we need for the education we want [Internet]. Paris; 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387001> Acesso em 09 out. 2023.

years of work. In both cases, the answer is the same: we must better value, better train and better support²³.

Imagem 1 Capa da publicação da Unesco lançada em comemoração ao Dia Mundial do Professor (05 de outubro)



Fonte: UNESCO, 2023

Segundo dados do informativo da UNESCO intitulado *The teachers we need for the education we want — The global imperative to reverse the teacher shortage*²⁴, atualizado e lançado em outubro de 2023:

1. no mundo, são necessários 44 milhões de professores a mais para atender à educação primária e secundária até 2030, dos quais 1 em cada 3, ou seja 15 milhões, são necessários somente na África Subsaariana;
2. o ensino médio precisa de mais professores do que o ensino fundamental;
3. apenas metade de todos os países paga aos professores do ensino fundamental mais do que outras profissões que exigem qualificações semelhantes, ao passo que isso diminui para apenas 3 em cada 10 países na Europa e na América do Norte;
4. a escassez de professores é um fenômeno global que afeta tanto os países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos. Na Europa e na América do Norte, a aposentadoria e a falta de interesse em ingressar na profissão representam desafios

²³ Tradução feita por aplicativo de tradução DeepL do original em inglês para português: “Os professores desempenham um papel fundamental em nossas sociedades, mas essa profissão está enfrentando uma grande crise vocacional. Em algumas regiões do mundo, faltam candidatos. Outras regiões enfrentam uma taxa de evasão muito alta durante os primeiros anos de trabalho. Em ambos os casos, a resposta é a mesma: precisamos valorizar, treinar e apoiar melhor os professores”.

²⁴ Tradução livre feita pela autora Fabiane Gaspar: Os professores de que precisamos para a educação que queremos - O imperativo global para reverter a escassez de professores.

para garantir o recrutamento de 4,8 milhões de professores necessários para assegurar uma educação primária e secundária de qualidade para todos.

Ainda segundo o informativo da UNESCO, há uma grave escassez de professores que persiste em muitos países do mundo e agravada durante a pandemia da COVID-19, um ponto de discussão central é a falta de capacidade da profissão de professor para atrair e reter professores qualificados e talentosos. Os dados apresentados se concentram em novos dados globais e regionais sobre o número de professores necessários para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade (ODS 4) e sobre a evasão do professor da sala de aula.

Projeção de professores

Na projeção feita pelo Instituto de Estatística da Unesco, apesar do número de professores que falta para alcançar as metas do ODS 4 de 69 milhões de professores, em 2016 ter diminuído para 44 milhões, em 2023, essa progressão não é o suficiente para cumprir o objetivo até 2030.

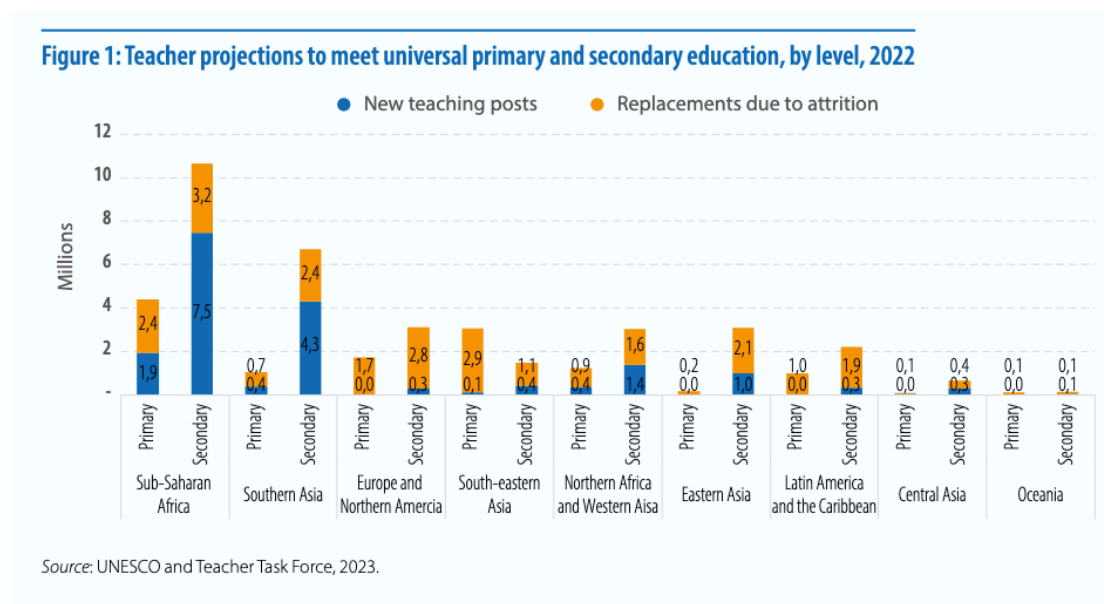
As lacunas de professores podem ser atribuídas à necessidade de preencher i) novos cargos e ii) cargos vagos devido à evasão do trabalho pelos professores. Na África Subsaariana, a maioria dos professores necessários é para preencher novos cargos, enquanto na Europa e na América do Norte a maioria é necessária para preencher cargos vagos devido à evasão do trabalho. Para os países com populações em rápido crescimento, os formuladores de políticas devem equilibrar o investimento na expansão das vagas disponíveis nas instituições de formação de professores com a melhoria da atratividade da profissão para garantir a retenção. Esse é especialmente o caso da África Subsaariana, onde 9,4 milhões de novos professores (representando 62% da lacuna total de professores na região) são atribuídos ao preenchimento de novas vagas.

Quando os déficits são atribuídos principalmente à evasão do trabalho em função crescimento da população em idade escolar lento ou negativo, os países têm maior capacidade de concentrar os investimentos na profissionalização do ensino para garantir que bons candidatos entrem e permaneçam no emprego. Por exemplo, na Europa, a evasão não deve ser confundida com a rotatividade de professores, que também pode incluir professores que mudam de escola ou de nível de ensino, além de deixarem a profissão²⁵. As taxas de evasão dos professores podem ser estimadas diretamente - obtendo-se o número de professores individuais que deixam a profissão - ou indiretamente, examinando-se o número de professores em um sistema em dois anos consecutivos, bem como o número de novos professores que entram em um sistema. Por exemplo, na América do Norte e na América Latina e no Caribe, 94% e 89% da escassez de professores, respectivamente, estão relacionados à evasão antecipada.

Globalmente, o mundo precisa de mais 13 milhões de professores do ensino fundamental até 2030, em comparação com 31 milhões de professores do ensino médio - ou 7 em cada 10. Na África Subsaariana, é necessário mais do que o dobro de professores no ensino médio (10,7 milhões) em comparação com o ensino fundamental (4,4 milhões). A diferença é

²⁵ Dados disponíveis nas publicações da OECD. Education at a Glance 2021. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/bcc79d57-en/index.html?itemId=/content/component/bcc79d57-en> e UNESCO. Teacher Attrition Rate by Education Level. UIS Glossary. Montreal: UIS. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/glossary-term/teacher-attrition-rate-education-level>

ainda maior no sul da Ásia, onde são necessários 6,7 milhões de professores no ensino médio, em comparação com 1,1 no ensino fundamental (Figura 1).



Evasão dos professores

As taxas de evasão em nível nacional podem variar muito de acordo com o nível educacional e de ano para ano (veja a Figura 2). Entretanto, faltam informações sobre os motivos da evasão ser muito alta em um contexto e muito baixa em outro. Por exemplo, Serra Leoa registrou altas taxas de evasão de 17, 5 e 21% para professores primários nos anos de 2019 a 2021, ao passo que a Geórgia teve taxas de 12, 5 e 4% durante o mesmo período²⁶. Além disso, a evasão varia dentro dos países com muitos fatores que levam a essas discrepâncias, especialmente para escolas ou distritos com altos índices de pobreza, em locais remotos ou enfrentando situações de emergência.

Entre 2020 e 2022, a evasão dos professores do ensino fundamental foi muito alta (10% ou mais) em vários países de diferentes regiões: 10% no Sri Lanka; 11% nas Ilhas Virgens Britânicas e na Costa do Marfim; 12% em Honduras, Jordânia e Líbano; 16% na Mauritânia e 19% em Ruanda. Foi alarmantemente alto (20% ou mais) em Benin (28%), Serra Leoa (21%) e Turks e Caicos (25%). Ao passo que a evasão dos professores é muito alta em alguns países da África Subsaariana, algumas evidências sugerem que está diminuindo em outros devido à falta de oportunidades alternativas de emprego²⁷.

Segundo a UNESCO, durante a pandemia, as médias globais mostram que as escolas fecharam completamente por 20 semanas e permaneceram parcialmente fechadas por mais 21 semanas, afetando cerca de 63 milhões de professores. Os dados da pesquisa mostraram que os professores enfrentaram níveis mais altos de estresse e esgotamento durante esse período, pois mais da metade dos 15.000 professores pesquisados em 11 países em 2020-2021 sentiram fadiga na maior parte do tempo e precisaram de assistência para apoiar seu bem-estar. Mesmo assim, em uma pesquisa com 93 países em todo o mundo, apenas 58% planejavam oferecer

²⁶ Dados disponíveis em UIS SDG Database: <http://data.uis.unesco.org/index.aspx?queryid=3798>

²⁷ Bennell, P. Dissatisfied but nowhere to go: teacher attrition in the context of mass unemployment in Sub-Saharan Africa, Globalisation, Societies and Education. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F14767724.2023.2233481>

apoio psicossocial aos professores para apoiar seu bem-estar no ano letivo de 2021/2022. Desde que as escolas foram totalmente reabertas, até mesmo evidências anedóticas sugerem que os sistemas estão enfrentando escassez de professores e condições de trabalho excepcionalmente difíceis. A evasão e o burnout dos professores têm sido tendência nas mídias sociais. Em setembro de 2023, a hashtag #teacherquittok obteve mais de 330 milhões de visualizações no TikTok, ao passo que #teacherburnout teve mais de 140 milhões de visualizações. As razões pelas quais os professores decidem deixar a profissão decorrem de muitos fatores, os dados do UIS mostram que a evasão no nível primário aumentou desde a COVID-19 em vários contextos. Isso inclui a China, onde aumentou por volta de 5% ou menos antes da COVID-19 para 9% em 2022. O abandono do ensino secundário inicial na China também quase dobrou, passando de cerca de 3% ou menos antes da COVID-19 para mais de 6% em 2022²⁸.

Vários fatores afastam os professores da profissão

Os baixos salários podem diminuir o prestígio e a atratividade da profissão de professor e impedir que os professores de países de baixa renda tenham condições de arcar com as necessidades básicas. Salários e benefícios mais altos em outras carreiras podem, portanto, afastar os professores da docência. Na Província Noroeste da África do Sul, uma pesquisa determinou que as altas taxas de abandono decorriam da insatisfação dos professores com a forma como o governo lida com o fundo de pensão, com mais de 78% dos professores que pediram demissão recentemente citando o baixo salário e os benefícios como motivo da saída. Em nível global, os dados mostram que cerca de 50% dos países pagam aos professores primários mais do que a outras profissões com níveis semelhantes de qualificação. Na Europa e na América do Norte, esse número cai para apenas 3 em cada 10 países. Os salários dos professores são menos competitivos nos EUA e na República Tcheca, onde os professores primários ganham menos de 0,60 vezes do que os professores de outras profissões que exigem. Um nível semelhante de qualificação. Os salários são ainda menos competitivos na Hungria, onde os professores do ensino fundamental ganham pouco menos da metade (0,48 vezes) do que os de outras profissões²⁹.

Conclusões – a critério do autor

A readequação da cidade em termos de sustentabilidade é, sem dúvida, uma medida muito positiva. Para torná-la ainda melhor, é importante implementar políticas e planejamento que promovam a saúde, especialmente no contexto da saúde urbana. Isso pode ser alcançado por meio do uso de ciclovias, áreas verdes para lazer e exercício e da introdução da biodiversidade na cidade, alinhando-se com a Agenda Urbana da ONU, como destacado no discurso do Lula.

Além disso, as obras realizadas nesse processo de readequação podem gerar dados de saúde valiosos que podem servir de exemplo para outras cidades. Por exemplo, é possível realizar uma análise dos gastos com atendimento médico e internações relacionadas a doenças respiratórias, associadas à qualidade do ar, antes e depois da instalação de sistemas de transporte elétrico. Também é importante considerar a redução de doenças relacionadas à falta de saneamento. Investir em energia renovável para fins de cocção também pode ser uma medida relevante.

²⁸ World teachers' day. UNESCO, 2023, p. 10. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/teachers>
Acesso em 09 out. 2023.

²⁹ Ibidem, p. 13.

Em comparação, os salários dos professores de educação primária são frequentemente mais altos em relação a outras profissões na África Subsaariana. Os professores primários recebem 2,18, 2,28 e 2,52 vezes mais do que outras profissões que exigem o mesmo nível de qualificação em Burkina Faso, Benin e África do Sul. No entanto, a pesquisa também mostra que isso não se traduz necessariamente em grandes salários; por exemplo, em 20 países da África Subsaariana, os professores ganham, em média, menos de US\$ 7.500 PPP por ano, o que significa que seu salário é em grande parte inadequado para atender às necessidades básicas da família (Bennell, 2023). Nos países de alta renda, os salários dos professores do ensino médio inferior e superior são normalmente semelhantes aos dos professores do ensino fundamental e isso se aplica a vários países em diferentes regiões.

Em contrapartida, os salários dos professores do ensino médio são mais competitivos do que os do ensino fundamental em alguns países, inclusive no Togo, onde os professores do ensino fundamental, médio inferior e superior ganham 1,81, 2,09 e 2,52 vezes os salários de outros profissionais que exigem níveis semelhantes de qualificação. Os salários do ensino médio também são mais competitivos no México, na América Latina, onde as proporções são de 1,0, 2,3 e 2,13 vezes os salários de outros profissionais com níveis semelhantes de qualificação. Uma miríade de outras questões, desde a falta de material didático até a liderança deficiente e a sobrecarga de responsabilidades administrativas, pode sobrecarregar as condições de trabalho e fazer com que os professores abandonem a sala de aula. Dados da Austrália indicam que um professor muito satisfeito com suas relações de trabalho tem cerca de 70% menos probabilidade de deixar seu cargo do que um que esteja muito insatisfeito. Altos índices de estresse por qualquer motivo podem fazer com que os professores abandonem a profissão. O relatório TALIS de 2018 mostrou que os professores que sofrem "muito" estresse no trabalho têm duas vezes mais probabilidade de querer deixar a docência nos próximos cinco anos.

Uma taxa de evasão mais alta entre professores do sexo masculino e mais jovens

Os professores do sexo masculino geralmente deixam a profissão em taxas mais altas do que suas colegas do sexo feminino. As taxas globais de evasão de professores do gênero masculino em 2021 foram de 9,2% para professores primários, em comparação com a taxa feminina de 4,2%. Isso se deve principalmente ao fato de que os homens geralmente têm mais oportunidades profissionais em outros setores e podem mudar de carreira com mais facilidade, além dos preconceitos de gênero, incluindo crenças sobre quem deve ser responsável pela educação das crianças.

Poucos países informam quando os professores deixam a profissão ao longo de suas carreiras, mas os dados disponíveis mostram que os professores em início de carreira têm maior probabilidade de deixar a profissão do que seus colegas mais experientes, o que demonstra que eles precisam de mais apoio para lidar com a carga de trabalho.

Conclusão

A evasão dos professores e a subsequente escassez de mão de obra dependem muito das condições materiais e simbólicas da docência, que vão desde o status do emprego, contratos e remuneração até a confiança, a valorização e o senso de realização que recebem, além da autonomia que lhes é concedida. Se quisermos reverter a escassez de professores, precisamos

abordar sua multidimensionalidade usando uma perspectiva ampla, incluindo estratégias de curto, médio e longo prazo³⁰.

7 medidas recomendadas pela UNESCO

Dada a escassez sistêmica de professores, a UNESCO recomenda sete medidas para tornar a profissão de professor mais atraente³¹, a serem adaptadas de acordo com as situações e questões nacionais:

1. Investir na melhoria da formação inicial de professores e em programas de desenvolvimento profissional contínuo.
2. Estabelecer programas de mentoria que juntem professores experientes com os mais novos e incentivem a colaboração entre pares.
3. Assegurar que os professores recebam salários e benefícios competitivos, especialmente em relação a outras profissões que exigem níveis semelhantes de qualificação, bem como oportunidades de progresso.
4. Simplificar as tarefas administrativas e a papelada para permitir que os professores se concentrem mais no ensino e menos na burocracia.
5. Promover um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal, estabelecendo expectativas razoáveis para as horas de trabalho e reduzindo a carga de trabalho desnecessária.
6. Fornecer acesso a serviços de saúde mental e aconselhamento para ajudar os professores a lidar com o estresse e os desafios emocionais.
7. Promover uma liderança escolar forte e solidária que valorize a contribuição dos professores, forneça feedback construtivo e promova um ambiente de trabalho positivo.

Rio de Janeiro nomeada Capital Mundial do Livro - 2025

A cidade do Rio de Janeiro foi nomeada Capital Mundial do Livro³² para o ano de 2025. Este título é direcionado para cidades que mostram compromisso significativo em promover a literatura, a leitura e a cultura literária. É a primeira vez que uma cidade de língua portuguesa é apontada pelo comitê consultivo responsável pela iniciativa. Acra, em Gana, é a capital mundial do livro deste ano. No ano que vem será a vez de Estrasburgo, na França. Vigésima quinta cidade a receber este título desde 2001, o Rio de Janeiro terá que colocar em prática um plano de ação para promoção da leitura na cidade. O dia oficial de comemoração da nomeação será no dia 23 de abril de 2025, no Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor.

A nomeação como Capital Mundial do Livro oferece às cidades a oportunidade de exercer um impacto social significativo, não apenas enriquecendo sua cultura literária, mas

³⁰ Ibidem, p. 13-14.

³¹ Disponível em <https://www.unesco.org/en/articles/world-teachers-day-audrey-azoulay-pleads-upgrade-teachers-status-reduce-global-shortage?hub=701> Acesso em 09 out. 2023.

³² <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-names-rio-de-janeiro-world-book-capital-2025?hub=701>
<https://www.unesco.org/en/articles/unesco-names-rio-de-janeiro-world-book-capital-2025?hub=701>
https://www.youtube.com/watch?v=kOxQcPCXuxg&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fnews.un.org%2Fpt%2Fmedia%2Foembed%3Furl%3Dhttps%253A%2F%2Fyoutu.be%2FkOxQcPCXuxg%26max_width%3D0%26max_height%3D0%26hash%3D02WibGivbz0TWnVbDcVxVx6Vyt7&source_ve_path=Mjg2NjY&feature=emb_logo Acesso em 09 out. 2023.

também promovendo a alfabetização, a educação e a luta contra a pobreza. Um elemento fundamental desse reconhecimento é a responsabilidade de elaborar um abrangente programa de atividades ao longo do ano, que inclui uma variedade de eventos literários, iniciativas de leitura, conferências e workshops. Esse título concedido pela UNESCO, destaca o compromisso internacional da cidade em promover a cultura literária e a importância da leitura em escala global. Marcelo Calero, secretário municipal de cultura do município do Rio de Janeiro endossa a responsabilidade com a nomeação:

Este título nos traz uma responsabilidade para a Secretaria Municipal de Cultura. Temos uma série de obrigações a cumprir. Agora é hora de dar as mãos à sociedade civil e às instituições presentes em nossa cidade para construir um verdadeiro calendário comemorativo com uma série de eventos já a partir de 2024.

O Rio de Janeiro se destacou devido às suas inovadoras iniciativas de promoção da leitura, como a criação de uma extensa rede municipal de bibliotecas e a implementação de ações destinadas a tornar a literatura acessível a todos. A ênfase na democratização da leitura, com foco especial em jovens e comunidades vulneráveis, reflete um compromisso firme em disseminar o conhecimento. Além disso, o Rio de Janeiro está se adaptando à era digital, aproveitando as tecnologias modernas para promover a literatura e a leitura entre os jovens, demonstrando uma abordagem contemporânea e inovadora. O plano abrangente de atividades planejado para o ano de 2025 inclui a modernização das bibliotecas, a expansão da Bienal, a criação de um Congresso de Literatura Latino-Americano e eventos como a vibrante "Noite dos Livros". Essas ações visam enriquecer a experiência literária da cidade e contribuir para mudanças sociais relevantes, como a alfabetização, a educação e a erradicação da pobreza, alinhando-se perfeitamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Banco Mundial e as Perspectivas Econômicas Regionais

World Bank and Regional Economic Perspectives

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article presents the World Bank report on regional economic prospects released one week before the World Bank-IMF Annual Meetings.*

Keywords: *World Bank; Economy; Regional Economic Perspectives*

Resumo. Este artigo tem como objetivo mostrar o relatório do Banco Mundial a respeito das perspectivas econômicas regionais lançada uma semana antes das Reuniões Anuais Banco Mundial-FMI.

Palavras-chave: Banco Mundial; Economia; Perspectivas Econômicas Regionais

Apresentação

As atualizações econômicas regionais elaboradas pelo Banco Mundial (BM) evidenciaram uma não mudança de rumo no cenário econômico para o ano de 2023 e nem para o de 2024. Perturbação fiscal, alto endividamento dos países, inflação alta e o desequilíbrio geopolítico – guerras Rússia *versus* Ucrânia e Israel *versus* Palestina –, podem ajudar a intensificar estes problemas, dificultando a tão desejada recuperação.

Perspectivas Econômicas Regionais

As novas perspectivas econômicas regionais 2023-2024 do BM foram apresentadas a todos na primeira semana de outubro, dias antes da realização das Reuniões Anuais entre o BM e o FMI.

Dados fornecidos pelos relatórios regionais indicam um ambiente crítico para o avanço da economia. Algumas regiões apresentaram desaceleração no crescimento, ocasionadas pelo atual cenário global e por problemas internos de difícil solução dos países como veremos adiante.

Na África Subsaariana, o relatório mostra a preocupante situação encontrada na região devido ao difícil grau de recuperação econômica. Dados fornecidos pelo relatório do BM, a região possui um fraco desempenho dos países de maior poder econômico, seguido pelo aumento da instabilidade e a incerteza na economia global.

O relatório aponta que o crescimento econômico na região em 2023 deverá desacelerar para 2,5%. Isso se deve ao aumento dos conflitos violentos e dos choques climáticos que atingem a região, dificultando o processo do crescimento da atividade econômica.

Quanto as principais economias da região, o relatório mostra que Angola e Nigéria deverão crescer 1,3% e 2,9% em razão dos baixos preços internacionais e das pressões cambiais ocasionadas pela atividade petrolífera e não petrolífera. Devido ao conflito interno, a economia sudanesa deve contrair em 12%, o que deve trazer maiores dificuldades para o país conseguir se recuperar. Já na África do Sul está previsto um crescimento no PIB de apenas 0,5% .

Alguns pontos positivos da região foram destacados no relatório, começando pela previsão da diminuição da inflação (7,3%) e a melhora no balanço fiscal dos países que adotaram medidas macroeconômicas mais ajustadas. A Comunidade da África Oriental e a União Econômica e Monetária da África Ocidental devem crescer 4,9% e 5,1 respectivamente.

De todo o modo, apesar desses pontos positivos, o relatório alerta para o grave aumento da dívida externa e que o crescimento previsto na região será insuficiente para elevar a qualidade de vida da população. O relatório indica que a região adote uma criação de políticas para reformar o setor privado para ele se tornar mais eficaz e investir fortemente na educação de todos os níveis.

Na América Latina e Caribe (ALC) observou-se que, apesar da região ter se mantido resiliente macroeconomicamente, o crescimento econômico ainda não é o ideal para ajudar na luta contra a pobreza e na criação de vagas para empregos. De acordo com o relatório, a inflação na região caiu para 4,4%³³ e a dívida externa está estimada em 64%. O crescimento do PIB regional foi estimado para 2%, resultado acima do esperado.

Para ajudar a impulsionar o crescimento econômico, o relatório identifica que avançar na tecnologia ajudará na governança e na inclusão dos mais pobres, gerando assim maiores oportunidades de aprendizado e emprego. Para isso, o relatório identificou a necessidade de mudanças na infraestrutura, aumentando o acesso da população às ferramentas digitais.

Para a região do Sul asiático, as perspectivas para crescimento são as mais altas dentre as regiões. Estimado em 5,8%, mesmo sendo considerado positivo, o relatório avaliou não ser o suficiente para cumprir as metas de desenvolvimento que a região necessita. Para 2024, o crescimento recebeu a previsão de desaceleração do crescimento para 5,6%. De acordo com o relatório, isso poderá acontecer devido as incertezas no cenário global que ajudam a dificultar o progresso da atividade econômica.

Sobre as perspectivas por países, o relatório identificou um crescimento de 6,3 para a Índia, 6,5 para as Maldivas e 3,9 para Nepal. Países listados com pouco ou desaceleração no crescimento foram Bangladesh, Paquistão e Sri Lanka.

De acordo com o relatório, ainda que os países possuam desafios fiscais, a transição energética poderá ser uma boa oportunidade para o acelerar o desenvolvimento e impulsionar o crescimento da região, aumentando as vagas de empregos.

Na Europa e Ásia Central, o crescimento esperado é o de 2,4% para 2023. O relatório indicou melhores previsões para a Turquia, Ucrânia e Rússia. Tirando os dois últimos países, o crescimento da produção regional foi estimado em 3% para 2023. Ainda assim, o crescimento é considerado fraco em comparação com o período pré-pandêmico. Para 2024, o crescimento esperado é o de 2,6%, influenciado pela inflação alta, aperto financeiro e a continuidade da guerra na Ucrânia. O relatório entende que o aumento do fluxo de pessoas e dinheiro favoreceu o comércio na região e que os países com melhores desempenho foram: Armênia, Geórgia e Tajiquistão.

³³ Exceto Argentina e Venezuela. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/10/04/conectividad-digital-impulsa-crecimiento-inclusion-perspectivas-america-latina-caribe>

No Leste Asiático e Pacífico, o crescimento foi estimado em 5% para 2023, porém cairá para 4,5% em 2024. De acordo com o relatório, o crescimento da China está projetado em 5,1% e nos países do Pacífico, 5,2%. As dificuldades enfrentadas pela China no âmbito doméstico – envelhecimento, reabertura econômica lenta, dívida elevada e a interminável crise no setor imobiliário –, ajudam na desaceleração do crescimento do país em 2024, assim como para o restante da região, o crescimento foi previsto para 4,7%. Para o relatório, o crescimento da região estará condicionado à recuperação da economia global e nas medidas de políticas comerciais praticadas pelos países.

No Oriente Médio e Norte da África, de acordo com o relatório, o crescimento econômico da região não passará de 1% para o ano de 2023. A razão para este acontecimento se deve ao fato dos cortes na produção de petróleo em meio aos preços mais moderados e as condições financeiras incertas do cenário mundial.

O relatório do BM não finalizou a avaliação do impacto econômico do Marrocos e da Líbia devido as recentes catástrofes naturais. O BM prevê uma redução do crescimento do PIB destes países, seguida de endividamento a médio prazo para custear a reconstrução.

Considerações Finais

Olhando para as perspectivas econômicas regionais, a compreensão é de que a fragilidade da economia mundial está cada vez mais evidente. O cenário global com a manutenção da taxa de juros mais alta, que ajuda a perpetuar a crise da dívida externa dos países, dificulta o impulso da atividade econômica e torna mais árdua a missão dos países em se equilibrarem fiscalmente, especialmente os países não ricos.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet]. Africa's Pulse [acesso em 08 out 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/africa-pulse>

Banco Mundial [homepage na internet]. Perspectivas Econômicas América Latina Caribe [acesso em 08 out 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/lac/publication/perspectivas-economicas-america-latina-caribe>

Banco Mundial [homepage na internet]. South Asia Development Update [acesso em 08 out 2023]. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/region/sar/publication/south-asia-development-update>

Banco Mundial [homepage na internet]. Europe and Central Asia Economic Update [acesso em 08 out 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/eca/publication/europe-and-central-asia-economic-update>

Banco Mundial [homepage na internet]. East Asia and the Pacific Economic Update [acesso em 08 out 2023]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/5620cb1a-0b68-4a83-91c1-d8d701910a7f/content>

Banco Mundial [homepage na internet]. MENA Economic Update [acesso em 08 out 2023]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6188e5e6-1432-4f18-bfd9-2d6fc24eeb07/content>

Índice Global de Inovação 2023 da OMPI: Qual a posição do Brasil no ranking?

WIPO Global Innovation Index 2023: What is Brazil's position in the ranking?

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The World Intellectual Property Organisation (WIPO) has released its "Global Innovation Index 2023: Navigating Innovation Amidst Uncertainty" report with the overarching goal of assessing the performance of the global innovation landscape across 132 diverse economies. This comprehensive report also takes into account the various uncertainties arising from the ongoing COVID-19 pandemic, economic turmoil in multiple nations characterized by inflation and high-interest rates, geopolitical tensions, including the conflict in Ukraine, and other destabilizing factors. The rise in the report's rankings is undeniably a positive sign for Brazil, but it also reveals a more complex picture. While there are clear signs of progress in certain areas, challenges persist in domains like knowledge and knowledge-intensive employment, necessitating focused efforts for improvement.*

Keywords: *WIPO; innovation; Brazil: R&D*

Resumo. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) lançou o relatório “Global Innovation Index 2023: Innovation in the face of uncertainty”, cujo objetivo é capturar o desempenho do ecossistema global de inovação, abarcando 132 economias. Além disso, pretende acompanhar as mais recentes tendências, tendências globais de inovação, considerando os elementos de incerteza provocados pela pandemia da Covid-19, pela crise econômica em vários países com pressão da inflação e altas taxas de juros, pela guerra da Ucrânia e outros conflitos. No caso brasileiro, a escalada nas posições do relatório é inegavelmente um sinal positivo, mas também revela um quadro mais complexo. O Brasil avançou em algumas áreas, mas mantém indicadores que necessitam de atenção, como os de conhecimento e emprego intensivo em conhecimento – pilares do crescimento sustentável e resiliente.

Palavras-chave: OMPI; inovação; Brasil; P&D

Índice Global de Inovação 2023 da OMPI: Qual a posição do Brasil?

Em 27 de setembro de 2023, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) realizou [evento](#) de lançamento do relatório “[Global Innovation Index 2023: Innovation in the face of uncertainty](#)”, cujo objetivo é capturar o desempenho do ecossistema global de inovação, abarcando 132 economias. Além disso, pretende acompanhar as mais recentes tendências, tendências globais de inovação, considerando os elementos de incerteza provocados pela pandemia da Covid-19, pela crise econômica em vários países com pressão da inflação e altas taxas de juros, pela guerra da Ucrânia e outros conflitos. Após um boom em 2021, os investimentos em inovação apresentaram desempenho misto em 2022 caracterizados por desaceleração no financiamento para este fim. Perspectivas para 2023 e 2024 são incertas. A análise aponta que, grosso modo, o progresso tecnológico acontece sem muitos retrocessos; a

adoção da tecnologia está a crescer, mas, por outro lado, o impacto socioeconômico continua fraco.

Seguem alguns dos resultados gerais do estudo:

1. As publicações científicas cresceram a ritmo mais lento em 2022, em 1,5%, para cerca de 2 milhões de artigos, à medida que as pesquisas relacionadas à saúde e à COVID-19, que causaram um boom em 2020 (+8,6 por cento) e 2021 (8,3 por cento), desaceleraram. O resultado também reflete a desaceleração no financiamento da inovação e os efeitos inflacionários. Adicionalmente, os dados demonstram a ascensão da Índia em termos de produção de publicações (classificada em quarto lugar em 2022), ultrapassando o Reino Unido (quinto) e logo atrás da Alemanha (terceiro). A metodologia privilegiou o número de artigos revisados por pares publicados no Social Sciences Citation Index (SSCI) e no Science Citation Index Expanded (SCIE), excluindo artigos de acesso antecipado (pre-prints), utilizando a base Web of Science (Clarivate), <https://apps.webofknowledge.com>. (Imagem 1).

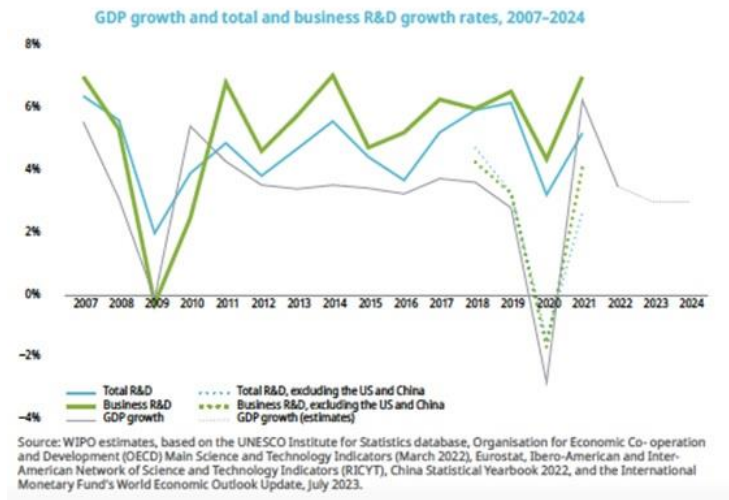
Imagem 1 – Investimentos em ciência e inovação – Curto e longo prazo

	Scientific publications	R&D investments		Venture capital	International patent filings
		Global total	Top corporate R&D spenders	Deal numbers	Deal values
Short term	1.5% 2021 → 2022	5.2% 2020 → 2021	7.4% 2021 → 2022	17.6% 2021 → 2022	-37.8% 2021 → 2022
Long term (annual growth)	4.9% 2012 → 2022	4.8% 2011 → 2021	n.a.	9.9% 2012 → 2022	20.6% 2012 → 2022

Fonte: Global Innovation Index 2023

2. As despesas globais com P&D cresceram a uma taxa de 5,2% em 2021 – próximo do crescimento pré-pandemia de cerca de 6% em 2019 e acima dos 3,2% em 2020. A P&D empresarial - o componente mais significativo das despesas totais - cresceu em 7% em 2021 – taxa nunca vista desde 2014. Os dados para 2022 ainda não estão disponíveis (Imagem 2). Cinco economias lideram os gastos em P&D em 2021. Em ordem de orçamento: Estados Unidos (+5,6%), seguidos pela China (+9,8%), Japão (+3,6%), Alemanha (+2,7%) e República da Coreia (+7,1%). O relatório informa que os dados de 2021 ainda não estão disponíveis para a maioria dos países que mais gastam em P&D entre as economias de renda média, o que cria obstáculos para compreender o efeito da pandemia nos orçamentos desses países. A maior parte das regiões do mundo voltou aos níveis pré-pandêmicos ou os ultrapassou, com exceção da América Latina e da região da Ásia Central e do Sul.

Imagem 2 – Crescimento do PIB, e taxas de crescimento do P&D total e empresarial – 2007-2024

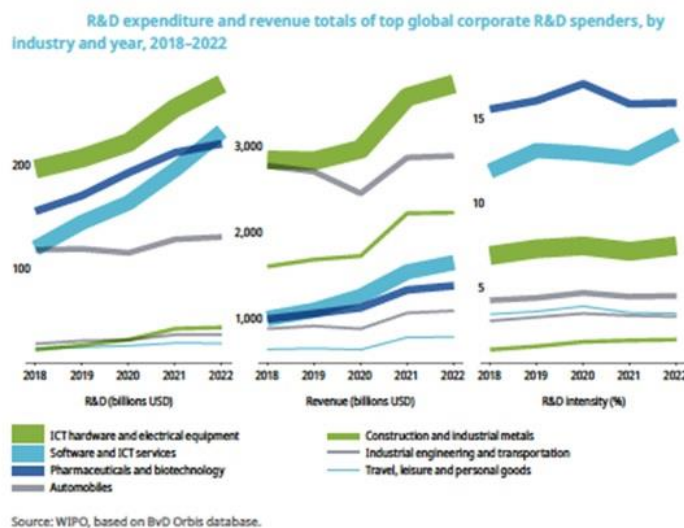


Fonte: Global Innovation Index 2023

3. As dotações orçamentais governamentais para P&D cresceram em 2020 para a maioria dos países de alta renda, que são também os que executam maiores volumes em P&D, refletindo esforços do governo para apoiar pesquisa e inovação como medida anticíclica; uma estratégia que sustentou efetivamente o crescimento da P&D em 2020.

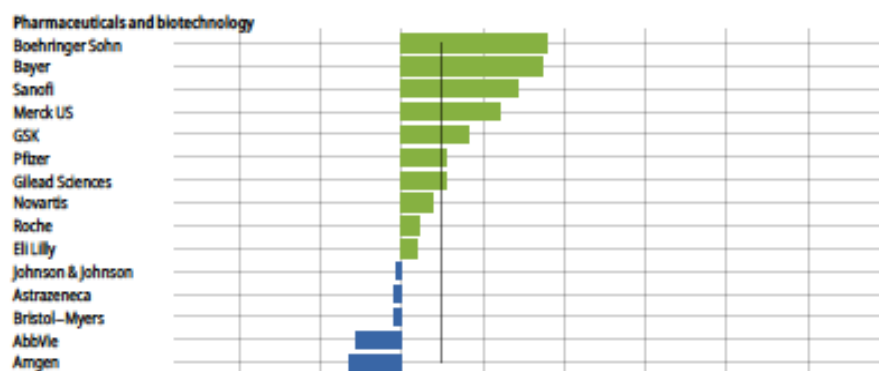
4. As despesas mundiais em I&D por parte das empresas com maiores gastos em I&D atingiram 1,1 bilhões de dólares em 2022 – o pico histórico. O número de empresas que aumentaram a P&D em 2022 diminuiu em relação ao excepcional 2021. Em 2022, em termos de intensidade de P&D, a indústria farmacêutica cresceu 15,9 por cento (Imagem 3). A Imagem 4 concentra-se nos melhores desempenhos em P&D, muitas vezes chamados de “superfirmas de P&D” (destaque para o campo farmacêutico).

Imagem 3 – Despesas e receitas totais de P&D das principais empresas globais em P&D, por indústria e ano, 2018–2022



Fonte: Global Innovation Index 2023

Imagem 4 – Melhores desempenhos em P&D no setor de farmacêuticos e biotecnológicos, por empresa

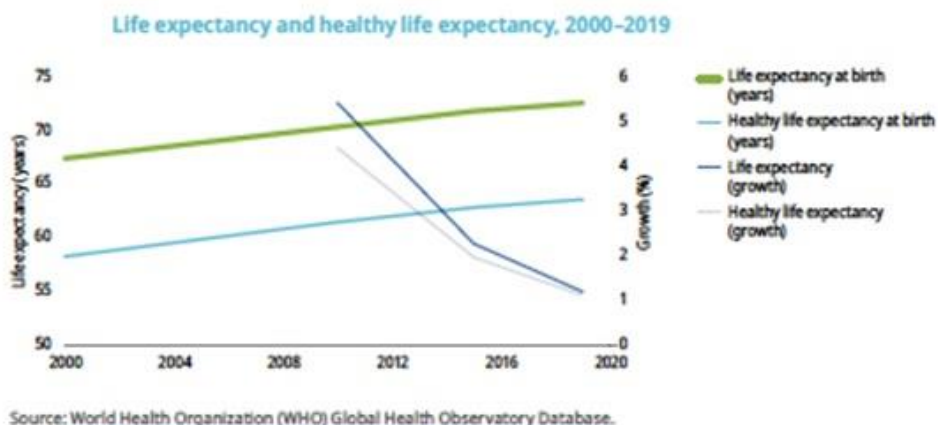


Fonte: Global Innovation Index 2023

5. Os supercomputadores estão mais rápidos e eficientes em termos energéticos. O custo do sequenciamento dos genomas diminuiu. Por outro lado, desde o pico de 2020, as aprovações de medicamentos nos Estados Unidos caíram em 2022 pelo segundo ano consecutivo. Algumas áreas desenvolvem-se a contento: o saneamento seguro, a conectividade, os robôs e os veículos elétricos estão agora mais difundidos, embora a difusão de algumas tecnologias continue baixa (por exemplo, veículos elétricos). A radioterapia para o tratamento do câncer continua inadequada em muitos países.

6. O impacto socioeconômico da inovação está estagnado pelo segundo ano consecutivo, devido às crises sobrepostas, em especial a COVID-19. A esperança de vida caiu pelo segundo ano consecutivo. De acordo com o relatório, “Examinar o bem-estar no envelhecimento e o papel da inovação também envolve rever o desenvolvimento da expectativa de vida saudável – medida importante daquilo a que as pessoas aspiram. Em média, a vida saudável termina cerca de nove anos antes da morte” (Imagem 5). No Japão, a expectativa de vida saudável vai além dos 60 anos, com 14 anos adicionais de vida saudável e mais 10 anos de vida menos saudável. Cerca de 30 países (de 183 abrangidos) “desfrutaram de mais de 10 anos de vida saudável além dos 60 anos de idade, enquanto cerca de 55 países têm uma expectativa de vida inferior a 60 anos” (Imagem 6).

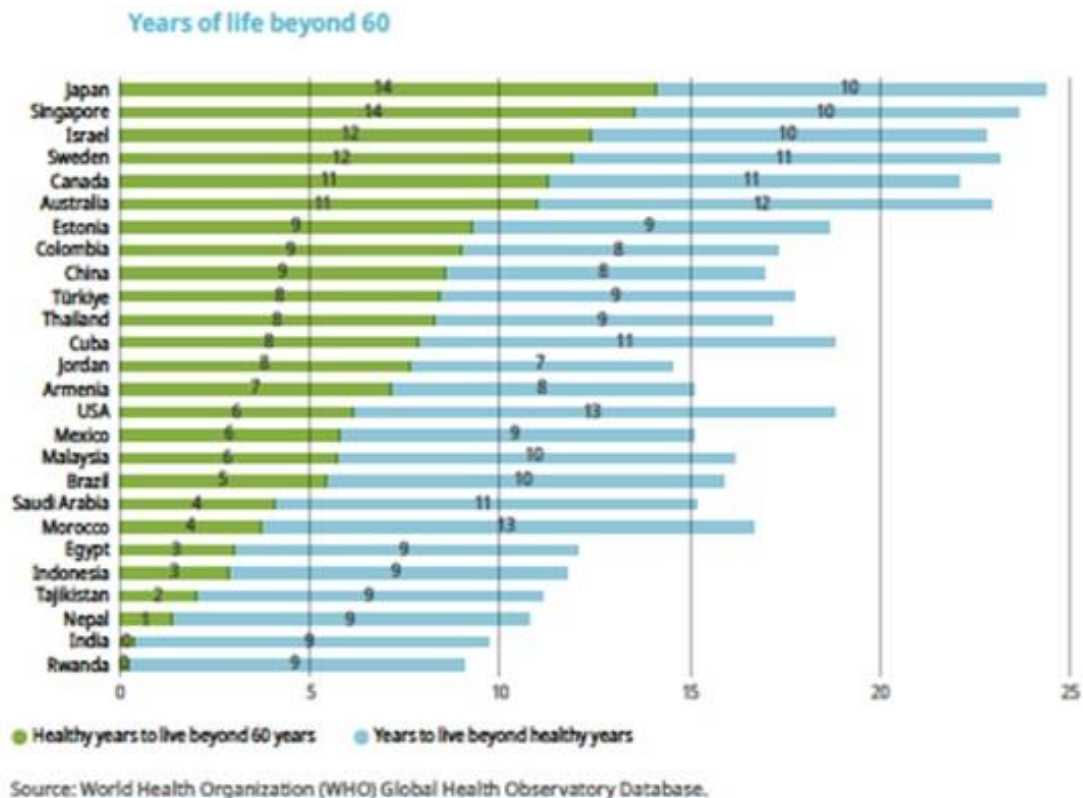
Imagem 5 – Expectativa de vida, e expectativa de vida saudável, 2009-2019



Source: World Health Organization (WHO) Global Health Observatory Database.

Fonte: Global Innovation Index 2023

Imagem 6 – Anos de vida para além dos 60



Fonte: Global Innovation Index 2023

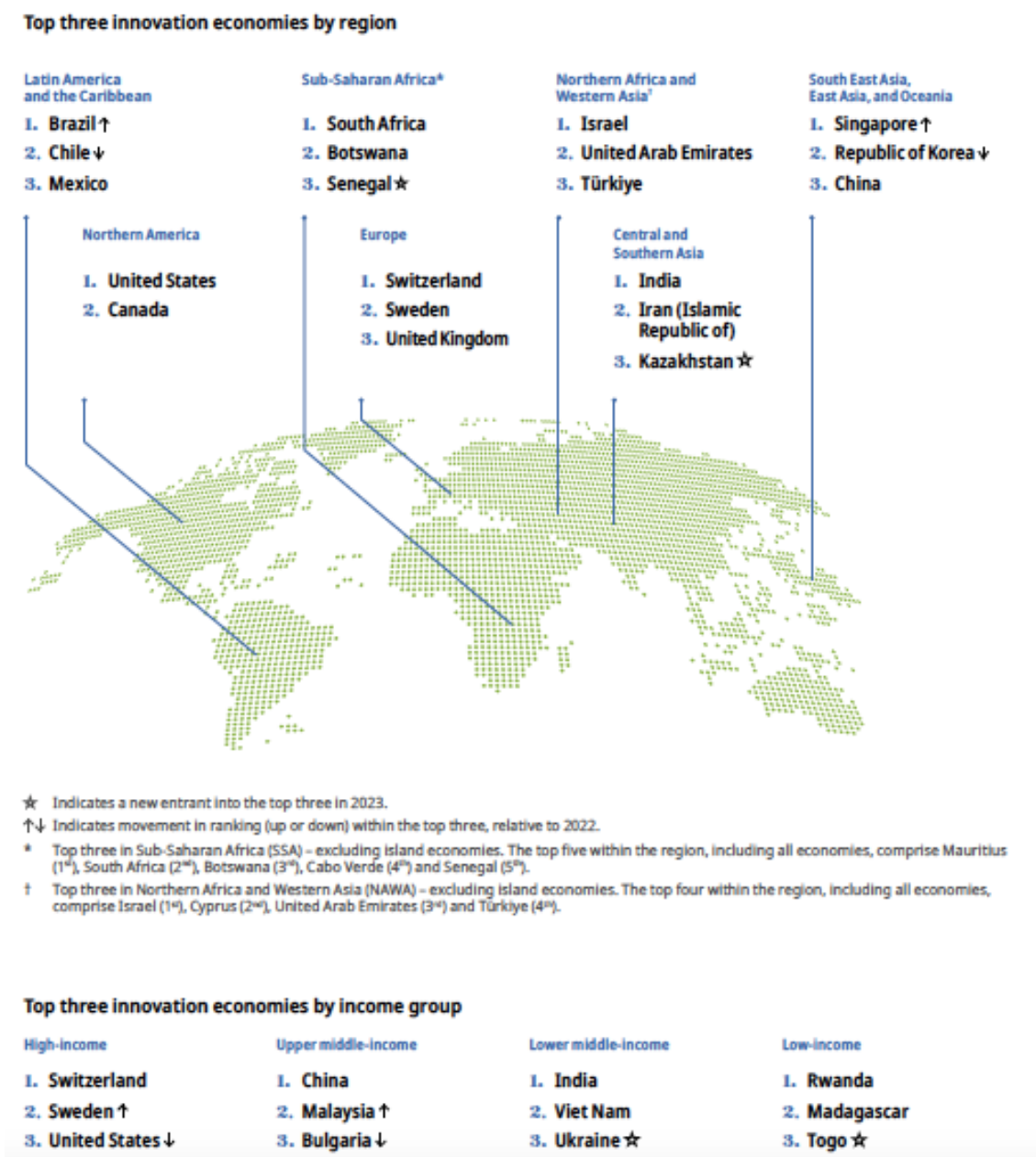
7. Os pedidos internacionais de patentes (PCT) estagnaram em 2022 (crescimento de 0,3%), registando a taxa de aumento mais lenta desde 2009, mas ainda atingindo um recorde de cerca de 280.000 pedidos (Imagem 1). Em 2021 e 2022, a Ásia foi a força dominante por trás dos pedidos PCT, representando 54,7 por cento de todos os pedidos PCT apresentados em 2022, sendo a China, o Japão e a República da Coreia os mais expressivos depositantes de patentes internacionais da região. Em contraste, os pedidos de patentes internacionais de certas economias avançadas, como os Estados Unidos (-0,6 %) e o Reino Unido (-1,7 %), registraram declínio.

8. Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido e Singapura são as principais lideranças mundiais em inovação. China, Turquia, Índia, Vietnam, Filipinas, Indonésia e Irã são as economias de rendimento médio que mais progrediram na inovação na última década.

9. A posição do Brasil no Índice Global de Inovação melhorou nos últimos anos, passando da 62ª posição, em 2020, para a 49ª posição, atualmente. Pela primeira vez, é o líder das economias da América Latina e Caribe (Imagem 7). Segundo o relatório, o País desempenha acima da expectativa para o seu nível de desenvolvimento (Imagem 8). De acordo com a análise, o Brasil melhorou notavelmente no Subíndice de Produtos de Inovação (Innovation Outputs Sub- Index): “Ocupa a 22ª posição mundial na avaliação das suas 16 empresas unicórnios, representando 1,9% do seu PIB em 2023, graças aos líderes QuintoAndar (e-commerce), C6 Bank (fintech) e Creditas (fintech) (Caixa 3). Também melhora em Ativos Intangíveis (31º), ficando em 13º lugar mundial em suas Marcas, e em Valor de Marca Global (39º), graças às suas marcas bancárias líderes, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Está entre os 15 primeiros em nível mundial

em serviços online do governo (14º) e participação eletrônica (11º)”. A Imagem 9, capturada da página 96, oferece uma visão completa dos indicadores.

Imagem 7 – Top três maiores economias inovadoras, por região



Fonte: Global Innovation Index 2023

Imagem 8 – Países, por nível de renda, que performaram acima, abaixo, ou pelas expectativas em relação ao seu desempenho inovativo

	High-income group	Upper middle-income group	Lower middle-income group	Low-income group	
Performance above expectation for level of development	Switzerland	China	India	Rwanda	
	Sweden	Thailand	Viet Nam	Madagascar	
	United States	Brazil	Ukraine	Burundi	
	United Kingdom	North Macedonia	Philippines		
	Finland	South Africa	Indonesia		
	Netherlands (Kingdom of the)	Republic of Moldova	Mongolia		
	Germany	Jordan	Morocco		
	Denmark	Jamaica	Tunisia		
	Republic of Korea		Uzbekistan		
	France		Pakistan		
	Japan		Senegal		
	Israel				
	Canada				
	Estonia				
	Performance in line with level of development	Singapore	Malaysia	Iran (Islamic Republic of)	Togo
		Hong Kong, China	Bulgaria	Egypt	Zambia
		Austria	Turkiye	Sri Lanka	Uganda
		Norway	Serbia	Cabo Verde	Burkina Faso
		Iceland	Mauritius	Lebanon	Mozambique
Belgium		Mexico	El Salvador	Niger	
Australia		Georgia	Bolivia (Plurinational State of)		
Malta		Colombia	Ghana		
Italy		Armenia	Kenya		
New Zealand		Peru	Cambodia		
Cyprus		Bosnia and Herzegovina	Bangladesh		
Spain		Albania	Kyrgyzstan		
Portugal		Namibia	Nepal		
Czech Republic			Nigeria		
Slovenia			Tajikistan		
Lithuania			United Republic of Tanzania		
Hungary			Zimbabwe		
Latvia					
Greece					
Croatia					
Chile					
All other economies	Luxembourg	Russian Federation	Lao People's Democratic Republic	Ethiopia	
	Ireland	Argentina	Côte d'Ivoire	Guinea	
	United Arab Emirates	Costa Rica	Nicaragua	Mali	
	Poland	Montenegro	Honduras		
	Slovakia	Belarus	Algeria		
	Romania	Kazakhstan	Benin		
	Saudi Arabia	Botswana	Cameroon		
	Qatar	Azerbaijan	Mauritania		
	Uruguay	Dominican Republic	Angola		
	Kuwait	Paraguay			
	Bahrain	Ecuador			
	Oman	Guatemala			
	Panama				
	Brunei Darussalam				
	Trinidad and Tobago				

Fonte: Global Innovation Index 2023

Imagem 9 – Brasil, avaliação de desempenho para a inovação, índices selecionados

GII 2023 rank

Brazil 49

Output rank	Input rank	Income	Region	Population (mn)	GDP, PPP\$ (bn)	GDP per capita, PPP\$
49	59	Upper middle	LCN	215.3	3,782.8	17,684

	Score/ Value	Rank		Score/ Value	Rank
Institutions	38.5	99	Business sophistication	37.6	39
1.1 Institutional environment	34.9	91	5.1 Knowledge workers	44.9	[41]
1.1.1 Operational stability for business*	45.8	79	5.1.1 Knowledge-intensive employment, %	23.9	60
1.1.2 Government effectiveness*	24.0	98	5.1.2 Firms offering formal training, %	n/a	n/a
1.2 Regulatory environment	68.3	70	5.1.3 GERD performed by business, % GDP	n/a	n/a
1.2.1 Regulatory quality*	39.2	79	5.1.4 GERD financed by business, %	43.2	39
1.2.2 Rule of law*	31.5	81	5.1.5 Females employed w/advanced degrees, %	14.5	52
1.2.3 Cost of redundancy dismissal	15.4	62	5.2 Innovation linkages	23.3	68
1.3 Business environment	28.2	118	5.2.1 University-industry R&D collaboration*	38.2	78
1.3.1 Policies for doing business*	31.7	103	5.2.2 State of cluster development*	47.5	50
1.3.2 Entrepreneurship policies and culture*	8.7	79	5.2.3 GERD financed by abroad, % GDP	n/a	n/a
			5.2.4 Joint ventures/strategic alliance deals/bn PPP\$ GDP	0.0	77
			5.2.5 Patent families/bn PPP\$ GDP	8.1	53
Human capital and research	33.5	56	5.3 Knowledge absorption	44.7	32
2.1 Education	56.8	68	5.3.1 Intellectual property payments, % total trade	1.8	17
2.1.1 Expenditure on education, % GDP	6.0	19	5.3.2 High-tech imports, % total trade	13.5	19
2.1.2 Government funding/pupil, secondary, % GDP/cap	21.4	44	5.3.3 ICT services imports, % total trade	2.1	34
2.1.3 School life expectancy, years	15.1	49	5.3.4 FDI net inflows, % GDP	1.1	45
2.1.4 PISA scales in reading, maths and science	490.0	68	5.3.5 Research talent, % in business	26.1	50
2.1.5 Pupil-teacher ratio, secondary	16.3	84			
2.2 Tertiary education	19.8	90	Knowledge and technology outputs	26.8	52
2.2.1 Tertiary enrolment, % gross	54.6	63	6.1 Knowledge creation	21.2	53
2.2.2 Graduates in science and engineering, %	17.5	90	6.1.1 Patents by origin/bn PPP\$ GDP	1.4	49
2.2.3 Tertiary inbound mobility, %	0.2	107	6.1.2 PCT patents by origin/bn PPP\$ GDP	8.1	51
2.3 Research and development (R&D)	36.8	35	6.1.3 Utility models by origin/bn PPP\$ GDP	8.7	26
2.3.1 Researchers, FTE/mn pop.	807.7	54	6.1.4 Scientific and technical articles/bn PPP\$ GDP	12.8	61
2.3.2 Gross expenditure on R&D, % GDP	1.2	34	6.1.5 Citable documents H-index	39.4	23
2.3.3 Global corporate R&D investment, top 3, mn USD	48.9	34	6.2 Knowledge impact	37.4	37
2.3.4 QS university ranking, top 3*	44.1	30	6.2.1 Labor productivity growth, %	-0.1	100
			6.2.2 Unicorn valuation, % GDP	1.9	22
Infrastructure	43.5	58	6.2.3 Software spending, % GDP	0.3	44
3.1 Information and communication technologies (ICT)	81.8	36	6.2.4 High-tech manufacturing, %	35.6	23
3.1.1 ICT access*	72.9	84	6.3 Knowledge diffusion	22.8	47
3.1.2 ICT use*	73.1	66	6.3.1 Intellectual property receipts, % total trade	0.2	41
3.1.3 Government's online service*	88.5	14	6.3.2 Production and export complexity	53.2	59
3.1.4 E-participation*	89.5	11	6.3.3 High-tech exports, % total trade	2.1	58
3.2 General infrastructure	25.4	70	6.3.4 ICT services exports, % total trade	1.1	86
3.2.1 Electricity output, GWh/mn pop.	3,065.9	66	6.3.5 ISO 9001 quality/bn PPP\$ GDP	4.8	56
3.2.2 Logistics performance*	50.0	50			
3.2.3 Gross capital formation, % GDP	18.8	104	Creative outputs	31.2	46
3.3 Ecological sustainability	22.9	65	7.1 Intangible assets	47.4	31
3.3.1 GDP/unit of energy use	10.2	63	7.1.1 Intangible asset intensity, top 15, %	64.1	30
3.3.2 Environmental performance*	41.9	60	7.1.2 Trademarks by origin/bn PPP\$ GDP	100.9	13
3.3.3 ISO 14001 environment/bn PPP\$ GDP	0.9	69	7.1.3 Global brand value, top 5,000, % GDP	3.4	39
			7.1.4 Industrial designs by origin/bn PPP\$ GDP	1.3	60
Market sophistication	38.1	50	7.2 Creative goods and services	5.6	85
4.1 Credit	24.1	80	7.2.1 Cultural and creative services exports, % total trade	0.5	53
4.1.1 Finance for startups and scaleups*	46.4	51	7.2.2 National feature films/mn pop. 15-69	0.8	63
4.1.2 Domestic credit to private sector, % GDP	70.0	52	7.2.3 Entertainment and media market/10 pop. 15-69	5.4	41
4.1.3 Loans from microfinance institutions, % GDP	0.0	55	7.2.4 Creative goods exports, % total trade	0.2	80
4.2 Investment	16.9	44	7.3 Online creativity	24.6	52
4.2.1 Market capitalization, % GDP	59.8	30	7.3.1 Generic top-level domains (TLDs)/10 pop. 15-69	1.8	89
4.2.2 Venture capital (VC) investment, deals/bn PPP\$ GDP	8.1	53	7.3.2 Country-code TLDs/10 pop. 15-69	9.3	42
4.2.3 VC recipients, deals/bn PPP\$ GDP	0.0	46	7.3.3 GitHub commits/10 pop. 15-69	14.1	49
4.2.4 VC received, value, % GDP	0.0	27	7.3.4 Mobile app creation/bn PPP\$ GDP	73.2	40
4.3 Trade, diversification and market scale	73.3	18			
4.3.1 Applied tariff rate, weighted avg., %	8.4	107			
4.3.2 Domestic industry diversification	93.1	39			
4.3.3 Domestic market scale, bn PPP\$	3,782.8	8			

NOTES: ● indicates a strength; ○ a weakness; ◆ an income group strength; ◇ an income group weakness; * an index; † a survey question; ‡ is used when the available economy data are older than the base year; see appendix for details, including the year of the data, at wipo.int/gii-ranking. Square brackets [] indicate that the data minimum coverage (DMC) requirements were not met at the sub-pillar or pillar level.

Fonte: Global Innovation Index 2023

Considerações finais

A análise do "Global Innovation Index" expõe um panorama desafiador, principalmente perante o cenário global de incerteza que permeia o campo da inovação. Após a crise gerada pela Covid-19, nota-se claro desequilíbrio: as nações mais ricas demonstraram capacidade de resiliência e retomada mais acelerada de suas economias. Tendências que além de evidenciar as disparidades econômicas preexistentes, lançam luzes sobre os robustos sistemas de inovação que esses países desenvolveram ao longo do tempo.

No caso brasileiro, a escalada nas posições do relatório é inegavelmente um sinal positivo, mas também revela um quadro mais complexo. O Brasil avançou em algumas áreas, mas mantém indicadores que necessitam de atenção, como os de conhecimento e emprego intensivo em conhecimento – pilares do crescimento sustentável e resiliente.

A tentativa de fortalecimento dos orçamentos para CT&I no Brasil, por meio da Lei Complementar 177, reflete conscientização da importância estratégica da área. O impedimento ao contingenciamento dos recursos do FNDCT é, sem dúvida, um passo significativo. Além disso, o financiamento à CT&I em saúde, mais verticalizado e operado majoritariamente pelo Ministério da Saúde, demonstrou ser um modelo que conseguiu resistir melhor aos desafios orçamentários, sobretudo no cenário de restrição orçamentaria para CT&I pós-EC 95.

Projeções do futuro do Sistema de Inovação Brasileiro tornam imperativo considerar políticas de longo prazo, que ultrapassem ciclos governamentais e garantam continuidade e estabilidade aos projetos. Programas orçamentários de Estado seriam instrumentos valiosos nesse sentido. A estabilidade de recursos não é apenas essencial para a qualidade da pesquisa, mas também para garantir que os resultados alcançados sejam duradouros e alinhados com os objetivos nacionais.

A integração entre a pesquisa acadêmica, o setor produtivo e o sistema de saúde pode desencadear um ciclo virtuoso de desenvolvimento, beneficiando diretamente a população. Investimentos em pesquisa e inovação que priorizem necessidades de saúde pública, Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), e políticas de transferência de tecnologia são essenciais nesse contexto, garantindo que a inovação gere resultados tangíveis para a sociedade, como a melhoria contínua do Sistema Único de Saúde.

Referência

OMPI. Global Innovation Index 2023 Innovation in the face of uncertainty. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/

Em busca de equilíbrio em um mundo em conflito: desafios para os direitos humanos e o multilateralismo

En busca del equilibrio en un mundo en conflicto: desafíos para los derechos humanos y el multilateralismo

In search of balance in a world in conflict: challenges for human rights and multilateralism

Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza

Resumo. No período de 28 de setembro a 05 de outubro de 2023, foram monitoradas 57 Organizações da Sociedade Civil (OCS), das quais 40 fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe. Vale ressaltar que, a partir dessa edição, todas as 22 organizações que compõem o comitê diretivo da Comissão da Sociedade Civil da OMS, instalada em 24 de agosto pp. estão sendo monitoradas. Em geral, as manifestações mencionaram os conflitos de diversas ordens vivenciados pela humanidade no momento presente. A maior parte das OSC se manifestou acerca de temas relacionados ao meio ambiente e à crise climática, à crise humanitária e à migração, bem como às recentes mudanças no âmbito da guerra na Ucrânia. Outros temas como a ofensiva contra os direitos e as terras indígenas e a insegurança alimentar e nutricional foram objetos frequentes de debate das organizações. A necessidade de atenção prioritária às doenças negligenciadas e infecciosas e a produção e distribuição de imunizantes em especial para países em desenvolvimento também constatarem das pautas das OSC. Essa série de desafios enfrenta obstáculos à concretização em ações do discurso dos direitos humanos e da paz mundial, do desenvolvimento sustentável, da promoção da equidade de gênero e do combate às desigualdades sociais em saúde. A adoção de medidas concretas está a requerer o fortalecimento da cooperação, do diálogo e do multilateralismo. A participação ativa, plural e heterógena das OCS no debate internacional acerca dos desafios e possíveis soluções para os conflitos vivenciados pela humanidade, atualmente, expressa o compromisso das organizações em contribuir na construção de um futuro mais igualitário e inclusivo para todos os povos.

Palavras-Chave: Sociedade Civil. Paz Mundial. Crise Climática. Crise Humanitária. Direitos Humanos.

Resumen. En el periodo comprendido del 28 de septiembre al 5 de octubre de 2023, se monitorearon 57 Organizaciones de la Sociedad Civil (OCS), de las cuales 40 publicaron notas dignas de registro en este informe. Cabe mencionar que, a partir de esta edición, se encuentran en seguimiento las 22 organizaciones que integran el comité directivo de la Comisión de la

Sociedad Civil de la OMS, instalada el 24 de agosto. En general, las notas mencionaron conflictos de diversos órdenes que vive la humanidad en la actualidad. La mayoría de las OSC se pronunció sobre temas relacionados con el medio ambiente y la crisis climática, la crisis humanitaria y la migración, así como los cambios recientes en el contexto de la guerra en Ucrania. Otros temas como la ofensiva contra los derechos y tierras de los indígenas y la inseguridad alimentaria y nutricional fueron objetos frecuentes de debate entre las organizaciones. La necesidad de prestar atención prioritaria a las enfermedades infecciosas y desatendidas y la producción y distribución de agentes de inmunización, especialmente para los países en desarrollo, también figuraron en la agenda de las OSC. Esta serie de desafíos enfrenta obstáculos para implementar en acción el discurso de los derechos humanos y la paz mundial, del desarrollo sostenible, de la promoción de la igualdad de género y de la lucha contra las desigualdades sociales en salud. La adopción de medidas concretas requiere el fortalecimiento de la cooperación, del diálogo y del multilateralismo. La participación activa, plural y heterogénea de las OSC en el debate internacional sobre los desafíos y posibles soluciones a los conflictos que vive actualmente la humanidad expresa el compromiso de las organizaciones de contribuir a la construcción de un futuro más igualitario e inclusivo para todas las personas.

Palabras clave: Sociedad Civil. Paz Mundial. Crisis Climática. Crisis Humanitaria. Derechos Humanos.

Abstract. *In the period from September 28th to October 5th, 2023, 57 Civil Society Organizations (OCS) were monitored, of which 40 published notes worthy of registration in this report. It is worth mentioning that, as of this edition, all 22 organizations that make up the steering committee of the WHO Civil Society Commission, installed on August 24, are being monitored. In general, the notes mentioned conflicts of various orders experienced by humanity at the present time. Most CSOs spoke out on topics related to the environment and the climate crisis, the humanitarian crisis and migration, as well as recent changes in the context of the war in Ukraine. Other topics such as the offensive against indigenous rights and lands and food and nutritional insecurity were frequent objects of debate among organizations. The need for priority attention to neglected and infectious diseases and the production and distribution of immunization agents, especially for developing countries, were also on the agenda of CSOs. This series of challenges faces obstacles to implementing into action the discourse of human rights and world peace, sustainable development, promoting gender equality and combating social inequalities in health. The adoption of concrete measures requires the strengthening of cooperation, dialogue and multilateralism. The active, plural and heterogeneous participation of CSOs in the international debate about the challenges and possible solutions to the conflicts currently experienced by humanity expresses the organizations' commitment to contributing to the construction of a more egalitarian and inclusive future for all people.*

Keywords: Civil society. World Peace. Climate Crisis. Humanitarian crisis. Human Rights.

Introdução

No período de 28 de setembro a 05 de outubro de 2023, foram monitoradas 57 Organizações da Sociedade Civil (OCS), das quais 40 fizeram manifestações merecedoras de registro. Vale ressaltar que, a partir dessa edição, estão sendo monitoradas todas as 22 organizações que compõem o comitê diretivo da Comissão da Sociedade Civil da OMS, instalada em 24 de agosto pp, a saber: Abs Development for Child and Women (ADO), ACON (formerly AIDS Council of New South Wales), CORE Group, European Lung Foundation (ELF), European

Public Health Alliance (EPHA), Fòs Feminista, Fundación Huésped, Global Health Council, Global Network of people living with HIV (GNP+), International Cerebral Palsy Society (ICPS), Malaysian Women's Action for Tobacco Control and Health (MyWATCH), Medicus Mundi International, Medwise Solutions, Rotary International, Swasti, The NCD Alliance, The Save the Children Fund (SCF), The Youth Café, Women in Global Health (WGH), World Medical Association (WMA), World Organization of the Scout Movement (WOSM) e World Vision International (WVI). Acrescenta-se que, dessas 22 OSC, seis já eram monitoradas. Essa inclusão ampliará não a representação geográfica das OSC e também os focos de interesse e atuação.

Os esforços globais das organizações da sociedade civil em torno de uma agenda que busca por um equilíbrio no âmbito das relações entre os países têm se deparado com um cenário desafiador, marcado por crises e conflitos na arena global. As OCS demonstraram sua vontade de aprofundar diálogos e promover o estreitamento de laços rumo a soluções conjuntas para os desafios enfrentados pela humanidade. As organizações de interesse público e privado se debruçaram sob tópicos urgentes de interesse internacional, articulados em uma trama vasta de questões plurais e heterogêneas.

No caso das organizações da sociedade civil de interesse público, se percebeu uma atenção especial às questões relacionadas a guerra, crise humanitária e migração, bem como ao meio ambiente e à crise climática. Houve também um destaque especial para a ofensiva contra os direitos e as terras indígenas, além das intersecções entre crise climática, migração, saúde mental e nutricional. A realização da Assembleia Geral das Nações Unidas, nas últimas semanas, serviu para reforçar a necessidade do multilateralismo e do diálogo permanente entre os países membros, a fim de enfrentar um cenário global de fragilidade da segurança e de intensos desafios para a paz mundial. Além disso, o Prêmio Nobel contou com destaques femininos e laureou ativistas que lutam pela equidade de gênero, justiça sexual e reprodutiva, bem como reconheceu os esforços da comunidade científica global em sua empreitada por imunizantes capazes de enfrentar a pandemia da Covid-19.

No âmbito das organizações da sociedade civil de interesse privado, se observou um interesse por soluções e estratégias de enfrentamento das doenças negligenciadas e infecciosas, em especial nos países subdesenvolvidos. A produção e a distribuição de imunizantes, da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar também foram temas presentes, assim como o cenário de mudanças na guerra na Ucrânia, especialmente quanto às dificuldades de continuidade no fornecimento de insumos pelo Ocidente. Um comentário específico do Center for Strategic and International Studies (CSIS) sobre o BRICS chama a atenção: de acordo com sua análise, a recente expansão dos BRICS é um movimento em grande parte simbólico.

Neste cenário desafiador para dar concretude ao discurso dos direitos humanos e da paz mundial, se faz necessário promover o fortalecimento do diálogo e da cooperação global, temas recorrentes no âmbito das organizações da sociedade civil de interesse público e privado no período analisado. Em um mundo de conflitos das mais variadas ordens – humanitário, geopolítico, étnico, territorial – múltiplos desafios se somam frente às pretensões das organizações em buscar um equilíbrio global e uma agenda de desenvolvimento sustentável e igualitário.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Meio Ambiente e Crise Climática

A OXFAM enfatizou a necessidade de doações para ajudar comunidades em [Marrocos](#) afetadas por desastres naturais, que estão em extrema necessidade de moradia, alimentos e água¹.

A Greenpeace enfatizou que as maiores companhias de seguros do mundo estão hesitando em apoiar projetos de petróleo no [Congo](#)².

A Greenpeace destacou a hipocrisia de empresas como a [Total Energies](#), que patrocina uma partida de rugby entre o Chile e o Reino Unido, países que foram afetados por eventos climáticos causados por empresas como a Total Energies³.

A Greenpeace destacou o evento [Climate Rally](#) no Hong Lim Park, Cingapura, uma manifestação climática coletiva em prol de um futuro mais verde, justo e sustentável para todos⁴.

A Greenpeace enfatizou manifestações na [França](#) contra eventos climáticos extremos associados a empresas de combustíveis fósseis, como a Total Energies⁵.

A Greenpeace destacou o mais recente relatório do [Índice de Qualidade de Vida do Ar](#) (AQLI), que enfatiza como a poluição do ar representa a maior ameaça global à saúde humana. A Greenpeace também exigiu a urgente responsabilização das empresas pela poluição do ar⁶.

A Greenpeace destacou a assinatura do acordo de [proteção dos oceanos](#) e enfatizou a importância de incorporar esse acordo nas legislações dos países signatários⁷.

A Greenpeace destacou os [protestos](#) em Nova Iorque contra o primeiro-ministro norueguês, que assinou o Tratado Global dos Oceanos ao mesmo tempo em que apoiava a mineração em alto mar no Ártico⁸.

A Greenpeace anunciou que seis jovens apresentaram argumentos na grande câmara do [Tribunal de Estrasburgo](#), argumentando que as políticas de 32 nações europeias para combater o aquecimento global são inadequadas e violam suas obrigações de direitos humanos⁹.

A Greenpeace enfatizou a mobilização contra o [Pacote do Veneno](#) utilizando os movimentos #NãoAoPacoteDoVeneno ou #PacoteDoVeneno nas redes sociais, em referência ao PL 1459 que possibilita o aumento do uso de agrotóxicos afetando a população brasileira¹⁰.

A Greenpeace destacou que, no Brasil, fazendas localizadas na [Terra Indígena Apyterewa](#) produziram e venderam gado ilegalmente para empresas como JBS, Marfrig e outras, resultando no desmatamento de quase 14% da terra indígena¹¹.

A Greenpeace destacou os protestos de ativistas das [comunidades indígenas](#) Guazurari e Puente Quemado II contra a empresa florestal Arauco, que tem substituído a floresta paranaense por plantações de pinheiros por décadas¹².

A Abs Development Organization (ADO) destaca a declaração firmada por várias organizações humanitárias que se unem contra os elevados custos dos [alimentos](#) no Yémen, reflexo da deterioração econômica que afeta, principalmente, mulheres e crianças¹³.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo [“Investigando os impactos das mudanças climáticas na saúde mental dos jovens”](#). Os autores investigam a captura e quantificação das respostas psicológicas e as implicações da crise humanitária e ambiental para a saúde mental¹⁴.

A Planetary Health Alliance compartilhou o Podcast de “Ciência Ancestral sobre Saúde Planetária”. O diálogo aborda a [Ciência da Medicina Indígena](#) como um despertar e a Terra como cura, e a amplificação dessas conexões através da consciência¹⁵.

A Planetary Health Alliance repercutiu a discussão do Grupo de Trabalho de Saúde Ambiental da WFPHA sobre “[Migração climática adaptativa como um imperativo de saúde pública](#)”. O GT aborda os casos em que a migração é, em si, uma medida adaptativa voluntária para garantir segurança física e recursos de manutenção da vida que de outra forma seriam inatingíveis¹⁶.

A Planetary Health Alliance repercutiu o post da WFPHA sobre “[Mudanças Climáticas: Guia para Profissionais de Saúde Pública](#)” que apresenta orientações acerca do enfrentamento dos litígios relativos às alterações climáticas. A Associação Europeia de Saúde Pública (EUPHA) com parceiros do Reino Unido e da Holanda desenvolveram o Guia que será lançado na 16ª Conferência Europeia de Saúde Pública, em Dublin, em novembro de 2023¹⁷.

A Planetary Health Alliance divulgou a participação do seu Diretor Associado Carlos A. Farreón no Webinar “[Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável perderam a sua força de inspiração?](#)”, promovido pelo Sustainable Health Equity Movement (SHEM) e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA). No debate, Carlos Faerron discutiu a promoção da economia do bem-estar, a priorização da saúde planetária e problematizou a dinâmica de poder e desigualdades¹⁸.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo que discute o atual contexto de [aquecimento global](#). O estudo aborda que em situações de calor e umidade excessiva os humanos não conseguem sobreviver sem fontes de resfriamento. A questão crítica de investigação é quando e onde as temperaturas excederão os limites do que o corpo humano pode tolerar¹⁹.

A International Federation of Environmental Health emitiu uma mensagem, através de seu presidente, Henroy P. Scarlett, pelo [Dia Mundial da Saúde Ambiental](#), celebrado em 26 de setembro de 2023²⁰.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou artigo sobre a [migração como estratégia de adaptação à crise climática e como um imperativo de saúde pública](#). Reconhecendo que a colaboração interdisciplinar para ajudar as comunidades a adaptarem-se aos impactos das alterações climáticas e a permanecerem no seu local de origem, muitas vezes preferido, é uma responsabilidade fundamental da saúde pública, o artigo argumenta que, quando as condições ambientais e as vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas impedem a possibilidade de uma vida com dignidade, saúde e segurança, a opção de migração deve ser permitida, apoiada e facilitada, não apenas uma imperativo legal ou moral, mas também como um imperativo de saúde pública²¹.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou [guia para profissionais de saúde pública sobre litígios relativos às mudanças climáticas](#). O guia parte da constatação de que os litígios judiciais relativos às alterações climáticas estão de tornando parte integrante da luta pela exigência de ações de mitigação da crise climática. Ao recorrerem à Justiça para obrigar os governos e os poluidores do setor privado a enfrentarem a emergência climática, os requerentes têm pressionado por regulamentações mais ambiciosas, opondo-se a medidas regulamentares insuficientes e a projetos desenvolvimento poluidores, ou solicitando medidas de compensação por danos causados ao ambiente e aos seres humanos. Além disso,

os litígios criam oportunidades para debates públicos, aumentando a sensibilização da população para a inação dos governos e para os danos causados pelos poluidores privados²².

Migração e Crise Humanitária

A OXFAM enfatizou no seu mais recente relatório "[Further into The Margins](#)" os enormes desafios enfrentados pelas comunidades ciganas e destaca evidências de que essas comunidades têm enfrentado preconceito por parte de outros países europeus, incluindo outros refugiados, principalmente devido a estereótipos²³.

Segundo a CARE International, a [República Democrática do Congo](#) enfrenta um agravamento da catástrofe humanitária. O conflito em curso no país deslocou mais de 6 milhões de pessoas, atingindo o maior número de pessoas deslocadas internamente no continente africano. Anos de conflito, falhas na prestação de serviços essenciais e epidemias colocaram o país no topo da lista dos países com maior insegurança alimentar do mundo, com mais de 26 milhões de pessoas com necessidade de assistência humanitária²⁴.

A Human Rights Watch publicou uma matéria sobre a possibilidade da [abolição da detenção de imigrantes no Canadá](#). Oito das dez províncias do Canadá encerram contratos de detenção federal²⁵.

Segundo a Human Rights Watch, os [conflitos no Líbano correm o risco de perturbar a educação de milhares de crianças](#) na região. A ocupação e danos às escolas para crianças refugiadas palestinas têm tido problemas de atrasos na educação²⁶.

Segundo a Human Rights Watch, a [Síria ainda não é segura para o retorno de refugiados](#). A agência das Nações Unidas para os Refugiados também afirmou que as condições na Síria a impedem de promover ou facilitar que os refugiados retornem²⁷.

A Progressive International repercutiu a matéria sobre a [guerra da Europa contra refugiados](#), destacando que os 27 países da União Europeia estão adotando medidas ainda mais rigorosas. Isso inclui o reconhecimento mútuo das decisões de deportação e negação de asilo, além do reforço da proteção de fronteira com novas infraestruturas, maior capacidade de vigilância e equipamento aprimorado. A organização destaca também que para esse objetivo se formaram alianças com ditadores de extrema-direita²⁸.

O acordo assinado entre países membros da União Europeia intitulado [Regulamento relativo a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo](#), estabelece como os estados membros irão lidar com o aumento repentino de pessoas procurando asilo e refúgio na região. Para a organização Médicos Sem Fronteiras este novo acordo representa um grave desrespeito político à proteção de vidas humanas, permitindo que os Estados da UE se desviem ainda mais das suas responsabilidades em dar segurança e proteção a quem precisa²⁹.

O Centro de Migração Global do Geneva Graduate Institute irá promover, entre 09 de outubro – 20 de novembro, [uma série de eventos com especialistas para discutir, em disciplinas especiais, o tema das migrações](#). Dentre as disciplinas discutidas estarão “Migração Sul-Sul e a lei vinda de baixo”, “Migração: conversando entre disciplinas”, “Imigração e demanda por asilo: quais são as nossas capacidades de acolhimento?”, “Uma vida, muitos mundos: a jornada de um migrante de meados do século”. É fundamental a construção de diálogos multidisciplinares acerca do tema da migração, tendo em vista a complexidade do fenômeno, o que requer o emprego de diferentes olhares para a sua compreensão³⁰.

O Geneva Graduate Institute lançou uma chamada para candidatas ao [Prêmio Migração Global](#). A iniciativa busca reconhecer a produção de dissertações de mestrado acerca da migração e seus impactos na vida social. Poderão concorrer trabalhos que abordam a migração forçada ou voluntária, diáspora, mobilidade, racismo, discriminação, descolamento transnacional ou nacional de cidadania e outras questões ligadas à circulação de pessoas. As inscrições estão abertas até 04 de dezembro de 2023 e deverão ser realizadas através do site oficial do Geneva Graduate Institute. Aos vencedores, será oferecido um prêmio em dinheiro, bem como a publicação da pesquisa junto ao Global Migration Research Paper Series³¹.

Segundo o artigo publicado pelo Geneva Graduate Institute acerca do [Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular](#), o uso do *soft law* (recomendações, normas e legislação não vinculativa) na promoção da governança global das migrações é um tema a ser visitado com cautela. A política do *soft law* é objeto central do mais novo artigo de Vicent Chetail (2023), que busca apontar para as potencialidades e os limites das legislações não vinculativas³².

Conflitos, Guerra e Paz

A InterAcademy Partnership fez um apelo à comunidade global para que se una em solidariedade ao povo [sudanês](#) e encerre imediatamente esta guerra devastadora que está resultando em danos significativos à vida humana, propriedade e infraestrutura³³.

A Human Rights Watch repercutiu sobre a pressão que está sendo direcionada a governos, FMI e ao Banco Mundial para estabelecer a criação de um [Novo Contrato Eco-Social](#)³⁴.

Em artigo publicado recentemente pelo Geneva Graduate Institute, o Dr. Vassily Klimentov reflete do ponto de inflexão no qual a guerra na Ucrânia chegou. Segundo o autor, as oportunidades de ganhos territoriais para a Ucrânia estão cada vez mais escassas no âmbito do conflito com a Rússia, principalmente devido às dificuldades do Ocidente em restabelecer os estoques ucranianos de equipamentos de guerra, além do cansaço em ambos os lados. Para o autor, a guerra [atingiu em meados de 2023 um ponto crítico](#) e na medida que o conflito avança, a Rússia vai caminhando para a dominação do Leste da Ucrânia³⁵.

Equidade

A Greenpeace problematizou o que significa "[crescimento](#)" em um mundo marcado pela guerra, desigualdade na distribuição de riqueza e ameaças a vida e diversidade, onde a dignidade parece não prevalecer³⁶.

A Women In Global Health fez um chamado para contribuições no documento intitulado "Como podemos construir sistemas de saúde sensíveis à questões de gênero?", o documento traça um paralelo sobre o alcance da cobertura universal de saúde e a igualdade de direitos e de acesso baseado na [equidade de gênero](#)³⁷.

A CARE USA anunciou a bolsa [Arts for Gender Equality](#), possibilitada por meio parceria com a Fundação Rockefeller. O grupo de bolsistas inclui oito artistas que trabalham para promover a igualdade de gênero através da expressão criativa e representam diversas vozes de toda a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. Estabelecida em 2022, a busca aproveitar o poder da arte para catalisar e inspirar mudanças sociais, apoiando um grupo de artistas que conectarão seu novo trabalho com grupos de base, artísticos internacionais e de justiça para reflexões coletivas, exploração e ação³⁸.

A nova presidenta da World Medical Association destacou a [equidade de gênero](#) como tema prioritário nos cuidados de saúde. Ela apontou o desequilíbrio chocante na vacinação contra a COVID-19, onde alguns países viram apenas uma mulher vacinada para cada três homens e chamou a atenção para as amplas ramificações da desigualdade de gênero. Ela enfatizou que a igualdade de gênero não é apenas um imperativo moral, mas também um requisito fundamental para alcançar a cobertura universal de saúde e abordar eficazmente os determinantes sociais da saúde³⁹.

O People's Health Movement (PHM), na figura do Grupo Temático de Sistemas de Saúde Equitativos e Soberania Alimentar e Nutricional, realizou o [Webinar “Determinantes Comerciais de Saúde \(DCS\)”](#). O evento ocorreu no dia 04 de outubro tendo como tema “DCS: conceito, casos e desafios para o ativismo”. O objetivo do evento foi apresentar a série Lancet sobre DCS e avaliar criticamente os desafios do ativismo e das organizações sociais frente às pressões corporativistas e comerciais que atingem os sistemas de saúde globalmente⁴⁰.

Tributação das Grandes Fortunas

A OXFAM iniciou uma campanha massiva [#MakeRichPollutersPay](#) nas redes sociais, incentivando a assinatura de uma petição para que os governos tributem as riquezas, reduzindo drasticamente as emissões dos mais ricos e arrecadando bilhões de dólares para ajudar os países a lidar com a crise climática⁴¹.

A Greenpeace também apoiou os [movimentos #MakePollutersPay](#) e [#BanPrivateJets](#), destacando a urgente necessidade de apoiar as comunidades afetadas pelos impactos da crise climática, enquanto os mais ricos continuam a poluir o nosso planeta⁴².

Apresentação da Organização

A Abs Development Organization for Woman and Child (ADO) é uma organização nacional, humanitária, não governamental e sem fins lucrativos, que opera no Yémen desde 1996 com foco em mulheres e crianças que estão em vulnerabilidade e que vivem em áreas rurais¹³.

A Rotary International existe há mais de 100 anos e se intitula uma organização formada por milhões de sócios que se reuniram para criar mudanças duradouras em todo o mundo. Vem atuando sobre os grandes problemas globais, principalmente engajada na luta para eliminação e erradicação da poliomielite⁴³.

A European Public Health Alliance é uma organização não governamental, sediada em Bruxelas, que atua na Europa em defesa da saúde pública⁴⁴.

A Women In Global Health é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que visa a participação de mulheres na construção de sistemas de saúde sensíveis ao gênero³⁷.

Poliomielite

A Rotary International ressalta a importância da continuidade das ações voltadas para um mundo sem poliomielite “[EndPolio](#)” e destaca a participação na imunização de mais de 3 bilhões de crianças⁴⁵.

Direito à Moradia

A Rotary International estimulou a discussão sobre a necessidade de mudanças políticas que visem oportunizar moradias decentes, “[homeEquals](#)”, para moradores de favelas e

assentamentos, destacando a existência de 2,8 bilhões de pessoas que vivem em condições inadequadas de moradia⁴⁶.

Produção de Antibióticos

A European Public Health Alliance divulgou nota com recomendações para a nova legislação de incentivo para produção de [antibióticos na União Europeia](#), preocupados com algumas questões, como a legislação para medicamentos de doenças raras, certificados de proteção, exclusividade de mercado e de dados para novos antibióticos. As recomendações trazem como pilares a necessidade de garantir acessibilidade e disponibilidade destes medicamentos⁴⁷.

Saúde Mental

A European Public Health Alliance elogiou a Comissão Europeia pela [iniciativa de Saúde Mental](#) com a elaboração de documento incentivando abordagens abrangentes e enfoque na pobreza e discriminação, a fim de apoiar os estados membros a lidar com estes desafios. No entanto defende que a população de ciganos possui riscos mais elevados e sugere uma educação/produção de cuidado voltada ao anticiganismo⁴⁸.

A Rotary International convidou para evento *on line* no dia 10 de outubro para uma discussão focada na priorização da saúde mental em apoio ao dia mundial da saúde mental "[WorldMentalHealthDay](#)", que será transmitido no canal da organização no YouTube⁴³.

Políticas Baseadas em Evidências

A InterAcademy Partnership apoiou workshop sobre 'Institucionalização do Aconselhamento Científico aos Governos' que teve como desfecho a [Declaração de Colombo](#) que enfatiza a urgência de estabelecer um aconselhamento científico institucionalizado aos governos, permitindo que a evidência científica molde políticas e reforçando o compromisso das academias e parceiros com esse empreendimento⁴⁹.

Dia Internacional da Menina

Em virtude do Dia Internacional da Menina, em 11 de outubro, a CARE International lançou uma campanha digital, a [#TakeTheMic](#), para elevar a voz das meninas em todo o mundo. Como parte da campanha, a CARE irá co-produzir e compartilhar histórias nas redes sociais em parceria com meninas para apoiar a próxima geração a usarem suas vozes e realizarem seus sonhos⁵⁰.

A CARE International destacou a celebração do [Dia Internacional da Menina](#) em reconhecimento dos direitos das meninas e os desafios únicos que elas enfrentam em todo o mundo. O casamento precoce e forçado é uma das crises mais desafiadoras e mais frequentemente ignoradas que meninas e mulheres jovens enfrentam. Todos os anos, mais 12 milhões de meninas são forçadas a casamentos precoces, pondo em perigo a sua educação, saúde e bem-estar emocional. O aumento dos conflitos e das deslocções em todo o mundo só está a aumentar o risco dos casamentos de jovens⁵¹.

Força de Trabalho em Saúde

A CARE International aborda a saúde no Líbano e a [grave escassez no número de profissionais de saúde](#) em vários países do mundo. A CARE afirma que os profissionais de saúde são os pilares de sistemas de saúde fortes e a maioria destes trabalhadores são mulheres, que

não são bem remuneradas. Isto inclui enfermeiros, médicos, parteiras, agentes comunitários de saúde, farmacêuticos e outros que prestam serviços de saúde em funções voltadas para os pacientes, dentro ou fora das unidades de saúde⁵².

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) lançará um novo comitê consultivo de especialistas em educação global com a Liga Nacional de Enfermagem (NLN), que se concentrará na priorização do investimento na educação em enfermagem. O objetivo do [Comitê Consultivo de Especialistas em Educação](#) do ICN (ICNEE) será planejar estratégias para ampliar a educação, de forma adequada às finalidades da profissão e garantir que os enfermeiros estejam preparados para os desafios futuros. O comitê do ICNEE terá 14 membros de todas as regiões da Organização Mundial de Saúde, que serão nomeados de acordo com as recomendações do ICN⁵³.

A International Hospital Federation se manifestou sobre a [força de trabalho da saúde](#), mencionando os casos crescentes de esgotamento, violência no local de trabalho, alocação inadequada de pessoal, elevada rotatividade e desequilíbrio entre vida pessoal e profissional. Convida, então, seus membros a discutirem em seu Congresso a ser realizado em Lisboa, entre 25 e 27 de outubro, a questão: como podemos efetivamente cuidar de nossos cuidadores? ⁵⁴.

Doenças Negligenciadas

A DNDi compartilhou o artigo [“Por que a dengue na Europa pode significar um desastre para o resto do mundo”](#) em que aponta como aumento do investimento em doenças anteriormente negligenciadas poderá fazer com que os países mais pobres fiquem para trás. As alterações climáticas e a migração significam que os mosquitos que transmitem a dengue, bem como outras doenças como a chikungunya e o zika, estão a instalar-se na Europa e isso poderá impactar a P&D. O aumento da dengue no Ocidente poderá tornar mais difícil levar medicamentos às pessoas vulneráveis, porque as empresas farmacêuticas desenvolvem ferramentas que são menos eficazes para os países de baixa renda ou porque as nações ricas acabam por acumular as tecnologias dos medicamentos e vacinas⁵⁵.

A DNDi divulgou o artigo [“Farmacocinética populacional de uma combinação de miltefosina e paromomicina em crianças e adultos da África Oriental com leishmaniose visceral”](#) que avalia o tratamento da leishmaniose visceral em crianças e adultos. Ao destacar que as crianças não são pequenos adultos, a DNDI chama a atenção que não podemos apenas administrar uma dose mais baixa com base no peso, mas precisamos adaptar os tratamentos com mais cuidado⁵⁶.

DNDi repercutiu a participação do Presidente Lula e da ministra Nísia Trindade e a presidente da Associação Chagas da Bahia, Amélia, no lançamento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, em que foi divulgada a [campanha mundial #IWearTheTShirt de enfrentamento da doença de Chagas](#)⁵⁷.

A DNDi estabeleceu dois Centros de Excelência em Bihar, na Índia, com instalações e equipamentos de diagnóstico e tratamento, para [apoiar a eliminação da leishmaniose visceral](#)⁵⁸.

Segundo a DNDi, apenas 1,2% das [pessoas em risco de Chagas na Colômbia](#) foram testadas. Esta discussão está no artigo [“Avaliação laboratorial de onze testes diagnósticos rápidos para diagnóstico sorológico da doença de Chagas na Colômbia”](#), em que os autores analisaram 11 testes de diagnóstico rápido para simplificar o diagnóstico e encontraram 5 com alta sensibilidade e especificidade⁵⁹.

Persecução Política

A Human Rights Watch condena a [perseguição de Guo Feixiong, um ativista chinês gravemente doente na prisão](#), a perseguição do ativista reflete a crise de direitos políticos na China⁶⁰.

Direitos Humanos

A Human Rights Watch celebra a [remoção da lei da sodomia em Maurícios](#). O Tribunal das Maurícias considera a lei da sodomia inconstitucional e discriminatória e por decisão remove a lei dos livros de estatutos⁶¹.

A Human Rights Watch divulgou um relatório vídeo para ilustrar as preocupações e necessidade das [reformas sistêmicas para alinhar as políticas com os direitos humanos em Marraquexe](#). As discussões nas Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, devem dar prioridade sobre este assunto porque as políticas atuais estão a agravar a pobreza e a desigualdade⁶².

Assembleia Geral das Nações Unidas

Numa apresentação à ONU, a Human Rights Watch afirmou que o governo vietnamita deve enfrentar um escrutínio rigoroso na sua próxima Revisão Periódica Universal das Nações Unidas devido ao aprofundamento da [repressão contra os ativistas e ao fracasso da reforma de leis abusivas](#)⁶³.

A Human Rights Watch publicou uma matéria sobre o debate da possibilidade dos [países membros das Nações Unidas negarem à Rússia e à China assentos no Conselho de Direitos Humanos](#) da ONU na votação na Assembleia Geral em 10 de outubro de 2023⁶⁴.

A Human Rights Watch afirmou que a União Europeia e os seus membros [recuaram no seu apoio ao escrutínio internacional contínuo da situação dos direitos humanos na Etiópia](#) no Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. Os países tinham até 4 de outubro de 2023 para propor uma resolução na atual sessão do Conselho⁶⁵.

A International Federation of Social Workers participou da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada nos dias 17 e 10 de setembro. Na reunião, os impactos das crises globais de conflitos armados, inflação, fome, alterações climáticas, desigualdade, efeitos persistentes da COVID -19 pandemia e alterações climáticas foram apontados como [justificativa para que apenas 15% dos ODS estejam “no bom caminho.”](#) O financiamento climático foi tema de um painel em que a representante da IFSW participou, e que expressou a preocupação pelo facto de os países estarem a converter o seu financiamento climático em financiamento de perdas e danos, e a falta de vontade política para reverter o financiamento público para esta causa⁶⁶.

Direito Sexuais e Reprodutivos

A Human Rights Watch sugere que o [governo sul-coreano reconsidere a nova e polémica Lei do Nascimento Protegido](#), dado que esta proposta legislativa não aborda as razões subjacentes para os nascimentos não registados, incluindo a falta de acesso a abortos seguros e educação sexual, serviços de apoio inadequados para mulheres e meninas grávidas, e o estigma social associado à maternidade solteira⁶⁷.

Em alusão ao [Dia Mundial do Aborto Seguro](#), o People's Health Movement (PHM) reforçou a importância de garantir a justiça reprodutiva, descriminalizar o aborto e enfrentar o problema dos sistemas de saúde, que atualmente não oferecem acolhimento e assistência ao aborto seguro. O PHM defende o direito ao aborto como um direito universal e se soma a Campanha Mundial pelo Aborto Seguro⁶⁸.

Gênero e ODS

A OXFAM destacou a realização do evento "[Women's land rights for achieving SDGs and climate goals](#)" em Nova Iorque, com foco nos direitos iguais à terra do ponto de vista de gênero, considerados vitais para enfrentar as numerosas crises globais e empoderar as mulheres⁶⁹.

Apresentação da Organização

A [Fundación Huésped](#) é uma organização argentina de alcance regional, fundada em 1989. Trabalha nas áreas de saúde pública com o objetivo de garantir o direito à saúde e o controle de doenças. O trabalho da organização inclui o desenvolvimento de pesquisas, soluções práticas e comunicação relacionadas às políticas de saúde pública na Argentina e na região⁷⁰.

Saúde da População Trans

A Fundación Huésped divulgou série de vídeos sobre [terapia hormonal](#). Desta vez, os episódios compartilhados abordaram o [acompanhamento psicológico](#) e [tratamentos hormonais com testosterona](#)^{70,71,72}.

Educação Sexual

Em comemoração aos 17 anos que a [Lei de Educação Sexual Integral](#) foi sancionada na Argentina, a Fundación Huésped destaca a importância de apoiar e preservar essa lei que permite a abordagem da sexualidade em todos os níveis educacionais, adaptando as informações conforme a idade dos alunos, desde a educação infantil até o ensino superior⁷³.

Em comemoração ao [dia da bissexualidade](#), a Fundación Huésped destacou pontos-chaves sobre o tema⁷⁴.

Na Semana de Prevenção da Gravidez não Intencional na Adolescência, a Fundación Huésped aderiu à campanha [@puedodecidir](#) para discutir métodos contraceptivos⁷⁵.

HIV/AIDS

A Fundación Huésped compartilhou matéria sobre o HIV com atualizações da estratégia de [prevenção do HIV](#) chamada a Profilaxia Pré exposição (PrEP), destacando que essas atualizações foram compartilhadas durante um Simpósio Científico⁷⁶.

A Public Citizen divulgou que em declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde da Colômbia, o governo planeja superar as barreiras de patentes para o [tratamento do HIV](#) e importar versões genéricas de baixo custo de dolutegravir, sem a permissão do detentor da patente, a ViiV Healthcare. A ação planejada, conhecida como licenciamento compulsório ou uso governamental de patentes, é um mecanismo legítimo consagrado no direito internacional⁷⁷.

Doenças Infecciosas

A Fundación Huésped divulgou informações sobre sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção da [Hepatite C](#)⁷⁸.

Saúde dos Idosos

Pelo [Dia dos Idosos](#), a Fundación Huésped destacou a necessidade de uma mudança na abordagem em relação aos idosos, promovendo o respeito pela diversidade no processo de envelhecimento e destacando que a sexualidade continua sendo uma parte importante da vida em todas as idades, apenas se expressando de maneira diferente⁷⁹.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou a passagem do [Dia Internacional do Idoso](#), em 01 de outubro de 2023, destacando que é um dia para celebrar a força e a resiliência das pessoas mais velhas, mas também um dia para aumentar a conscientização sobre os desafios que enfrentam em todo o mundo⁸⁰.

Violência

A Fundación Huésped condenou os [atos de ódio e violência contra a comunidade LGBTQI+](#) e fez um chamado para agir contra esses comportamentos após a notícia de um ataque a um ativista LGBTQI+ por motivos de ódio contra a comunidade, somando-se a outros incidentes ocorridos nas últimas semanas⁸¹.

Prêmio Nobel

A People's Vaccine Alliance ressaltou que o Prêmio Nobel de [vacinas de RNA mensageiro](#) desafia a ideia de que apenas as grandes farmacêuticas salvaram o mundo da COVID-19. Eles apontaram que o trabalho inovador de Karikó e Weissman nas vacinas de RNA mensageiro recebeu financiamento público substancial, destacando assim a importância desse financiamento. A organização também criticou a recusa das empresas em compartilhar suas tecnologias de mRNA com países em desenvolvimento⁸².

A declaração da Public Citizen sobre o mais recente [Prêmio Nobel de Medicina](#) destaca que as vacinas de mRNA salvaram vidas durante a pandemia de COVID-19, mas de forma desigual, prejudicando os países mais pobres. O Prêmio Nobel lembra a necessidade de equidade e justiça na saúde, pedindo uma transformação na indústria farmacêutica. A colaboração global em tecnologia de mRNA pode combater várias doenças e os governos devem apoiar a partilha de ciência e tecnologia para enfrentar doenças e promover a justiça⁸³.

Violação de Direitos Humanos

A Progressive International alertou para os ataques a 46 jornalistas pelo Governo de Modi na Índia, que está utilizando leis antiterrorismo em uma das maiores [repressões à imprensa](#) desde a independência. Nas primeiras horas da manhã do dia 3 de outubro, unidades especiais da polícia de Delhi invadiram as casas dos jornalistas e apreenderam telefones e computadores⁸⁴.

Sistemas de Saúde

A Public Citizen informou que o Conselho do Condado de Anne Arundel nos Estados Unidos aprovou ontem uma resolução endossando um programa nacional de [Medicare para Todos](#), enviando uma mensagem forte de apoio ao fim dos cuidados de saúde com fins lucrativos em favor de um sistema universal sem coparticipação ou custos do próprio bolso⁸⁵.

A Women in Global Health está com uma consulta online aberta até o dia 15 de outubro, sobre a pergunta “[Como podemos construir sistemas de saúde sensíveis ao gênero?](#)” A organização lembra que “a igualdade de gênero, incluindo a igualdade de direitos e a igualdade de acesso aos serviços de saúde, são fundamentais para alcançar a cobertura universal de saúde (UHC) e não deixar ninguém para trás”. O documento de advocacy apresentará exemplos de boas práticas para a construção de sistemas de saúde sensíveis ao gênero⁸⁶.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) anunciou o lançamento de sua revista *Medical Students International*, destacando um artigo sobre a importância de construir [sistemas de saúde resilientes](#) e focar em cada etapa da preparação e resposta a desastres⁸⁷.

Saúde digital

A STOPAIDS informou que o Digital Health and Rights Project Consortium participou da Assembleia Geral das Nações Unidas para defender os [direitos humanos na era digital](#). As tecnologias digitais têm o potencial de serem incrivelmente benéficas para a saúde e o bem-estar. No entanto, uma pesquisa com jovens de todo o mundo demonstrou inúmeras barreiras estruturais que impedem o acesso e os seus benefícios⁸⁸.

Promoção da Saúde

A ACT promoção da saúde repercutiu guia para rebater as [falácias da indústria de ultraprocessados](#) que busca vantagens comerciais, mesmo as costas à saúde da população. A organização também informou sobre o perigo de produtos [ultraprocessados](#)^{89,90}.

A ACT promoção da saúde informou que diante da forte pressão da indústria do tabaco audiência pública sobre regulamentação de [cigarros eletrônicos](#), se mobilizou para participar e apresentar os enormes prejuízos dos cigarros eletrônicos à saúde da população⁹¹.

A ACT Promoção da Saúde divulgou uma matéria sobre o [conflito de interesse](#) de um centro de pesquisa sobre álcool que está sendo financiado pela indústria de bebidas alcoólicas⁹².

A ACT Promoção da Saúde compartilhou matéria que informa que o procurador geral da república se manifestou a favor de resolução que [restringe aditivos em cigarros](#)⁹³.

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou a Declaração, aprovada em sua assembleia anual, que propõe estratégias para alcançar e manter resultados de saúde equitativos para todos, inclusive para as gerações futuras. Para criar condições para que todas as pessoas e as gerações futuras atinjam o mais alto padrão de saúde possível, o Movimento pela Equidade na Saúde Sustentável recomenda a implementação de [políticas públicas intersetoriais para a promoção da saúde](#), destacando que essas políticas desempenham um papel crucial para alcançar formas democráticas e sustentáveis de desenvolvimento social, econômico e ambiental⁹⁴.

ODS

A ACT Promoção da Saúde compartilhou o [Relatório Luz 2023](#) que faz uma análise do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil e aponta para um retrocesso em 60% dos objetivos⁹⁵.

Violência contra a Criança Indígena

A International Federation of Social Workers divulgou matéria sobre a campanha “[Dia da camisa amarela – Toda criança importa](#)”, comemorado no dia 30 de setembro. O dia lembra a política de escolas residenciais indígenas implementada em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália, em que crianças indígenas eram retiradas de suas famílias e comunidades e internadas em escolas residenciais onde seriam afastadas de sua língua, cultura, religião e ligações familiares. A matéria reforça o trauma das crianças e famílias e das gerações que as sucederam e ainda vivem com traumas psicológicos e comportamentais. A matéria também cita a experiência dos internatos, similares às casas, introduzidos por missionários cristãos durante o período colonial no continente⁹⁶.

Dia Mundial do Habitat

A International Federation of Social Workers divulgou o [Dia Mundial do Habitat](#), comemorado na primeira segunda-feira de outubro de cada ano, com o objetivo de refletir sobre o estado dos nossos habitats e sobre o direito básico de todos a um abrigo adequado. A organização afirma que “os benefícios resultantes do crescimento e recuperação das cidades e vilas devem beneficiar todas as classes sociais e isto, portanto, exige uma revisão dos modelos de sistema e mecanismos de financiamento que sejam flexíveis e inclusivos”⁹⁷.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A NCD Alliance divulgou o evento “[Semana Global de Ação sobre DCNTs 2023](#)”, realizado entre 14 a 21 de setembro, com o tema “o momento de cuidar é agora”. O evento contou com a participação de milhões de pessoas da comunidade de DCNTs e foi concomitante com a Reunião de Alto Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde (UHC), de forma que “as vozes chegaram aos líderes nos níveis mais altos de tomada de decisões”, diz a matéria⁹⁸.

Juventude pela Saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou o lançamento, em 25 de setembro de 2023, da [Rede Youth4Health](#) pelo escritório regional europeu da Organização Mundial da Saúde. A Rede inclui mais de 80 membros individuais e 18 organizações juvenis de 29 países da Europa e Ásia Central. Dentre as organizações, está a “Jovem WFPHA”. A Rede Youth4Health fornece uma plataforma para um envolvimento significativo dos jovens para garantir sua participação em todas as áreas de trabalho da OMS/Europa⁹⁹.

Comissão da Sociedade Civil da OMS

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) publicou a edição de setembro dos *SHEM Highlights*, destacando a criação da [Comissão da Sociedade Civil](#) (CSC) pela OMS. O SHEM considera a CSC/OMS uma iniciativa inovadora que representa um avanço significativo na facilitação da comunicação estruturada e sistemática entre a sociedade civil e a OMS relativamente às prioridades de saúde¹⁰⁰.

Segurança Digital

A International Hospital Federation publicou artigo em que avalia a relação entre a [inteligência artificial e a segurança cibernética na saúde](#), afirmando que os líderes do setor têm a tarefa de impulsionar a inovação e, ao mesmo tempo, salvaguardar os dados dos pacientes e a resiliência do sistema. Acrescenta que é fundamental a colaboração entre médicos, especialistas em tecnologia e legisladores para criar soluções robustas dentro de um quadro

regulamentar equilibrado que salvaguarda os interesses dos pacientes e, ao mesmo tempo, estimula a inovação¹⁰¹.

Paralisia Cerebral

A International Cerebral Palsy Society realizará no dia 20 de outubro o Simpósio Internacional sobre Paralisia Cerebral, na cidade de Beirut, no Líbano. Com o tema “*Dignity in Move, New Horizon*” (“Dignidade em Movimento, Novo Horizonte), o evento contará com autoridades e pesquisadores que abordarão questões ligadas às práticas de manejo para pessoas com paralisia cerebral. O evento terá transmissão ao vivo para pessoas ao redor do mundo¹⁰².

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Guerras e Conflitos

O Center for Strategic and International Studies publicou uma entrevista sobre as tensões crescentes no terreno na Ucrânia, em meio à [testagem de armas nucleares em Novaya Zemlya](#), por parte da Rússia. As conversas sobre testes nucleares e ameaças de escalada fazem parte de um esforço russo para manipular os riscos nucleares e dissuadir a intervenção ocidental na Ucrânia¹⁰³.

O Center for Strategic and International Studies fez uma reportagem sobre [as reuniões dos líderes europeus desde o início da guerra na Ucrânia](#). A primeira reunião aconteceu no Castelo de Praga, em outubro de 2022, e a segunda reunião aconteceu no Castelo Mimi de Chisinau, colocando os líderes a poucos quilômetros de distância das linhas da frente, dando um grande impulso político à Moldávia¹⁰⁴.

O Center for Strategic and International Studies publicou uma reportagem sobre [os conceitos Russos de guerra e projeção de força](#). A reportagem concentra-se em perguntas sobre como os militares russos pensam sobre o futuro da guerra, e como é que os militares russos pensam sobre o desenho da força nos próximos cinco anos¹⁰⁵.

O Center for Strategic and International Studies publicou uma reportagem sobre o [23º Diálogo Integrado de Defesa ROK-EUA](#). Em 18 de setembro, os Estados Unidos e a Coreia do Sul se reuniram e emitiram uma declaração conjunta sobre a necessidade de uma arquitetura de defesa combinada e aprimorada por meio do planejamento e execução conjunta de esforços de integração nuclear convencional por meio do Grupo Consultivo Nuclear como uma solução potencial para a crescente consideração dos adversários sobre o uso da energia nuclear¹⁰⁶.

Pandemia e Vacinação

A GAVI, the Vaccine Alliance, demonstrou satisfação com [a decisão do principal grupo consultivo da OMS sobre imunização com a utilização da nova vacina contra a malária \(R21/Matrix-M\)](#). A decisão tornou a R21/Matrix-M a segunda vacina recomendada contra a malária. O avanço do número de casos, em especial em países africanos nos últimos anos, levantou novamente um chamado de atenção para o planejamento e financiamento de possíveis vacinas, em um momento em que as mudanças climáticas também se configuraram enquanto um obstáculo para a redução do número de casos¹⁰⁷.

A GAVI, the Vaccine Alliance, apresentou seu [relatório de práticas da instituição durante o ano de 2022](#). O documento apresentado apontou que, a despeito de um aumento no número de óbitos e outras complicações causadas pela COVID-19, a cobertura vacinal em países

apoiados pela Aliança aumentou em comparação aos dois últimos anos em 3%. A cobertura inclui, dentre outros, imunizantes, a terceira dose da vacina contra a difteria, a coqueluche e o tétano (DTP3)¹⁰⁸.

A GAVI, the Vaccine Alliance, destacou a relevância da [tecnologia biométrica que vem sendo utilizada no Bangladesh](#) para um maior controle e monitoramento da vacinação infantil no país. De acordo com a aliança, crianças a partir dos nove meses de idade podem agora ser identificadas biometricamente antes da vacinação, o que fomenta a criação de sólidos registros, expandindo o alcance da imunização. O próximo passo é o de expandir a ferramenta para todo o país, o que vem sendo pensado pelo governo nacional como uma forma de democratizar o cuidado público da população¹⁰⁹.

A GAVI, the Vaccine Alliance, constatou a necessidade da continuação dos programas de vacinação contra a COVID-19 ao redor do mundo, tendo em vista [o surgimento de novas subvariantes Omicron, que suscitou receios sobre uma nova onda de infecções](#). Estudos realizados apontaram que as doses de reforço atuais existentes contribuem para um aumento de anticorpos, o que poderia reduzir potencialmente a probabilidade das pessoas serem infectadas com as atuais variantes existentes¹¹⁰.

A GAVI, the Vaccine Alliance, [celebrou a adoção da resolução pública sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias \(PPPR\)](#) pela Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. De acordo com a aliança, a adoção da declaração política deve ser vista como um primeiro passo importante na negociação de normas e formas de prevenir, preparar-se e responder a futuras pandemias. As ações seguintes, no entanto, devem envolver a construção de programas de financiamento de pesquisa e desenvolvimento de insumos ao redor do globo¹¹¹.

Malária

A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou um artigo no qual discute [a crescente ameaça da malária](#), citando fatores como resistência a inseticidas, mudanças climáticas e aumento de mosquitos urbanos como causas potenciais para o agravamento da situação. A malária continua sendo um problema significativo, com 247 milhões de casos e 619 mil mortes estimadas em 2021, especialmente afetando crianças menores de 5 anos em países de baixa renda. As mudanças climáticas estão ampliando a temporada de transmissão da doença e causando interrupções na prevenção e tratamento. A resistência a inseticidas é uma das grandes preocupações, mas novos inseticidas estão sendo desenvolvidos como iscas de açúcar com inseticida mais potente. Inovações como a introdução de mosquitos geneticamente modificados, através do mecanismo CRISPR, para promover a extinção da sua espécie estão sendo exploradas. Apesar dos desafios globais, a erradicação da malária é considerada possível e de bom custo-benefício para a Fundação, e que para isso deve contar com estratégias inteligentes e investimentos adequados, incluindo esforços locais no continente africano¹¹².

A WellcomeTrust anunciou que [uma segunda vacina para a malária, a R21/Matrix-M, foi aprovada pela OMS](#) em outubro de 2023 e licenciada em Gana, Nigéria e Burkina Faso. A Wellcome desempenhou um papel crucial no financiamento do desenvolvimento dessas vacinas, com expectativa de maior impacto na redução da mortalidade e morbidade causadas pela malária, especialmente em crianças e gestantes em países com recursos limitados. Essa vacina em especial oferece até 80% de proteção contra a malária e é esperado que esses avanços possam informar futuras pesquisas e vacinas não apenas para a malária, mas também para outras doenças e campos de pesquisa¹¹³.

A FIND enfatizou a chamada para financiamento de iniciativas ou desenvolvimento de testes diagnósticos para [tuberculose](#) em estágios iniciais da doença¹¹⁴.

A FIND anunciou o lançamento do projeto [DriveDxforTB](#) no Quênia, financiado pela UNITAID, que visa expandir as opções de teste para tuberculose e avaliar métodos alternativos de coleta de amostras para diagnóstico preciso, ligados à prestação de cuidados¹¹⁵.

O Global Fund destacou a realização da conferência [FastTrackCities](#) 2023, reunindo cidades, municípios e comunidades na vanguarda da luta pelo fim do HIV/AIDS. A conferência abordou desafios comuns e melhores práticas na aceleração das respostas contra o HIV e a tuberculose¹¹⁶.

O Global Fund destacou como organizações facilitaram a solicitação de 16 mil anéis vaginais de [dapivirina PrEP](#) para prevenção do HIV na África do Sul, com apoio do Global Fund¹¹⁷.

O Global Fund destacou o trabalho de um pesquisador em [Moçambique](#) que utiliza águas residuais para diagnóstico precoce de doenças infecciosas, inicialmente desenvolvido para a COVID-19¹¹⁸.

HIV/AIDS

A Global Network of People Living with HIV (GNP+), em conjunto a The International Community of Women Living with HIV (ICW Global) e a Global Network of Young People Living with HIV (Y+ Global), divulgaram manifesto em relação a [reautorização do Plano de Emergência do Presidente para o Combate à AIDS](#) (PEPFAR, em inglês), embargado pelo Congresso dos Estados Unidos. As organizações apelam aos decisores políticos e ao congresso dos EUA para reautorizarem o PEPFAR para preparar o caminho para uma geração livre do HIV. O plano de emergência dá prioridade à investigação, à inovação e ao acesso aos cuidados de saúde para todos que necessitem, com uma resposta sustentável, equitativa de género, centrada na pessoa e baseada nos direitos¹¹⁹.

Tecnologias e Saúde

Com a prerrogativa de que “[mulheres não podem trabalhar bem se não estiverem bem](#)”, o discurso de Melinda Gates foi um dos destaques do evento Goalkeepers 2023, realizado entre os dias 19 e 20 de setembro na Fundação Gates em sua sede em Nova Iorque. No palco também esteve presente a parteira Eve Nangalo que expôs como é raro encontrar parteiras nos lugares de poder que discutem sobre a saúde das mulheres e seus bebês. Por fim, Bill Gates apresentou um pacote de 7 itens de custo baixo criados por cientistas que prometem salvar 2 milhões de mulheres e seus bebês na próxima década, composto por uma ampola intravenosa de ferro para tratar a anemia em gestantes; um antibiótico azitromicina para prevenir infecções durante o parto; um saco plástico obstétrico específico para identificar hemorragias pós-parto; uma injeção de esteróides para ajudar os bebês a se manterem vivos; um suplemento em pó nutricional para os bebês se alimentarem melhor; um pote de suplementos vitamínicos; e, um aparelho de ultrassom Lumify Philips de valor médio de 7 mil dólares¹²⁰.

Práticas Alimentares

Instituições públicas, como hospitais, escolas e universidades, estão buscando [alinhar suas práticas de aquisição de alimentos com seus posicionamentos éticos](#), incluindo preocupações com mudanças climáticas, equidade racial e disparidades de saúde. Para responder a essa demanda, a Fundação Rockefeller está financiando uma aliança que tem como

objetivo ajudar produtores e distribuidores a acessar o mercado institucional de alimentos saudáveis, justos e sustentáveis. A ideia é organizar as definições, critérios e estratégias para facilitar a compra e venda de produtos alimentícios alinhados com valores éticos. Isso beneficia aqueles que desejam adotar práticas de aquisição de alimentos mais conscientes e sustentáveis, ajudando a criar um mercado para fornecedores de alimentos com valores similares¹²¹.

Transição Energética

O Global Leadership Council (GLC) do Global Energy Alliance for People and Planet – aliança entre a Fundação IKEA, Fundação Rockefeller e a Bezos Earth Fund – realizou sua segunda reunião anual, com mais de 30 instituições de diversos setores, incluindo desde o Banco Mundial a representantes de governos, como o primeiro-ministro do Reino da Noruega. O GLC reafirmou seu compromisso em [reduzir o custo da energia renovável](#), com foco em sistemas de armazenamento de energia e energia renovável distribuída. Essa iniciativa visa combater a pobreza energética, beneficiando milhões de pessoas em países de baixa e média renda, além de ser parte dos esforços para reduzir emissões de carbono enquanto proporciona a criação de 150 milhões de empregos¹²².

O Departamento de Estado dos EUA, a Bezos Earth Fund, a Fundação Rockefeller e o Banco Mundial anunciaram uma colaboração estratégica através do Energy Transition Accelerator (ETA) para mobilizar [financiamento em apoio a transições de energia justas e aceleradas em países em desenvolvimento](#). O ETA visa catalisar capital privado para a transição de combustíveis fósseis para energia limpa, por meio de créditos de carbono inovadores. O Banco Mundial terá o papel de apoiar países em desenvolvimento na formulação de políticas e na geração e monetização de créditos de redução de emissões. A colaboração visa recompensar diretamente os países em desenvolvimento por reduções verificadas de emissões. A colaboração busca acelerar a transição para energia limpa, atender às necessidades de energia de economias em crescimento e reduzir emissões para limitar o aquecimento global a 1,5°C¹²³.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Fundação Rockefeller anunciou que o Zero Gap Fund (ZGF) completou com sucesso seu compromisso de alocação de US\$ 30 milhões em 12 investimentos. O ZGF desde que foi fundado concentrou-se em [financiar soluções de impacto alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) das Nações Unidas, com ênfase em questões climáticas. Os dois e últimos novos investimentos foram feitos em 2023, apoiando projetos de restauração florestal e agricultura regenerativa, visando transformar a indústria em uma grande absorvedora de carbono e reduzir o desperdício de alimento. Segundo Sunit Shah, Diretor de Finanças Inovadoras da Fundação Rockefeller, é preciso que os empreendedores e as tecnologias essenciais aliem [o Mercado para junto das transições necessárias ao planeta e à saúde global](#)^{124,125}.

Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

O Global Fund enfatizou que os investimentos em inovação digital têm contribuído para o fortalecimento do sistema de saúde em [Ruanda](#) na luta contra a tuberculose e outras doenças, bem como na distribuição de vacinas¹²⁶.

Testes Diagnósticos

A FIND destacou a importância das drogarias na distribuição de testes de [auto diagnóstico](#), com ênfase nas ações realizadas em regiões do Vietnã em parceria com a empresa SwipeRX¹²⁷.

A FIND realçou, por ocasião da reunião do G20, um artigo de opinião que ressalta a liderança da indústria [indiana](#) no estabelecimento das bases para um sistema de saúde global mais resiliente e responsivo¹²⁸.

O Global Fund também reconheceu os avanços dos laboratórios indianos no desenvolvimento de tecnologias de testes rápidos e fáceis de usar, desempenhando um papel crucial na luta contra a [tuberculose](#) em contextos de recursos limitados¹²⁹.

A FIND destacou uma exposição virtual de dados sobre [testes diagnósticos](#) que sublinha o fato de que cerca da metade da população mundial tem acesso limitado ou nenhum acesso a testes diagnósticos¹³⁰.

Apoio as OSCs

O Global Fund anunciou o lançamento de um [Roteiro de Advocacy](#) projetado para fortalecer a liderança, o envolvimento e o financiamento de comunidades e organizações da sociedade civil¹³¹.

Segurança Alimentar

O Center for Strategic and International Studies junto com o Ocean Security Project e Human Rights Initiative realizou o [Forum Seafood Alliance for Legality and Traceability](#) com FishWise. O Fórum reuniu especialistas do setor e abordaram temas sobre os progressos realizados na adoção de programas eletrônicos abrangentes de documentação das capturas e rastreabilidade e sobre os passos futuros para apoiar a pesca legal e sustentável¹³².

Tratado Internacional de Comércio

O Center for Strategic and International Studies publicou sua coluna semanal abordando o [relatório anual sobre comércio](#) da Organização Mundial do Comércio intitulado “Reglobalização para um futuro seguro inclusivo e sustentável”. O comentário do CSIS destacou o crescimento do comércio dentro dos blocos geopolíticos e seu declínio entre países de diferentes blocos¹³³.

BRICS

O Center for Strategic and International Studies (CSIS) publicou uma [análise sobre a reunião dos BRICS](#) e a decisão de convidar novos membros para a aliança. De acordo com CSIS, a recente expansão dos BRICS pode ser vista como um movimento em grande parte simbólico¹³⁴.

EVENTOS

O People’s Health Movement (PHM) realizará entre 07 e 11 de abril de 2024, a [5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos](#), em Mar del Plata, Argentina. Contando com a presença de ativistas do PHM de todas as partes do globo, reunidos em torno das discussões acerca da luta pelo acesso à saúde por todos os povos¹³⁵.

A International Cerebral Palsy Society realizará no dia 13 de novembro sua Assembleia Geral Anual. O evento, que ocorrerá virtualmente. Dentre as atividades, espera-se a discussão

das ações da Instituição no ano de 2023 e propostas para o próximo ano, com especial foco em ações voltadas à detecção e intervenção precoce em crianças com paralisia cerebral.

A Planetary Health Alliance divulgou a Cúpula de Saúde Planetária de 2024 e 6ª Reunião Anual que terá como tema “Da evidência à ação: enfrentando a realidade” e acontecerá de 16 a 19 de abril de 2024 na Universidade Sunway, Malásia¹⁰².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em continuidade a uma tendência expressa nos informes anteriores, a atuação das organizações da sociedade civil no âmbito do debate internacional se deu de forma ativa, plural e heterogênea, ocorrendo através da discussão de uma série de temas centrais para o enfrentamento dos diversos desafios e conflitos vivenciados pela humanidade atualmente. Neste cenário complexo, a efetivação dos direitos humanos e a busca pela paz mundial encontram uma série de obstáculos cuja superação requer o fortalecimento do diálogo, da cooperação e do multilateralismo. A busca por um equilíbrio global e uma agenda conjunta rumo a um desenvolvimento sustentável e igualitário foi objeto de discussão nas mais diversas frentes de trabalho das organizações da sociedade civil de interesse público e privado, reforçando o compromisso das organizações em contribuir na construção de um futuro mais justo e inclusivo para todos os povos.

Por fim, vale registrar que a equipe que prepara esse informe tem agora o desafio de incluir, no seus esforços de monitoramento, todas as 118 organizações que compõem a Comissão da Sociedade Civil da OMS.

Referências

1. Oxfam. Twitter [Internet]. As we strategize with our partners leading the aid response in Morocco, we are reminded that the journey to recovery [Tweet]; 22 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1705144951082742197?s=20> .
2. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Here's some good news for the climate and human rights: the world's biggest insurance companies are reluctant to offer crucial [Tweet]; 23 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705537501233033606?s=20>
3. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Here's some good news for the climate and human rights: the world's biggest insurance companies are reluctant to offer crucial [Tweet]; 23 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705537501233033606?s=20>
4. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Today, @TotalEnergies is sponsoring the match of England v Chile - both impacted by extreme weather events that fossil fuel companies [Tweet]; 6 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705567760259178918?s=20> .
5. Greenpeace International. Twitter [Internet]. This past weekend, people came together for Climate Rally at Hong Lim Park, Singapore. It's wonderful to see such collective [Tweet]; 25 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1706487876282949993?s=20> .
6. Greenpeace International. Twitter [Internet]. "If there's no water, let them drink oil!" Earlier this month, @AnvCop21 activists used organic paint to make this fresco [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1706654978226659694?s=20> .
7. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Air pollution is the greatest global threat to human health, according to the latest report from the Air Quality Life [Tweet]; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1709319925658173717?s=20> .
8. Greenpeace International. Twitter [Internet]. @GreenpeaceMY demands the urgent need to hold the companies responsible for air pollution accountable. #CleanAirForAll [Tweet]; 24 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1706134530539876398?s=20> .
9. Greenpeace International. Twitter [Internet]. "This year's victory is a good start on the long road to real ocean protection. After this symbolic moment, leaders [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1707101559048577154?s=20> .

10. Greenpeace International. Twitter [Internet]. We were in New York to deliver a very important message to the Norwegian Prime Minister @jonasgahrstore , while he was [Tweet]; 24 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1706004334029517047?s=20> .
11. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Six young people will argue in the grand chamber of the Strasbourg court @ECHR_CEDH that 32 European nations' policies to [Tweet]; 24 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705862143009341660?s=20> .
12. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Nós não vamos recuar! Estamos começando mais uma vez a mobilização contra o Pacote do Veneno. Junte-se a nós e [Tweet]; 27 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1707003558426460333?s=20> .
13. ADO - Abs development Organization for woman and child. Facebook [Internet]. Statement on the cost of food in Yemen. [Post]; 04 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: [منظمة عيس التنمية Abs Development Organization-ADO | Facebook](https://www.facebook.com/absdevelopment/).
14. @ph_alliance. Twitter [Internet]. Investigando os impactos das mudanças climáticas na saúde mental dos jovens [Tweet]; 25 set 2023 [citado 5 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1706338391045128242 .
15. @ph_alliance. Twitter [Internet]. Ancestral Science podcast on Planetary Health [Tweet]; 25 set 2023. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1706465941347840487 .
16. @ph_alliance. Twitter [Internet]. Adaptive climate migration as a public health imperative [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1706653375591280803 .
17. @ph_alliance. Twitter [Internet]. Climate change litigation: Guide for public health professionals [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1706583250695512321 .
18. @ph_alliance. Twitter [Internet]. 28 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1707375467416764926> .
19. @ph_alliance. Twitter [Internet]. Heat & humidity so great that humans cannot survive [...] [Tweet]; 2 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1708771809204592757 .
20. International Federation of Environmental Health [Internet]. World Environmental Health Day; 16 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.ifeh.org/wehd/index.html> .
21. WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Adaptive Climate Migration as a Public Health Imperative | WFPHA; 25 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/adaptive-climate-migration-as-a-public-health-imperative/> .
22. WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Climate Change Litigation: Guide for Public Health Professionals | WFPHA; 25 set 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/climate-change-litigation-guide-for-public-health-professionals/> .
23. Oxfam. Oxfam Policy & Practice [Internet]. Further into the Margins: A regional report on Roma communities displaced by the Ukraine crisis - Oxfam Policy & Practice; 28 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/further-into-the-margins-a-regional-report-on-roma-communities-displaced-by-the-621547/> .
24. CARE [Internet]. DRC portraits: faces of the displaced; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/drc-portraits-faces-displaced/> .
25. Human Rights Watch [Internet]. On the Road to Abolishing Immigration Detention in Canada; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/05/road-abolishing-immigration-detention-canada> .
26. Human Rights Watch [Internet]. Clashes in Lebanon Risk Disrupting Education for Thousands of Children; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/30/clashes-lebanon-risk-disrupting-education-thousands-children> .
27. Human Rights Watch [Internet]. No, Syria Is Still Not Safe for Refugee Returns; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/29/no-syria-still-not-safe-refugee-returns> .
28. Progressive International [Internet]. La guerra de Europa contra lxs refugiadxs alimenta el ascenso de la extrema derecha; 4 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-04-europes-war-against-refugees-is-fueling-the-far-rights-ascension/es> .

29. MSF. Médicos Sem Fronteiras [Internet]. El acuerdo es un grave desprecio para la protección y permite a los Estados de la UE desviarse aún más de sus responsabilidades; 06 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/cumbre-granada-acuerdo-grave-desprecio-la-proteccion-y-permite-los-estados-la-ue-desviarse>
30. Geneva Graduate Institute [Internet]. Migration Talks: a new event series of the global migration centre; 28 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/migration-talks-newevent-series-global-migration-centre> .
31. Geneva Graduate Institute [Internet]. Global Migration Award; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/global-migration-award-4>
32. Geneva Graduate Institute [Internet]. The politics of soft law: progress and pitfall of the global compact for migration; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/politics-soft-lawprogress-and-pitfall-global-compact-migration> .
33. IAP | InterAcademy Partnership [Internet]. SNAS appeals for solidarity with the Sudanese people; [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/snas-appeals-solidarity-sudanese-people> .
34. Human Rights Watch [Internet]. IMF / World Bank: Systemic Reforms Needed; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/05/imf/world-bank-systemic-reforms-needed> .
35. Geneva Graduate Institute [Internet]. A critical juncture in the war in Ukraine?; 03 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/critical-juncture-warukraine> .
36. Greenpeace International. Twitter [Internet]. Imagine a world where wealth is distributed equitably, life thrives in all its diversity and no one goes hungry, where [Tweet]; 4 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1709497344356704629?s=20> .
37. Women In Global Health. Twitter [Internet]. Help shape the future of health systems by participating in our online consultation. 28 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em <https://t.co/KjLNG7Vei7>" / X (twitter.com).
38. CARE [Internet]. CARE USA Launches Arts for Gender Equality Fellowship with The Rockefeller Foundation - CARE; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-usa-launches-arts-for-gender-equality-fellowship-with-support-from-the-rockefeller-foundation/> .
39. World Medical Association [Internet]. Gender equality in healthcare is a top priority, says new global physician leader; 6 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/gender-equality-in-healthcare-is-a-top-priority-says-new-global-physician-leader/> .
40. People's Health Movement [Internet]. PHM invites you to a Webinar on Commercial Determinants of Health; 04 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/phm-invites-you-webinar-commercial-determinantshealth> .
41. Oxfam. Twitter [Internet]. Governments should tax wealth to dramatically reduce the emissions of the richest and raise billions of dollars that can be [Tweet]; 22 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1705114770536387021?s=20> .
42. Greenpeace International. Twitter [Internet]. It's #MakePollutersPay Action Day! Time to ramp up the pressure on the rich fossil fuel companies and countries causing the [Tweet]; 23 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705499756859125861?s=20> .
43. Rotary International. Twitter [Internet]. Sintonize para uma discussão ao vivo sobre priorizar a saúde mental. 05 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/cnA08epepu>" / X (twitter.com).
44. European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. We welcome the @EU_Commission's initiative on mental health & explicit references to the #Roma +. 06 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/DKCMQtNJSb> .
45. Rotary International. Twitter [Internet]. Along with our partners, we've immunized more than 3 BILLION children against polio! [Tweet]; 24 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/ZnXLxw8mrf>" / X (twitter.com).
46. Rotary International. Twitter [Internet]. What does home equal to you? Raise awareness by making your own sign and posting a photo. 02 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/ztcLDX6hNQ>" / X (twitter.com).

47. European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. We welcome the @EU_Commission's initiative on mental health & explicit references to the #Roma +. 06 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/DKCMQtNJSb> .
48. European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. Draft negotiating position of EU pharma legislation (Regulation) is out. 05 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://t.co/OdCTzzfHDh> .
49. IAP | InterAcademy Partnership [Internet]. NASSL and partners issue the Colombo Declaration, paving the way for Science Advice to Governments; [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/nassl-and-partners-issue-colombo-declaration-paving-way-science-advice-governments> .
50. CARE [Internet]. #TakeTheMic: How the next generation of girls are speaking up to end child marriage in Mali; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/international-day-of-the-girl-2023-mali/> .
51. CARE [Internet]. International Day of the Girl #TakeTheMic Campaign Launches - CARE; 2 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/international-day-of-the-girl-takethemic-campaign-anna-cathcart-joins-care/> .
52. CARE [Internet]. Lebanon: what happened to healthcare? - CARE; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/lebanon-what-happened-to-healthcare/> .
53. ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN and the National League for Nursing focus on prioritising investment in nursing education; 27 set 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-and-national-league-nursing-focus-prioritising-investment-nursing-education> .
54. IHF International Hospital Federation. Twitter [Internet]. The #HealthcareWorkforce faces increasing instances of burnout [Tweet]; 5 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1709829570294091788 .
55. DNDi. Twitter [Internet]. Tools such as vaccines will be prioritized [...] [Tweet]; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1709923948475863265> .
56. @DNDi. Twitter [Internet]. Children aren't tiny adults [Tweet]; 2 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1708759211973169476> .
57. @DNDi. Twitter [Internet]. 27 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1706993446446129289> .
58. @DNDi. Twitter [Internet]. 25 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1706232301212799445> .
59. @DNDi. Twitter [Internet]. Only 1.2% of people at risk for Chagas in Colombia [...] [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1706640294756626699> .
60. Human Rights Watch [Internet]. Prominent Chinese Activist Seriously Ill in Prison; 6 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/06/prominent-chinese-activist-seriously-ill-prison> .
61. Human Rights Watch [Internet]. Mauritian Court Finds Sodomy Law Unconstitutional, Discriminatory; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/05/mauritian-court-finds-sodomy-law-unconstitutional-discriminatory> .
62. Human Rights Watch [Internet]. Global Demand for Universal Social Security; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/03/global-demand-universal-social-security> .
63. Human Rights Watch [Internet]. Vietnam: Rights Reforms Urgently Needed; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/03/vietnam-rights-reforms-urgently-needed> .
64. Human Rights Watch [Internet]. Russia, China Unfit for UN's Top Rights Body; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/05/russia-china-unfit-uns-top-rights-body> .
65. Human Rights Watch [Internet]. Human Rights Council: EU Fails Ethiopia's Victims; 4 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/04/human-rights-council-eu-fails-ethiopias-victims> .
66. IFSW UN Representatives attend United Nations Sustainable Development Goals Summit – International Federation of Social Workers. 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw->

- [un-representatives-attend-united-nations-sustainable-development-goals-summit/](#) . Acesso em: 7 out. 2023.
67. Human Rights Watch [Internet]. South Korea: Reconsider 'Anonymous Birthing' Bill; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/04/south-korea-reconsider-anonymous-birthing-bill> .
 68. People's Health Movement [Internet]. Safe Abortion Day; 28 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/28-september-international-safe-abortion-day> .
 69. Oxfam. Twitter [Internet]. HAPPENING TOMORROW: If you're in New York, walk to the venue or book a free ticket via the following link [Tweet]; 22 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1705220517966315986?s=20> .
 70. Fundación Huésped. YouTube [Internet]. [Vídeo], ¿Qué es la terapia hormonal? | #ABrisha; 2 set 2023 [citado 7 out 2023]; [1 min, 17 s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hMcY2wbshM>
 71. Fundación Huésped. La hormonización es mucho más que seguir un tratamiento. Requiere paciencia e, muchas veces, apoyo [...]. Twitter. Publicado em 5 de outubro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1710023121917329821?s=20> .
 72. Fundación Huésped. La hormonización es un proceso distinto para cada persona. Hoy te contamos un breve resumen de lo que implica [...]. Twitter. Publicado em 2 de outubro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1708950404837331109?s=20> .
 73. Fundación Huésped. ¿Por qué defender la ESI? Hoy se cumplen 17 años del día que se sancionó la Ley de Educación Sexual Integral (#ESI) en Argentina y queremos contarte por [...]. Twitter. Publicado em 4 de outubro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1705586551160221976?s=20> .
 74. Fundación Huésped. ¡Feliz día de la #Bisexualidad! Celebramos este día de orgullo y aprovechamos para repasar algunos puntos clave sobre el tema [...]. Twitter. Publicado em 23 de setembro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1705586551160221976?s=20> .
 75. Fundación Huésped. En la Semana de la prevención del embarazo no intencional en la adolescencia, nos sumamos a la campaña @puedodecidir para charlar sobre métodos anticonceptivos [...]. Twitter. Publicado em 25 de setembro, 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1706413143075729544?s=20> .
 76. Fundación Huésped. “#PrEP: la nueva revolución sexual se expande por América Latina” es la nota de @fedkukso sobre las novedades de esta estrategia para prevenir el #VIH [...]. Twitter. Publicado em 25 de setembro, 2023. Disponível em: <https://twitter.com/FundHuesped/status/1707139156965818456?s=20> .
 77. Public Citizen [Internet]. In step to expand people's access to HIV treatment, colombia plans to overcome patent barriers and issue a compulsory license - public citizen; 4 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/in-step-to-expand-peoples-access-to-hiv-treatment-colombia-plans-to-overcome-patent-barriers-and-issue-a-compulsory-license/> .
 78. Fundación Huésped. ¿Sabías que el famoso cantante español inspiró su nombre en la Hepatitis C? Bueno, en realidad no, es un chiste. Pero ahora que tenemos tu atención [...]. Twitter. Publicado em 3 de outubro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1709319735693705383?s=20> .
 79. Fundación Huésped. Se viene el #DíaDeLosAdultosMayores y queremos recordar esta frase icónica que dijo @Moria_Casan en el programa "El Oro y el Moro" por Radio 10 en el año 2013 [...]. Twitter. Publicado em 25 de setembro de 2023. Disponível em: <https://twitter.com/FundHuesped/status/1707874997765628322?s=20> .
 80. IFA International Federation of Ageing. Today is the #InternationalDayOfOlderPersons [Publicação] [Internet]; 1 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1708472740380868643> .
 81. Fundación Huésped. Ayer se conoció la noticia del ataque a @MuchachoX por motivos de odio hacia la comunidad LGBTQ+, que se suma a otros ocurridos en las últimas [...]. Twitter. Publicado em 22 de setembro de 2023. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1705293255162618362?s=20>
 82. People's Vaccine [Internet]. Nobel Prize winning mRNA was publicly funded; 2 out de 2023 [citado 7 de out 2023]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/nobel-prize-winning-mrna-was-publicly-funded/>.

83. Public Citizen [Internet]. Nobel for mrna vaccine must ring as call for equity; 2 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/nobel-for-mrna-vaccine-must-ring-as-call-for-equity/>.
84. Progressive International [Internet]. “This is an emergency”: Biggest crackdown on press freedom in Indian history; 6 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-06-this-is-an-emergency-biggest-crackdown-on-press-freedom-in-indian-history/en>.
85. Public Citizen [Internet]. Anne Arundel county becomes the sixth municipality in Maryland to endorse medicare for all ; 3 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/anne-arundel-county-becomes-sixth-municipality-in-maryland-to-endorse-medicare-for-all/>.
86. ONLINE Consultation: Gender-responsive health systems for UHC. 27 set. 2023. Disponível em: <https://womeningh.org/online-consultation/>. Acesso em: 7 out. 2023.
87. IFMSA International Federation of Medical Students Associations. The 44th issue of the Medical Students International magazine (MSI) is now available! [Publicação] [Internet]; 27 set 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1707056713432461652>.
88. STOPAIDS [Internet]. UN General Assembly: Advocating for Human Rights in the Digital Age; 3 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/10/03/united-national-general-assembly-advocating-for-human-rights-in-the-digital-age/>.
89. ACT Promoção da Saúde. Twitter [Internet]. GUIA PARA REBATER AS FALÁCIAS DA INDÚSTRIA DE ULTRAPROCESSADOS: nessa matéria, a @gazetadopovo deu prioridade à indústria de ultraprocessados, mas [...]; 6 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1710298604982653276?s=20>.
90. ACT Promoção da Saúde. Twitter [Internet]. O que é um produto ultraprocessado? E por que a FARRA DOS ULTRAPROCESSADOS é um desrespeito à sua saúde? Segue [...]; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1710037531226440150?s=20>.
91. ACT Promoção da Saúde. Twitter [Internet]. No último dia 28, a CAS do Senado realizou audiência pública sobre regulamentação de cigarros eletrônicos. Diante da forte pressão [...]; 4 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/actbr/status/1709670284037443974?s=20>.
92. ACT Promoção da Saúde. witter [Internet]. Você sabe que há um conflito de interesse imenso em um centro de pesquisas sobre álcool ser financiado pela indústria [Tweet]; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/actbr/status/1707868950355189893?s=20>.
93. ACT Promoção da Saúde [Internet]. PGR se manifesta a favor de resolução que restringe aditivos em cigarros - Posts | ACT BR; 26 set 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/pgr-se-manifesta-a-favor-de-resolucao-que-restringe-aditivos-em-cigarros/19633/>.
94. SHEM Sustainable Health Equity Moviment. Twitter [Internet]. SHEM’s Declaration on achieving and maintaining equitable health outcomes for all, including for future generations [Tweet]; 5 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1710013609105887523>.
95. ACT Promoção da Saúde. Twitter [Internet]. O Relatório Luz 2023, que faz uma análise do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, traz um cenário de retrocesso [Tweet]; 2 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1708866681315962917?s=20>.
96. ACKNOWLEDGING the Impact of Indigenous Residential Schools: Commemorating Orange Shirt Day – International Federation of Social Workers. 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.ifsw.org/acknowledging-the-impact-of-indigenous-residential-schools-commemorating-orange-shirt-day/>. Acesso em: 7 out. 2023.
97. FSW STATEMENT on World Habitat Day 2023 – International Federation of Social Workers. 2 out. 2023. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-statement-on-world-habitat-day-2023/>. Acesso em: 7 out. 2023.
98. GLOBAL Week for Action finishes with a unified and strong call to act on NCDs now! 27 set. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/global-week-for-action-finishes-with-a-unified-and-strong-call-to-act-on-ncds-now>. Acesso em: 7 out. 2023.

99. WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Launch of the Youth4Health Network | WFPHA; 25 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/launch-of-the-youth4health-network/> .
100. SHEM Sustainable Health Equity Movement. The September edition of SHEM Highlights is now available! [Publicação] [Internet]; 3 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1709246295443988920> .
101. IHF International Hospital Federation. Twitter [Internet]. Our 3rd #IHFYEL2023 publication assesses the relationship between #AI and #Cybersecurity in healthcare [Tweet]; 7 out 2023 [citado 7 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1710325423953866894 .
102. ICPS. Cerebral Palsy Symposium. Disponível em: <https://www.cpint.org/events/cerebral-palsy-symposium>. Acesso em 05 out. 2023.
103. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. How to Get Away with a Nuclear Test; 5 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/how-get-away-nuclear-test> .
104. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The Granada Summit of the European Political Community: Ambition or Oblivion?; 4 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/granada-summit-european-political-community-ambition-or-oblivion> .
105. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. In the Shadow of Ukraine; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/shadow-ukraine> .
106. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Conventional-Nuclear Integration to Strengthen Deterrence; 4 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/conventional-nuclear-integration-strengthen-deterrence> .
107. GAVI, the Vaccine Alliance. “A great day for science”: WHO recommends second vaccine against malaria. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/great-day-science-who-recommends-second-vaccine-against-malaria>. Acesso em 05 out. 2023.
108. AVI, the Vaccine Alliance. On the road to recovery in 2022, a year of renewal in 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/road-recovery-2022-year-renewal-2023> . Acesso em 05 out. 2023.
109. GAVI, the Vaccine Alliance. Unique and universal: how fingerprint tech is helping get kids protected in Bangladesh. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/unique-and-universal-how-fingerprint-tech-helping-get-kids-protected-bangladesh>. Acesso em 05 out. 2023.
110. GAVI, the Vaccine Alliance. Will COVID-19 boosters protect against new variants such as “Pirola” and “Eris”? Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/will-covid-19-boosters-protect-against-new-variants-such-pirola-and-eris> Acesso em 05 out. 2023.
111. GAVI, the Vaccine Alliance. World leaders sign political declaration on preparing for future pandemics. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/world-leaders-sign-political-declaration-preparing-future-pandemics>. Acesso em 05 out. 2023.
112. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Is the threat of malaria increasing?; out 2023 [citado 3 out 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/malaria-threat-climate-change> .
113. WellcomeTrust. WellcomeTrust [Internet]. Vaccines, drugs and nets: how the world is targeting Malaria | News | Wellcome; out 2023 [citado 4 out 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/advances-fighting-malaria-first-ever-vaccine> .
114. FIND. Twitter [Internet]. Call for proposals by 30 Sept. The #FENDTB initiative invites developers of #tuberculosis diagnostics to submit proposals for evaluation of [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1706633195372806457?s=20> .
115. FIND. Twitter [Internet]. It was great to kickoff #DriveDxforTB in #Kenya yesterday! This @UNITAID funded project aims to increase #TB testing options and [Tweet]; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1707678334312730724?s=20> .
116. Global Fund. Twitter [Internet]. The #FastTrackCities 2023 conference addresses the cross-cutting challenges and best practices in accelerating urban #HIV and #TB responses. It brings [Tweet]; 23 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1706279157670314190?s=20> .

117. Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Support for PrEP Ring Ushers in New Era for Women and HIV Prevention in South Africa; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2023/2023-09-29-global-fund-support-prep-ring-ushers-new-era-women-hiv-prevention-south-africa/> .
118. Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Dr. Diocreciano Matias Bero Health Researcher; 29 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/media/13345/corporate_2023resultsreport-mozambique_casestudy_en.pdf .
119. GNP+. Renew PEPFAR, keep your promise to save lives. Disponível em: <https://gnpplus.net/latest/news/renew-pepfar-keep-your-promise-to-save-lives/> . Acesso em 05 out. 2023.
120. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Five can't-miss moments from Goalkeepers 2023; set 2023 [citado 3 out 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/goalkeepers-2023-top-five> .
121. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Alliance Responds to Growing Demand for Values-Based Food; set 2023 [citado 3 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/alliance-responds-to-growing-demand-for-values-based-food/> .
122. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. GEAPP GLC Powers Ahead to Accelerate Affordable Clean Energy for All; set 2023 [citado 3 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/geapp-glc-powers-ahead-to-accelerate-affordable-clean-energy-for-all/> .
123. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Energy Transition Accelerator and World Bank Announce Strategic Collaboration To Scale Up Clean Energy Finance; set 2023 [citado 4 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/energy-transition-accelerator-and-world-bank-announce-strategic-collaboration-to-scale-up-clean-energy-finance/> .
124. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Trailhead Capital Closes Inaugural \$50 Million Fund Focused on Regenerative Food and Agriculture Companies; set 2023 [citado 4 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/trailhead-capital-closes-inaugural-50-million-fund-focused-on-regenerative-food-and-agriculture-companies/> .
125. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Statement by Maria Kozloski on the Full Commitment of the Zero Gap Fund; set 2023 [citado 4 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-maria-kozloski-on-the-full-commitment-of-the-zero-gap-fund/> .
126. Global Fund. Twitter [Internet]. In Rwanda, years of investment in digital innovation have strengthened health systems to fight TB and other diseases. When #COVID19 [Tweet]; 23 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1705643250982199623?s=20> .
127. FIND. Twitter [Internet]. Pharmacies play a vital role as frontline #healthcare workers, especially for distributing #selftests. Alongside SwiperX, we are working to improve [Tweet]; 26 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1706670092690378929?s=20> .
128. FIND. Twitter [Internet]. As India's #G20 Presidency has drawn to a close, @BillRodriguezID and @lavagarwal published an op-ed in @ETHealthWorld on India's leadership [Tweet]; 27 set 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1707000106178785760?s=20> .
129. GlobalFund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. India: Locally Developed Testing Technology Accelerates the Fight Against TB at Home and Abroad; 25 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/media/13348/corporate_2023resultsreport-india_casestudy_en.pdf .
130. FIND. Twitter [Internet]. Did you know that almost half of the world's population has little to no access to #diagnostictesting? We are pleased [Tweet]; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1709193792706809928?s=20> .
131. Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Advocacy Roadmap 2023-2025; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/media/13367/publication_advocacy-roadmap_report_en.pdf .

132. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Event Summary: Seafood Alliance for Legality and Traceability Forum | CSIS; 27 set 2027 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/event-summary-seafood-alliance-legality-and-traceability-forum> .
133. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Trade Clusters; 3 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/trade-clusters> .
134. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. BRICS+ from Above: Why the Space Dimension of the Expanded Alliance Matters; 2 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/brics-above-why-space-dimension-expanded-alliance-matters> .
135. People's Health Movement. Twitter [Internet]. 5° Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos. [Tweet]; 04 out 2023 [citado 6 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/PHMglobal> .

Empregos, salários justos, sistemas fortes de seguridade social, infra estrutura para nossos sistemas de saúde e a defesa do clima: as pautas necessárias - porém esquecidas - e a Cúpula do FMI e do BM

Jobs, fair wages, strong social security systems, infrastructure for our health systems and defence of our climate: the necessary - but forgotten - agendas and the IMF and WB Annual Meeting

***Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho***

Abstract. *In this inform we dedicate ourselves to analyse the International Reforms proposed by Social Society and their projects. Using UNCTAD's recent Report Trade and Development, and linking that with the upcoming annual meetings from the IMF and the WB, we expose the topics that should be examined in order to achieve the IMF goal of “end poverty on a livable planet”.*

Keywords: *IMF. International Reforms. Social Security. Sustainable Development.*

Resumo. Neste informe nos dedicamos a analisar as Reformas Internacionais propostas pela Sociedade Social e seus projetos. Utilizando o recente Relatório *Trade and Development* da UNCTAD, e ligando-o à proximidade temporal das reuniões anuais do FMI e do BM, expomos os tópicos que devem ser examinados para alcançar o objetivo do FMI de “acabar com a pobreza num planeta habitável”.

Palavras-chave: FMI. Reformas Internacionais. Seguridade Social. Desenvolvimento sustentável.

Um novo relatório produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), intitulado “*Trade and Development*”, chama as economias mundiais para uma série de reformas, mudanças necessárias para tirar o desenvolvimento internacional da inércia e solidificar rumos e meios capazes de promover mudanças - mudanças para proteger o clima, as pessoas e desenvolver uma economia sustentável. Publicado no dia 4 de outubro, o relatório analisa a realidade produzida pelas políticas escolhidas - e pelas escolhas políticas - do Banco Mundial e do FMI adotadas até agora e como elas provocaram uma crise - de dívida, de inflação, de desigualdade - que freou o desenvolvimento.

O Relatório chama a atenção para a crescente desigualdade, o freio no desenvolvimento das principais economias mundiais e como seu pouco desenvolvimento vem acontecendo de maneira “separada” dos demais, o fardo que a dívida externa representa para as economias em desenvolvimento e a necessidade de um sistema de negociações (*trading system*) mais justo. A dívida e o alívio da mesma, defendido pela comunidade internacional de países em desenvolvimento - lembrando que muitos países são forçados a destinar valores exorbitantes de seu orçamento interno para o pagamento, como mostrado em informes anteriores - abriria uma nova chance de investimento para os sistemas de seguridade social e para o fortalecimento de uma rede de proteções.

O relatório apela a uma mudança na direção política – inclusive por parte dos principais bancos centrais – e às reformas institucionais prometidas durante a crise da Covid-19 para evitar uma década perdida. Insta a reformas financeiras globais, políticas mais pragmáticas para combater a inflação, a desigualdade e o sobre-endividamento soberano, e uma supervisão mais forte dos principais mercados. O relatório propõe medidas para fazer com que a economia global avance na direção certa, através da utilização de uma combinação equilibrada de medidas fiscais, monetárias e do lado da oferta para alcançar a estabilidade financeira, impulsionar o investimento produtivo e criar melhores empregos.

O Relatório foi publicado 5 dias antes do início da reunião anual dos grupos do FMI e do Banco Mundial, que acontecerá em Marrakesh, de 9 a 15 de outubro. Sob o marco teórico *“focus on what it will take to end poverty on a livable planet”* - em tradução livre, “concentrar-se no que será necessário para acabar com a pobreza num planeta habitável” – muito se especula sobre as pautas e as resoluções propostas a partir do citado encontro, sendo esperado o anúncio de reformas e mudanças. Mas será que as mesmas serão capazes de pavimentar o rumo para um futuro sustentável num planeta habitável?

A partir do relatório, examinaremos algumas áreas citadas. O que a sociedade civil espera de uma reforma no sistema internacional e o que é necessário para - segundo a visão desses mesmos grupos da sociedade civil - reacender o desenvolvimento global. Desigualdade, Clima, Saúde - ainda que não diretamente mencionada no relatório, é subentendida - e Desenvolvimento.

Desigualdade

Publicado em junho do ano passado, o artigo *“The effects of IMF loan conditions on poverty in the developing world”* de Glen Biglaiser e Ronald J. McGauvran traz argumentos interessantes para fundamentar críticas às políticas de empréstimo e de “superação da pobreza” propostas pelo FMI e suas instituições.

Segundo o resumo, os autores propõem:

“Embora o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirme que a redução da pobreza é um dos seus objetivos, alguns estudos mostram que os países mutuários do FMI experimentam taxas mais elevadas de pobreza. Este artigo investiga os efeitos das condições de empréstimo do FMI sobre a pobreza. Usando uma amostra de 81 países em desenvolvimento de 1986 a 2016, encontramos que os acordos de empréstimo do FMI, que contêm reformas estruturais, contribuem para que mais pessoas fiquem presas no ciclo da pobreza, uma vez que as reformas envolvem mudanças profundas e abrangentes que tendem a aumentar o desemprego, diminuir as receitas do governo, aumentar custos de serviços básicos e reestruturar a arrecadação de impostos, pensões e programas de seguridade social. Por outro lado, observamos que os acordos de empréstimo que promovem reformas de estabilização têm menos impacto sobre os pobres porque os estados mutuários têm mais poder discricionário sobre os seus objetivos macroeconômicos. Além disso, desagregamos as reformas estruturais e identificamos as políticas específicas que aumentam a pobreza. Nossas descobertas são robustas para diferentes especificações e indicam como os acordos de empréstimo do FMI afetam a pobreza no mundo em desenvolvimento.”

Os autores também chamam a atenção para a importância de tais pesquisas - qualitativas, investigativas - para a abordagem política e construção de táticas anti-empobrecimento que realmente sejam eficazes.

“As nossas descobertas têm implicações para os tomadores de decisões políticas. Primeiro, com base em nossa amostra de países e anos, aproximadamente 1,28 bilhão de pessoas são categorizadas como empobrecidas em média ao ano, refletindo cerca de 32,7% dos casos. O grande número de pessoas pobres sugere a importância da investigação do FMI sobre a pobreza. Em segundo lugar, o fato de que nenhum trabalho empírico testou completamente a influência de todas as diferentes condicionalidades e seus acordos sobre a pobreza reforçam os benefícios da desagregação dos programas de fundos e mostram as consequências adversas das condições estruturais e o impacto limitado das políticas de estabilização. (...) Embora o FMI afirme que apoia a redução da pobreza (FMI, 2021), grande parte do trabalho de globalização sublinha os desafios enfrentados pelos pobres devido aos programas de mercado aberto (Ha 2012; Huber et al. 2006; Reuveny e Li 2003; Rudra 2002). Com base em estudos anteriores que indicam que as pressões internacionais prejudicam os pobres (por exemplo, Oberdabernig 2013), e que a estabilização e as reformas estruturais desempenham papéis variados (Reinsberg et al. 2019a, b), nossos resultados mostram como as pressões internacionais, conforme refletidas pelas condições do FMI, podem prejudicar os pobres, mas o que mais importa para enfrentar a pobreza é se os países iniciam reformas estruturais.”

Ao longo das 28 páginas, os 81 países em desenvolvimento são avaliados, assim como suas taxas de empobrecimento e desenvolvimento. Como conclusão, os autores defendem que:

“Em suma, os resultados parecem reforçar as nossas duas hipóteses. Primeiro, como previsto por Hipótese 1, descobrimos que as condições estruturais dos empréstimos tendem a aumentar as taxas de pobreza. Os países que operam sob quase todos os tipos de condições estruturais provavelmente registrarão taxas de pobreza mais elevadas. Em segundo lugar, como esperado pela Hipótese 2, as condições de “empréstimo de estabilização” (*stabilisation loan*) geralmente não estão significativamente relacionadas com a pobreza. Os resultados sugerem que há algo de especial nas condições dos empréstimos estruturais que contribuem para uma maior taxa de pobreza nos países mutuários.”

As conclusões ratificam as críticas que vêm sendo cunhadas contra as instituições em questão, questionando se as políticas anti-empobrecimento com base em empréstimos condicionados, reformas de mercado e abertura ao capital estrangeiro são realmente eficazes. Dentro disso também se soma o constante pedido pela revisão das dívidas geradas através desses mecanismos de crédito. Aparentemente, as políticas, além de serem falhas *per se*, também formam uma cascata de problemas sistêmicos que pioram ainda mais a situação do empobrecimento e criam estruturas que exploram e extrapolam - como o *the debt fossil fuel trap*, mencionado em Informes recentes - as diferenças econômicas entre países desenvolvidos e empobrecidos. O empobrecimento sistêmico, somado às condicionalidades de caráter neoliberal, levam à relativização de serviços públicos básicos, tanto pela sua identidade de direitos fundamentais - avessos ao neoliberalismo como política de Estado - quanto pela sua injusta análise como “serviços rentáveis ou não rentáveis”; com isso, temos a suspensão desses direitos através dos movimentos de privatização, como já vimos muitas vezes aqui.

A comercialização, a financeirização, a medida pelo lucro de sistemas de saúde, educação, transporte etc. Isso ecoa no artigo *“From privatization to health system strengthening: how different International Monetary Fund (IMF) and World Bank policies impact health in developing countries”* - em tradução livre, “Da privatização ao fortalecimento do sistema de saúde: como diferentes políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial impactam a saúde nos países em desenvolvimento” - de Sobhani, publicado em 2019.

“Constatações: A privatização dos serviços de saúde tornou-se comum em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Vários relatórios documentaram os efeitos negativos da privatização nos sistemas de saúde e nas populações vulneráveis. Os países que receberam empréstimos do BM para privatizar o seu sistema de segurança social, por exemplo, o México, tiveram mudanças drásticas nas condições de saúde. As organizações do setor público enfrentaram reduções orçamentais que levaram à erosão dos serviços de saúde, ao aumento das taxas de desemprego e à falta de seguros para as pessoas de baixa renda. As estratégias monetaristas do FMI no sentido de dar prioridade à contenção fiscal (baixos défices orçamentais) e à estabilidade de preços (baixa inflação) tiveram um impacto negativo nas pessoas de baixa renda e aumentaram a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde. As atuais políticas destas duas organizações que se centram no reforço dos sistemas de saúde (HSS), e especificamente na incorporação de programas verticais existentes nos sistemas de saúde, tiveram algumas críticas. Estes programas, embora muitos tenham sido bem-sucedidos, podem resultar em efeitos adversos não intencionais para o sistema de saúde e para as populações não visadas.”

What does it take to end poverty? A reforma das políticas de crédito do próprio FMI e do BM.

Saúde

Focando um pouco mais no tema da Saúde Pública, em relação às instituições financeiras:

Com a finalização do encontro do grupo do G20, ativistas da saúde apontaram falhas na Declaração de Delhi e apontam os “desafios de uma política pública global”. A Declaração “chega ao ponto de afirmar que iria ‘prosseguir modelos de desenvolvimento que implementem transições sustentáveis, inclusivas e justas a nível global, sem deixar ninguém para trás’, e menciona a reforma das Instituições Financeiras Internacionais.” Apesar de muito ‘emocionantes’, tais propostas já foram feitas antes e ficaram longe de serem cumpridas, o que desperta a descrença.

Três principais aspectos foram apontados por ativistas: Financiamento, Fortalecimento da Cooperação do Setor Farmacêutico e Organização dos Cuidados da Saúde.

Sobre o *Financiamento*, há o debate acerca da Determinação Social da Saúde e sua relação com a economia e com as possibilidades de realmente - sem reformas anti-empobrecimento - atender as demandas de financiamento para a saúde global. Reformas foram propostas, mas o aspecto mais importante é COMO e em QUAL nível - ou até que nível - essas reformas serão aplicadas.

“A declaração de saúde aplaude e reconhece “os esforços de financiamento feitos pelos membros da OMS, especialmente os países de baixo e médio rendimento, e saúda as decisões da 76ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) a este respeito”. Contudo, os ativistas da saúde alertaram que as decisões sobre o financiamento adotadas durante a última AMS poderiam facilmente revelar-se perigosas. Institucionalizam o “financiamento direcionado” (ou seja, entre outras coisas, financiamento do setor privado) através da criação de um Fórum de Investidores da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta medida irá restringir ainda mais a autonomia da OMS na decisão do âmbito do seu trabalho, embora tenha sido repetidamente provado que uma OMS independente e financiada de forma sustentável é uma das principais necessidades para alcançar uma governação equitativa da saúde global. Por outro lado, a declaração de saúde

do G20 apela a que pelo menos 50% do financiamento da OMS provenha de financiamento avaliado dos Estados-Membros, abrindo a porta a uma visão diferente da governança da saúde.”

Sobre o *Fortalecimento da Cooperação do Setor Farmacêutico*, são mencionadas “vacinas, diagnósticos e tecnologias” - pautas cada vez mais sensíveis e urgentes desde a emergência da pandemia de Covid-19 em 2020 - e como seria garantido o acesso aos mesmos, trazendo em especial a suspeita e descrença na efetividade sustentável e passível de mudança estrutural das parcerias público-privadas e seu conflito de interesses.

O último ponto levantado, a *Organização dos Cuidados da Saúde*, traz o debate sobre o UHC, a Cobertura Universal de Saúde, e seu paradoxo: teoricamente, unicamente pública e financiada como tal, na prática, normalmente envolvida com interesses privados e cobranças - solidificando a visão da saúde como mercadoria.

A tendência de parcerias público privadas - ou da privatização total - na área da saúde pode ser inicialmente vista com bons olhos: a saúde precisa de dinheiro e empresas privadas têm dinheiro. Porém, as PPP's e a privatização total de serviços públicos são comprovadamente danosas. Para mais além da comercialização da saúde e da inserção do lucro como medida da efetividade de um serviço que deveria ser pública, e não medido por lucros trimestrais, as parcerias são por si só falhas e não cumprem a promessa de ampliar e fortalecer a saúde, como mostra o *policy paper* “*Sick Development: How rich-country government and World Bank funding to for-profit private hospitals causes harm, and why it should be stopped*” de Anna Marriott publicado em Junho pela OXFAM.

“As instituições financeiras de desenvolvimento pertencentes aos governos europeus e ao Grupo Banco Mundial estão a gastar centenas de milhões de dólares em hospitais caros e com fins lucrativos no Sul Global, que impedem os pacientes de receberem cuidados, ou os levam à falência, com alguns até a prenderem pacientes que não podem pagar as suas contas.

No auge da pandemia da Covid-19, alguns destes mesmos hospitais negaram a entrada a pacientes portadores da enfermidade ou ‘venderam’ leitos de cuidados intensivos a preços exorbitantes ao licitante que pagasse mais. Estas instituições de desenvolvimento têm salvaguardas lamentavelmente inadequadas, investem através de uma rede complexa de intermediários financeiros que evitam impostos e oferecem pouca ou nenhuma evidência sobre os impactos que os seus investimentos estão a ter. A Oxfam apela aos governos dos países ricos e ao Grupo Banco Mundial para que parem imediatamente com os seus gastos em cuidados de saúde privados com fins lucrativos e para que seja realizada uma investigação independente urgente sobre todos os investimentos ativos e históricos.”

A consolidação da medida da saúde através do lucro prejudica o sistema como um todo. Infraestrutura, atendimento e profissionais. A insatisfação - e o *burnout* - dos profissionais da saúde é um evento há tempos discutido em nossos informes e está longe de ser resolvido - uma vez que suas causas e suas soluções envolvem reformas sistêmicas ainda longe de serem abertamente e firmemente discutidas. Greves gerais - envolvendo todos grupos de cuidados, como médicos, enfermeiros, trabalhadores de laboratórios, técnicos, fisioterapeutas, etc - estão acontecendo ao redor do mundo, marcando seu descontentamento com o atual gerenciamento e financiamento dos sistemas de saúde.

“Maior greve na área de saúde dos EUA' enquanto 75.000 trabalhadores da Kaiser Permanente abandonam o emprego

“Depois de três anos de pandemia de Covid-19 e de falta crônica de pessoal, os profissionais de saúde da Kaiser Permanente apelam à gestão para fornecer níveis seguros de pessoal”, observou a Coligação num comunicado enviado por e-mail.

Kaiser Permanente é um dos maiores sistemas de saúde integrados dos Estados Unidos, oferecendo seguro saúde, empregando cerca de 24 mil médicos e atendendo cerca de 13 milhões de membros em todo o país. Opera 682 ambulatórios médicos e 39 hospitais, segundo seu site. No início deste ano, a Kaiser adquiriu o sistema de saúde Geisinger e os seus 10 hospitais na Pensilvânia num negócio de 5 bilhões de dólares, sinalizando as suas ambições nacionais.

É também a mais recente de uma série de greves recentes de profissionais de saúde sustentadas pelo esgotamento pandêmico, incluindo uma paralisação de 3 dias em janeiro passado por mais de 7 mil enfermeiros registrados em Nova York. Cerca de 12,5% dos trabalhadores de saúde do país pertencem a um sindicato.”

Clima

O “planeta habitável” citado pelo FMI e pelo BM necessariamente passa pela construção de um novo relacionamento com o ecossistema, com a natureza e com a superexploração dos recursos finitos que a Terra tem a nos oferecer. A reavaliação de como lidamos com nosso planeta transpassa também a avaliação de como nos comportamos como sociedade, como coletivo humano, como nos relembra o Papa Francisco.

“Oito anos se passaram desde a publicação da segunda encíclica do Papa Francisco, conhecida como “Laudato si”, na qual Bergoglio analisa a interligação entre a crise ambiental da Terra e a crise social da humanidade. Foi a sua encíclica mais “ecológica” até agora.

Na quarta-feira, 4 de outubro, o Papa Francisco publicou uma nova exortação apostólica, que volta à crise climática. E recorda, novamente, o Cântico das Criaturas de São Francisco: no *Laudate Deum*³⁴, de fato, ele volta a falar do ‘planeta sofredor’. Em 6 capítulos e 73 parágrafos, Bergoglio completa o que já foi afirmado no texto anterior sobre ecologia integral. E ao mesmo tempo dá um alarme e um apelo à corresponsabilidade face à emergência das alterações climáticas, antes que seja tarde demais.”

Laudate deum: as grandes potências interessadas apenas no “lucro máximo”

As críticas ao ponto de vista do papa são amplas e não dizem apenas respeito à ação climática. O pontífice aponta o dedo ao nosso sistema de desenvolvimento econômico insustentável. Em que se busca a maximização do lucro, em vez da proteção do bem comum. “Infelizmente – observa Bergoglio com amargura – a crise climática não é realmente uma questão que interesse às grandes potências económicas, que estão antes preocupadas em obter o máximo lucro ao menor custo e no menor tempo possível”.

Aparentemente, o Papa Francisco enxerga com clareza o que as instituições financeiras internacionais ainda não são capazes de compreender - ou aceitar ou, ainda, o que essas mesmas instituições não têm interesse em reconhecer.

E como podemos, então, remendar nossa relação com a natureza e frear o desequilíbrio climático? Trabalhadores do mundo, uni-vos! Em artigo publicado pelo Tribune em Setembro, “We Need a Worker-led Fight Against Climate Change”, nos é mostrado algo bem óbvio,

³⁴ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html

entretanto, frequentemente olvidado: a transição para uma “economia verde” deve respeitar os direitos dos trabalhadores.

“Em última análise, as políticas que combatem as alterações climáticas devem ser implementadas no interesse das pessoas cujos meios de subsistência serão afetados por elas. A descarbonização irá impulsionar uma das mudanças económicas de maior alcance das próximas décadas, mas embora a desindustrialização tenha sido impulsionada à custa dos trabalhadores e das suas comunidades, desta vez, os interesses dos trabalhadores devem ser de suma importância. A oportunidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária é boa demais para ser desperdiçada.”

Desenvolvimento e as reformas necessárias para alcançá-lo

Declaração conjunta escrita por 43 organizações de direitos humanos e justiça econômica à luz do encontro do FMI e do BM - em muito similar a Contra Cúpula (ver na sequência)

Segurança Social para Todos: Pilar Fundamental para o Novo Contrato Eco-Social

“Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à seguridade social” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 22.º)

As crises em cascata – desde a pandemia ao conflito e ao colapso climático – estão a expor tensões sociais e o aprofundamento das fraturas decorrentes de uma abordagem económica que enfatizou o crescimento com pouca consideração pelos direitos humanos, a distribuição equitativa de recursos, ou o meio ambiente. A erosão dos serviços públicos, da segurança/proteção social, e dos direitos laborais, aumentaram a desigualdade e permitiram que uma pequena elite capturasse a grande maioria da população global e seus recursos, constituindo uma das ameaças mais prementes aos direitos humanos do nosso tempo. Corrigir o curso exige a transformação das economias, das políticas sociais, dos paradigmas de desenvolvimento e da arquitetura financeira internacional para permitir que os Estados cumpram as suas obrigações em matéria de direitos humanos. O FMI e o Banco Mundial, que deveriam desempenhar um papel fundamental na resposta a estas crises, teriam uma oportunidade crítica de contribuir para uma mudança transformadora, mas continuam com as mesmas políticas e práticas fracassadas.

A segurança social é um pilar fundamental dos direitos humanos, de uma economia sustentável e de uma sociedade justa. Reconhecido numa série de tratados internacionais juridicamente vinculativos, o direito é cumprido através de um conjunto de políticas e programas públicos, muitas vezes referidos coletivamente como proteção social, que garantem segurança de renda ao longo da vida das pessoas, como durante a infância, a velhice ou pelo menos períodos de maternidade, invalidez, doença, desemprego e outros acontecimentos da vida com maior risco de insegurança de renda. Os países geralmente financiam estes programas através de uma combinação de contribuições patronais e dos trabalhadores (seguridade social) e o orçamento geral (segurança social).

Existem duas questões críticas para o cumprimento do direito à segurança social: alcançar a cobertura universal e a garantia de benefícios adequados para permitir que todas as pessoas realizem os seus direitos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os órgãos de tratados de direitos humanos das Nações Unidas estabeleceram padrões internacionais para cobertura e adequação. A Recomendação nº 202 da OIT estabelece a proteção social com base na universalidade, enquanto o direito internacional dos direitos humanos garante uma

segurança social universal e adequada para todos. Sistemas públicos universais que forneçam apoio adequado a todas as pessoas que enfrentam estes acontecimentos de vida são mais eficazes para reduzir a desigualdade, promovendo o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a solidariedade, e contribuindo à capacidade de todas as pessoas realizarem os seus direitos económicos, sociais e culturais.

Contudo, a maioria dos governos continua a depender de programas de assistência social, que são principalmente sujeitos a condições de recursos ou *poverty-target* – ou seja, a elegibilidade baseia-se na renda, nos bens ou em outros indicadores estreitos de pobreza. A pesquisa mostrou que tais programas são propensos a elevadas taxas de erros, corrupção e desconfiança social. Ao nos concentrarmos apenas nas pessoas em situação de pobreza, ou mesmo em condições extremas de pobreza, excluímos grandes segmentos da população que podem não ser considerados pobres, mas estão longe de usufruir dos seus direitos. Tais programas também excluem muitos daqueles que pretendem alcançar.

Além disso, nos últimos anos, em alguns países, o direito à segurança social foi corroído por reformas inadequadas com impactos sociais negativos, resultando em menor cobertura e menos benefícios. Por exemplo, alguns países, muitas vezes com o apoio do Banco Mundial e do FMI, têm reduzido as contribuições dos empregadores para a segurança social ou cortado benefícios para a maioria do sistema público. Alguns países privatizaram os seguros sociais (por exemplo, pensões, seguros de saúde) em formas que exacerbaram a pobreza e a desigualdade, colocando em desvantagem as mulheres e os idosos, em particular.

Entre os atores internacionais do desenvolvimento, o Banco Mundial é o maior investidor em ações de proteção social. Em 2015, comprometeu-se a promover a proteção social universal, mas continua a direcionar a grande maioria dos seus gastos para redes de segurança estritamente direcionadas. O FMI continua a impor políticas de austeridade que impedem a capacidade dos governos de cumprir direitos, ao mesmo tempo que corrói a segurança social e incorpora programas especificamente direcionados para a pobreza para “mitigar” os reconhecidos impactos nocivos destas políticas.

O FMI e o Banco Mundial também influenciam os sistemas de proteção social de outras formas, nomeadamente através da sua abordagem em políticas de macroeconomia, bem como aconselhamento político que prejudica o seguro social público, incentiva a verificação de recursos e promove regimes de poupança individualizados, como pensões privadas.

Principais demandas

1. O Banco Mundial e o FMI devem comprometer-se imediatamente a apoiar os Estados a concretizar progressivamente o direito à segurança social. Isto envolve estabelecer ou fortalecer sistemas de proteção social universais, alinhados com os direitos por meio da obtenção progressiva de receitas, em vez de rearranjo de recursos ou cortes orçamentários, a começar pela estabelecimento de pisos de proteção social, em conformidade com a Recomendação 202 da OIT. Eles deveriam então apoiar um desenvolvimento progressivo de uma política social abrangente e universal de sistema de seguridade, construindo a partir dali. Isto implica em:

- Acesso a cuidados de saúde essenciais, incluindo cuidados de maternidade/paternidade; renda básica, segurança para as crianças, e para aqueles que não conseguem obter rendimentos suficientes e, em casos de doença, desemprego e deficiência; e pensões para idosos.

- Financiamento através de regimes de assistência social e de segurança social pública, que deve incluir trabalhadores informais e garantir a igualdade de acesso de todos aos seus direitos, em vez de confiar em modelos privatizados/individualizados;

- Onde os Estados precisem de tempo para estabelecer sistemas universais abrangentes, eles não devem confiar na verificação de recursos, mas apoiar imediatamente a criação de um sistema universal e implantar progressivamente os benefícios, aumentando o mais rápido possível os tipos de benefícios e o valor.

2. O Banco Mundial deve parar imediatamente de desenvolver qualquer novo programa de combate à pobreza e eliminar gradualmente os existentes, substituindo-os por programas universais. Deve, além disso, reforçar uma distribuição justa de recursos, acoplando a segurança social universal com reformas fiscais que reduzam a desigualdade. Durante a eliminação progressiva dos atuais programas de combate à pobreza, deveria:

- Comprometer-se e divulgar avaliações completas e independentes de programas direcionados à pobreza, incluindo seus critérios de tomada de decisão e como eles são implementados.

- Utilizar metodologias diferentes da análise de incidência de benefícios para avaliar a pobreza, a eficácia da segmentação e o impacto nos direitos humanos, como inclusão/exclusão e análises de percepção e auditorias algorítmicas para preconceito, discriminação e erro quando relevante.

3. O FMI deve apoiar sistemas de seguridade social equitativos e sustentáveis, de acordo com os padrões internacionais, inclusive garantindo o adequado emprego, contribuições dos empregadores e benefícios de segurança social adequados para garantir a segurança de renda.

4. O FMI deve parar de condicionar os empréstimos a medidas de austeridade e de promover a austeridade como uma prioridade política para os governos. Deverá garantir que qualquer aumento de despesa num setor, por exemplo na seguridade social, não ocorra às custas de outros direitos, e não deve promover a introdução de testes de recursos nos direitos dos programas universais existentes. Especificamente, deve redesenhar os pisos de gastos sociais para:

- desagregá-los por setor;
- promover consistentemente serviços de seguridade social universal e a seguridade pública universal de qualidade
- garantir que os gastos com saúde, educação e seguridade social cumpram, em um nível mínimo, benchmarks internacionais como percentagem do PIB e orçamento nacionais; e
- substituir “pisos”, que são revisados *ad hoc* em cada revisão, por “metas” a serem alcançadas até o final do programa, e um plano desenvolvido desde o início para alcançar benchmarks específicos em cada revisão.”

A Contra Cúpula - Abaixo assinado

Em continuação com o Informe de número 16, traduzimos abaixo o documento de chamada para a Contra Cúpula organizada em resposta às reuniões eminentes do Banco Mundial e do FMI.

“A duas semanas do início da contra-cimeira das reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI em Marraqueche, estamos na reta final para a organização deste grande evento ativista. É o culminar de um processo internacional coletivo e inclusivo lançado em janeiro de 2023. Seis assembleias plenárias internacionais online pontuaram os preparativos democráticos para este encontro global. Foi elaborado e aprovado recurso conjunto. Foi criado um site multilíngue. Foram realizadas numerosas reuniões preparatórias, principalmente na África Subsaariana, na região árabe em geral e em Marrocos em particular. O programa de atividades foi elaborado em conjunto.

Mais de 70 organizações e uma dúzia de redes internacionais inscreveram-se em workshops e estão totalmente mobilizadas para garantir o sucesso da contra-cimeira.

Na África e na região Árabe, a mobilização é ainda maior, com mais de uma centena de delegados de países como Palestina, Iraque, Tunísia, Egito, África Ocidental, África Central, África Oriental e África do Sul, que confirmaram a sua participação presencialmente e estão informando outros sobre a importância desta contra-cimeira.

A contra-cimeira terá início no dia 12 de outubro, data da chegada ao Caribe de Cristóvão Colombo e da sua expedição, que abriu caminho à conquista, pilhagem e exploração do continente “americano” pelo imperialismo europeu a partir de 1492. A contra-cimeira terminará no dia 15 de outubro, data do assassinato de Thomas Sankara, Presidente do Burkina Faso, que liderou a luta pelo não pagamento das dívidas ilegítimas e pela unidade dos povos de África e do mundo.

Com uma marcha popular de abertura, 4 conferências plenárias e 60 workshops dos 84 inscritos à partida, queremos que a nossa contra-cimeira seja uma oportunidade de aprendizagem coletiva orientada para a ação. É uma oportunidade única para trocar experiências de luta e reunir ações militantes contra os ditames das multinacionais, das potências imperialistas e das instituições financeiras, incluindo o BM e o FMI.

Depois de uma conferência de abertura, a 12 de outubro, que se centrará no papel do Banco Mundial e do FMI no agravamento da injustiça social e climática, das desigualdades ligadas ao poder do neocolonialismo e da exploração da classe trabalhadora, o programa de workshops do dia 13 de outubro concentrar-se-á na análise para compreender o nosso mundo hoje, com as suas crises multidimensionais e interligadas (social, alimentar, econômica, sanitária, ecológica, migratória, bélica e democrática). O programa para 14 de outubro centrar-se-á em alternativas e mobilização.

A contra-cimeira será também uma oportunidade para denunciar o autoritarismo e a escalada da repressão levada a cabo por vários governos, particularmente na região árabe e no Marrocos, e para apelar à libertação imediata de todos os presos políticos.

Apesar dos desafios organizacionais, que foram exacerbados pelo terrível terremoto que atingiu a região de Marrakech e que afetou principalmente comunidades há muito marginalizadas pelo regime, o coletivo nacional da contra cimeira e a equipa organizadora estão determinados a fazer todo o possível para garantir o sucesso deste magnífico encontro internacional.

Os temas a serem discutidos incluem

- A dívida como ferramenta do colonialismo financeiro: como o Norte global continua a dominar o Sul com a cumplicidade das classes dominantes locais

- Norte de África e Médio Oriente: onde está o processo revolucionário lançado em 2011?
- Notícias da *Françafrique*: combate ao imperialismo e regimes opressivos
- Estados e fronteiras na Europa, mulheres e fronteiras no mundo
- Palestina em 2023: um regresso às raízes do conflito?
- A crise democrática, o novo autoritarismo e as contra-estratégias de emancipação
- Qual é o papel da China hoje?
- De Norte a Sul, uma história de movimentos de dívida: abolição das dívidas ilegítimas denunciadas por Thomas Sankara, Fidel Castro etc.
- Militarização global: a face oculta do regime económico capitalista
- O estado do movimento
- Os instrumentos de dominação económica
- Desaprendendo o eurocentrismo

O segundo dia focará nas alternativas e nos nossos slogans de mobilização:

- “Plan de sortie de crise”, medidas de emergência etc. Que programa e como chegar lá?
- Respostas feministas à dívida
- Discussão estratégica, troca de informações sobre mobilização na COP28 e além
- Papéis e oportunidades para os movimentos sociais em África
- Existe vida sem o FMI e o Banco Mundial. Com o que os substituir?
- Pela justiça fiscal e pelo fim da evasão fiscal
- Como podem os movimentos sociais do Norte e do Sul agir em sinergia para responder à nova situação geopolítica?

Ainda dá tempo de assinar o apelo internacional:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfmD7lMpymBNiShA63PNfp1GorsSYH7VVNSPrpChRQC9wFITQ/viewform>

Para entrar em contacto conosco, escreva para: imfwbmarrakech@gmail.com

Venha se juntar a nós em Marrakech.”

Voices do Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul

Voices of the Global South: UNOSSC – G-77 – NAM – South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *UNOSSC's work as a platform to promote South-South and triangular Cooperation continues and they highlighted a UNESCO project that uses South-South Cooperation to support the production and dissemination of educational resources for schools and students in francophone Sub-Saharan Africa. It also participated in the launch of the "Data Policy Network" promoted by UNOSSC, UNDP and the German Agency for International Cooperation (GIZ) aiming of using data sources to develop evidence-based policies to implement the SDGs. During the UNGA's regular sessions, the G-77 and China participated in the 5th committee, which discussed the allocation of financial resources, highlighting the multifaceted effects of the crisis and the challenges imposed on developing countries, as well as the commitments made and not implemented, in the 2nd committee and discussed social development in the 3rd committee. At the 54th session of the Human Rights Council, the Non-Aligned Youth Movement issued a statement focusing on the rights of children and indigenous peoples, gender equality, the work of international human rights bodies, and youth engagement in climate action. The South Centre highlighted a meeting between President Lula and the President of the South Centre's Board of Directors to discuss the Centre's future. They also took part in a side event at the Human Rights Council's 54th session on the benefits of scientific progress and the realization of economic, social, and cultural rights, presenting challenges and opportunities for developing countries.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: O UNOSSC segue com seu trabalho de divulgação, sendo uma plataforma de promoção da Cooperação Sul-Sul e triangular e destacou um projeto da UNESCO que utiliza a Cooperação Sul-Sul para apoiar a produção e disseminação de recursos educacionais para escolas e estudantes na África Subsaariana de língua francesa. Participou também do lançamento da "Rede de Políticas" promovido pelo UNOSSC, PNUD e Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) com o objetivo de aproveitar fontes de dados para a elaboração de políticas baseadas em evidências para dar seguimento aos ODS. Nas sessões regulares da AGNU, o G-77 e a China participaram, nestas duas últimas semanas, do 5º comitê discutindo a alocação de recursos financeiros, ressaltaram os efeitos multidimensionais da crise e dos desafios impostos aos países em desenvolvimento assim como os compromissos assumidos e não implementados, no 2º comitê e discutiram o desenvolvimento social no 3º comitê. O Movimento Jovem dos não-alinhados fez uma declaração na 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, centrada nos direitos das crianças e dos povos indígenas, na paridade de gênero, no trabalho dos organismos internacionais de direitos humanos e no envolvimento jovem nas ações climáticas. Já o Centro Sul destacou o encontro entre o Presidente Lula e o Presidente do Conselho do Centro-Sul para discutir o futuro do Centro. E também participaram de um evento paralelo durante a 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos sobre os benefícios do progresso científico e realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, apresentando desafios e sugerindo oportunidades para os países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC entre 27 de setembro e 09 de outubro de 2023

South-South Galaxy



06 de outubro de 2024 - Desenvolvendo um ambiente alfabetizado para estudantes na África Subsaariana de língua francesa

Boas práticas Sul-Sul com um projeto da UNESCO utiliza a Cooperação Sul-Sul para apoiar a produção e disseminação de recursos educacionais para escolas e estudantes na África Subsaariana de língua francesa (Twitter @UNOSSC 1, 2023).

<https://twitter.com/UNOSSC>

Relacionado com o ODS 4, o objetivo da Educação para Todos na África Subsaariana vem crescendo significativamente desde 2000 com maior acesso à escola para mais pessoas. No entanto, ainda existem muitos desafios para melhorar a qualidade da educação e o ODS 4 para 2030 e garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos.

Nenhum país da África Subsaariana de língua francesa atingiu ainda o objetivo de ter um livro escolar para cada criança do ensino fundamental e essa escassez é mais acentuada no ensino médio. Além disso, a pandemia do Covid-19 favoreceu o crescimento do ensino à distância e a utilização de recursos digitais para garantir a continuidade da aprendizagem, o que é sempre mais desafiante para países menos desenvolvidos.

[Saiba mais.](#)

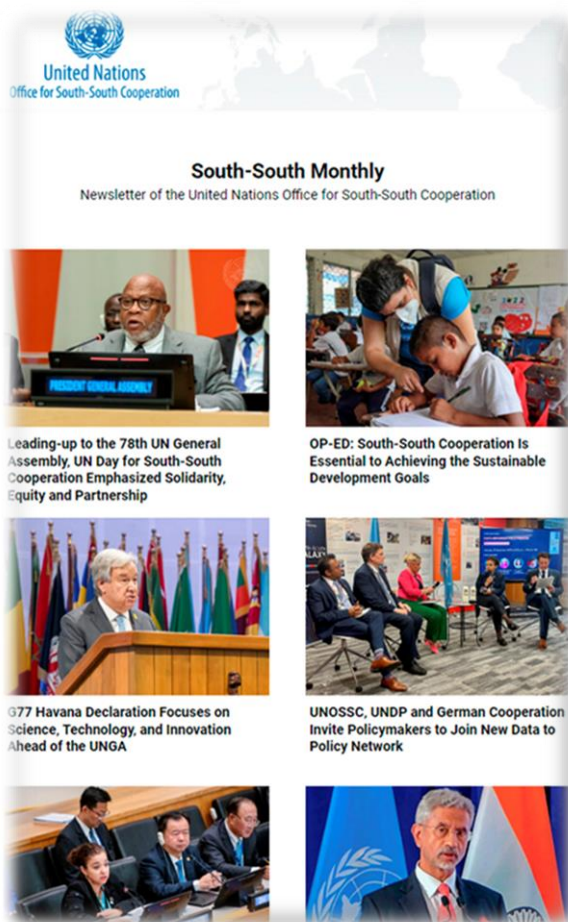


<https://twitter.com/UNOSSC>

06 de outubro de 2023 - No dia 18 de setembro, houve o lançamento da “Rede de Políticas (*Data to Policy Network*)” promovido pelo UNOSSC, PNUD e Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ).

A Rede de Políticas é uma comunidade global de decisores políticos de diversos setores. Funciona como um centro virtual onde os decisores políticos se reúnem para compartilhar conhecimentos, buscar oportunidades de aprendizagem e promover a colaboração, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular.

Neste dia houve um painel de discussão intitulado “Elaboração de políticas baseadas em dados: um catalisador para os ODS” em que se discutiu a integração de novas fontes de dados e a tomada de decisões baseadas em dados por parte dos governos e em colaboração com o setor privado e o sistema da ONU e como podem ser um catalisador para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, inclusive através de Cooperação Sul-Sul e Triangular (South-South Galaxy, 2023).



[Acesse o informativo aqui](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba e durante a 47ª Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo realizada em 22 de setembro de 2023, a **República de Uganda foi eleita para exercer a presidência pro tempore do Grupo em 2024**

Destaques do G-77



<https://twitter.com/cubag77>

02 de outubro de 2023 - Cuba apresenta resultados da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G-77 + China na Plenária do G-77 na UNESCO (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

A Embaixadora Yahima Esquivel apresentou os resultados da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G-77 + China, realizada em Havana nos dias 15 e 16 de setembro de 2023.

A Embaixadora enfatizou o sucesso da Cúpula em que os países do Sul discutiram seus problemas e as formas de lidar com as devastadoras consequências da injusta ordem econômica internacional em vigor. Além disso, abordou os principais temas da Declaração de Havana sobre "Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação". Esta declaração resume os principais problemas discutidos e as medidas práticas acordadas e serve como um guia de ação para o G77 e a China.

Os países membros do G-77 do capítulo da UNESCO reconheceram os interesses e prioridades do Sul. Concordaram na importância de dar seguimento aos temas contidos na Declaração adotada, através de ações concretas nas áreas de competência da UNESCO.

A Cúpula de Havana foi um evento necessário que permitiu estabelecer um compromisso com a expansão da cooperação Sul-Sul e reafirmou a necessidade de uma reforma urgente e profunda da arquitetura financeira internacional, que permita o acesso equitativo aos financiamentos necessários para alcançar os ODS.

Para rever a Declaração de Havana, [clique aqui](#).



<https://twitter.com/cubag77>

02 de outubro de 2023 – Durante reunião ordinária da AGNU78, Cuba discutiu a escala de contribuições para a alocação de despesas das Nações Unidas e sobre a organização do trabalho do 5º Comitê (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.



<https://twitter.com/cubag77>

02 de outubro de 2023 -- Declaração de Cuba, em nome do G-77 e da China, durante o Debate Geral do 2º Comitê.

O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.

Aproveitando a oportunidade para parabenizar os demais membros do Comitê, o representante do G-77 começou dizendo que o mundo continua sofrendo com os efeitos de uma crise multidimensional que impõe desafios particulares

aos países em desenvolvimento.

Após um ano de longos debates, preparação e intensas negociações em eventos internacionais de grande visibilidade, abordando uma multiplicidade de desafios de desenvolvimento, tanto dentro quanto fora da ONU, fica claro para o G-77 e a China que o que foi discutido nesses cenários multilaterais está longe de ser refletido em ações concretas, para as quais enfrenta-se ainda a crise de implementação.

Os compromissos assumidos e que estabelecemos em diversos documentos intergovernamentais nas áreas econômica, climática, comercial e financeira ainda não foram implementados.

Ciente dos fatores que contribuíram para essa situação, ele disse que a chamada fadiga do desenvolvimento dos países doadores desenvolvidos e a subsequente falta de vontade política para implementar grandes acordos internacionais que precederam a pandemia de Covid-19, os efeitos cumulativos da pandemia, as tensões geopolíticas e o aprofundamento da

crise climática, entre outros, têm sobrecarregado a capacidade de resposta dos países em desenvolvimento e do próprio sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

A crescente inflação, insegurança alimentar, dívidas insustentáveis, interrupções nas cadeias de suprimentos, flutuações cambiais, altos custos de empréstimos e medidas coercitivas unilaterais que não estão de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas são exemplos dos crescentes problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento atualmente, o que torna ainda mais difícil a implementação de compromissos.

As tentativas de abordar essas questões têm permanecido apenas na superfície.

Destacou que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é um imperativo central da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável e enfatizou a necessidade de abordar essa questão para realmente não deixar ninguém para trás, focando especialmente nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis.

As nações em desenvolvimento, como os principais interessados no sistema das Nações Unidas, propuseram soluções em diferentes cenários.

Primeiramente, a reforma da arquitetura financeira internacional, incluindo a reforma da governança das instituições financeiras internacionais e dos bancos multilaterais de desenvolvimento, em particular o FMI e o Banco Mundial, para fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento.

Há uma necessidade urgente de expandir imediatamente o financiamento concessional por meio dos bancos multilaterais de desenvolvimento e dos bancos regionais de desenvolvimento para todos os países em desenvolvimento, reduzir o custo de empréstimos para os países em desenvolvimento e alocar novos Direitos Especiais de Saque (SDRs), seja por meio de alocação geral ou realocação de SDR não utilizados.

Destacou a necessidade de uma revisão abrangente da política de sobretaxa do FMI que deve considerar a suspensão das sobretaxas para apoiar os países com graves restrições no balanço de pagamentos, uma redução permanente significativa nas sobretaxas ou sua eliminação.

Reiterou o apoio do Grupo à proposta do Secretário-Geral de um "estímulo aos ODS" e às ideias e propostas contidas em seu documento de política sobre a reforma da arquitetura financeira internacional.

Em segundo lugar, os países desenvolvidos devem renovar seus compromissos com as metas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). Os países desenvolvidos devem implementar integralmente seus compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento, incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para a assistência oficial ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento e de 0,15% a 0,20% aos países menos desenvolvidos.

Reforçou a necessidade de promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, não discriminatório, aberto, inclusivo, equitativo e transparente, incluindo a resolução de questões de negociação pendentes, como o comércio agrícola, e trabalhar para a necessária reforma da OMC, fortalecendo o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento como um princípio multilateral, e garantindo a transferência de tecnologia para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Necessário eliminar imediatamente todas as leis e regulamentos com efeitos extraterritoriais e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas unilaterais, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento que minam os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e no direito internacional e representam uma séria ameaça à liberdade de comércio e investimento.

Lembrou da necessidade de ampliar o investimento em infraestrutura digital, conectividade, educação, capacitação em habilidades e fortalecimento de capacidades para garantir que os países em desenvolvimento possam aproveitar melhor a economia digital.

Continuou dizendo que os países desenvolvidos devem aumentar significativamente a provisão e mobilização de financiamento climático, especialmente para adaptação, resiliência e perdas e danos. É vergonhoso que, até agora, os países desenvolvidos não tenham cumprido seu compromisso de fornecer US\$ 100 bilhões por ano até 2020 em financiamento climático e dobrar pelo menos o financiamento climático para adaptação. Não se pode esquecer que os países em desenvolvimento estão sendo solicitados a fazer mais sacrifícios, quando trilhões de dólares de dinheiro público estão sendo desviados para alimentar o complexo militar industrial nos países desenvolvidos.

Insistiram para que os países desenvolvidos cumpram seus novos compromissos financeiros na agenda da biodiversidade. Podem mobilizar recursos por meio do Fundo Global para a Biodiversidade, recentemente estabelecido sob o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Suas contribuições devem ser proporcionais às necessidades financeiras para implementar o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal.

Considerando a crescente necessidade financeira para cumprir os compromissos climáticos e de biodiversidade e reconhecendo que é fundamental liberar o espaço fiscal dos países em desenvolvimento para permitir que eles invistam no desenvolvimento sustentável, solicitaram a ampliação do uso de trocas de dívida para o clima e a natureza com uma abordagem multilateral, padronizando e facilitando o uso desses mecanismos, ao mesmo tempo em que se adotam medidas para evitar rebaixamentos pelas agências de classificação de crédito.

Mais uma vez, o G-77 e a China trouxeram para a mesa de discussão a questão da divisão digital e que as tecnologias digitais devem ajudar a reduzir a lacuna de desenvolvimento. Os países em desenvolvimento devem ter acesso preferencial a tecnologias modernas e digitais e serem envolvidos em todos os processos de tomada de decisão. Além disso, a cooperação digital continua sendo essencial para todos os países em desenvolvimento. Tecnologias alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser transferidas ou disponibilizadas prontamente para os países em desenvolvimento.

Trouxe também a Cúpula em Havana para discutir os atuais desafios de desenvolvimento e, em particular, o papel da ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de expandir ainda mais a cooperação Sul-Sul e elaborar como construir juntos para enfrentar os desafios comuns (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 3, 2023).



Declaração de Cuba em nome do G-77 e da China na discussão geral sobre “Desenvolvimento Social” no 3º Comitê da AGNU78

O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

<https://twitter.com/cubag77>

Alcançar o desenvolvimento social, como parte dos esforços para o desenvolvimento sustentável, é uma prioridade para G-77 e a China. O Grupo reitera que os compromissos e objetivos da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social de 1995 e da Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social continuam válidos. Nesse sentido, o Grupo observa a proposta de realizar uma cúpula social mundial em 2025, que deve ser discutida e acordada pelos Estados-Membros, incluindo suas modalidades, título, objetivos, escopo e possíveis resultados, que devem ter, fundamentalmente, uma abordagem de desenvolvimento social.

Num mundo cada vez mais desigual, o Grupo acredita que o foco dos esforços multilaterais deve ser em como abordar diferentes formas de desigualdades, dentro e entre países, para erradicar a pobreza e não deixar ninguém para trás, conforme prometido pela Agenda 2030.

Durante a última sessão deste Comitê, foi solicitado ao Secretário-Geral um relatório sobre a "Implementação do resultado da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e da 24ª sessão especial da Assembleia Geral", com um foco particular no aumento das taxas de extrema pobreza, insegurança alimentar, falta de acesso à educação de qualidade e à energia, e desemprego ao redor do mundo. O Grupo toma nota da avaliação e recomendações contidas no relatório, incluindo uma visão geral das discussões realizadas pela Comissão para o Desenvolvimento Social durante sua 61ª sessão.

O Grupo está convencido de que, para alcançar o desenvolvimento social, devem prevalecer o multilateralismo, a cooperação internacional e a solidariedade. As desigualdades estruturais da ordem econômica internacional atual e do sistema financeiro continuam a ter um peso significativo nas capacidades dos países em desenvolvimento de avançar ainda mais nessa área. Uma reforma profunda da arquitetura financeira internacional e das instituições é urgente e há muito tempo esperada, se houver um verdadeiro compromisso em avançar nos esforços de desenvolvimento social e econômico em todo o mundo.

O Grupo acredita que a cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente a cooperação Norte-Sul, continua sendo um catalisador para alcançar os objetivos de desenvolvimento social. Os países em desenvolvimento precisam de mais apoio financeiro. O cumprimento dos compromissos de ODA deve ser garantido. A comunidade internacional e os parceiros de desenvolvimento têm um papel fundamental a desempenhar na colaboração e apoio aos países em desenvolvimento na implementação de sua agenda de desenvolvimento social, incluindo esforços para o crescimento inclusivo e sustentável, erradicação da pobreza, fome e desnutrição, redução das desigualdades e melhoria do bem-estar de todos.

O Grupo reitera que a cooperação Sul-Sul é um complemento, e não um substituto, para a cooperação Norte-Sul. Existem muitos bons exemplos de cooperação Sul-Sul, incluindo no desenvolvimento social, e essas experiências devem ser fortalecidas. No entanto, isso não isenta

os países desenvolvidos de suas responsabilidades históricas, enraizadas em séculos de desigualdades, colonialismo e comércio injusto.

O Grupo destaca que muitos países em desenvolvimento não serão capazes de avançar em seus esforços de desenvolvimento social enquanto enfrentarem medidas coercitivas unilaterais, que têm um impacto direto e negativo no bem-estar de suas populações e não contribui para o desenvolvimento econômico e social.

O Grupo reconhece a contribuição essencial das pessoas idosas para nossas sociedades e para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reitera que a comunidade internacional, e particularmente os países em desenvolvimento, devem se preparar para responder melhor aos desafios decorrentes do envelhecimento das populações.

Com esse objetivo, o Grupo solicita a plena realização de todos os direitos humanos de todas as pessoas idosas, por meio da integração do envelhecimento nas estratégias de desenvolvimento sustentável.

O Grupo também reforça que pessoas com necessidades especiais devem ter prioridade na cooperação internacional para o desenvolvimento inclusivo, no contexto da Agenda 2030 (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 3, 2023).

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Como mencionado anteriormente neste informe, em 2024, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA quando for realizada a 3ª Cúpula do Sul em Kampala.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

06 de outubro de 2023 – O Movimento Jovem dos não-Alinhados recebeu a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Estado do Qatar



<https://twitter.com/namyouthorg>

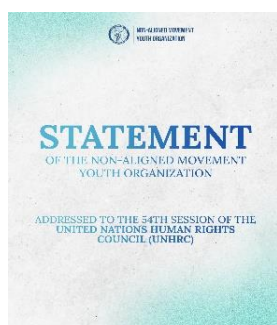
Com a presença do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Sr. Yalchin Rafiyev, o Movimento Jovem dos não-Alinhados recebeu o Ministro de Relações Exteriores do Qatar, Soltan bin Saad Al-Muraikhi em que discutiram o papel dos jovens como plataforma intercultural. O Ministro de Relações Exteriores do Qatar destacou o envolvimento, a diplomacia e o desenvolvimento dos jovens como fatores fundamentais para os jovens do MNA em todo o mundo (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1, 2023).

05 de outubro de 2023 – Declaração do Movimento Jovem dos não-Alinhados durante a 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Lembrando que a 54ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos da ONU que foi realizada entre 11 de setembro e 13 de outubro considerou o direito dos povos indígenas e das pessoas de ascendência africana, as represálias, detenções arbitrárias, racismo sistêmico, desaparecimentos forçados, água e saneamento entre outros temas.

A declaração do Movimento Jovem dos não-Alinhado concentrou-se na promoção dos direitos das crianças e dos povos indígenas, na paridade de gênero, no trabalho dos organismos internacionais de direitos humanos e no envolvimento jovem nas ações climáticas. À luz do impacto prejudicial das medidas coercivas unilaterais, particularmente na realização do direito ao desenvolvimento, o NAMYO também apelou aos Estados-membros para que se abstenham de impor tais medidas.

Íntegra da Declaração



<https://twitter.com/namyouthorg>

Guiado pelos Princípios de Bandung,

Expressa apreço pelos objetivos e princípios fundamentais delineados na Carta das Nações Unidas, que sublinha a importância da colaboração internacional na abordagem de questões globais de natureza econômica, social, cultural e humanitária, bem como na promoção e endosso do respeito igual pelos direitos humanos e pelos princípios básicos liberdades para todos, independentemente de raça, gênero, idioma ou religião;

Ressalta o papel fundamental dos organismos internacionais de direitos humanos, incluindo o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas e dos seus mecanismos, na contribuição para garantir a paridade de gênero através da integração de iniciativas e práticas destinadas a estabelecer uma participação equilibrada de gênero na tomada de decisões como um elemento-chave na cultura organizacional;

Reconhece o papel fundamental desempenhado pelos Estados, pelas organizações intergovernamentais e pelas ONGs no apoio à universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação destes direitos fundamentais, promovendo um quadro interligado que exige uma ação coletiva no sentido da inclusão e da diversidade;

Manifesta o seu compromisso inabalável na defesa dos direitos dos jovens no contexto dos desafios globais, reconhecendo a importância de capacitar os jovens para participarem na tomada de decisões ambientais globais, o que promoveria o diálogo intergeracional e contribuições equitativas para políticas, quadros e iniciativas que abordam alterações climáticas e preocupações ambientais;

Recorda a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, que afirma que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável de todos os povos que têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, em que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados;

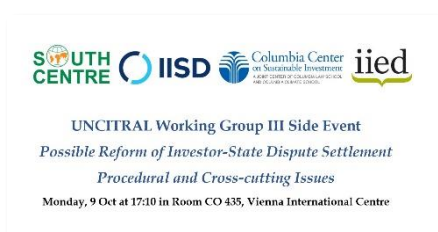
Recorda a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989, que defende os direitos das crianças de serem livres de violência física e mental, de exploração, de proteção contra a discriminação, de oferta de uma educação inclusiva e adequada, incluindo o acesso à os mais altos padrões de saúde alcançáveis (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2, 2023).

Centro Sul (South Centre)

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente sobre uma ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, género e a quarta revolução industrial.

O centro Sul colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



https://twitter.com/South_Centre

09 de outubro de 2023 – O Centro Sul, em associação com o Centro Columbia do Centro de Investimento Sustentável (CCSI_Columbia) e o Direito e Política Econômica do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, organizaram um evento, durante o *Grupo de Trabalho da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL)* para países em desenvolvimento sobre possíveis questões

processuais reforma das e transversais de resolução de litígios entre investidores e Estado (ISDS), em Viena (Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023).

05 de outubro de 2023 – Representante do Centro Sul falou em evento paralelo durante a *54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* sobre “Benefícios do progresso científico e realização dos direitos econômicos, sociais e culturais”, apresentando desafios e oportunidades para os países em desenvolvimento na realização da Artigo 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O artigo 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais aborda o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e das suas aplicações. Reconhece a importância dos avanços científicos e tecnológicos para a melhoria da sociedade e sublinha a

necessidade de garantir a igualdade de acesso a estes benefícios (Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023).

05 de outubro de 2023 – O direito humano à ciência: da fragmentação à implementação abrangente?

O Centro Sul destacou este trabalho de pesquisa ressaltando que em uma época em que o papel da ciência na sociedade é mais debatido do que nunca e sendo um tema polarizado, politizado e parcial; qual é o papel do direito humano à ciência e das abordagens baseadas nos direitos? Neste trabalho de pesquisa discute-se que o direito à ciência continua a ser mal compreendido e negligenciado tanto em nível nacional quanto global dos direitos humanos. Neste sentido, defender o direito à ciência é indiscutivelmente fundamental para resolver os principais desafios de sustentabilidade dos nossos tempos, desde as alterações climáticas e a crise da biodiversidade até à saúde global e às pandemias.

A pandemia global da Covid-19 revelou desigualdades globais persistentes, especialmente em como a privatização da ciência e os atuais regimes de propriedade intelectual dificultam respostas justas e equitativas para o acesso à ciência e aos seus benefícios. Isso significa que é necessário mudar a abordagem anterior que se concentrava em um único assunto para tratar o direito à ciência como um conjunto de direitos humanos em várias arenas. Assim, é possível combater a fragmentação e as tendências únicas no direito à ciência (Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023).

Para ler a pesquisa, [clique aqui](#).



04 de outubro de 2023 - O Centro Sul comemora os esforços do governo colombiano para fazer uso governamental de uma patente para promover o acesso aos tratamentos do HIV, ao aplicar uma flexibilidade fundamental do acordo TRIPS (Twitter South Centre @South_Centre. 4, 2023).

https://twitter.com/South_h_Centre

Para ler a declaração, [clique aqui](#).



https://twitter.com/South_Centre

02 de outubro de 2023 - Na presença do Presidente do Conselho, SE. Thabo Mbeki, o Centro Sul assinou um memorando de entendimento com o Clube de Pequim para o Diálogo Internacional, para melhorar a parceria e colaboração numa ampla gama de questões de grande interesse para os países em desenvolvimento (Twitter South Centre @South_Centre. 5, 2023).



30 de setembro de 2023 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Thabo Mbeki, antigo Presidente da África do Sul e Presidente do Conselho do Centro-Sul, discutiram recentemente o futuro do Centro (Twitter South Centre @South_Centre. 6, 2023)

https://twitter.com/South_Centre

Referências

Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em:

https://twitter.com/galaxy_south/status/1710365701720961102. Acesso em 08 out 2023

South-South Galaxy. Data to Policy Network. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southsouth-galaxy.org/data-to-policy-network>. Acesso em 08 out 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1708991910868590806>. Acesso em 08 out 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1708989931371024785>. Acesso em 08 out 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 3. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1708954197121434000>. Acesso em 09 out 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 4. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1708914371991060919>. Acesso em 09 out 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/namyouthorg/status/1710341504311386135>. Acesso em 06 out 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/namyouthorg/status/1709991584568050052>. Acesso em 06 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1709929996574470573. Acesso em 08 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1709868374941917385. Acesso em 08 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1709868370932228408. Acesso em 08 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 4, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1709615426559266948. Acesso em 08 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 5, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1708854093882486787. Acesso em 08 out 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 6, 2023. Disponível em:

https://twitter.com/South_Centre/status/1707315406665310597. Acesso em 08 out 2023

Índia desacelera sua atuação na presidência do G20 enquanto Brasil avança. Esforços do G7 na regulamentação de Inteligência Artificial. OCDE e sua busca rumo ao crescimento

India reduces its performance as G20 Presidency while Brazil moves ahead. G7 efforts in the Artificial Intelligence regulation. OECD and its search for growth

***Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstracts:

G20: *The G20's official agenda remains at a slow pace after the conclusion of the main meetings. As for Brazil, the country continues its efforts to take over the presidency of the bloc in December. In this regard, some information has been released to the press about the budget forecast and meeting venues.*

Keywords: *G20; Brazil*

G7: *In the age of information and the development of generative artificial intelligence, the G7 ministers are preparing to better manage the risks of the internet. The British Prime Minister Rishi Sunak speaks to the leaders of the G7, NATO, Poland and Romania about the war in Ukraine.*

Keywords: *Artificial Intelligence; G7; Ukraine.*

OCDE: *The OECD's highlights include the release of periodic publications on economic analysis of structural policy reforms and regional outlook, the end of negotiations on a legal instrument related to Pillar Two and an update on global inflation measurement.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Resumos

G20: A agenda oficial do G20 segue em ritmo desacelerado após a conclusão das principais reuniões. Em relação ao Brasil, o país continua a se organizar para assumir a presidência do bloco em dezembro. Nesse sentido, algumas informações foram divulgadas na imprensa sobre a previsão orçamentária e locais de reuniões.

Palavras-chave: G20; Brasil

G7: Na era da informação e desenvolvimento da inteligência artificial generativa, os ministros do G7 se preparam para melhor gerenciar os riscos da internet. O primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, falou aos líderes do G7, OTAN, Polônia e Romênia, sobre a guerra da Ucrânia.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; G7; Ucrânia.

OCDE: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação de publicações periódicas sobre análises econômicas de reformas de políticas estruturais e de panorama regional, o fim de negociações sobre instrumento legal relacionado ao Pilar Dois e atualização do monitoramento de inflação mundial.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

G20 da Índia desacelera progressivamente sua atuação enquanto Brasil avança nos preparativos para assumir a presidência do bloco

Após a realização das principais reuniões ao longo do ano, a agenda oficial do G20 segue em ritmo desacelerado. O principal acontecimento da quinzena é a Cúpula do P20, que acontecerá dias 13 e 14 de outubro na capital indiana³⁵. O P20 é o grupo de engajamento que reúne os líderes parlamentares dos países membros na intenção de promover uma plataforma de diálogo sobre boas práticas e questões de importância global. Em coletiva de imprensa, Om Birla, representante do Lok Sabha, o parlamento da Índia, informou que além dos membros que compõem o bloco, participarão do fórum organizações internacionais e dez países convidados. Com a inclusão da União Africana (UA) no G20 ainda nesta gestão, o encontro também contará com a presença inédita do líder do parlamento Pan-Africano, o órgão legislativo da UA.

Apesar das crescentes tensões entre Índia e Canadá, Ottawa confirmou sua participação no evento. Desde que o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, alegou em declaração a ligação da Índia com o assassinato do líder separatista do movimento Khalistan, Hardeep Singh Nijjar, a relação entre os países tem passado por momentos complicados e ambos chegaram a expulsar diplomatas de seus territórios³⁶. O movimento Khalistan tem como objetivo criar uma pátria para os chamados Sikhs, estabelecendo um Estado soberano chamado Khalistan na região indiana de Punjab. As ausências, então, ficarão a cargo apenas da Alemanha e Argentina que informaram que não comparecerão ao encontro por motivos internos³⁷.

O evento será dividido em quatro sessões de alto nível para discutir como os parlamentos podem efetivamente promover os objetivos do P20 nos temas: (i) aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), (ii) transição energética sustentável, (iii) desenvolvimento liderado por mulheres e (iv) transformação do cotidiano por meio de plataformas digitais públicas. É esperado que ao fim do encontro, seja produzida uma declaração conjunta instando os governos do G20 a fornecer soluções para os principais desafios globais baseados em princípios de igualdade, inclusão e paz. De maneira complementar, na véspera do encontro, será organizado um evento paralelo sobre LiFE (*lifestyle for environment*), a iniciativa lançada pelo primeiro-ministro indiano que visa abordar o desenvolvimento

³⁵ Prime Minister to inaugurate 9th G20 Parliamentary Speakers' Summit (P-20) in New Delhi on 13th October. **G20**. 06 out. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/october-2023/pm-inaugurates-p20/>. Acesso em: 08 out. 2023.

³⁶ Who was Hardeep Singh Nijjar whose killing triggered India-Canada tensions?. **Aljazeera**. 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/19/india-canada-row-who-was-hardeep-singh-nijjar-what-is-khalistan-movement>. Acesso em: 08 out. 2023.

³⁷ Canada to attend G20 Parliament Speakers' Summit; Germany, Argentina will skip. **The Hindustan Times**. 06 out. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/canada-to-attend-g20-parliament-speakers-summit-germany-argentina-will-skip-101696593278637.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

sustentável por meio de um estilo de vida ambientalmente consciente pautado na ideia de “reduzir, reutilizar e reciclar”.

Posto isso, para o Brasil, a quinzena também não trouxe grandes novidades. Em relação aos preparativos para assumir a presidência do bloco, foram realizadas no dia 05 de outubro duas audiências públicas para a contratação de serviços logísticos para as reuniões no Brasil³⁸. O projeto das contratações será coordenado pela Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, que desempenha a atribuição de coordenador nacional de organização e logística do G20. O secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, embaixador Maurício Carvalho Lyrio, que esteve presente nas audiências, afirmou que a parceria com o MGI é fundamental para o sucesso das reuniões: “dada a magnitude de organizar uma presidência do G20, que compreende um período de um ano, com cerca de 104 reuniões, temos a necessidade de juntar esforços por toda a Esplanada”.

Como relatamos no informe passado, com base nas informações divulgadas pelo diplomata Felipe Hees nos Seminários Avançados do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz³⁹, é esperado que, pela perspectiva orçamentária, o governo brasileiro atue em direção a um G20 mais austero e pragmático. Não só menos reuniões dos Grupos de Trabalho serão realizadas, como também, optou-se por conduzir alguns encontros de forma virtual e em número reduzido de cidades. Para cobrir parte dos gastos relacionados à gestão brasileira do bloco, foi estimado um valor inicial de R\$300 milhões. Segundo a revista Valor Econômico, fontes do governo envolvidas na organização informaram que esses recursos seriam direcionados a partir de licitações dos ministérios envolvidos na organização do evento e a verba viria do orçamento já existente nessas pastas⁴⁰.

Tal valor apresenta uma grande diferença em relação à gestão da Índia, conhecida por promover um G20 opulento em termos da quantidade de reuniões executadas e do número de localidades abrangidas – mais de 60 cidades sediaram eventos do bloco. De acordo com o ministro indiano da União, Meenakshi Lekhi, para cobrir as despesas de organização dos eventos, segurança e melhorias em infraestrutura, a previsão orçamentária foi de 9,9 bilhões de rúpias, o que equivale a quase R\$600 milhões, sendo que, apenas em Nova Délhi, foi estimado um gasto de mais de \$2 bilhões de rúpias. Em comparação com outras presidências, o orçamento do Brasil também se mantém discreto, a Alemanha, em 2017, teve um gasto de R\$383 milhões, enquanto a Argentina, em 2018, desembolsou R\$585 milhões.

Por fim, outro desdobramento que vale ser mencionado, foi a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar o fórum do Startup20 em abril de 2024⁴¹. Como grupo de engajamento,

³⁸ Gestão debate em audiência pública contratação de serviços logísticos para as reuniões do G20. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. 06 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/gestao-debate-em-audiencia-publica-contratacao-de-servicos-logisticos-para-as-reunioes-do-g20>. Acesso em: 08 out. 2023.

³⁹ 193 - Seminários CRIS 2023 - As Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil. Vídeo Saúde Distribuidora Fiocruz. 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oMG0mzdXtuY>. Acesso em: 24 set. 2023.

⁴⁰ Brasil estima R\$ 300 milhões em gastos para parte dos eventos do G20 em 2024. **Valor Econômico**. 10 set. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/10/brasil-estima-r-300-milhes-em-gastos-para-parte-dos-eventos-do-g20-em-2024.ghtml>. Acesso em: 08 out. 2023.

⁴¹ Cidade do Rio sediará Startup20, fórum de tecnologia e inovação ligado ao G20. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 07 out. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/casa-civil/cidade-do-rio-sediara-startup20-forum-de-tecnologia-e-inovacao-ligado-ao-g20/>. Acesso em: 08 out. 2023.

o Startup20 atua como articulador dos diálogos sobre tecnologia, inovação e empreendedorismo com o objetivo de levar conclusões sobre esses assuntos para o G20. De acordo com Ingrid Barth, presidente da Associação Brasileira de *Startups* (ABStartups), a presidência brasileira do bloco traz grandes oportunidades para o setor de pequenas e médias empresas e *startups*. Além disso, para a capital fluminense, a presença do evento pode funcionar como um catalisador para o mercado de inovação local, ao impulsionar e fomentar a captação de investimentos que podem alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico da região – é o que diz Alexandre Vermeulen, presidente da Invest.Rio. A programação no Rio, por sua vez, contará com painéis sobre inovação e empreendedorismo e também com visitas técnicas a *hubs* de inovação, universidades e centros de pesquisa. Para além do encontro na capital, serão realizadas outras duas reuniões do grupo, sendo a primeira em um dos estados da Amazônia e a última em São Paulo.

G7 - Novos esforços para regulamentar a Inteligência Artificial.

Na última quinzena, no âmbito do G7, houve poucas atualizações. O primeiro-ministro Fumio Kishida planeja para essa semana, em uma conferência patrocinada pelas Nações Unidas, em Kyoto, anunciar que o grupo elaborará um código de conduta para desenvolvedores de Inteligência Artificial (IA). As nações se encontrarão no Fórum de Governança da Internet para discutir os grandes desafios, dentre eles, (i) estratégias de combate à desinformação e (ii) regulamentação da IA generativa. O objetivo é que o código de conduta possa abranger tanto as funções do sistema, como seus riscos e ameaças em potencial à sociedade, a fim de garantir a transparência da tecnologia. Um exemplo bem prático seria a exigência de uma marca d'água digital que permitiria às pessoas diferenciarem uma fotografia ou qualquer conteúdo visual gerado por IA. Segundo Kishida, "o desenvolvimento e a promoção de tecnologias para verificar e identificar o originador das informações promoverão efetivamente a disseminação de informações confiáveis". Espera-se que Kishida apresente novas tecnologias no encontro, como o *Originator Profile*, que insere identificadores eletrônicos em dados distribuídos. No fim de outubro, o ministro deve divulgar novas medidas econômicas, que incluem questões como processamento de dados e recursos computacionais⁴².

Também nessa quinzena, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, falou aos líderes do G7, OTAN, Polônia e Romênia, sobre a guerra da Ucrânia, numa reunião convocada pelo presidente Biden. Na oportunidade, Sunak destacou a assistência militar, humanitária e econômica que o Reino Unido está prestando à Ucrânia e enfatizou que esse apoio continuará pelo tempo que for necessário. Foi entendimento comum entre os líderes do G7 que as perdas russas na batalha e o fortalecimento da aliança das nações do G7 no apoio à Ucrânia evidenciam um erro de cálculo dos russos ao entrar no conflito. Ainda, o primeiro-ministro abordou a decisão da Rússia em sair da Iniciativa de Grãos do Mar Negro, ação promovida pela ONU e Turquia em um acordo firmado com a Rússia e Ucrânia, para reintroduzir exportações vitais de alimentos e fertilizantes dos dois países em guerra para o resto do mundo⁴³. É uma iniciativa de suma importância, tendo em vista que cerca de 1/3 do carregamento é diretamente levado a

⁴² Kishida to Reveal G7 Plan on Guidelines for Generative AI Developers. THE JAPAN NEWS. 2023. Disponível em: <<https://japannews.yomiuri.co.jp/politics/politics-government/20231008-141848/>>. Acesso em: 08/10/2023.

⁴³ PM call with leaders of the G7, NATO, Poland and Romania: 3 October 2023. GOV.UK. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/pm-call-with-leaders-of-the-g7-nato-poland-and-romania-3-october-2023>>. Acesso em: 08/10/2023.

países de baixa renda⁴⁴. Por fim, Sunak deu destaque à importância de os países trabalharem em conjunto na retirada dos grãos ucranianos do país, um dos maiores exportadores na matéria do mundo, com a infraestrutura de exportação debilitada devido à guerra.

OCDE e a busca pelo caminho para o crescimento

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou o mês de outubro de 2023 com a publicação da mais recente versão de seu relatório bienal de análise sobre a evolução das políticas estruturais nos países da OCDE e outros países, o *“Going for Growth 2023”*⁴⁵. Com os últimos anos sendo fortemente marcados por choques e crises internacionais – como a pandemia e o conflito russo-ucraniano – as quais transformaram profundamente sociedades e economias, somados às fragilidades observadas em previsões e expectativas para o futuro econômico global, a nova edição do estudo busca apontar que há ainda oportunidades para governos realizarem reformas de políticas estruturais necessárias para um crescimento forte e sustentável, bem como, para tornar suas economias mais competitivas, inovadoras e resilientes a médio e longo prazo⁴⁶.

O documento publicado, assim, se preocupa em aconselhar sobre as prioridades de políticas estruturais específicas de cada país a fim de fortalecer os fundamentos do crescimento e preparar o caminho para transições ecológicas e digitais bem-sucedidas. Ademais, são identificadas quatro pilares principais de políticas gerais para todos e que se reforçam entre si em um conjunto chave para a mudança positiva considerando o cenário próximo: (i) o aprimoramento da concepção de programas de apoio social e econômico; (ii) o aumento do crescimento potencial por meio da remoção de obstáculos à utilização eficaz de recursos e no incentivo para a inclusão produtiva especialmente de mulheres; (iii) a garantia de um progresso mais rápido em direção à descarbonização e o alinhamento aos objetivos climáticos mundiais; e (iv) a recomendação da transformação digital como um impulsionador do crescimento da produtividade.

Além disso, é interessante destacar que a análise apresentada sobre o Brasil repercutiu brevemente na imprensa brasileira⁴⁷, que ressaltou elementos tais como: (i) a identificação da prevalência de alta taxa de pobreza no país, mesmo com o aumento de transferência de recursos para famílias de baixa renda e a ampliação da esfera de cobertura de programas sociais, (ii) a problemática do alto nível de informalidade do mercado de trabalho, (iii) questões relacionadas ao investimento público e qualidade da educação básica aquém do padrão estipulado pela OCDE e (iv) a preocupação com barreiras à concorrência de profissões regulamentadas.

⁴⁴ O que é e por que é importante a Iniciativa Grãos do Mar Negro. UN. 2023. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801531>>. Acesso em: 08/10/2023.

⁴⁵ OCDE. Economic Policy Reforms 2023: Going for Growth. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://doi.org/10.1787/9953de23-en>

⁴⁶ OCDE. Recent shocks are an opportunity to undertake the structural policy reforms needed to improve medium and long term economic outcomes. OECD [Internet]. 2023 Oct 03 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/recent-shocks-are-an-opportunity-to-undertake-the-structural-policy-reforms-needed-to-improve-medium-and-long-term-economic-outcomes.htm>

⁴⁷ Estadão Conteúdo. OCDE vê Brasil com desigualdade ainda elevada, mesmo com mais transferência de renda. UOL Economia [Internet]. 2023 Oct 03 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/10/03/ocde-ve-brasil-com-desigualdade-ainda-elevada-mesmo-com-mais-transferencia-de-renda.htm>

Na esteira de tal discussão, outro destaque da organização internacional se refere a publicação de seu estudo *“Regional Outlook 2023: The Longstanding Geography of Inequalities”*⁴⁸. Em sua sexta edição, o projeto buscou, em seu último estudo, analisar e fornecer novos apontamentos sobre a evolução das desigualdades entre as regiões da OCDE em várias dimensões nos últimos vinte anos (incluindo temas de empregabilidade até mudanças climáticas), produzindo um panorama geral, com a identificação de mudanças e padrões e explicitando também os custos sociais e econômicos de tais desigualdades regionais com, inclusive, a apresentação de uma previsão para o ano de 2045⁴⁹.

O relatório culmina, portanto, na recomendação de uma série de políticas que visam a ajudar no estímulo ao crescimento nas regiões mais defasadas e na manutenção da prosperidade de regiões mais dinâmicas, sendo elas: (i) a garantia do acesso aos principais serviços públicos e à infraestrutura, por exemplo, melhorando o acesso a serviços próximos de onde as pessoas vivem, inclusive, por meio de serviços digitalizados, e atraindo e retendo profissionais qualificados do serviço público; (ii) o aumento da produtividade e a competitividade com, por exemplo, o apoio à integração das regiões nas cadeias globais de valor, investindo em transporte e infraestrutura digital e apoiando cidades de pequeno e médio porte; (iii) a promoção do aprimoramento de certas habilidades e oportunidades de emprego nos mercados de trabalho regionais, fornecendo serviços flexíveis de treinamento, educação e emprego, criando ecossistemas empresariais regionais e desenvolvendo a economia social; (iv) a aprimoração na qualidade dos sistemas de governança em vários níveis, como, por exemplo, esclarecendo as responsabilidades atribuídas aos governos subnacionais e fornecendo políticas e serviços nas escalas “certas”; e (v) o fortalecimento da capacidade em nível nacional e subnacional, por exemplo, investindo na capacidade fiscal subnacional e desenvolvendo a capacidade estratégica e administrativa.

Paralelamente, a OCDE informou ainda no período da quinzena a conclusão do processo de negociações do grupo *“Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting”* (BEPS), uma colaboração entre a OCDE e o G20, sobre o instrumento multilateral que protegerá o direito dos países em desenvolvimento de garantir que as empresas paguem um nível mínimo de imposto sobre uma vasta gama de pagamentos transfronteiriços intragrupo, inclusive para serviços⁵⁰. Assim, foi possível observar o progresso na nova Convenção Multilateral para Facilitar a Implementação do Segundo Pilar Sujeito à Regra Tributária⁵¹, um instrumento legal da organização apresentado na Declaração Final (*Outcome Statement*, em inglês) em julho de 2023⁵² e que, tal como o seu nome implica, visa assistir no processo de plena implementação e

⁴⁸ OCDE. OECD Regional Outlook 2023: The Longstanding Geography of Inequalities. Paris: OECD Publishing, 2023. Available from: <https://doi.org/10.1787/92cd40a0-en>

⁴⁹ OCDE. Tailored policies and institutional frameworks are needed to address persistent disparities between regions. OECD [Internet]. 2023 Oct 02 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/tailored-policies-and-institutional-frameworks-are-needed-to-address-persistent-disparities-between-regions.htm>

⁵⁰ OCDE. International community adopts multilateral convention to facilitate implementation of the global minimum tax Subject to Tax Rule. OECD [Internet]. 2023 Oct 03 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/international-community-adopts-multilateral-convention-to-facilitate-implementation-of-the-global-minimum-tax-subject-to-tax-rule.htm>

⁵¹ OCDE. OCDE/LEGAL/0499 de 01 Outubro de 2023. Multilateral Convention to Facilitate the Implementation of the Pillar Two Subject to Tax Rule. 2023 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0499>

⁵² Conforme relatado no informe 12 de 2023 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz, a política dos dois pilares tem como seu objetivo principal assistir ao enfrentamento dos desafios decorrentes da

adaptação do Segundo Pilar da iniciativa “Solução de Dois Pilares” para os países, que consiste em:

- Regras Globais de Combate à Erosão da Base Tributária (GloBE): (i) uma Regra de Inclusão de Renda (IIR), que impõe um imposto complementar sobre uma entidade controladora com relação à renda reduzidamente tributada de uma entidade constituinte; e (ii) uma Regra de Pagamento de Tributação Reduzida (UTPR), que rejeita deduções ou exige um ajuste equivalente na medida em que a receita tributária de forma reduzida de uma entidade constituinte não está sujeita a impostos conforme à IIR; e

- Regra de Sujeição à Tributação (STTR), que permite que as jurisdições da fonte imponham tributação na fonte de forma limitada sobre certos pagamentos de partes relacionadas sujeitas a tributos abaixo de uma alíquota mínima. A regra STTR será creditada como um tributo coberto pelas regras GloBE.

Segundo o Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann, a adoção de tal instrumento multilateral reflete o quanto a comunidade internacional está trabalhando em conjunto de forma produtiva e positiva para oferecer soluções para os países em desenvolvimento e que a abertura do mesmo para assinatura de partes interessadas marca mais um avanço em direção à implementação do imposto mínimo do Pilar Dois, bem como um importante passo para a estabilização do sistema tributário internacional e torná-lo mais justo e funcional.

Por fim, a organização ainda divulgou a atualização referente ao mês de agosto de 2023 do estudo e acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)⁵³. O resultado de suas medições indica que, com a desaceleração do declínio dos preços de energia, a inflação geral da OCDE subiu para 6,4% durante o período após os 5,9% registrados no mês anterior. E tal cenário apresentado se relaciona com o artigo recém-lançado pela OCDE “*The uneven impact of high inflation*”, que aborda sobre o impacto desigual de altas inflacionárias em uma escala micro/cotidiana na região europeia e de como certos perfis sociais e grupos sofrem de maiores estresses em seu bem-estar causados pela situação econômica⁵⁴.

digitalização da economia. Para informações mais detalhadas, consulte <https://www.oecd.org/tax/beps/declaracao-sobre-uma-solucao-de-dois-pilares-para-enfrentar-os-desafios-fiscais-decorrentes-da-digitalizacao-da-economia-8-outubro-2021.pdf>

⁵³ OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 3 October 2023. OECD [Internet]. 2023 Oct 03 [cited 2023 Oct 06]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-3-october-2023.htm>

⁵⁴ Caisl J, Hermida L, Levy H, Menyhért B. The uneven impact of high inflation. OECD Papers on Well-being and Inequalities [Internet]. 2023 [cited 2023 Oct 06];18. Available from: <https://doi.org/10.1787/59e2b8ae-en>

A aspiração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU

Brazil's aspiration in the UN Security Council

Claudia Hoirisch

Abstract: *Brazil assumed the presidency of the United Nations Security Council (UNSC) amid the country's intense campaign to reform it. The Brazilian delegation in New York prioritized meetings with groups of countries involved in articulations to reform the SC, such as the G4, formed by the main candidates for the permanent seat, India, Japan, Germany (and Brazil) and the L69, composed of developing countries that agree with the need for changes in the main structure of the UN. Brazilian diplomats also prioritized bilateral meetings with Council member countries, such as Russia and the USA, to emphasize their interest in reform. In these meetings, Brazil extracted from its partners the commitment to work together towards the reform. In the same vein, Brazil managed to formalize the support of the BRICS countries for the reform of the body by including a paragraph on the topic, which is mentioned by name in the recent declaration in Johannesburg, South Africa, this year. The Brazilian government's objective is to seal the country's entry into the Security Council by the end of President Lula's term, in 2026. If some experts have the perception that the US has been more favourable to a change in the system to show flexibility in relation to the topic and avoid being seen as a country that does not give in to the Global South; others believe that Washington is not willing to reform the system because they are satisfied with the UN the way it is, as they enjoy enormous power as supporters of the organization, control much of its agenda and guarantee a large number of north americans in the technical and administrative staff. Brazil is in a more comfortable position than its G4 colleagues, as its candidacy would not be blocked by any permanent member of the UN Security Council. Furthermore, it has all the diplomatic credentials and is one of the countries most likely to take up a seat on the Council. In any case, Brazil should not accept its entry into the Council in the "without veto power" category with the promise of receiving future concessions, under penalty of falling into a new trap. When the UN was formed in 1945, they also promised entry of Brazil in the Security Council "in the future". But that "future" may never come.*

Keywords: *United Nations Security Council. Reform of the Security Council. BRICS. Johannesburg Declaration.*

Resumo: O Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas em meio à intensa campanha do país para reformá-lo. A delegação brasileira em Nova York priorizou encontros com grupos de países envolvidos nas articulações pela reforma, como o G4, formado pelos principais candidatos à cadeira permanente, Índia, Japão, Alemanha (e Brasil) e o L69, composto por países em desenvolvimento que concordam com a necessidade de mudanças na principal estrutura da ONU. Os diplomatas brasileiros também priorizaram reuniões bilaterais com países-membros do Conselho, como Rússia e EUA, para enfatizar seu interesse na reforma. Nessas reuniões, o Brasil extraiu de seus parceiros o compromisso de trabalho conjunto em prol da reforma. Nesse mesmo diapasão, o Brasil conseguiu formalizar o apoio dos países do BRICS à reforma do órgão ao incluir um parágrafo sobre o tema, no qual é citado nominalmente na recente declaração de Chefes de Estado do grupo em Joanesburgo, na África do Sul neste ano. O objetivo do governo brasileiro é selar a entrada do país no Conselho de Segurança até o fim do mandato do presidente Lula, em 2026. Se alguns especialistas têm a percepção que os EUA

têm se mostrado mais favoráveis a uma mudança no sistema para mostrar flexibilidade em relação ao tema e evitar de serem vistos como um país que não cede ao Sul Global; outros acreditam que Washington não está disposta a reformar o sistema porque estão satisfeitos com a ONU da maneira que ela é, já que gozam de enorme poder como mantenedores da organização, controlam boa parte de sua pauta e garantem um grande número de norte-americanos nos quadros técnicos e administrativos. O Brasil está em uma posição mais confortável do que seus colegas de G4, já que não teria sua candidatura bloqueada por nenhum membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Ademais, possui todas as credenciais diplomáticas e é um dos países mais cotados para assumir uma cadeira no Conselho. De qualquer modo, o Brasil não deveria aceitar sua entrada no Conselho na categoria “sem poder de veto” com a promessa de receber concessões futuras, sob pena de cair em uma nova armadilha. Isso porque na formação da ONU em 1945 também prometeram a entrada do Brasil no Conselho de Segurança “no futuro”. Mas esse “futuro” poderá nunca chegar.

Palavras-chave: Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reforma do Conselho de Segurança. BRICS. Declaração de Joanesburgo.

Rússia e China vem apoiando a entrada do Brasil no Conselho de Segurança

O Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no dia 1 de outubro, em meio à intensa campanha do país para reformá-lo. Segundo o Itamaraty⁵⁵, a conjuntura atual é a mais propícia para a concretização do objetivo brasileiro de se tornar membro permanente do principal órgão decisório da ONU.

Durante a abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o presidente Lula e o chanceler Mauro Vieira priorizaram a reforma do Conselho de Segurança durante as reuniões em que o Brasil participou. No discurso de abertura da AGNU, Lula disse que o Conselho vem perdendo credibilidade e sua paralisia é a prova da urgência de reformá-lo, conferindo-lhe maior representatividade e eficácia.

A delegação brasileira em Nova York também privilegiou encontros com grupos de países envolvidos nas articulações pela reforma, como o G4 (formado pelos principais candidatos à cadeira permanente – Índia, Japão, Alemanha e o próprio Brasil) e o L69 (países em desenvolvimento que concordam com a necessidade de mudanças na principal estrutura da ONU). Os diplomatas brasileiros também favoreceram reuniões bilaterais com países-membros do conselho, como Rússia e EUA, para enfatizar seu interesse na reforma. Nessas reuniões, o Brasil extraiu de seus parceiros o compromisso de trabalho conjunto em prol da reforma.

O Brasil também conseguiu formalizar o apoio dos países do BRICS à reforma do órgão ao incluir um parágrafo sobre o tema, no qual é citado nominalmente na recente declaração de Chefes de Estado do grupo em Joanesburgo, na África do Sul neste ano.

O objetivo do governo brasileiro é garantir a entrada do Brasil no Conselho de Segurança até o fim do mandato do presidente Lula, em 2026.

O otimismo do Itamaraty em relação a uma reforma que muitos consideram irrealista se dá principalmente pela recente mudança da posição dos EUA em relação ao tema. Alguns

⁵⁵ <https://sputniknewsbr.com.br/20230914/brasil-precisa-das-nacoes-unidas-brics-e-mais-eficiente-que-assembleia-geral-da-onu-diz-analista--30313954.html>

especialistas têm a percepção que os EUA têm se mostrado mais favoráveis a uma mudança no sistema para mostrar certa flexibilidade em relação ao tema e evitar de serem vistos como um país que não cede ao Sul Global. Outros acreditam que Washington não está disposta a reformar o sistema porque os EUA estão satisfeitos com a ONU da maneira que ela é, já que gozam de enorme poder como mantenedores da organização, controlam boa parte de sua pauta e garantem um grande número de norte-americanos nos quadros técnicos e administrativos.

Desde os anos 2000, os EUA têm feito oposição à reforma do Conselho, em contraste com China e Rússia⁵⁶, que são favoráveis às mudanças. Pequim, contudo, se opõe a alguns candidatos em particular, Índia e Japão.

Nesse sentido, o Brasil está em uma posição mais confortável do que seus colegas de G4, já que não teria sua candidatura bloqueada por nenhum membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil tem todas as credenciais diplomáticas e é um dos países mais cotados para assumir uma cadeira no Conselho; não ingressou no conselho porque a reforma não saiu do papel.

Adesão sem poder de veto?

Os cinco membros originários do Conselho, Rússia, EUA, China, França e Reino Unido, podem vetar qualquer decisão do grupo de forma unilateral. O Brasil tem uma postura internacional avessa ao bloqueio de debates e dificilmente usaria o poder de veto em alguma questão consensual, mas para driblar a oposição à reforma do Conselho de Segurança o Brasil já declarou estar disposto a aderir sem o poder de veto.

O acordo em debate incluiria a entrada de novos membros sem poder de veto, com uma garantia de que o tema fosse discutido no futuro. Contudo, o Brasil não deveria aceitar a entrada sem poder de veto com a promessa de receber concessões futuras, sob pena de cair em uma nova armadilha. Isso porque na formação da ONU (1945) também prometeram a entrada do Brasil no Conselho de Segurança no futuro e agora é oferecido uma cadeira sem poder de veto, prometendo uma discussão sobre o veto em breve, mas o “em breve” poderá nunca chegar.

Vale a pena o Brasil ingressar no CSNU?

Mas será que vale a pena o Brasil investir grande capital diplomático para entrar no conselho de uma organização que já não tem relevância geopolítica?

A ONU já perdeu relevância e está com o processo decisório emperrado. A sua capacidade de ser um fórum para estabelecimento de metas conjuntas também está sendo questionada pelo insucesso da Agenda 2023, que já sabemos que não será cumprida. Durante a Covid-19, tampouco vimos a ONU criando mecanismos eficientes de combate à pandemia.

Portanto, a diplomacia brasileira teria mais a ganhar investindo na consolidação do BRICS estendido como uma alternativa à ONU.⁵⁷

⁵⁶ <https://sputniknewsbr.com.br/20230923/ocidente-ainda-se-considera-superior-ao-resto-da-humanidade-leia-na-integra-discurso-de-lavrov-30460419.html>

⁵⁷ <https://sputniknewsbr.com.br/20230925/era-da-revanche-russia-china-e-india-lideram-mudanca-da-ordem-internacional-diz-midia-europeia--30473344.html>

Seria interessante para o Brasil entrar no Conselho, mas do jeito que a ONU tem trabalhado ultimamente, vemos que a participação no BRICS é mais efetiva no trato de vários temas da agenda internacional.

Sem pressão, a reforma da ONU nunca sairá do papel. Temos o direito e dever de pressionar por uma reforma, nos articulando com países que concordam com a posição brasileira.

FMI estimula a adesão de mais países ao BRICS

O Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁸ declarou que apoia e encoraja a entrada de novos países ao BRICS⁵⁹. Para a organização, o desenvolvimento e a expansão da cooperação internacional, o aprofundamento dos vínculos comerciais e de investimento de grupos de países como o BRICS é algo que o FMI encoraja para que haja fortalecimento dos negócios/transações e diminuição dos custos com investimentos.

Um estudo recente⁶⁰ mostrou que os impactos negativos da valorização do dólar dos EUA afetam as economias dos mercados emergentes numa extensão muito maior do que as economias avançadas. Nas economias dos mercados emergentes, uma valorização de 10% do dólar americano, ligada às forças do mercado financeiro global, reduz a produção econômica em 1,9% após um ano e este fenômeno tende a persistir por 2,5 anos. Em contrapartida, os efeitos negativos nas economias avançadas são consideravelmente menores: atingem um pico de 0,6% após um trimestre e praticamente dissipam-se após um ano⁶¹.

O estudo mostra que uma valorização de 10% do dólar americano está associada a um declínio nos saldos da balança corrente global de 0,4% do PIB global após um ano⁶². O declínio nos saldos globais denota uma contração geral do comércio quando os preços são determinados pela moeda dominante e é facilitado pela contração dos saldos comerciais de mercadorias devido à queda dos preços das mercadorias que historicamente acompanharam as apreciações do dólar americano⁶³.

O FMI já vinha alertando que as medidas coercitivas impostas à Rússia pelos países ocidentais, incluindo restrições ao banco central russo, poderiam incentivar o surgimento de pequenos blocos monetários⁶⁴.

Os países do BRICS que vêm apresentando mais interesse na pauta de desdolarização são o Brasil e a Rússia. Lula colocou a questão em nível internacional no começo do terceiro mandato, na cerimônia de posse de Dilma Rousseff como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, ao questionar “por que todos os países são obrigados a comercializar com lastro em dólar?”.

⁵⁸ O objetivo da Organização consiste em disponibilizar empréstimos e ajuda financeira aos países-membros para evitar agravamentos decorrentes de potenciais adversidades econômicas e sociais.

⁵⁹ <https://sputniknewsbr.com.br/20230928/fmi-declara-apoio-a-expansao-do-brics-30556727.html>

⁶⁰ <https://www.nber.org/papers/w31004>

⁶¹ <https://www.imf.org/es/Blogs/Articles/2023/07/19/emerging-market-economies-bear-the-brunt-of-a-stronger-dollar>

⁶² A magnitude da redução é economicamente significativa, uma vez que a média dos saldos mundiais nas últimas duas décadas foi de aproximadamente 3,5% do PIB mundial.

⁶³ <https://www.imf.org/es/Blogs/Articles/2023/07/19/emerging-market-economies-bear-the-brunt-of-a-stronger-dollar>

⁶⁴ <https://exame.com/geral/fmi-sancoes-dominio-dolar/>

Mercosul acena à ASEAN enquanto esbarra com a UE

Mercosur mira hacia la ASEAN mientras choca con la UE

Samia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo

Resumen. *En el informe de este período, destacamos otro episodio de las negociaciones del acuerdo entre la UE y el Mercosur, así como nuevas oportunidades en Asia. También abordamos los futuros cambios políticos en Argentina y sus impactos en el Mercosur. La 5ª Cumbre Mundial de Salud Mental también recibió una gran atención en este período. Además, informamos sobre el lanzamiento de una nueva herramienta y la Red de Servicios Farmacéuticos de las Américas (RedSFar); el acuerdo entre Argentina y la OPS para aumentar la producción de vacunas; la primera reunión de ministros de Economía y Finanzas de la UE y América Latina y el Caribe, y la presentación del Observatorio Parlamentario sobre Cambio Climático y Transición Justa. Otros temas importantes incluyeron la firma del Acuerdo Marco de Cooperación Técnica para mejorar la salud en la región andina entre ORAS-CONHU y la OPS/OMS; la participación de SECOMISCA en una reunión para discutir el embarazo en adolescentes en América Central y República Dominicana, y la firma de un Memorando de Entendimiento para la colaboración en asuntos migratorios entre SELA y la Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Por último, la ONU aprobó una nueva misión para operar en Haití, y Brasil y China llevaron a cabo la primera operación comercial en monedas locales.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Acuerdo UE-Mercosur. Cumbre Mundial de Salud Mental. Cooperación regional.*

Resumo. No relatório deste período destacamos mais um episódio da negociação do acordo UE Mercosul e novas oportunidades na Ásia. Tratamos também das futuras mudanças políticas da Argentina e seus impactos no MERCOSUL. A 5ª Cúpula Mundial de Saúde Mental também foi objeto de grande atenção nesse período. Trouxemos, igualmente, o lançamento de nova ferramenta e Rede de Serviços Farmacêuticos das Américas (RedSFar); o Acordo entre Argentina e OPAS para aumento na produção de vacinas; a Primeira Reunião dos Ministros da Economia e Finanças da UE e da América Latina e das Caribe e a apresentação do Observatório Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa. Outros temas importantes também fizeram parte, como a assinatura do Acordo Marco de Cooperação Técnica para melhorar a saúde da região andina entre ORAS-CONHU e OPAS/OMS; a participação de SECOMISCA na reunião para discutir gravidez na adolescência na América Central e República Dominicana e assinatura de um Memorando de Entendimento para o trabalho conjunto em matéria migratória entre SELA e a Organização Internacional das Migrações (OIM). Por fim, a ONU aprovou a nova missão para atuação no Haiti e Brasil e China fecharam a primeira operação comercial em moedas locais.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Acordo EU-Mercosul. Cúpula Mundial de Saúde Mental. Cooperação regional.

Continua a novela EU-MERCOSUL, enquanto oportunidades se abrem com o Vietnã

A União Europeia tem procurado estabelecer uma nova e diversificada onda de negociações comerciais. O bloco assinou um Acordo Econômico e Comercial Abrangente – CETA com o Canadá, eliminando direitos aduaneiros e prescrevendo benefícios e compromissos entre as partes. Igualmente, assinou acordos com o Japão, Austrália, Nova Zelândia, México e Chile.

Porém, um dos acordos mais importantes que foram propostos foi, sem dúvida, aquele assinado entre a UE e o MERCOSUL, como apontamos em diversas edições anteriores do Cadernos do CRIS/FIOCRUZ.

Este acordo foi assinado em 1999, desde então vem oscilando entre momentos de intensa trocas, negociação e estagnação em sua ratificação final. Uma nova tentativa de aproximar posições e avançar nessa direção aconteceu em um encontro realizado em Brasília, na primeira semana de outubro.

Os compromissos ambientais do acordo fazem parte das exigências levantadas pela UE. Os europeus afirmam que a “side letter” (enviada em março de 2023 com as novas demandas da UE) considera sua recente legislação ambiental, que proíbe a importação de produtos provenientes de áreas com degradação ambiental, por parte dos países membros.

Por outro lado, o Brasil discorda dessa posição, argumentando que uma parceria estratégica não deve incluir ameaças entre os países que assinaram o acordo.

Os países do MERCOSUL, principalmente Argentina e Brasil, também não concordam com o teto imposto pela UE às importações de etanol e carne. No caso das carnes, o limite de 70 mil toneladas fica um pouco abaixo do volume de 100 mil toneladas pretendido pelo Brasil. Os preços da carne congelada na Europa excedem em muito os preços brasileiros em 20%

O mercado europeu de carnes parece ser uma arena onde se disputam os interesses do Mercosul, confrontando a Irlanda, que perdeu os mercados do Reino Unido após o Brexit, e os franceses. A França parece ser um dos países que poderá prejudicar a sua produção de queijos e vinhos, dada a entrada de produtos do MERCOSUL. É por isso que o Presidente Macron⁶⁵ levantou a necessidade de atualizar o Acordo da UE com o MERCOSUL definido em 1999.

No caso do MERCOSUL, o Global Development Center⁶⁶ indicou que sua indústria sofrerá maiores perdas, notadamente os setores automotivo e de máquinas e equipamentos.

As negociações estão entrando em um ponto de inflexão, onde o Presidente do Paraguai já afirmou que se o acordo não for assinado durante a Presidência Pro Tempore do Brasil, ele desistirá de avançar nessa direção durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai.

⁶⁵ Só lembrando que o presidente da França, Nicolás Macrón, se reuniu em junho com o presidente Lula para falar sobre as negociações do acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia, a guerra na Ucrânia, o combate às mudanças climáticas, a retomada de um intercâmbio cultural e colaboração estratégica entre países na área de defesa. <https://www.gov.br/planalto/es/ultimas-noticias/lula-y-macron-tratan-de-acuerdo-entre-mercosur-y-union-europea-cooperacion-en-defensa-y-guerra-en-ucrania>

⁶⁶ O Centro para o Desenvolvimento Global ou Centro para o Desenvolvimento Global é um think tank focado no desenvolvimento internacional. Sua sede fica em Washington DC. Foi fundada em 2001 por Edward W. Scott, Jr., C. <https://www.cgdev.org/>

Nesse ínterim, o Brasil fortalece suas relações bilaterais com o Vietnã e busca torná-lo o próximo parceiro do MERCOSUL. Apenas para destacar, o Vietnã tem registado um grande crescimento econômico, ocupando o papel de “hub” regional no continente asiático.

Lula, na qualidade de Presidente Pro Tempore do MERCOSUL, manifestou interesse em negociar um acordo com o grupo asiático ao primeiro-ministro vietnamita, Phan Ming Chin, com quem se reuniu em 25 de setembro. Durante 2022, o comércio bilateral entre os países do bloco MERCOSUL e Vietnã foi de 5.000 milhões de dólares, sendo essencialmente soja, milho, carne bovina e laticínios, bem como produtos manufaturados e químicos, enquanto o Vietnã vendeu produtos eletrônicos, têxteis, calçados e produtos agrícolas. produtos como café e peixe⁶⁷.

Desta forma, o MERCOSUL procura novos parceiros, além da China, olhando para o Vietnã, com Singapura com quem iniciou rodadas de negociações propondo uma aproximação com o bloco ASEAN.

As futuras mudanças políticas da Argentina podem afetar a realidade do bloco MERCOSUL?

Essa potente e nova janela de oportunidade para o MERCOSUL, que direciona esforços para os países do bloco ASEAN, levanta a questão de como possíveis mudanças nas direções políticas dos Estados membros podem influenciar o caminho que está sendo trilhado?

Nesse sentido, algumas declarações do candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto na Argentina levantam questionamentos no MERCOSUL caso ele vença.

O candidato da “Libertad Avanza”, Javier Milei, que, se as sondagens estiverem corretas, está na liderança, afirmou que o seu futuro governo “*não negociará com os comunistas*”, aumentando a resistência à realização de acordos. Nem mesmo com um dos seus principais parceiros comerciais, o Brasil. Esse posicionamento político poderia estabelecer obstáculos futuros para o MERCOSUL e outros acordos, como a recente incorporação da Argentina ao BRICS. Milei, que se declarou admirador de Trump e do ex-presidente Menem, propõe reviver um alinhamento geopolítico de “*relações carnis com os Estados Unidos*”.

O candidato “da antipolítica” terá chance de vencer as eleições para Presidente da República Argentina? Se ele vencer, rejeitará a oportunidade dos Mercados ASEAN? Milei considerará o Vietnã entre os países comunistas? Desperdiçará as oportunidades em mercados com milhões de pessoas, como a China e seu principal parceiro, o Brasil, e os países do MERCOSUL?

São muitas perguntas que impactam não apenas o cenário político e econômico interno argentino, mas toda uma série de relações comerciais e internacionais que há décadas vem se estabelecendo e crescendo. Veremos como se desenrolam os acontecimentos no primeiro turno das eleições argentinas de 22 de outubro.

⁶⁷ Os principais produtos exportados pelo MERCOSUL ao Vietnã em 2022 incluíram matérias-primas agrícolas como soja, no valor de 1,2 bilhão de dólares, milho, com 500 milhões de dólares, carne bovina com 300 milhões de dólares e laticínios com 100 milhões de dólares. Também foram registradas exportações de produtos manufaturados e químicos. milhões de dólares. O comércio entre ambas as partes expandiu-se graças à complementaridade das suas economias e à procura de novas oportunidades de negócio. <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/21342/1/parlasur/autoridades-de-la-asamblea-nacional-de-vietnam-son-recibidas-por-la-mesa-directiva-del-parlasur.html>

5ª Cúpula Mundial de Saúde Mental^{68,69}

Com o objetivo de dar continuidade às Cúpulas realizadas em Roma (2022), Paris (2021), Amsterdã (2019) e Londres (2018), a 5ª Cúpula Mundial de Saúde Mental (GMHS, sigla em inglês) foi realizada em Buenos Aires, Argentina, nos dias 5 e 6 de outubro, com o objetivo de reforçar a ação global para abordar questões-chave relacionadas com os cuidados de saúde mental.

O evento reuniu ministros da saúde de todo o mundo, especialistas internacionais, regionais e nacionais em saúde mental, representantes de associações de pacientes e organizações da sociedade civil, mais de 500 delegados, representantes de cerca de 20 organizações internacionais e de quase 30 países.

Esta é a primeira vez que esta cúpula é realizada na América Latina⁷⁰. A 5ª Cúpula reconhece como pano de fundo que a Agenda 2030 e o ODS 3, Saúde e Bem-estar, enfatizam a promoção da saúde mental e do bem-estar psicossocial como parte integrante dos planos para reduzir as iniquidades na saúde. Neste quadro, o GMHS 2023 propõe apresentar uma concepção de saúde mental que se assume como uma componente transversal de todas as políticas públicas, com o objetivo de intervir no que diz respeito aos determinantes sociais que afetam as pessoas e as comunidades.

A GMHS reconhece o contexto da pandemia da Covid-19 como uma oportunidade para reforçar e relançar os processos de transformação e melhoria dos sistemas de saúde, tornando visível a necessidade de integrar estruturalmente a saúde mental nas diversas políticas que fazem parte da resposta dos estados.

Em contrapartida, Jarbas Barbosa, Diretor da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), destacou as estatísticas alarmantes ligadas à pandemia, realçando que esta ceifou a vida de quase 7 milhões de indivíduos em todo o globo e vitimou 3 milhões nas Américas. Como resultado, gerou sequelas significativas na saúde mental da população, com a região das Américas enfrentando o dobro da carga em termos de problemas de saúde mental. Além disso, é a única região que observou um aumento na taxa de suicídios nas últimas duas décadas.

O líder da OPAS reconheceu os esforços empreendidos pelos países das Américas após a pandemia, destacando que eles priorizaram a saúde mental em suas agendas políticas e fortaleceram os serviços nesse campo.

Nesse contexto, ele mencionou o comprometimento da Argentina e de outros países por meio da implementação de leis e serviços comunitários. Entretanto, ele sublinhou a necessidade contínua de trabalhar nessa área, enfatizando que ainda há muito a ser feito. É preciso assegurar que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde mental que respeitem seus direitos humanos e estejam isentos de qualquer tipo de discriminação. Ele

⁶⁸ A cerimônia de abertura pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=wkl1ojxspCA>. A cúpula pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=VZsLvDghcAU> e <https://www.youtube.com/watch?v=8hGoLsPPiZo>

⁶⁹ <https://www.paho.org/es/noticias/7-10-2023-director-ops-culmino-visita-argentina-con-eje-produccion-vacunas-abordaje>

⁷⁰ <https://www.argentina.gob.ar/noticias/argentina-sera-sede-de-la-cumbre-mundial-de-salud-mental-de-2023>

expressou a opinião de que esta cúpula global representará um momento decisivo para a região das Américas e para o mundo em geral.⁷¹

A Cúpula propôs como lema: *“Saúde Mental em todas as Políticas”*, o que implica colocar em diálogo as diferentes áreas do Estado, e também a sociedade civil, com o objetivo de chegar a um consenso e desenhar políticas públicas que deem respostas às múltiplas e complexas necessidades de saúde mental da população, sempre a partir do paradigma da saúde mental comunitária e entendendo que a saúde mental é um problema de todos.

A Ministra da Saúde da Argentina, Carla Vizzotti, participou da cerimônia de abertura; o Diretor Geral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Robert Mardini; o Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS, Jarbas Barbosa; o Presidente da República Argentina, Alberto Fernández, por vídeo o Diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS) Tedros Adhanom Ghebreyesus e a Diretora Executiva do UNICEF Catherine Russel.

Em seus comentários iniciais, o presidente Alberto Fernandez da Argentina disse:

“Estar atento à questão da saúde mental é absolutamente imperativo e necessário, é um imperativo ético deste tempo. “É uma questão essencial para o presente e o futuro”,

“...onde nenhuma arma, nenhuma bomba, nenhum míssil foi disparado, mas 15 milhões de pessoas morreram. “Foi uma guerra silenciosa que foi chamada de pandemia e deixou consequências que afetaram em maior ou menor grau a saúde mental de todos.”

“...quando falamos de saúde mental, devemos entender que é uma doença que não tem manifestações físicas, que está dentro do ser humano” e que todas as pessoas “têm direito à assistência. E essa assistência não envolve um confinamento indigno num local onde sofrem condições de abandono, mas sim encontrar uma saída.”

O Diretor da OPAS observou ser crucial assegurar que todos tenham acesso a serviços e cuidados de saúde mental de qualidade, que respeitem os direitos humanos e eliminem o estigma e a discriminação. Esse objetivo requer parcerias multissetoriais e um aumento significativo no investimento. Além disso, dada a natureza transversal dessa questão, que afeta todos os setores, tanto de saúde quanto não relacionados à saúde, é fundamental integrá-la em todas as políticas para fortalecer eficazmente a promoção, prevenção e assistência à saúde.

E seguiu ressaltando que a Argentina, juntamente com outros países da região, demonstrou um compromisso político de alto nível com a saúde mental. Isso se reflete na rápida implementação de leis nacionais de saúde mental e na expansão de serviços comunitários por meio de abordagens abrangentes e interdisciplinares.

Na sua mensagem de vídeo, o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, observou que este ano celebra o 75º aniversário da fundação da OMS, e desde sua origem, a saúde mental tem sido central em nossa missão. Esta cúpula representa uma ocasião para fomentar a cooperação, compartilhar conhecimentos e adotar inovações. Trabalhando em

⁷¹<https://www.paho.org/es/noticias/5-10-2023-v-cumbre-mundial-salud-mental-director-ops-urge-garantizar-acceso-servicios>

conjunto, podemos criar um mundo em que a saúde mental não seja motivo de estigma ou sofrimento, mas sim uma fonte de força e resiliência.

E Catherine Russel, da UNICEF, destacou ser fundamental incorporar o apoio à saúde mental em todas as políticas públicas relevantes para garantir os direitos das crianças e alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o UNICEF está dedicado a criar um mecanismo transparente e eficaz para monitorar o progresso na saúde mental de crianças, adolescentes e cuidadores. Estamos ansiosos para colaborar com vocês na promoção de um ambiente de saúde mental mais influente.

Por tanto, esta edição da Cúpula tem como objetivo aprimorar as abordagens de saúde mental comunitária em todas as políticas, incorporar os serviços de saúde mental e apoio psicossocial nos planos e orçamentos nacionais, implementar ações que se concentrem na importância dos determinantes sociais da saúde mental e fortalecer as iniciativas que facilitem o acesso ao sistema de saúde durante a transição do modelo manicomial para um modelo baseado na comunidade.

Ao encerrar o encontro, Jarbas Barbosa realçou a necessidade de incorporar a questão da saúde mental em todas as políticas públicas para abordar os fatores sociais, econômicos e ambientais que afetam a saúde mental. Ao se fazer isso, poderíamos fortalecer os esforços de recuperação após a pandemia e melhorar os sistemas e serviços de saúde.

O líder da OPAS também enfatizou a importância de investir no desenvolvimento humano e na proteção social como um meio de promover e salvaguardar a saúde mental, destacando a necessidade de aumentar o financiamento para cuidados de saúde mental comunitários e fornecer atendimento precoce para crianças e adolescentes em risco.

Reconheceu também que os idosos enfrentam riscos significativos para a saúde mental e ressaltou a importância de expandir os serviços de saúde mental na comunidade e fornecer apoio além do setor de saúde. Além disso, salientou que a saúde mental desempenha um papel essencial na resposta a emergências de saúde pública, crises humanitárias e desafios relacionados às mudanças climáticas.

Jarbas Barbora, por fim, expressou otimismo de que, como comunidade global, poderíamos aproveitar o impulso gerado pela cúpula para melhorar a saúde mental para todas as gerações futuras.

Lançamento de nova ferramenta e Rede de Serviços Farmacêuticos das Américas (RedSFar)⁷²

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançou uma nova ferramenta para avaliar a qualidade dos serviços farmacêuticos na região das Américas, com foco na Atenção Primária à Saúde (APS) e sua integração às redes de serviços de saúde. Durante o Encontro de Grupos Nacionais de Trabalho em Serviços Farmacêuticos na região, o Dr. Jarbas Barbosa, Diretor da OPAS, enfatizou a importância de tornar as farmácias parte integral do sistema de saúde, indo além de meros estabelecimentos de venda de produtos. Ele destacou que as farmácias devem oferecer serviços profissionais de atendimento ao paciente, incluindo prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças.

⁷² <https://www.paho.org/es/noticias/7-10-2023-director-ops-culmino-visita-argentina-con-eje-produccion-vacunas-abordaje>

A ferramenta, que avalia atividades relacionadas aos serviços farmacêuticos, como garantia de qualidade, atenção farmacêutica, gestão do serviço, pesquisa e recursos humanos, foi testada em mais de 80 farmácias na Argentina e no Peru antes de seu lançamento. Durante o encontro, também foi criada a Rede de Serviços Farmacêuticos das Américas (RedSFar), um fórum para compartilhar informações, experiências e melhores práticas entre autoridades de saúde e especialistas, com o objetivo de promover o acesso equitativo e racional a medicamentos e tratamentos.

Representantes de grupos nacionais de trabalho de vários países, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Peru e Uruguai, discutiram os próximos passos para implementar a ferramenta de indicadores de serviços farmacêuticos em seus contextos nacionais. A Ministra da Saúde da Argentina, Carla Vizzotti, expressou seu compromisso em expandir o uso da ferramenta em seu país e destacou o papel fundamental das farmácias na atenção à saúde. A ferramenta e a rede têm o potencial de melhorar a qualidade dos serviços farmacêuticos em toda a região das Américas.

Acordo entre Argentina e OPAS para aumento na produção de vacinas⁷³

A Argentina e a OPAS assinaram um acordo para “fortalecer e aumentar as capacidades de desenvolvimento e produção de vacinas e outras tecnologias sanitárias de qualidade, seguras e eficazes”.

O acordo de cooperação técnica envolve a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde, a Agência Nacional de Promoção da Pesquisa, o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, a companhia Sinergium Biotech e a OPAS.

O acordo, segundo Jarbas Barbosa, diretor da OPAS, tem como objetivo reforçar o ecossistema da produção de vacinas RNAm e prover maior sustentabilidade ao projeto de transferência de tecnologia da OPAS/OMS. Na ocasião de assinatura do Acordo, a ministra da saúde argentina, Carla Vizzotti, ressaltou a importância de ser escolhida pela OMS/OPAS juntamente com o Brasil para fornecer as melhorias tecnológicas de vacinas na região.

Primeira Reunião dos Ministros da Economia e Finanças da UE e da América Latina e das Caribe

Os Ministros da Economia e Finanças da UE e da ALC reúnem-se em Santiago de Compostela, na Galícia⁷⁴ (Espanha) sob a presidência espanhola da UE, para abordar a proposta de uma nova aliança global.

A reunião reconhece como pano de fundo a reunião da CAF com o Governo da Espanha para articular as relações entre a UE e a ALC, que nos últimos anos tinham desacelerado.

Mais tarde, na Cimeira de Chefes de Estado em Bruxelas, a Comissão Europeia anunciou uma agenda de investimentos de 45 mil milhões de euros para a ALC⁷⁵.

⁷³ Página | 12. Acuerdo entre Argentina y la Organización Panamericana de la Salud para aumentar la producción de vacunas [Internet]. PAGINA12. 2023 [cited 2023 Oct 9]. Available from: <https://www.pagina12.com.ar/594352-acuerdo-entre-argentina-y-la-organizacion-panamericana-de-la?ampOptimize=1>

⁷⁴ <https://elpais.com/america-futura/2023-09-28/la-primera-piedra-de-una-nueva-alianza-global.html>

⁷⁵ <https://elpais.com/internacional/2023-07-17/la-ue-promete-una-inversion-de-45000-millones-de-euros-a-america-latina-para-contrarrestar-el-empuje-de-china.html>

Agora em Santiago de Compostela foi dado um primeiro passo para uma iniciativa onde, segundo os europeus, será dado um primeiro passo para salvaguardar a sustentabilidade do planeta. O acordo consistia em criar um mecanismo de monitorização dos investimentos europeus que incluísse reuniões trimestrais para partilhar boas práticas e estabelecer uma agenda de investimentos. A primeira dessas reuniões ocorrerá no primeiro trimestre de 2024.

A reunião de Santiago de Compostela identificou 136 projetos de investimento na ALC e conta com 70 iniciativas para contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, promovendo a transição verde e justa e a transformação digital⁷⁶.

A Reunião propôs “instrumentos financeiros inovadores”, como a troca de dívida por natureza, opção proposta como benéfica para a ALC, por ser uma das menos poluentes, mas que sofre com o aquecimento global; os Direitos Especiais do GIRO-DEG que se propõem para resolver o financiamento para enfrentar as mudanças climáticas.

A atual Agenda Global de Investimento UE-ALC (Global Gateway UE-ALC) baseia-se em quatro pilares: transição ecológica justa, transformação digital inclusiva, desenvolvimento humano e resiliência sanitária. Nasceu com contribuições da Equipa Europa (principalmente da própria UE, Espanha e França) de 45 mil milhões de euros (pouco menos de 50 mil milhões de dólares no câmbio atual) até 2027.

A agenda digital inicial inclui cerca de 20 iniciativas (do total 136), entre os quais se destacam o apoio à conectividade na Colômbia, a implementação do 5G na Costa Rica e El Salvador, a segurança cibernética na República Dominicana e o apoio à Inteligência Artificial na Argentina. Da mesma forma, a Aliança Digital UE-ALC está a realizar atividades de cooperação digital, como a expansão do cabo BELLA e a criação de dois centros regionais Copernicus no Chile e no Panamá para a redução do risco de catástrofes, alterações climáticas e terrestres e marinhas.

Para tornar a Digital Global Gateway mais ambiciosa, propõem se:

1. O volume anunciado da iniciativa precisa ser impulsionado com o músculo financeiro dos bancos de desenvolvimento e empresariais, com instrumentos de crédito inovadores promovidos especialmente pelo CAF, pelo BID e pelo Banco Europeu de Investimento.

2. A iniciativa Digital Global Gateway deve ser reforçada através do aprofundamento da sua interação com as transições sociais e verdes. No primeiro caso, investir em políticas de formação que preparem os cidadãos para o futuro do trabalho, fortalecendo os serviços de saúde e a produção de medicamentos e vacinas com tecnologia, ou promovendo a inovação no setor do agronegócio. Da mesma forma, as inovações tecnológicas são fundamentais para promover a economia circular e indústrias como a eletromobilidade, o hidrogénio verde e as cadeias de abastecimento de energia limpa, bem como para contribuir para objetivos partilhados de preservação da biodiversidade (tecnologias verdes) e administrações públicas mais abertas e eficazes. Nestes setores, a Europa tem grupos empresariais líderes mundiais que podem ser parceiros fundamentais, como as energias renováveis, as finanças, a mobilidade e a saúde.

⁷⁶<https://elpais.com/america-futura/2023-10-04/la-gran-oportunidad-digital-de-la-ue-y-america-latina.html>

Apresentação do Observatório Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa: Por uma melhor governança e transparência ambiental⁷⁷

O Observatório Parlamentar sobre Mudança Climática (OPCC) é uma iniciativa conjunta da CEPAL e líderes parlamentares da região, apoiada pela Open Society Foundations (OSF). Seu objetivo é apoiar a cooperação entre parlamentos e formuladores de políticas na revisão e aprovação de legislação relevante para a transição para economias sustentáveis e com baixas emissões de carbono na América Latina e no Caribe. A plataforma está disponível em espanhol, inglês e português, proporcionando aos legisladores, organizações da sociedade civil, pesquisadores e cidadãos fácil acesso a uma ampla variedade de instrumentos legislativos sobre mudança climática e meio ambiente.

O OPCC promove a troca de experiências e propostas legislativas, monitora a atividade legislativa e fornece um espaço para o diálogo político e social. Sua plataforma contém uma extensa coleção de recursos informativos que auxiliam na tomada de decisões, aumentam a transparência e fortalecem a democracia ambiental. O Monitor Legislativo é seu recurso principal, oferecendo uma maneira inovadora de visualizar a atividade legislativa nos países. Ele contém visualizações interativas, indicadores-chave e dados integrados de 17 países da região.

Este Monitor Legislativo fornece acesso direto a dados legislativos nos sites institucionais dos países e, até o momento, contém cerca de 1.500 instrumentos de legislação ambiental de 17 países da região. Além disso, ele é atualizado em tempo real, permitindo uma visão dinâmica das leis e atividades legislativas em diferentes áreas temáticas e países. Os representantes parlamentares e suas equipes contribuem com informações atualizadas, e a CEPAL encoraja outros países a se juntarem a esta iniciativa e contribuir com suas próprias informações legislativas.

Em resumo, o OPCC é uma plataforma que facilita a cooperação entre parlamentos e formuladores de políticas na América Latina e no Caribe, proporcionando acesso a informações legislativas valiosas relacionadas à mudança climática e ao meio ambiente, e promovendo a tomada de decisões informadas sobre esses temas críticos.

SEGIB: o papel de Iberoamérica na nova geografia mundial⁷⁸

Em um painel no Fórum La Toja, intitulado “O papel da Iberoamérica na nova geografia mundial”, Andres Allamand [destacou](#) o peso significativo da Iberoamérica na comunidade internacional, com cerca de 10% da população mundial, 7% do PIB global e quase 15% da superfície terrestre do planeta.

A situação atual enfatiza ainda mais o papel da Iberoamérica, já que a região está no centro de quatro questões essenciais da agenda global: mudanças climáticas (devido a sua riqueza em diversidade, água doce, florestas e potencial em energias limpas); segurança alimentar (sendo a principal exportadora mundial de alimentos e possuindo vastas terras cultiváveis); migrações (onde uma política migratória comum teria impacto global) e; o combate ao crime transnacional e tráfico de drogas (dependendo da cooperação regional para o sucesso).

Segundo Allamand, dois fatores adicionais aumentam a influência da região: seu histórico compromisso com o multilateralismo, com representação em várias organizações

⁷⁷<https://www.cepal.org/es/notas/presentacion-observatorio-parlamentario-cambio-climatico-transicion-justa-mejor-gobernanza>

⁷⁸ <https://www.segib.org/el-papel-de-iberoamerica-en-la-nueva-geografia-mundial/>

globais, e sua capacidade de formar alianças com outros blocos ou nações afins. Contudo, a coordenação de posições e a unificação de vozes ainda são desafios a serem superados. A Comunidade Ibero-Americana é um exemplo de como é possível avançar na consolidação de posições regionais e usar o multilateralismo para alcançar os objetivos da Agenda 2030 em questões como proteção ambiental e digitalização.

ORAS-CONHU e OPAS/OMS assinam Acordo Marco de Cooperação Técnica para melhorar a saúde da região andina⁷⁹

Durante o 60º Conselho Diretivo da Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS) que foi realizado em Washington no dia 26 de setembro foi firmado o Acordo Marco de Cooperação técnica entre a instituição regional da OMS e a ORAS-CONHU.

Na ocasião, o diretor da OPAS/OMS destacou a vontade de continuar fortalecendo as relações de cooperação com mecanismos de integração sul-americana, além disso destacou a necessidade de alinhar agendas e promover sinergias para otimizar o uso dos recursos e os resultados para a população.

Em sua intervenção, a secretária executiva do ORAS-CONHU, Maria Calle Dávila, agradeceu o envolvimento da OPAS/OM na renovação do Acordo Marco e destacou resultados positivos da cooperação, como a aprovação da Política de Sobrepeso e Obesidade, a Política do Câncer entre outras e a execução de projetos como a melhoria dos laboratórios de tuberculose que beneficiou mais de 10 países na região das Américas.

Os principais compromissos assumidos no Acordo foram:

1. Identificar conjuntamente projetos e atividades em benefício das populações da região andina;
2. Executar as ações técnicas e financeiras que se estabeleçam nos Acordos Específicos
3. Promover conjuntamente atividades que se decidam executar no âmbito do presente Acordo.

SECOMISCA participa de reunião para discutir gravidez na adolescência na América Central e República Dominicana⁸⁰

Em reunião realizada pelo Parlamento Centro-americano em conjunto com o Conselho de Ministras da Mulher e a Secretaria do Conselho de Ministros da Saúde, ambos da América Central e República Dominicana, foi discutido o tema “Avancemos juntos para a prevenção de gravidez na adolescência”.

O principal objetivo da reunião foi discutir boas práticas dos Estados membros da SICA para a prevenção de gravidez na adolescência e melhorias na abordagem da Educação Integral

⁷⁹ ORAS-CONHU y OPS/OMS suscriben Acuerdo Marco de Cooperación Técnica para mejorar la salud de la Región Andina | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [cited 2023 Oct 6]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-y-opsoms-suscriben-acuerdo-marco-de-cooperacion-tecnica-para-mejorar-la-salud-de-la>

⁸⁰ Realizan conversatorio sobre prevención del embarazo en personas adolescentes de Centroamérica y República Dominicana [Internet]. sica.int. 2023 [cited 2023 Oct 9]. Available from: https://www.sica.int/noticias/realizan-conversatorio-sobre-prevencion-del-embarazo-en-personas-adolescentes-de-centroamerica-y-republica-dominicana_1_133003.html

em Sexualidade. O evento também contou com a presença de representantes do Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA) como palestrante.

Na ocasião, também estiveram presentes e realizando apresentações sobre o tema, representantes do Comitê Nacional de Ética de Investigação em Saúde do Ministério da Saúde de El Salvador, Ministério da Saúde da Costa Rica e da Sociedade de Estudos e Saúde de Adolescentes da República Dominicana.

SELA e a Organização Internacional das Migrações (OIM) assinaram um Memorando de Entendimento para o trabalho conjunto em matéria migratória⁸¹

No dia 26 de setembro, o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) assinaram Memorando de Entendimento que tem como objetivo estabelecer condições propícias para a implementação do Pacto Mundial para a migração segura, ordenada e regular (PMM) adotado pelos membros das Nações Unidas em 2018.

Na ocasião, o diretor regional da OIM destacou que

[...] o espaço de diálogo e concertação propiciado pela SELA soma esforços para uma maior cooperação regional e multilateral e[...] reforçando assim o papel dos Estados para intensificar sua participação na cooperação e assistência Sul-Sul e triangular, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Já o secretário permanente, Clarems Endara afirmou que a assinatura desse Memorando revitaliza as bases da relação de cooperação bilateral no sentido de proporcionar aos membros do SELA os instrumentos para avançar na consecução dos objetivos delineados pelo Pacto Mundial da Migração. Segundo ele

Esperamos que com este novo impulso fortalecer o marco de cooperação para dar continuidade a implementação de atividades de assistência e acompanhamento técnico dos membros. Reconhecemos a importância do fenômeno da mobilidade humana e nos comprometemos a seguir trabalhando juntamente com os membros para a formulação de políticas migratórias baseadas no respeito a dignidade e direitos fundamentais das pessoas migrantes

Não foi a primeira vez que as organizações buscam mecanismos de cooperação, desde a década de 1984 já havia articulações para o desenvolvimento de atividades na matéria de migração.

Conselho da ONU aprova nova missão para atuação no Haiti⁸²

No dia 02 de outubro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação de uma missão internacional para restabelecer a segurança no Haiti. A missão foi aprovada poucos dias após o Brasil assumir o cargo da presidência do Conselho.

⁸¹ SELA y OIM trabajarán juntos por el Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular | SELA [Internet]. www.sela.org. [cited 2023 Oct 6]. Available from: <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/91296/sela-y-oim-trabajarán-juntos-por-el-pacto-mundial-para-la-migración-segura-ordenada-y-regular>

⁸² Jamil Chade. Conselho da ONU aprova missão ao Haiti e Brasil pode treinar policiais [Internet]. UOL. UOL; 2023 [cited 2023 Oct 6]. Available from: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/02/sob-presidencia-do-brasil-conselho-da-onu-aprova-missao-de-paz-ao-haiti.htm>

No entanto, apesar de apoiar a resolução que criou a missão, o Brasil, diferente do papel desempenhado na Minustah, não enviará homens para a região. A resolução foi amplamente apoiada, dentre eles o voto dos EUA. A missão criada foi planejada para a execução no período de 1 ano e não contará com os tradicionais capacetes azuis. O principal objetivo será o de garantir a segurança da infraestrutura do país, incluindo aeroportos, escolas, hospitais e estradas.

A resolução foi cercada de discussões entre elas a liderança, que foi recusada por Brasil e Canadá e a resistência da China e Rússia para aprovar a missão. Do lado brasileiro que no passado atuou ativamente na Minustah o discurso foi de maior cautela dado que o governo brasileiro já insistiu que uma missão de segurança não será suficiente para restabelecer a paz e, apesar de apoiar a resolução, listou aspectos importantes para a eficiência da ação: estabelecimento de um embargo de armas e desarmar gangues; negociação de um acordo político; realização de eleições livre e seguras e ajuda humanitária e apoio para o desenvolvimento.

No caso da resistência chinesa e russa, os países afirmavam que a ONU não deveria agir com uma intervenção militar pois, segundo o governo chinês, a segurança é só parte do problema, mas que a crise só pode ser superada a partir do estratégias de desenvolvimento. Mesmo com resistência, contando com fato de que a iniciativa será liderada pelo Quênia, os dois países concordaram em não vetar a missão.

Internamente, a missão ainda é acompanhada por inúmeras críticas entre a sociedade civil. Alguns grupos opositores do primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, veem a missão como uma forma de garantir que Henry se mantenha no poder. Outros grupos chegaram a entrar em contato com Washington para criticar a missão e indicando que essa só ampliaria a crise interna.

Brasil e China fecham primeira operação comercial em moedas locais

Brasil e China completaram a primeira operação comercial realizada somente com moedas locais dos países — yuan e real⁸³. A informação foi confirmada pela mídia estatal chinesa. Segundo o Banco da China Brasil SA, a transação da exportadora de celulose Eldorado Brasil para a representação da Shagai, na China, é uma grande conquista⁸⁴.

A transação ocorre depois de o Presidente do Brasil, Lula Inácio Da Siva, ter assinado um memorando de entendimento com Xi Jinping no passado mês de abril⁸⁵, com o objetivo de promover operações bilaterais em moedas locais.

Outros países como Argentina e Bolívia planejam seguir o caminho iniciado pelo Brasil.

O facto de todas as operações comerciais dos países serem realizadas em dólares deu aos Estados Unidos a possibilidade de emitir moeda sem qualquer apoio, podendo estimular a sua economia com aquelas notas, às quais o mundo deu valor. A iniciativa do Brasil na China abre a porta a uma menor procura de dólares a nível mundial, diminuindo o poder económico dos EUA a nível global, o que poderá significar mudanças nas relações de poder econômico.

⁸³ <https://actualidad.rt.com/actualidad/482031-china-brasil-yuanes-reales-comercio>

⁸⁴ <https://www.tiempoar.com.ar/mundo/brasil-y-china-cierran-la-primera-operacion-comercial-en-monedas-locales/>

⁸⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-e-china-assinam-acordos-para-viabilizar-transacao-direta-entre-real-yuan-entenda/>

No entanto, alguns especialistas, como o professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) Carlo Cauti, questionam a viabilidade do acordo devido à incerteza sobre a estabilidade do câmbio do renminbi (yuan), que é amplamente controlado pelo governo chinês. O presidente Lula, por sua vez, expressou o desejo de estender essa iniciativa para o Brics, sugerindo a possibilidade de uma moeda comum para países do grupo, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a fim de facilitar as relações comerciais.⁸⁶

Fundo da Amazônia⁸⁷

A Diretoria do BNDES aprovou duas novas doações para o Fundo Amazônia, totalizando cerca de R\$ 45 milhões. A Suíça doará R\$ 30 milhões e os EUA R\$ 15 milhões. A Suíça formalizou ac sua doação em uma cerimônia em Brasília durante a inauguração de uma exposição. Os EUA contribuíram como parte de um compromisso de US\$ 500 milhões anunciado pelo presidente Joe Biden. Com essas doações, eles se juntam à Noruega, Alemanha e Petrobras no Fundo Amazônia, um importante mecanismo de redução de emissões do desmatamento.

Essas contribuições reforçam o compromisso desses países com a agenda ambiental brasileira. O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e a conservação e uso sustentável da Amazônia Legal. Criado em 2008, já apoiou 102 projetos, beneficiando pessoas e áreas indígenas na região amazônica. Com a reativação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e diretrizes atualizadas, esses recursos se somarão aos já disponíveis para apoiar iniciativas ambientais.

⁸⁶ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/como-vai-funcionar-o-acordo-entre-brasil-e-china-que-dispensa-o-dolar-nos-negocios-entre-os-dois-paises/>

⁸⁷ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/fundo-amazonia-recebe-doacoes-de-suica-e-eua>

Mercados para fabricantes de vacinas

Manufacturers Marketplace for Vaccine Manufacturing

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union takes stock of the implementation of 10 of Agenda 2063. With the support of the African Union, Cameroon has a Labor Migration Policy. CDC Africa and GAVI hold a discussion on the vaccine market in Africa. SADC boosts growth and competitiveness in the public and private sectors. Fiocruz launches the Brazil-Mozambique Postgraduate Program in Health Systems to strengthen the public health sectors in Mozambique. The Economic Outlook for Africa 2023 report is published.*

Keywords: *African Union. Africa CDC. GAVI. SADC. Mozambique.*

Resumo. A União Africana faz um balanço sobre implementação de 10 da Agenda 2063. Com apoio da União Africana, Camarões dispõe de Política de Migração Laboral. O CDC África e GAVI promovem discussão sobre mercado de vacinas em África. A SADC impulsiona o crescimento e a competitividade nos setores público e privado. A Fiocruz lança o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Saúde Brasil-Moçambique para fortalecer os setores públicos de saúde em Moçambique. É publicado o relatório de perspectivas econômicas para a África 2023.

Palavras-chave: União Africana. CDC África. GAVI. SADC. Moçambique.

União Africana

A Segunda Década da Agenda 2063

O [Retiro do Conselho Executivo da União Africana](#) sobre a [Agenda 2063](#) está atualmente em andamento em Kigali, Ruanda, de 1 a 3 de outubro de 2023. O Retiro de três dias organizado pela Comissão da União Africana (AUC) em colaboração com o Governo do Ruanda reúne Ministros do Conselho Executivo da UA, ministros responsáveis pelas Finanças e Planeamento, membros do Comité de Representantes Permanentes da UA (RPC); Escritórios Especializados da UA, Órgãos da União Africana e Comunidades Econômicas Regionais (REC, *Regional Economic Communities*).

Realizado sob o tema "Acelerando a implementação da Agenda 2063", o Retiro Ministerial deve fazer um balanço e cumprir o Segundo Plano de Implementação de Dez Anos (STYIP, *Second Ten Year Implementation Plan*) guiado pelas conclusões, lições aprendidas e Avaliação do Primeiro Plano de Implementação de Dez Anos (FTYIP, *First Ten Year Implementation Plan*) 2024-2033.

Os objetivos da reunião:

- Partilhar, aumentar a sensibilização e o empenhamento nas conclusões e recomendações do Projeto Especial - ou seja, a avaliação do FTYIP e a formulação do STYIP da Agenda 2063;
- Empenhar-se e obter orientação estratégica dos participantes dos resultados do Projeto Especial sobre a Agenda 2063;
- Aproveitar a vontade política e o compromisso - incluindo os recursos para STYIP
- Alcançar o compromisso de implementar e relatar conjuntamente a Agenda 2063 da União Africana e a Agenda 2030 das Nações Unidas, na abordagem *Two Agendas, One Framework*
- Chegar ao acordo sobre a Agenda 2063

Dirigindo-se à abertura ministerial, Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da Comissão da União Africana delineou os sete *Moonshots* (ambições) no Segundo Plano de Implementação dos Dez Anos (STYIP), que estão alinhados com cada uma das sete Aspirações da Agenda 2063, tais como:

- Todas as nações para alcançar a categoria de renda média;
- Alcançar uma África mais integrada e conectada;
- Assegurar que as instituições públicas respondam melhor às necessidades dos cidadãos;
- Comprometer-se e tornar realidade que a África está a resolver os conflitos amigavelmente;
- Assegurar que os valores africanos sejam explícitos e promovidos;
- Testemunhar um cidadão africano mais empoderado e mais produtivo;
- Ver a África continuar a ser um ator global forte e influente.

"Essas ambições exigirão coragem e convicção para torná-las realidade. Não tenho dúvidas de que, através de nossas contribuições estratégicas coletivas para a formulação do STYIP, todos seremos inspirados a agir em direção à África que queremos", ressaltou Nsanzabaganwa.

A Vice-Presidente expressou ainda a sua gratidão a todas as partes interessadas pelos esforços exercidos na admissão da União Africana no G20, que garante a visão de África para ter uma voz igual em um poder de decisão global. "Vamos garantir que nenhum dos nossos cidadãos africanos sejam deixados para trás em nossos esforços de desenvolvimento em todos os governos locais, nacionais ou continentais", acrescentou. Leia a declaração completa [aqui](#).

O Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Ruanda, elogiou os progressos registrados na primeira década da Agenda 2063, ao delinear as lacunas.

"A Agenda 2063 da União Africana, servindo como modelo de desenvolvimento socioeconômico da África, tem demonstrado progressos louváveis em seus primeiros 10 anos de implementação. Avanços substanciais foram feitos para melhorar a conectividade da rede rodoviária, o Mercado Único de Transporte Aéreo Africano (SAATM), a eletrificação, o acesso às TIC, a igualdade de gênero e a criação da AfCFTA, para citar alguns".

O Ministro sublinhou alguns dos desafios que o continente enfrenta em áreas como a redução da pobreza, a criação de emprego, a livre circulação de pessoas e a garantia de uma África segura e pacífica. "Essas questões exigirão toda a nossa atenção no Segundo Plano de Implementação de Dez Anos", observou.

"Estamos, portanto, ansiosos para discutir detalhadamente sobre como podemos melhor apropriar-se, financiar, coordenar e construir as capacidades de 3/4 na realização da Agenda. Diante dos desafios atuais, é crucial que dupliquemos nossos esforços durante a segunda década da Agenda 2063", ressaltou o Ministro Biruta.

A declaração completa está disponível [AQUI](#).

Imagem 1: Participantes da reunião sobre Segunda Década da Agenda 2063



Fonte: União Africana, 2023.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional das Comores e Presidente do Conselho Executivo, Dhoahir Dhoulkamal, sublinhou que a Agenda 2063 continua a ser o Plano-Diretor do Programa de Desenvolvimento Africano, alcançando os seus objetivos de desenvolvimento, e, por fim, transformar o continente em uma potência econômica.

"Devemos, portanto, dedicar a este Retiro o tempo e a energia necessários para examinar os resultados relativos à implementação da Agenda 2063 em nossos respectivos Estados. É nessa condição que seremos capazes de fornecer um trabalho mais consistente e desenvolver um roteiro mais pragmático para os próximos dez anos", acrescentou.

O Ministro também enfatizou a necessidade crucial de contar com a mobilização de recursos nacionais para o Segundo Plano de Implementação de Dez Anos (STYIP). "O erro fundamental que devemos evitar reproduzir no desenvolvimento deste Segundo Plano Decenal é contar com qualquer apoio externo hipotético para o financiamento de nossos objetivos de desenvolvimento. A implementação da Agenda 2063 deve, de fato, basear-se essencialmente na mobilização dos recursos nacionais, tanto humanos quanto financeiros", insistiu. Leia a declaração completa [aqui](#).

Recorde-se que a Agenda 2063 da União Africana, adotada em janeiro de 2015, incorpora as aspirações do povo africano e é operacionalizada através de 5 Planos de Implementação de Dez Anos, com o primeiro plano abrangendo 2014 a 2023. A implementação da segunda década da Agenda 2063 será focada na aceleração, com base na primeira década focada na convergência. Lições valiosas aprendidas na primeira década da Agenda 2063 foram capturadas nos relatórios de progresso bienais e na avaliação do Primeiro Plano de Implementação Decenal, entre outros documentos, que por sua vez informaram a concepção do plano decenal sucessor. Entre as surpresas, destaca-se a percepção amplamente defendida

pelos cidadãos africanos de que a Agenda 2063 é tão relevante para os discursos de desenvolvimento do continente quanto era em 2013.

Política abrangente de migração de trabalhadores, caso dos Camarões

Um total de quatro Ministros e 86 especialistas reuniram-se em Yaoundé, nos Camarões, em 29 de setembro, para uma reunião de [devolução sobre política de migração do trabalho](#), marcando um passo significativo no avanço de governança da migração laboral baseada em direitos, na legalidade, segura e digna.

Imagem 2: Participantes da reunião de Yaoundé, Camarões.



Fonte: União Africana, 2023.

A União Africana, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Internacional para as Migrações, o Programa Conjunto sobre a Governança da Migração do Trabalho para o Desenvolvimento e Integração em África (JLMP, *Joint Programme on Labour Migration Governance for Development and Integration in Africa*) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) transmitiram formalmente o documento de política abrangente ao Ministro do Trabalho e Segurança Social dos Camarões, Grégoire Owona. O JLMP apoiou o desenvolvimento desta política inclusiva, sob a liderança do Governo dos Camarões.

Representando o Chefe da Divisão de Trabalho, Emprego e Migração da AUC, o senhor Sabelo Mbokazi, a senhora Odette Sarr Bolly enfatizou a necessidade de todas as partes interessadas na migração do trabalho examinarem completamente a dinâmica em evolução na migração. "Esse entendimento é crucial para melhorar sua governança de forma eficaz em todo o continente", disse ela.

"Para algumas comunidades, a migração se tornou uma estratégia de sobrevivência. Nos últimos anos, a África tem testemunhado uma evolução nos padrões de migração, tornando-se um fenômeno dinâmico e extremamente complexo. Isso se reflete na feminização da migração, no aumento do número de jovens em movimento e no ressurgimento dos fluxos migratórios irregulares, incluindo o tráfico de

peças e o contrabando de migrantes. No entanto, se gerenciados de forma coerente, nações e regiões podem aproveitar os vínculos entre migração e desenvolvimento à medida que o continente se esforça para alcançar os ideais da Agenda 2063", acrescentou Odette.

A política formulada é projetada para abordar várias considerações críticas. Enfatiza uma abordagem baseada nos direitos, garantindo a salvaguarda dos direitos fundamentais para todos os trabalhadores migrantes. Além disso, adota uma perspectiva sensível ao gênero, garantindo igualdade de oportunidades para trabalhadores migrantes do sexo masculino e feminino, bem como ênfase significativa na evidência-estratégias orientadas, utilizando dados e insights factuais para informar e melhorar a governança eficaz na migração do trabalho.

"Com este documento de política, os Camarões pretendem se posicionar como um verdadeiro defensor dos direitos das trabalhadoras migrantes, tanto femininas quanto masculinas, cada uma com suas considerações específicas relacionadas ao gênero", disse o senhor Grégoire.

O Ministro fez um apelo aos parceiros dos Camarões, nações fraternas e amigas para garantir que os esforços louváveis que estão sendo feitos na implementação da JLMP, que envolve as contribuições das agências das Nações Unidas, resultem na entrega de resultados retumbantes. O ministro observou que as expectativas são altas porque os desafios da migração do trabalho afetam a todos, e nenhum estado é deixado inalterado.

O senhor Madai Boukar Ali, representando o escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos Camarões, enfatizou a importância de os Estados-Membros estabelecerem mecanismos que promovam a mobilidade laboral digna. Ele observou: "A governança efetiva da migração do trabalho vai além da proteção dos direitos individuais; também implica o estabelecimento de sistemas que garantam uma mobilidade laboral segura, bem organizada e equitativa."

O Ministro também afirmou que a obtenção de mais resultados na governança da migração do trabalho precisa de uma estreita colaboração para enfrentar os desafios que podem retardar a implementação da política, que incorpora um plano de ação abrangente de sete anos.

"Esses compromissos ousados que estamos fazendo precisam de uma abordagem de todo o governo e toda a sociedade para responder distintamente à natureza em constante mudança da migração trabalhista, especialmente em nosso continente", Sr. Abdel Rahmane Diop, Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (IOM) em Camarões, disse.

Os Camarões, juntamente com a Etiópia, a Costa do Marfim, o Malawi e Marrocos, são os Estados-Membros-piloto das Ações Catalíticas financiadas pelo SDC sobre a Governança da Migração Laboral para o Desenvolvimento e a Integração em África (projeto de ação JLMP).

De recordar que o Programa Conjunto de Migração do Trabalho (JLMP, *The Joint Labour Migration Programme*) é uma iniciativa colaborativa entre a Comissão da União Africana (AUC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Comissão Económica para África (ECA). A estratégia da JLMP enfatiza a migração laboral intra-africana e se alinha com o Primeiro Plano Decenal de 2023 da Agenda 2063 da União Africana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Está atualmente a implementar projetos para melhorar a governança baseada nos direitos para a migração laboral e a mobilidade em África, assegurando regulamentos e proteções que respondam às

questões de género para todos os trabalhadores migrantes; aumentar a disponibilidade e a utilização de dados e estatísticas de migração de mão-de-obra por parte dos Estados-Membros e Comunidades Económicas Regionais para a elaboração de políticas baseadas em dados concretos; e apoiar os Estados-Membros na criação de sistemas que promovam a segurança, condições de trabalho seguras e equitativas para os trabalhadores migrantes nos sectores formais e informais, com acesso à proteção social e ao reconhecimento de competências.

CDC África

Mercado de fabricantes de vacinas dos Estados-Membros da União Africana

Imagem 3: Participantes da reunião de Marrakesh, Reino de Marrocos



Fonte: CDC África, 2023.

Com o alto patrocínio do Reino de Marrocos, o CDC África e Gavi, lançaram o [Primeiro Mercado para os Estados-Membros de Fabricação de Vacinas](#). A reunião contou com a participação de Ministros da Saúde ou seus representantes, Chefes de Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN) dos 13 Estados-Membros da União Africana signatários do Comunicado da Videoconferência (VTC) Reunião da Mesa da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da UA alargada aos países produtores de vacinas africanos realizada em maio de 2022, representantes das Comunidades Económicas Regionais (REC, *Regional Economic Communities*), demais stakeholders interessadas como a UNICEF, Secretariado da AfCFTA e fabricantes de vacinas africanos.

A reunião teve por objetivo:

- Reunir os fabricantes de vacinas africanos, os seus Ministros da Saúde e das Finanças e as Autoridades Reguladoras Nacionais, para identificar as melhores modalidades para alcançar o sucesso e a sustentabilidade dos projetos de fabrico em curso;
- Sensibilizar os Estados-Membros participantes para a importância dos seus compromissos de selecionar e adquirir fabricantes africanos;
- Criar uma plataforma para os fabricantes apresentarem os seus planos atuais e de expansão das capacidades de produção de vacinas, e discutir de que forma estes poderão ajudar a orientar/desenvolver as atividades de modelação do mercado;

- Trocar impressões sobre o projeto do Acelerador do Mercado Africano de Vacinas (AVMA, *African Vaccine Market Accelerator*) proposto pela Gavi, um instrumento que busca aproximadamente US\$ 1 bilhão em financiamento para apoiar a produção sustentável de vacinas em África, compensando os custos iniciais e permitindo uma entrada no mercado. O potencial de AVMA será analisado ainda este ano pelo Conselho de Administração da Gavi;
- Partilhar as melhores práticas para uma parceria público-privada reforçada.

Abrindo a reunião, o Prof. Pr Khalid Aït Taleb, Ministro da Saúde e Proteção Social de Marrocos afirmou:

"É uma honra para o Reino de Marrocos sediar esta reunião do primeiro mercado de fabricantes de vacinas africanos. Sob a liderança e direção estratégica de Sua Majestade o Rei Maomé VI, o Reino de Marrocos adotou a abordagem de parceria público-privada para apoiar a fabricação local de vacinas e biotecnologias, com um forte compromisso do Governo em apoiar o desenvolvimento de toda a cadeia de valor da fabricação local de vacinas e produtos biotecnológicos, a fim de alcançar a soberania vacinal marroquina e continental." Ele acrescentou ainda que: "Sob a liderança de Sua Majestade, o Rei Mohammed VI, o reino de Marrocos está fortemente empenhado em colaborar e apoiar os esforços do CDC África, a fim de alcançar a meta de 60% das necessidades de vacinas da África produzidas no continente até 2040."

Fazendo seus comentários, o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África disse:

"A reunião é um testemunho do compromisso dos Estados membros para ver através do objetivo ambicioso das Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM)." Ele acrescentou ainda: "Para alcançar essa ambição, as parcerias público-privadas serão uma chave para desbloquear não só um potencial comercial, mas também a segurança da saúde que todos nós aspiramos que nos exige (África) para ter a capacidade de fabricar vacinas, bem como todos os outros produtos de saúde que precisamos."

Em um comunicado, David Marlow, CEO da Gavi, afirmou:

"Uma das lições mais difíceis aprendidas com a pandemia é que nunca mais podemos permitir uma situação em que a fabricação de vacinas esteja concentrada em um número exclusivo de países e regiões. Trabalhando em parceria com o CDC África, Gavi está empenhada em trabalhar com os Estados-Membros da União Africana, fabricantes e agências reguladoras para construir um próspero ecossistema de fabricação de vacinas sustentáveis na África capaz não só de ajudar a região a responder a futuras emergências de saúde, mas contribuindo para mercados de vacinas saudáveis em todo o mundo."

Em abril de 2021, a União Africana, através do CDC África, estabeleceu o PAVM destinado à uma meta ousada que permitirá à indústria de fabricação de vacinas africana desenvolver, produzir e aumentar de forma sustentável a oferta que é atualmente menos de 1%. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana solicitaram à Gavi e a outros parceiros que obtivessem pelo menos 30% de todas as vacinas produzidas pelo continente para consumo global. Desde 2021, a indústria de vacinas africana tem testemunhado desenvolvimentos positivos com vários projetos de fabricação de vacinas tomando forma em toda a África. A Gavi

também lançou uma nova estratégia regional de fabricação de 4 pilares em dezembro de 2022 que analisa vários aspectos, como seleção e demanda de antígenos, incluindo como aproveitar e canalizar a demanda do país por meio do modelo Gavi em apoio a esse esforço. A Gavi também está projetando um novo instrumento financeiro - o *African Vaccine Manufacturing Accelerator* (AVMA), que visa fornecer suporte para compras sustentáveis e fabricação de vacinas de longo prazo no continente, em reconhecimento dos maiores custos iniciais enfrentados pelos novos fabricantes de vacinas africanos.

O evento de três dias permitiu conversas aprofundadas entre os Estados-Membros, as (NRA, *National Regulatory Authorities*), as REC, os fabricantes de vacinas africanos, bem como os principais parceiros sobre a melhor forma de enfrentar os desafios de produção africana de vacinas, avançar todos juntos para a meta ousada de 60% das necessidades de vacinas da África produzidas no continente até 2040. Isso incluiu discussões sobre maneiras de garantir que haja demanda suficiente e previsível dos países africanos por vacinas feitas no continente africano.

A reunião testemunhou ainda o lançamento da Plataforma para a Produção Africana Harmonizada de Produtos de Saúde (PHAHM, *The Platform for Harmonized African Health Products Manufacturing*) constituída num Grupo de Trabalho Ministerial, tendo por objetivo harmonizar a fabricação de produtos de saúde na África e enquadrar a abordagem continental para garantir a complementaridade das iniciativas de fabricação em andamento. Isso está em consonância com os principais pilares estratégicos da Nova Ordem de Saúde Pública da África: "uma fabricação expandida de vacinas, diagnósticos e terapêutica."

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

***Desbloqueio do Potencial das Pequenas e Médias Empresas (PME) para o Desenvolvimento Industrial Regional na SADC*⁸⁸**

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) empreendeu uma jornada de importância crucial com o propósito de impulsionar o crescimento e a competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME). Esta iniciativa ganhou destaque durante um workshop consultivo recentemente realizado em Lusaka, Zâmbia, de 3 a 6 de outubro. O principal objetivo dessa oficina de três dias consiste em coletar ideias e contribuições para o projeto da Estratégia para as PME da SADC, um marco significativo na busca pelo desenvolvimento industrial regional.

O *workshop* consultivo reuniu com êxito um grupo diversificado de participantes, tanto do setor público quanto privado. Por meio da sabedoria e experiência coletiva desses participantes, espera-se que o projeto da Estratégia para as PME da SADC evolua para um quadro dinâmico e abrangente. Esta sinergia enfatiza o compromisso da região com a colaboração para fortalecer o papel das PME no desenvolvimento econômico.

As bases para a Estratégia para as PME da SADC foram lançadas em 2015, quando a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC foram adotados. Esse documento visionário destacou a importância do desenvolvimento de uma estratégia para as PME, com o intuito de facilitar a ascensão dessas empresas em direção à competitividade internacional, contribuindo, assim, para os objetivos mais amplos de industrialização da região. Essa percepção foi

⁸⁸ <https://www.sadc.int/latest-news/unlocking-potential-smes-regional-industrial-development>

reafirmada no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2020-2030, refletindo a visão coletiva dos Estados-Membros.

O impulso estratégico das PME ganhou ainda mais força durante a 22ª Reunião Ministerial sobre Integração Regional (MTF) realizada em Lilongwe, Malawi, em julho de 2022. Nessa reunião, o Secretariado recebeu diretrizes para desenvolver um *framework* com o propósito de aprimorar o papel das Pequenas e Médias Empresas no desenvolvimento industrial da região. Essa diretriz fundamental enfatizou o compromisso da região em promover o crescimento e o desenvolvimento das PME.

Para concretizar o desenvolvimento da estratégia para as PME, o Secretariado da SADC buscou o apoio inestimável da Corporação Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ). Com esse apoio, o Secretariado contratou uma equipe de consultores para elaborar uma estratégia abrangente para as PME que esteja alinhada com a visão da região. Essa estratégia visa fortalecer as PME e posicioná-las de maneira favorável para se beneficiarem do Acordo de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA, *The African Continental Free Trade Agreement*), um acordo fundamental para o comércio regional e o crescimento econômico.

Graças aos esforços diligentes dos consultores, a versão preliminar da estratégia para as PME foi concluída. Em colaboração com a GIZ, o Secretariado da SADC organizou o *workshop* consultivo realizado de 3 a 6 de outubro para envolver as partes interessadas e coletar *insights*. Este *workshop* serve como plataforma para apresentar o projeto de estratégia e o relatório do estudo que o acompanha. Trata-se de um passo crucial para garantir que a estratégia seja inclusiva, abrangente e embasada pela experiência coletiva das partes interessadas.

O *workshop* foi inaugurado pelo Sr. Dhunraj Kasse, Diretor de Desenvolvimento Industrial e Comércio, que enfatizou a importância das PME na industrialização regional. Seus comentários de abertura sublinharam o compromisso do Secretariado da SADC em aproveitar o potencial das PME como impulsionadoras do crescimento econômico e da integração regional.

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Saúde Brasil-Moçambique

O Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Saúde Brasil-Moçambique, implementado pela Fiocruz, realizou sua aula inaugural em 09 de outubro, com a participação da Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Cristiani Vieira Machado, que ministrou a palestra intitulada "*Sistemas de Saúde no Sul Global: Perspectivas e Desafios*".

Esta iniciativa compreende uma chamada especial de seleção pública para candidatos a mestrado e doutorado, oferecidos pelo Programa Educacional em Sistemas de Saúde – SisSaúde-Brasil/Moçambique, destinado a estudantes de Moçambique, em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde e a Universidade Lúrio. O Programa será conduzido por meio de um consórcio entre os programas de pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (PPGSP/ENSP), Saúde Pública e Meio Ambiente da ENSP (PPGSPMA/ENSP), Epidemiologia em Saúde Pública da ENSP (PPGEPI/ENSP), Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente do Instituto Fernandes Figueira (PPGSMCA/IFF), Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães (PPGSP/IAM) e Saúde Coletiva do Instituto René Rachou (PPGSC/IRR).

Imagem 4: Programa integrado de Pós-graduação em Sistemas de Saúde para profissionais de saúde do setor público, incluindo os do ramo militar de Moçambique



Fonte: INS, 2023.

O Programa tem como objetivo principal formar mestres e doutores para atuarem no sistema nacional de saúde, na área da formação em saúde e na pesquisa em Moçambique. Visando contribuir para a qualificação de profissionais no campo da saúde pública/saúde coletiva e para os processos de planejamento, gestão e avaliação de sistemas de saúde, com o intuito de fortalecer os sistemas de saúde em Moçambique.

O programa será conduzido em regime híbrido, com a predominância de atividades remotas (síncronas e assíncronas). Os estudantes deverão acompanhar as aulas síncronas no Instituto Nacional de Saúde, além de outras atividades acadêmicas presenciais. O curso de mestrado terá a duração de dois anos (24 meses), enquanto o doutorado se estenderá por quatro anos (48 meses). A distribuição da carga horária ocorrerá por meio de disciplinas obrigatórias e eletivas, a realização e qualificação de projetos de pesquisa, bem como a elaboração e defesa de dissertações e/ou teses.

Potencial contribuição dos cursos de Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Saúde Brasil-Moçambique oferecido pela Fiocruz tem o potencial de trazer as mais diversas e significativas contribuições, a saber:

(i) **Qualificação Profissional:** Ao formar mestres e doutores, o programa contribuirá para a qualificação de profissionais da área de saúde em Moçambique, capacitando-os para atuar em diversas capacidades dentro do sistema de saúde

(ii) **Apoio à Pesquisa:** A formação em pesquisa epidemiológica e em saúde pública fortalecerá a capacidade de pesquisa em Moçambique, permitindo a investigação de questões locais e nacionais de saúde com maior rigor científico

(iii) Melhoria do Planejamento e Gestão em Saúde: Os profissionais capacitados pelo programa serão capazes de apoiar o planejamento, gestão e avaliação de sistemas de saúde em Moçambique, contribuindo para a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços de saúde

(iv) Colaboração Internacional: A colaboração entre profissionais moçambicanos e a Fiocruz-Brasil promoverá o intercâmbio de conhecimento e experiência, fomentando a criação de redes de pesquisa e cooperação que podem beneficiar ambos os países

(v) Fortalecimento dos Sistemas de Saúde: O programa tem o potencial de contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde em Moçambique, auxiliando na formação de recursos humanos qualificados e na promoção da saúde pública e coletiva.

Perspectivas Económicas Africanas para 2023

O "[Relatório de Perspectivas Económicas Africanas 2023](#)" apresenta uma análise abrangente da situação económica do continente africano. Este resumo académico visa destacar os principais pontos do relatório, examinando o crescimento económico previsto, os desafios macroeconómicos e as estratégias sugeridas para enfrentar os ventos contrários que ameaçam a recuperação económica em África. Além disso, enfoca a importância da mobilização do financiamento do setor privado para abordar as questões climáticas e promover o crescimento verde no continente.

Prevê-se que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) africano atinja 4,0% em 2023, recuperando-se de uma desaceleração de 3,8% em 2022. Essa recuperação é impulsionada pela expectativa de melhorias nas condições económicas globais, incluindo a reabertura da China e um ritmo mais lento de ajustes nas taxas de juro. No entanto, essas perspectivas são acompanhadas por riscos significativos, como um crescimento global moderado, condições financeiras globais restritivas, fenómenos climáticos extremos e incertezas geopolíticas relacionadas a eleições nacionais em alguns países.

A dinâmica macroeconómica africana permanece mista, com o aumento da inflação em muitos países, prevendo-se uma taxa de 15,1% em 2023. Por outro lado, o desempenho fiscal melhorou, revertendo os efeitos dos gastos expansionistas durante a pandemia. Embora países exportadores de petróleo tenham melhorado suas balanças comerciais, outras economias enfrentam desafios. Para enfrentar esses desafios, é necessária uma combinação de políticas que inclui uma política monetária anti-inflacionista, disciplina fiscal e políticas macroprudenciais de curto prazo. A longo prazo, os países devem intensificar a mobilização de receitas internas, elaborar estratégias de reestruturação da dívida e promover a diversificação económica.

O relatório enfatiza a importância do financiamento climático privado para impulsionar a ação climática e o crescimento verde em África. Estima-se que o financiamento privado deva crescer 36% ao ano até 2030 para colmatar o défice de financiamento climático do continente. Isso requer a remoção de barreiras e o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores.

Por outro lado, o relatório destaca o papel crucial do capital nacional africano, avaliado em 6,2 trilhões de dólares em 2018, na abordagem do défice de financiamento climático e na promoção do crescimento verde. A gestão sustentável desse capital pode transformá-lo em ativos financeiros, impulsionando a adaptação e mitigação das alterações climáticas. Isso exige políticas apropriadas, fortalecimento do conteúdo local, capacidade institucional e criação de cadeias de valor regionais.

União Europeia se expande para o leste, mas o oeste ameaça

European Union enlarge to the east, but the west threatens

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *At an informal summit of the European Council, the European Union begins the enlargement process, towards Eastern Europe. The Granada Declaration recognizes the need for adaptation by both the bloc and the candidate countries and provides for the definition of long-term ambitions and ways to achieve them. Controversial, the issue of migration did not reach consensus to be included in the final document, but was the subject of a parallel agreement, obtained by a qualified majority, preventing a veto by Hungary and Poland, opponents of the reception of migrants. Deadlock in the US Congress to approve the budget directly threatens military support for Ukraine and, indirectly, the European security system, outsourced to NATO.*

Keywords: *Global Health; European Union; Granada Declaration; Migration; European Security Policy;*

Resumo. Em cúpula informal do Conselho Europeu, a União Europeia dá início a processo de alargamento, em direção ao leste europeu. A Declaração de Granada, reconhece a necessidade de adequação tanto pelo bloco como pelos países candidatos e prevê definição de ambições a longo prazo e as formas de alcançá-las. Controverso, o tema da migração não obteve consenso para constar no documento final, mas foi objeto de um acordo paralelo, obtido por maioria qualificada, impedindo o veto por parte de Hungria e Polônia, opositores à recepção de migrantes. Impasse no Congresso estadunidense para aprovação do orçamento, ameaça diretamente o apoio militar à Ucrânia e, indiretamente, o sistema de segurança europeu, terceirizado para a Otan.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Declaração de Granada; Migração; Política de Segurança Europeia;

Com a guerra na Ucrânia se estendendo e sem um horizonte de término, o alargamento da União Europeia volta a ser pauta do bloco, agora com status de prioridade. A presença deste tema e a ausência do tema da migração, são os destaques da [Cúpula Informal do Conselho Europeu, em Granada](#), que deu o pontapé inicial no processo de preparação para a expansão, que visa o leste europeu. A [Declaração de Granada](#), foi aprovada por unanimidade, à exceção do trecho sobre migrantes, vetado por Hungria e Polônia, que gerou uma Declaração em separado, por parte do presidente do Conselho, Charles Michel.

A Declaração, elenca a preparação do bloco para acolher novos membros e a construção de sua "resiliência", nomeadamente na defesa e na competitividade, como as prioridades para a UE avançar no futuro. A palavra "saúde" não aparece no texto, havendo menção a medicamentos críticos e melhor preparação para novas emergências sanitárias. A cooperação internacional promete ser intensificada para "proteger e reforçar a ordem internacional, introduzir mais equidade no sistema multilateral e evitar que este sofra uma maior fragmentação".

O alargamento é tido como "um investimento geoestratégico na paz, na segurança, na estabilidade e na prosperidade". O documento clama à preparação tanto da UE quanto dos

países candidatos, que devem “intensificar os seus esforços de reforma, nomeadamente no domínio do Estado de direito”. Prevê como próximos passos a definição de ambições a longo prazo e as formas de as alcançar.

No tocante a este processo de alargamento do bloco, muitos são os desafios a serem transpostos, principalmente aqueles relativos à orçamento e finanças. Serão demandados importantes ajustes em mecanismos do bloco e internamente, nos países candidatos. Estes, são muito mais pobres do que os Estados-Membros da UE e, portanto, provavelmente receberiam a maior parte dos fundos de coesão e agrícolas da UE no futuro se os critérios de atribuição não forem alterados. Aventa-se a possibilidade de promover uma integração gradual, permitindo que os países candidatos adiram às políticas e programas da UE à medida em que concluem as etapas, até que se tornem membros de pelo direito. Outro ponto a ser revisto é o processo decisório, pois o uso continuado da unanimidade em determinados tópicos pode tornar a EU mais lenta em sua tomada de decisões com mais membros. Espera-se agora que os líderes discutam mais detalhadamente as formas como o bloco deve proceder à reforma para receber novos membros em uma próxima cimeira, agendada para dezembro, em Bruxelas⁸⁹.

O controverso tema da migração, também deve permanecer no topo da agenda. Em evento paralelo, a UE conseguiu dar um passo importante em direção ao Pacto Migratório Europeu, que conta com posição contrária de Hungria e Polónia. Os Estados-membros adotaram posição sobre o chamado “Regulamento de Crise”, que inclui planos para acelerar o processamento nas fronteiras externas do bloco, criar um mecanismo de solidariedade “voluntária e temporária” e impulsionar o retorno de migrantes irregulares. A aprovação do acordo só aconteceu depois que a Alemanha aceitou retirar um trecho que defendia o papel das ONGs no Mediterrâneo. O artigo, que foi criticado pela Itália, excluía as entidades humanitárias de contextos que poderiam configurar o uso instrumental dos fluxos migratórios por países terceiros⁹⁰.

Para aprovar a adoção do texto, frente à oposição de Hungria e Polónia, o Conselho da UE adotou a maioria qualificada para deliberar, privando-os da possibilidade de vetar. Estes países, contudo, insistiram que o documento final constasse a necessidade de consenso para questões de migração, motivo pelo qual o tema não constou da Declaração de Granada e foi objeto de [declaração em separado pelo presidente do Conselho](#). Referindo-se à adoção pelo Conselho do Regulamento de Crise, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, deu o tom do impasse a ser transposto nos próximos anos, dizendo: “Legalmente, fomos estuprados”. “Portanto, depois disto, não há hipótese de haver qualquer tipo de compromisso e acordo sobre a migração, politicamente. É impossível não hoje, de um modo geral, nos próximos anos”, acrescentou⁹².

Outros temas de destaque na Cúpula e na Declaração foram competitividade e segurança & defesa. No tocante ao primeiro, a Declaração afirma que a UE deve reforçar a sua "posição como potência industrial, tecnológica e comercial, colocando especial ênfase em áreas

⁸⁹ <https://www.euronews.com/my-europe/2023/10/07/migration-defence-competitiveness-heres-what-will-drive-the-eus-work-for-the-next-five-yea>

⁹⁰ https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/uniao_europeia/2023/10/04/paises-da-ue-chegam-a-acordo-sobre-pacto-migratorio_1d2788fe-2b71-4b8f-a0cf-6fe5e78b79ca.html

⁹¹ https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/uniao_europeia/2023/10/06/cupula-da-ue-em-granada-termina-sem-consenso-sobre-migrantes_eacc91a7-e713-48c1-b4ba-881ecec9e6a6.html

⁹² <https://www.euronews.com/my-europe/2023/10/07/migration-defence-competitiveness-heres-what-will-drive-the-eus-work-for-the-next-five-yea>

de elevado valor acrescentado onde já temos uma vantagem competitiva ou podemos tornar-nos pioneiros". A UE tem demonstrado preocupação em proteger suas indústrias de práticas desleais, em garantir acesso a materiais e tecnologias críticas e em diversificar as fontes de energia.

No campo da defesa e segurança, os dirigentes da UE se comprometeram a reforçar a prontidão e a continuar a desenvolver a sua base tecnológica e industrial, centrando-se nos seguintes aspectos: mobilidade militar; resiliência da infraestrutura espacial; luta contra as ciberameaças e as ameaças híbridas; e luta contra a manipulação da informação por parte de agentes estrangeiros.

A política de defesa e segurança europeia, foi terceirizada para os EUA e Otan. Agora, a segurança do continente agoniza com a crise que se instaurou no Congresso dos EUA com a destituição do presidente da Câmara, Kevin McCarthy, deixando na corda bamba o já conturbado processo de ajuda militar e financeira de Washington à Ucrânia. A votação para destituir McCarthy foi sucedida por um acordo de fim de semana que prorrogou o financiamento para o governo por 45 dias – mas sem nenhuma provisão feita para nova ajuda à Ucrânia. Ainda não se sabe quem o substituirá, mas potenciais candidatos estão cétricos quanto à continuação do apoio à Ucrânia nos níveis atuais, em especial os republicanos⁹³. Se o financiamento dos EUA diminuir ou for adiado, os países europeus não serão capazes de compensar a lacuna, conforme declarou Josep Borrell, responsável pela política externa do bloco. Ele fez um apelo para que Washington não interrompa o apoio a Kiev⁹⁴.

Com diferente grau de importância, aconteceu em 9 de outubro, reunião do Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social. A saúde esteve presente na pauta relativa a emprego, sob a qual [os ministros do Emprego do bloco aprovaram conclusões sobre a saúde mental e o trabalho precário](#), a fim de combater os riscos psicossociais no trabalho, tendo também em conta a digitalização e as novas formas de emprego. Os ministros receberam informações sobre a proposta de criação do cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência. Também foram informados sobre o ponto da situação da diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

Conclusões

A Declaração de Granada marca um importante momento para o bloco europeu, que intenciona mais uma onda de alargamento, tida como estratégica no contexto atual. O encaminhamento da questão da migração ficou ainda em suspenso. A União Europeia avançou com a aprovação do Regulamento de crise, parte importante do almejado Pacto Migratório Europeu, mas Hungria e Polónia continuam fazendo oposição ao mecanismo de “solidariedade voluntária”, se recusando a terem que receber migrantes.

O plano europeu de colocar suas indústrias em operação, não traz resultados imediatos. Cenário diferente, esse sim, com resultados imediatos, vem dos EUA, onde o impasse para aprovação do orçamento ameaça diretamente o apoio militar a Kiev. Indiretamente ameaçada, está a segurança da própria Europa.

⁹³ <https://edition.cnn.com/2023/10/04/politics/ukraine-aid-impact-mccarthy-ouster-intl/index.html>

⁹⁴ https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/83153/uniao-europeia-diz-que-nao-podera-substituir-ajuda-financeira-dos-eua-a-ucrania?utm_campaign=later-linkinbio-operamundi&utm_content=later-38351181&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio

O caos de Washington açende um alarme em toda a Europa, que não pode repor o orçamento estadunidense para a guerra da Ucrânia. Os líderes da Ucrânia agora sabem que os EUA não são um aporte fiável a longo prazo, mesmo com apoio do presidente. E eles devem se preparar para uma guerra diferente agora, mantendo reservas para garantir que não ficarão sem armas e munições em um momento em que novos suprimentos não chegarão. E os europeus precisam pensar sua própria segurança. Pode este impasse impactar a Otan? Qual o futuro da Organização e da segurança europeia nas mãos do Partido Republicano?

Israel x Palestina: conflito que dura mais de 70 anos e o mundo nunca fez nada

Israel x Palestine: conflict that lasts more than 70 years and the world never did anything

Lúcia Marques

Resumo: Ataque do Hamas a Israel. Surpresa, embora já fosse esperado. Em algum momento o Hamas ia reagir à atuação cada vez mais violenta do governo israelense na Cisjordânia e, principalmente, em Jerusalém Velha e na Grande Mesquita de Al-Aqsa, foco histórico de tensão entre israelenses e palestinos nos últimos anos, e o aumento sistemático de ocupações. O surpreendente foi a organização e o planejamento silencioso do ataque. E surgem questionamentos e conjecturas: Por que a comunidade mundial respondeu apenas com resoluções críticas, enquanto a ofensiva política de colonização de Israel transformava os territórios palestinos em um queijo suíço? Por que o sistema de defesa e de inteligência israelense – um dos melhores do mundo - não previu um ataque desse dimensão? Qual será o futuro dos Acordos de Abraão? Esse conflito pode se transformar em uma guerra maior, envolvendo os EUA, aliados de Israel, e o Irã, que financia os grupos paramilitares Hamas e Hezbollah? Qual foi o grupo ou serviço de inteligência que treinou, organizou e financiou o Hamas para esse ataque organizado, sem um vazamento de informação? Quem são os interessados, além dos palestinos sufocados, nesse conflito? Vem bem a calhar esse ataque do Hamas para EUA, Israel, Rússia e Arábia Saudita. Conjecturas.

Palavras chaves: Hamas, Israel, Palestina, Acordos de Abraão, Arábia Saudita

Abstract: *Hamas attack on Israel. Surprise, although it was expected. At some point, Hamas was going to react to the increasingly violent actions of the Israeli government in the West Bank and, mainly, in Old Jerusalem and the Al-Aqsa Grand Mosque, a historical focus of tension between Israelis and Palestinians in recent years, and the systematic increase of occupations. What was surprising was the organization and silent planning of the attack. And questions and conjectures arise: Why did the world community respond only with critical resolutions, while Israel's political offensive of colonization turned the Palestinian territories into Swiss cheese? Why did the Israeli defense and intelligence system – one of the best in the world – not predict an attack of this magnitude? What will be the future of the Abraham Accords? Could this conflict turn into a bigger war, involving the US, Israel's allies, and Iran, which finances the paramilitary groups Hamas and Hezbollah? What was the group or intelligence service that trained, organized and financed Hamas for this organized attack, without an information leak? Who are the stakeholders, besides the suffocated Palestinians, in this conflict? This Hamas attack on the USA, Israel, Russia and Saudi Arabia comes in handy. Conjectures.*

Keywords: Hamas, Israel, Palestine, Abraham Accords, Saudi Arabia

O Hamas pratica terrorismo fundamentalista: quer a eliminação do Estado de Israel e dos israelenses, mesmo daqueles favoráveis à causa palestina. Israel pratica

terrorismo de Estado, a negar a possibilidade de um Estado palestino em territórios secularmente habitados por eles.⁹⁵

O grupo paramilitar palestino, Hamas, que administra a Faixa de Gaza, lançou 5 mil bombas em Israel, no dia 7 de outubro, e deixou pelo menos 500 mortos e milhares de feridos, explodindo partes da cerca de separação altamente fortificada do país e enviando combatentes para as comunidades israelitas ao longo da fronteira de Gaza.⁹⁶ Em seu segundo dia, mais ataques, mais mortos e feridos – e o grupo paramilitar Hezbollah, do Líbano, entrou na guerra, lançando ataque no Norte de Israel, em "solidariedade" ao povo palestino.⁹⁷ Em resposta, aviões israelenses bombardeiam a Faixa de Gaza, arrasando edifícios e bairros civis. E o número de mortos e feridos só sobe. E há um grande número de civis e militares israelenses levados como reféns para serem trocados por centenas de prisioneiros palestinos que estão nas prisões de Israel.

Esse cenário não tem bom prognóstico, principalmente no momento atual de muitas tensões, disputas geopolíticas e uma guerra na Europa. O conflito entre Israel e Palestina envolve religião e disputa por territórios e já se estende há décadas.⁹⁸ Extremismos de um lado e de outro.

Os líderes mundiais condenam ataque do Hamas contra Israel. Joe Biden fez um pronunciamento e repetiu que “o apoio dos EUA a Israel é sólido e inabalável. E que vai se certificar que o país terá todos os recursos necessários para se defender”.⁹⁹ O Brasil, que preside o Conselho de Segurança da ONU, convocou uma reunião de emergência para discutir a situação em Israel.¹⁰⁰

O Primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, convocou seus rivais políticos. "Estamos em guerra e vamos ganhar", disse. "O nosso inimigo pagará um preço que nunca conheceu."¹⁰¹

As manifestações em redes sociais, e matérias e artigos nas páginas dos jornais em todo o mundo condenam o ataque violento que atingiu civis. Mas também lembram das ações, violentas de Israel na Cisjordânia, que segue expulsando palestinos de suas casas e terras para implantar colônias de judeus, e na Jerusalém Velha e na Mesquita de Al-Aqsa. Um Israel que há

⁹⁵ Paulo Roberto de Almeida, diplomata e escritor,

<https://twitter.com/PauloAlmeida53/status/1710901706366599257?t=yDftM-bD7COQ2ldtThRjsw&s=08>

⁹⁶ <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/8/what-is-the-group-hamas-a-simple-guide-to-the-palestinian-group>

⁹⁷ [Conflito entre Israel e Hamas entra no 2º dia com novas explosões; mais de 900 pessoas morreram | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)

⁹⁸ Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, Israel tomou à força a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, então sob controle da Jordânia, bem como a Faixa de Gaza, sob administração egípcia. Desde então, em meio a outros conflitos e enfrentamentos, o país anexou Jerusalém Oriental – lugar dos santuários cristãos, judeus e muçulmanos - e continua a ocupar a Cisjordânia. Em 2005 saiu da Faixa de Gaza, que, desde 2007 é controlada pelo Hamas. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/07/entenda-o-conflito-israel-e-palestina.ghtml>

⁹⁹ [Líderes mundiais condenam ataque do Hamas contra Israel | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)

¹⁰⁰ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataques-em-territorio-israelense

¹⁰¹ [Conflito entre Israel e Hamas entra no 2º dia com novas explosões; mais de 900 pessoas morreram | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)

pouco designou governante civil, Bezael Smotrich¹⁰², para os territórios ocupados.¹⁰³ Saiba mais em Marques, L. **A Cereja do Bolo de Bibi**. In: [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 3-2023, p. 188 \(183 - 192\)](#)

O ex Primeiro Ministro da Dinamarca, Mogens Lyketoft, [disse](#), em fevereiro, que Netanyahu é um dos “líderes eleitos mais repulsivos e inescrupulosos do mundo” e que, com os ministros de direita mais radicais no comando, a expansão dos assentamentos está acontecendo com mais velocidade; que a anexação formal dos territórios palestinos está ocorrendo de forma mais silenciosa e é tão contrária ao direito internacional quanto a tentativa de Putin de mover as fronteiras à força em sua anexação das províncias orientais da Ucrânia.

O importante jornal, de repercussão internacional israelense, Haaretz, publicou em seu editorial, em 8 de outubro:¹⁰⁴

“Netanyahu tem responsabilidade nesta guerra Israel-Gaza.¹⁰⁵ O desastre que se abateu sobre Israel no feriado de Simchat Torá é da clara responsabilidade de uma pessoa: Benjamin Netanyahu. O primeiro-ministro, que se orgulha da sua vasta experiência política e da sua sabedoria insubstituível em questões de segurança, falhou completamente na identificação dos perigos para os quais conduzia conscientemente Israel ao estabelecer um governo de anexação e desapropriação, ao nomear Bezael Smotrich e Itamar Ben-Gvir a posições-chave, ao mesmo tempo que adotava uma política externa que ignorava abertamente a existência e os direitos dos palestinos.

Netanyahu certamente tentará fugir à sua responsabilidade e lançar a culpa nos chefes do Exército, da Inteligência Militar e do Serviço de Segurança Shin Bet que, tal como os seus antecessores nas vésperas da Guerra do Yom Kippur, viam uma baixa probabilidade de guerra. Eles desprezaram o inimigo e as suas capacidades militares ofensivas.

Nos próximos dias e semanas, quando o avanço das Forças de Defesa de Israel e as falhas de inteligência vierem à tona, certamente surgirá uma exigência justificada para substituí-las e fazer um balanço.

No entanto, o fracasso militar e de inteligência não isenta Netanyahu da sua responsabilidade global pela crise, uma vez que ele é o árbitro final dos assuntos estrangeiros e de segurança israelenses. Netanyahu não é novato neste papel, como Ehud Olmert foi na Segunda

¹⁰² Ele é um residente de Kedumim nos assentamentos israelenses, que são considerados ilegais sob a lei internacional, em uma casa dentro dos territórios ocupados por Israel na Cisjordânia. Ele é um defensor da expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, se opõe ao Estado palestino e é acusado de incitar o ódio contra cidadãos árabes de Israel.

¹⁰³ Em março deste ano, o gabinete de governo israelense avançou com uma medida de mudança de regime na Cisjordânia que traz implicações dramáticas para a população palestina – é um *apartheid* legalizado. O ministro da Defesa, Yoav Gallant, assinou um acordo, atribuindo poderes governamentais na Cisjordânia a um órgão a ser chefiado por um político da extrema-direita, Bezael Smotrich – conhecido por seu discurso de eliminação étnica -, e removendo grande parte da jurisdição da Administração Civil sobre os Territórios Ocupados do comando militar. Uma vez que o acordo seja implementado, Smotrich tornar-se-á o governador de fato da Cisjordânia, detendo poderes que lhe permitirão controlar quase todas as áreas da vida lá, incluindo planejamento, construção e infraestrutura, que ele pretende usar para expandir o empreendimento de assentamentos e cercear todo o desenvolvimento palestino. <https://www.pazagora.org/2023/02/haaretz-israel-legalizando-apartheid-na-cisjordania/>

¹⁰⁴ Tradução da autora.

¹⁰⁵ https://www.haaretz.com/opinion/editorial/2023-10-08/ty-article-opinion/netanyahu-bears-responsibility/0000018b-0b9d-d8fc-adff-6bfd1c880000?fbclid=IwAR2LK6MqjX74wVgo8m6qNOGE96sekNdIoemgz4VKu0q7cQ7T9iF_yEA-mBo

Guerra do Líbano. Nem é ignorante em assuntos militares, como afirmaram Golda Meir em 1973 e Menachem Begin em 1982.

Netanyahu também moldou a política adotada pelo efêmero “governo de mudança” liderado por Naftali Bennett e Yair Lapid: um esforço multidimensional para esmagar o movimento nacional palestino em ambas as suas alas, em Gaza e na Cisjordânia, a um preço que parecem aceitáveis para o público israelense.

No passado, Netanyahu apresentou-se como um líder cauteloso que evitou guerras e múltiplas baixas do lado de Israel. Após a sua vitória nas últimas eleições, ele substituiu esta cautela pela política de um “governo pleno de direita”, com medidas evidentes tomadas para anexar a Cisjordânia, para levar a cabo a limpeza étnica em partes da Área C definida pelos Acordos de Oslo, incluindo as colinas de Hebron e o vale do Jordão.

Isto também incluiu uma expansão massiva dos assentamentos e o reforço da presença judaica no Monte do Templo, perto da Mesquita de Al-Aqsa, bem como alarde de um acordo de paz iminente com os sauditas, no qual os palestinos não receberiam nada, com conversas abertas sobre uma “segunda Nakba” na sua coligação governamental. Como esperado, os sinais de uma eclosão de hostilidades começaram na Cisjordânia, onde os palestinos começaram a sentir a mão mais pesada do ocupante israelense. O Hamas aproveitou a oportunidade para lançar o seu ataque surpresa no sábado.

Acima de tudo, o perigo que paira sobre Israel nos últimos anos foi plenamente compreendido. Um primeiro-ministro indiciado em três casos de corrupção não pode cuidar dos assuntos de Estado, pois os interesses nacionais estarão necessariamente subordinados a libertá-lo de uma possível condenação e pena de prisão.

Esta foi a razão para o estabelecimento desta horrível coligação e do golpe judicial promovido por Netanyahu, e para o enfraquecimento dos altos funcionários do exército e dos serviços de informação, que eram vistos como opositores políticos. O preço foi pago pelas vítimas da invasão no Neguev Ocidental.”

Durante anos o mundo fechou os olhos para o que acontecia. Husam Zomlot, embaixador da Palestina no Reino Unido, comenta a contraofensiva do Hamas em Israel, em uma entrevista para Christiane Amanpour na CNN.



https://twitter.com/historia_pensar/status/1711178579415834930?s=20

Vale à pena também assistir à entrevista do Mustafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina, ao jornalista Fareed Zakaria, veiculada pela CNN. Barghouti fala sobre as ações do Hamas e do apartheid imposto aos palestinos pelo governo israelense.



https://twitter.com/historia_pensar/status/1711395460131258490?s=20

Hamás¹⁰⁶

O Hamás é a maior organização islâmica nos territórios palestinos da atualidade e é considerado um grupo terrorista por Israel, Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Egito, Reino Unido e Japão, entre outras potências globais. Isso levou a restrições financeiras e diplomáticas sobre o grupo.

O nome é o acrônimo para Movimento de Resistência Islâmica, e em árabe significa “zele”. O grupo teve origem em 1987 após o início do primeiro levante palestino contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

O Hamás não era a primeira opção dos palestinos. A primeira opção foi o Fatah - um movimento de esquerda, laico, que defendia a paz com Israel e a solução dos dois Estados. Israel deu de ombros e escolheu financiar o Hamás para enfraquecer o Fatah e dividir os palestinos.¹⁰⁷

Com a perda da legitimidade da Autoridade Nacional Palestina, que governava os dois territórios, o Hamás acabou vencendo as eleições legislativas da Faixa de Gaza em 2006 e expulsou a autoridade palestina do governo local.

O grupo controla politicamente a Faixa de Gaza, desde 2007, um território de cerca de 365 quilômetros quadrados (141 milhas quadradas) que abriga mais de dois milhões de pessoas, mas que está bloqueado por Israel.

A Mesquita¹⁰⁸

O local é chamado pelos muçulmanos de Al-Haram al-Sharif (Nobre Santuário) e abriga o Domo da Rocha e a mesquita Al-Aqsa (A Distante). A construção teve início no século VII, após a tomada de Jerusalém pelo califa Omar. Ela foi construída sobre o local do templo judaico

¹⁰⁶ <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/8/what-is-the-group-hamas-a-simple-guide-to-the-palestinian-group>

¹⁰⁷ <https://www.timesofisrael.com/for-years-netanyahu-propped-up-hamas-now-its-blown-up-in-our-faces/?s=09>

¹⁰⁸ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/08/conheca-a-mesquita-de-al-aqsa-disputada-por-judeus-e-musulmanos-e-que-foi-citada-pelo-hamas-em-ataque.ghtml>

destruído pelos romanos no ano 70, que tem como único vestígio o Muro das Lamentações. Israel tomou posse da mesquita de Al-Aqsa na guerra de 1967 e a anexou junto com o resto de Jerusalém Oriental.

O rei da Jordânia é o guardião oficial do local. Ele nomeia membros de uma fundação independente do governo israelense - conhecida como waqf islâmica - para supervisionar o local.

Para os muçulmanos, a Al-Aqsa é o terceiro lugar mais sagrado do Islã, depois da Meca e da Medina, ambas localizadas na Arábia Saudita. Segundo o Alcorão, o livro sagrado do Islã, o Profeta Mohammad foi levado da Meca para Al-Aqsa e de lá para o céu durante uma única noite em 620 d.C.

Para os Judeus, a mesquita fica em um local que é considerado sagrado para o judaísmo. É conhecida pelos judeus como Har ha Bayit ou Monte do Templo. Eles acreditam que o rei Salomão construiu o primeiro templo lá há 3.000 anos e que um segundo templo judaico construído no local foi destruído pelos romanos em 70 d.C.

As forças de segurança israelenses mantêm presença no local, e judeus e cristãos podem visitá-lo, mas durante anos foram impedidos de rezar no local para evitar confrontos. Mais recentemente, a polícia israelita permitiu discretamente que os judeus rezassem ali.

Os ataques israelenses ao complexo da mesquita em [maio de 2021 contribuíram para desencadear uma guerra](#) de 11 dias entre Israel e o Hamas, que deixou a Faixa de Gaza destruída.

Acordos de Abraão¹⁰⁹

Os Acordos de Abraão ou Acordo do Século¹¹⁰, como ficou conhecido, foi o plano do então governo americano, Donald Trump, em 2020, com o suposto propósito de trazer "paz" e [criar um Estado palestino "independente"](#). Foram assinados pelos Emirados Árabes, pelo Egito, por Marrocos, por Bahrein e Sudão.

Não ocasião do anúncio, o ex-primeiro ministro dinamarquês, Mogens Lykketoft, afirmou que o plano de Trump para resolver o conflito israeli-palestino traria tudo menos paz à região. Em [carta](#) aberta, um grupo de ex-funcionários europeus, incluindo Lykketoft, alertou sobre os perigos do "Acordo do Século", que foi imediatamente condenado pelos palestinos e por muitos países em todo o mundo.

Lykketoft explica que os signatários da carta aberta acreditavam que o [plano de Trump só legitimaria o status quo existente](#). Para ele, o acordo perpetua a ocupação e os direitos desiguais.

Considerações finais

Indignação. Perplexidade. Preocupação. Surpresa, embora já fosse esperado. Em algum momento o Hamas ia reagir à atuação cada vez mais violenta do governo israelense na Cisjordânia e, principalmente, em Jerusalém e na Grande Mesquita de Al-Aqsa, [foco histórico de](#)

¹⁰⁹ <https://sputniknewsbr.com.br/20200302/ex-presidente-dinamarques-compara-acordo-do-seculo-de-trump-a-apartheid-para-palestinos-15282308.html>

¹¹⁰ <https://www.estadao.com.br/internacional/os-acordos-de-abraao-comemorando-tres-anos-de-cooperacao-regional-no-orientes-medio/>

[tensão entre israelenses e palestinos](#) nos últimos anos, e o aumento sistemático de ocupações. O surpreendente foi a organização e o planejamento do ataque.

Sentimentos comuns de quem acompanha os eventos na região há algum tempo. E surgem questionamentos e conjecturas: Por que a comunidade mundial respondeu apenas com resoluções críticas, enquanto a ofensiva política de colonização de Israel transformava os territórios palestinos em um queijo suíço? Por que o sistema de defesa e de inteligência israelense não previu um ataque desse dimensão? Qual será o futuro dos Acordos de Abraão? Esse conflito pode se transformar em uma guerra maior, envolvendo os EUA, aliados de Israel, e o Irã, que financia os grupos paramilitares Hamas e Hezbollah? Qual foi o grupo ou serviço de inteligência que treinou, organizou e financiou o Hamas para esse ataque organizado, sem um vazamento de informação? Quem são os interessados, além dos palestinos sufocados, nesse conflito?

Vem bem a calhar esse ataque do Hamas. O governo Biden precisa de uma guerra para “salvar o mundo do terrorismo” e retornar ao Oriente Médio, estreitando laços com seu fiel aliado na região e assim se reeleger. O Netanyahu precisa de uma guerra “em defesa do Estado de Israel” para se manter no poder e ele é capaz de qualquer coisa, como escreveu em [artigo](#), o ex-primeiro mistro da Dinamarca, Mogens Lykketoft, em fevereiro deste ano, sobre o retorno de Bibi ao poder para evitar a iminente condenação por corrupção – lembrando que ele já financiou o Hamas anos atrás¹¹¹ e que a última guerra contra o grupo, em 2021, o levou a ser reeleito. Para Rússia, uma distração da guerra na Europa. Para o Irã seria uma operação de rotina.

Dentre as várias hipóteses, a Arábia Saudita se encaixa em algumas questões: com essa guerra, o Reino pode adiar ou se livrar da pressão americana para assinar os Acordos de Abraão de normalização com Israel, o que significava abandonar de vez a ideia defendida pelo Reino de dois Estados¹¹² - a Iniciativa de Paz Árabe¹¹³ (2002), que consiste em conceder aos palestinos um Estado independente em troca de uma paz global.¹¹⁴ Não assinando, Arábia não entra em conflito com o Irã, com quem acaba de retomar relações diplomáticas.

Outra coisa que chama a atenção é a mudança radical de discurso do príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman (MbS), que em junho, durante visita do Secretário de Estado americano, Antoni Blinken, ao Reino, disse que a normalização com Israel devia atender aos interesses sauditas e da região, não aos interesses da América, e deu pelo menos três fortes

¹¹¹ <https://www.timesofisrael.com/for-years-netanyahu-propped-up-hamas-now-its-blown-up-in-our-faces/?s=09>

¹¹² Em 2002, uma iniciativa saudita, com apoio dos 22 membros da Liga Árabe, propôs a Israel uma fórmula para solucionar a questão palestina, com base em parâmetros internacionais. Em troca da retirada completa de Israel de todos os territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, os estados árabes ofereceram normalizar laços diplomáticos com o estado sionista e reconhecer seu direito de existir em paz e segurança na região.

¹¹³ Em 2002, uma iniciativa saudita, com apoio dos 22 membros da Liga Árabe, propôs a Israel uma fórmula para solucionar a questão palestina, com base em parâmetros internacionais. Em troca da retirada completa de Israel de todos os territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, os estados árabes ofereceram normalizar laços diplomáticos com o estado sionista e reconhecer seu direito de existir em paz e segurança na região.

¹¹⁴ [MbS a Blinken: "Não" à normalização israelita, "sim" à reconciliação síria \(thecradle.co\)](#)

razões para dizer não à normalização¹¹⁵; três meses depois, em entrevista ao canal [Fox News](#), exibida em 21 de setembro, o mesmo príncipe herdeiro destacou que as negociações para restabelecer os laços com Tel Aviv estavam progredindo.¹¹⁶ O quê mudou? Sua Alteza não é dada a mudanças de ideias, nem é dada a frequentar a grande mídia ocidental.

Por fim, esse conflito pode tirar o Netanyahu do poder e abrir caminho para a tão desejada negociação para uma paz duradoura e para o estabelecimento dos dois Estados. Que é o que defende a Arábia Saudita.

São conjecturas.

A solução para acabar com o conflito e construir uma paz duradoura passa pelo estabelecimento dos dois Estados, Palestina e Israel, como proposto pelas Nações Unidas, em 1947 e pelo acordo de paz Oslo, assinado por Israel e a Organização para Libertação Palestina, em 1990.

Mas, atualmente, é preciso mais, depois de 56 anos de ocupação e 75 de conflito. A resolução do conflito, ainda se choca em disputas que parecem cada vez mais insolúveis, como a segurança de Israel, as fronteiras, o estatuto de Jerusalém e o direito de retorno dos refugiados palestinos, que fugiram ou foram expulsos de suas terras, por exemplo.¹¹⁷ São quase três gerações¹¹⁸ que vivem as disputas e perdas do seu espaço, de seus direitos e de sua identidade. Que vivem o ódio étnico. Os sentimentos das populações extremistas ou não, ortodoxas ou não, já ficaram misturados.

Terror contra civis em ambos os lados do conflito deve ser condenado incondicionalmente. O terror é um círculo vicioso de retaliação mútua, onde um lado é uma potência estatal com uma das forças militares mais fortes do mundo, enquanto o outro é uma população civil ocupada. É o caminho cada vez mais profundo para o inferno enquanto os palestinos reagem à desesperança de 75 anos de ocupação com violência e assassinato de civis.¹¹⁹

¹¹⁵ Marques, L. 2023. **Não à normalização com Israel e sim à reconciliação com síria**. In: Cúpula de Jeddah: Arábia Saudita reconhecida um importante player da diplomacia global. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 14-2023, p. 199 \(194-205\)](#).

¹¹⁶ Na entrevista, o Príncipe Mohammed descreveu sua visão para a Arábia Saudita e abordou questões globais, incluindo sua relação com o presidente dos EUA, Joe Biden, bem como com a China e a Rússia. [Príncipe Mohammed bin Salman diz que Arábia Saudita está mais perto de estabelecer relações com Israel \(thenationalnews.com\)](#)

¹¹⁷ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/07/entenda-o-conflito-israel-e-palestina.ghtml>

¹¹⁸ <https://blog.myheritage.com.br/genealogia/as-geracoes-e-a-sua-genealogia/>

¹¹⁹ <https://www.berlingske.dk/kommentatorer/palaestina-maa-reddes-fra-netanyahu-og-israel-reddes-fra-sig-selv>

A Aldeia Global, tomando a iniciativa entre antropofagia e utopia

André Costa Lobato

Abstract. *The document "A Global Community with a Shared Future: China's Proposals and Actions". The text provides a didactic introduction, with theoretical and practical elements, to the idea of "Shared Future" and the Belt and Road, Development, Security and Civilizations initiatives. The text relates the proposed Shared Future to the current situation of the world and states that globalization is at a crossroads. We highlight the main points of this text and add some comments.*

Resumo. Tratamos do documento “Uma Comunidade Global de Futuro Compartilhado: Propostas e Ações da China”. O texto faz uma introdução didática, com elementos teóricos e práticos, da ideia de “Futuro Compartilhado” e das iniciativas Cinturão e Rota, Desenvolvimento, Segurança e Civilizações. O texto relaciona a proposta de Futuro Compartilhado com a situação atual do mundo e afirma que a globalização está numa encruzilhada. Destacamos os principais pontos deste texto, com alguns comentários para esta quinzena.

O Escritório de Informações do Conselho de Estado da República Popular da China lançou mês passado o “Papel Branco”. “Uma Comunidade Global de Futuro Compartilhado: Propostas e Ações da China”¹²⁰¹²¹. O documento foi apresentado por Wang Yi, o diplomata-chefe do país, em uma coletiva para imprensa. Trata-se, nas palavras de Wang, “um pensamento fazedor de época”¹²².

O texto faz um prefácio de nossa situação como espécie comum num único planeta, trata do conceito de “Comunidade de Futuro Compartilhado” (proposto por Xi Jinping em 2013) e afirma que o destino da humanidade está numa encruzilhada. De um lado, o pensamento de “grade alta, quintal pequeno”, de outro, uma visão de “coexistência harmônica”.

Trata-se de um caprichado e curto texto sobre globalização. Vários documentos da república popular mencionam a globalização como algo inevitável e de alto potencial benéfico, afirmam que estamos em uma aldeia global e apontam a China como um bom exemplo de desenvolvimento. A relevância do documento sobre o qual tratamos neste informe pode ser resumida em cinco pontos:

- Dez anos de Nova Rota da Seda
- Dez anos de Comunidade de Futuro Compartilhado
- A Política Internacional da Nova Era e da Civilização Ecológica

¹²⁰ Full text: A Global Community of Shared Future: China's Proposals and actions [Internet]. Gov.cn. 2023 [cited 2023 Oct 9]. Available from: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202309/t20230926_11150122.html

¹²¹ 王洋. 携手构建人类命运共同体：中国的倡议与行动 [Internet]. Gov.cn. [cited 2023 Oct 9]. Available from: https://www.gov.cn/zhengce/202309/content_6906335.htm

¹²² <https://www.youtube.com/live/rrmRxVgMotI?si=epGc0ktMKdjwOOto>

- O terceiro mandato do articulador destes conceitos: Xi Jinping
- Como texto de política externa, é também um texto de política interna.

Inevitável Globalização

No texto do Conselho de Estado, a globalização é vista como um fenômeno tecnológico, com grandes repercussões

“A globalização não é uma opção; é a realidade e o modo de vida. A aldeia global está ficando menor - a maior distância entre dois lugares na Terra foi reduzida a um voo não superior a 24 horas, e nosso planeta está se tornando plano - um toque em um telefone celular nos conecta ao outro lado do mundo em uma fração de segundo. Este é um mundo integrado. Aqueles que virarem as costas para isso não terão lugar nele”.

“Aldeia Global” e o “Mundo É Plano” são expressões popularizadas no século passado por dois autores norte-americanos. O canadense Marshall McLuhan (1911-1980) trabalhou intensamente o conceito de comunicação e globalização e popularizou o termo “aldeia global”. Thoman Friedmann (1953-), um jornalista do New York Times, escreveu um livro chamado “O mundo é plano”. Ambos tratam da mudança estrutural das formas de comunicação. São dois autores pouco celebrados por quem vê globalização como um fenômeno inseparável de um neoliberalismo perverso. O futuro será compartilhado, mas como será essa partilha é o que está em jogo na atual encruzilhada. Entre um inferno selvagem de devorações e invasões bárbaras ou um vilarejo em que premissas básicas de convivência são respeitadas.

Segundo o Escritório de Informações, “a pandemia de Covid-19 é um espelho através do qual observamos que o sistema de governança global está ficando ainda mais para trás e continua quebrando diante de questões que exigem resolução. Tem que ser reformado e melhorado”. “A pandemia de Covid-19 reverteu o desenvolvimento global, exacerbando a lacuna Norte-Sul, falhas de desenvolvimento e déficit tecnológico. O Índice de Desenvolvimento Humano diminuiu pela primeira vez em 30 anos. A população pobre do mundo aumentou em mais de 100 milhões, e quase 800 milhões de pessoas vivem com fome”, diz. “O déficit de governança é mais grave. O mundo está enfrentando múltiplas crises de governança. A crise energética, a crise alimentar e a crise da dívida estão se intensificando. A governança climática global é urgentemente necessária, e a transição para o desenvolvimento verde e de baixo carbono requer esforços dedicados por um longo período de tempo”.

O documento aponta como um dos principais problemas atuais do mundo a recusa dos países desenvolvidos em ceder espaço de governança para os países em desenvolvimento, adotando também práticas de contenção. A defesa da hegemonia é, então, prejudicial para a governança do sistema internacional.

“A China nunca aceitou que, uma vez que um país se torne forte o suficiente, invariavelmente buscará a hegemonia. A China entende a lição da história - que a hegemonia preluda o declínio. Buscamos o desenvolvimento e a revitalização através de nossos próprios esforços, em vez de invasão ou expansão”, diz o texto.

É uma linha comum de articulação teórica da república popular: as novas industrializações (e/ou modernizações) devem evitar os erros dos países pioneiros do processo, que também foram, tentaram ser, ou ainda são colonizadores.

De qualquer forma, é preciso democratizar a governança global. “A democracia não é a Coca-Cola, com o mesmo sabor em todo o mundo, pois o xarope é produzido em um único país. A democracia não é um ornamento, mas uma solução para problemas reais. As tentativas de monopolizar a “patente” da democracia, definir arbitrariamente os “padrões” da democracia e fabricar uma falsa narrativa de “democracia versus autoritarismo” para provocar o confronto entre sistemas políticos e ideologias são práticas de falsa democracia”, diz o texto.

Países que criam a política de “grade alta, pequeno quintal” o fazem às custas da segurança global, do desenvolvimento e da paz mundiais, diz o texto. A expressão é utilizada nos EUA, como uma estratégia para a proteção de tecnologias consideradas críticas à segurança nacional. Para os chineses, se trata também da complexa relação militar e política da formação de grupos e alianças que se justificam em oposição a outros países. Exemplo atual é a “mentalidade de Guerra Fria” e as disfunções nas cadeias produtivas globais que ela provoca. O pensamento alternativo, então, que a China propõe, é o “ganha-ganha”, em oposição ao “soma zero”.

Diante das turbulências, os países mais fracos serão os mais afetados, pois “apenas grandes barcos suportam ventos e ondas fortes”. Assim, poucas sociedades serão capazes de sobreviver às consequências das múltiplas crises que o atual modelo de governança ou promove, ou apresenta dificuldades de resolução. A China então faz sua proposta para o futuro da globalização. Essa “resposta ao clamor dos tempos e um mapa para o futuro” está disponível em 8 idiomas” Alemão, Japonês e nas seis línguas oficiais da ONU (Francês, Inglês, Russo, Chinês, Árabe e Espanhol).

Comunidade de Futuro Compartilhado

Do ponto de vista planetário, o mundo é então uma única família. Mas dentro dessa família há vários países e diferentes civilizações, todas buscam o desenvolvimento e querem fazê-lo num ambiente de paz.

A República Popular, então, identifica o problema e toma iniciativas para resolvê-los com teoria e prática. “Comunidade de Futuro Compartilhado” é o conceito-chave do arcabouço teórico.

A Nova Rota da Seda, que nasce quase simultaneamente, foi a primeira grande iniciativa. Outras mais recentes são a Iniciativa de Desenvolvimento Global, Iniciativa de Segurança Global e Iniciativa de Civilizações. A construção de uma civilização ecológica¹²³ é uma proposta que a china faz para si (que a civilização chinesa seja uma civilização ecológica) e para as demais de forma a “construir uma comunidade de vida na terra”. Ou seja, a proposta está “em conformidade com a tendência dos tempos, ecoa o apelo à cooperação global e contribui para uma ordem internacional mais justa e equitativa”.

→ Iniciativa Cinturão e Rota

“A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) é um exemplo vívido de construção de uma comunidade global de futuro compartilhado e uma plataforma global de bem público e cooperação fornecida pela China ao mundo”, que “em vez de formar cliques excludentes ou um

¹²³ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202110/t20211013_9550678.html

Xi Jinping Attends and Delivers a Keynote Speech at the Leaders' Summit of the 15th Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity
2021-10-12 14:22

‘clube da China’, visa ajudar a China e o resto do mundo a aproveitar as oportunidades e buscar o desenvolvimento comum”. Quatro casos foram destacados como exemplo de que teoria está sendo aplicada na prática:

- O Porto Grego de Piraneus
- Cultivo de fungos na grama
- Trem rápido China-Laos
- Um túnel ferroviário no Uzbequistão

A Iniciativa do Cinturão e Rota então é da China ‘para o mundo’, focada essencialmente em exportar a capacidade de instalação de capital em infraestrutura e oferecer técnica agrícola que trate de segurança alimentar e redução da pobreza. As três iniciativas globais são de governança e articulação da China ‘com o mundo’.

→ **Iniciativa de Desenvolvimento Global**¹²⁴.

Seis propostas da Iniciativa de Desenvolvimento Global

1. Manter-se comprometido com o desenvolvimento como sua primeira prioridade. Colocar o desenvolvimento na frente e no centro da estrutura macropolítica global, impulsionar a coordenação de políticas entre as principais economias, garantir a continuidade, consistência e sustentabilidade das políticas, promover parcerias de desenvolvimento global com maior igualdade e equilíbrio, coordenar a cooperação multilateral para o desenvolvimento para gerar sinergia e acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável;

2. Manter-se comprometido com uma abordagem centrada nas pessoas. Assegurar e melhorar o bem-estar das pessoas e proteger e promover os direitos humanos através do desenvolvimento, assegurando que o desenvolvimento seja para o povo e pelo povo e que seus frutos sejam compartilhados pelo povo, garantindo um forte senso de realização, felicidade e segurança para o povo, e buscando o desenvolvimento integral do povo;

3. Manter-se comprometido com a inclusão e benefícios para todos. Dar resposta às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, apoiar os países em desenvolvimento - especialmente os países vulneráveis que enfrentam dificuldades excepcionais - através de meios como a suspensão da dívida e a ajuda ao desenvolvimento, e abordar o desenvolvimento desequilibrado e inadequado entre e dentro dos países;

4. Manter-se comprometido com o desenvolvimento orientado para a inovação. Aproveitar as oportunidades históricas criadas pela última rodada de revolução na ciência e tecnologia e na transformação industrial, acelerar os esforços para aproveitar as conquistas científicas e tecnológicas para aumentar a produtividade, criar um ambiente aberto, justo, equitativo e não discriminatório para os avanços científicos e tecnológicos, desencadear um novo impulso para o crescimento econômico pós-pandemia e dar as mãos para alcançar o desenvolvimento;

¹²⁴ Em 21 de Setembro de 2021 a delegação chinesa na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas circulou uma proposta conceitual chamada. “Iniciativa de Desenvolvimento Global — Com base nos ODS de 2030 para um Desenvolvimento Global Mais Forte, Mais Verde e Mais Saudável” https://www.mfa.gov.cn/eng/topics_665678/GDI/wj/202305/P020230511396286957196.pdf

5. Manter-se comprometido com a harmonia entre a humanidade e a natureza. Melhorar a governança ambiental global, responder ativamente às mudanças climáticas, construir uma comunidade de vida para a humanidade e a natureza, acelerar a transição para o desenvolvimento verde e de baixo carbono para alcançar a recuperação e o desenvolvimento verdes;

6. Manter-se comprometido com ações orientadas para resultados. Aumentar a entrada de recursos de desenvolvimento, priorizar a cooperação em áreas como redução da pobreza, segurança alimentar, resposta a pandemias e vacinas, financiamento para o desenvolvimento, mudanças climáticas e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade, e construir uma comunidade global de desenvolvimento

→ **Iniciativa de Segurança Global**¹²⁵

Além de um resumo da iniciativa, as posições sobre a Guerra na Ucrânia também foram destacadas.

Seis Propostas da Iniciativa de Segurança Global

1. Permanecer comprometido com a visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável, e trabalhar juntos para manter a paz e a segurança mundiais;

2. Permanecer comprometido em respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os países, defender a não interferência nos assuntos internos dos outros e respeitar as escolhas independentes de caminhos de desenvolvimento e sistemas sociais feitas por pessoas em diferentes países;

3. Permanecer comprometido em cumprir os propósitos e princípios da Carta da ONU, rejeitar a mentalidade da Guerra Fria, o unilateralismo e dizer não ao bloqueio da política e confronto baseado em campos;

4. Manter o compromisso de levar a sério as preocupações legítimas de segurança de todos os países, defender o princípio da segurança indivisível, construir uma arquitetura de segurança equilibrada, eficaz e sustentável e se opor à busca da própria segurança em detrimento da segurança dos outros;

5. Manter o compromisso de resolver pacificamente as diferenças e disputas entre os países por meio do diálogo e da consulta, apoiando todos os esforços propícios à solução pacífica de crises, rejeitando padrões duplos e opondo-se ao uso arbitrário de sanções unilaterais e jurisdição de braço-longo;

6. Permanecer comprometido em manter a segurança em domínios tradicionais e não tradicionais, e trabalhar juntos para lidar com disputas regionais e desafios globais, como terrorismo, mudanças climáticas, segurança cibernética e biossegurança.

As principais proposições para uma Resolução Política da Crise da Ucrânia

Quatro princípios-chave:

¹²⁵ Em fevereiro de 2023, a China lançou oficialmente o conceito da Iniciativa de Segurança Global Paper. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html

- A soberania e a integridade territorial de todos os países devem ser mantidas;
- Os propósitos e princípios da Carta da ONU devem ser observados;
- As preocupações legítimas de segurança de todas as partes devem ser levadas a sério;
- Todos os esforços conducentes à solução pacífica da crise devem ser apoiados.

Quatro coisas que a comunidade internacional deve fazer em conjunto:

- A comunidade internacional deve apoiar em conjunto todos os esforços para resolver pacificamente a crise na Ucrânia, pedir às partes envolvidas que permaneçam racionais, exerçam contenção e conduzam engajamento direto o mais rápido possível e criem condições para a retomada das negociações;
- A comunidade internacional deve se opor em conjunto à ameaça ou ao uso de armas nucleares e defender que as armas nucleares não devem ser usadas e que as guerras nucleares não devem ser travadas, para evitar uma crise nuclear no continente eurasiático;
- A comunidade internacional deve trabalhar em conjunto para Manter as cadeias industriais e de suprimentos globais estáveis e evitar interrupções na cooperação internacional em energia, alimentação e finanças que possam prejudicar a recuperação econômica global, especialmente a estabilidade econômica e financeira dos países em desenvolvimento;
- A comunidade internacional deve fornecer conjuntamente alívio de inverno aos civis em zonas de conflito e melhorar as condições humanitárias, com o objetivo de evitar uma crise humanitária em maior escala.

Três observações:

- Conflitos e guerras não produzem vencedor;
- Não há solução simples para uma questão complexa;
- O confronto entre os principais países deve ser evitado.

→ **Iniciativa de Civilização Global**¹²⁶

Quatro Propostas da Iniciativa de Civilização Global

- Defendendo conjuntamente o respeito pela diversidade de civilizações. Os países devem defender a igualdade, a aprendizagem mútua, o diálogo e a inclusão entre as civilizações, e deixar que os intercâmbios culturais transcendam o estranhamento, a aprendizagem mútua transcenda o conflito e a inclusão transcenda a supremacia.
- Defendendo conjuntamente os valores comuns da humanidade. Paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade são aspirações compartilhadas de pessoas em todo o mundo. Os países devem estar abertos a apreciar diferentes percepções de valores por diferentes civilizações e abster-se de impor seus próprios valores ou modelos aos outros e de alimentar o confronto ideológico.
- Defendendo conjuntamente a importância da continuidade e evolução das civilizações. Os países devem aproveitar plenamente a relevância de suas histórias e culturas para os tempos atuais e pressionar pela transformação criativa e pelo desenvolvimento inovador de suas belas culturas tradicionais no curso da modernização.

¹²⁶ Em março de 2023, a China propôs a “Iniciativa de Civilização Global” em reunião com partidos representantes de políticos de vários países

<https://www.chinadaily.com.cn/a/202303/16/WS64132d59a31057c47ebb4ea7.html>

- Defendendo conjuntamente intercâmbios e cooperação internacionais mais próximos entre pessoas. Os países devem explorar a construção de uma rede global para o diálogo e a cooperação entre civilizações, enriquecer o conteúdo dos intercâmbios e expandir as vias de cooperação para promover a compreensão mútua e a amizade entre as pessoas de todos os países, e avançar em conjunto o progresso da civilização humana.

Conclusão

“Uma Comunidade Global de Futuro Compartilhado: Propostas e Ações da China” é um documento relevante para observarmos as tendências, proposições e lógicas discursivas da política externa chinesa. A construção de uma “Comunidade de Futuro Compartilhado” aparece na Constituição da República Popular e na do Partido. O termo foi projetado em 2013 durante visita de Xi Jinping à Rússia e desde então continua a fazer parte do léxico da diplomacia chinesa, tendo sido inscrito em diversos documentos dos quais a China é signatária.

Há uma década, quando foi lançado, a Rússia fazia parte do G8 e Barack Obama anunciava o “Pivot para o Leste da Ásia”. De acordo com algumas perspectivas, nesses últimos dez anos o mundo saiu da ‘Guerra ao Terror’ para a ‘Nova Guerra Fria’. Com a mudança, uma maior rivalidade entre os estados nacionais, ‘ou potências atômicas’. O documento rejeita essa visão histórica e enfatiza a busca de todos os países pelo desenvolvimento e da inevitabilidade do compartilhamento do futuro:

“Buscar o desenvolvimento a portas fechadas só pode resultar em pobreza. Visto de uma perspectiva “country-first”, o mundo é pequeno e lotado, e preso em “competição feroz”; Visto sob a perspectiva de um futuro compartilhado, o mundo é vasto e cheio de oportunidades de cooperação. Nenhum país pode superar sozinho os desafios do desenvolvimento global. A cooperação entre todos os países é a única opção viável”, diz um trecho do texto.

“Nossa jornada será longa e árdua. Mas enquanto avançarmos com perseverança, haverá muito o que esperar. Sucessos e reveses nos aguardam, mas as esperanças não faltam. Quando todos os países se unem na busca da causa do bem comum, planejam juntos e agem juntos dia a dia na direção certa de construir uma comunidade global de futuro compartilhado, podemos construir um mundo aberto, inclusivo, limpo e bonito de paz duradoura, segurança universal e prosperidade compartilhada, e juntos criar um futuro melhor para toda a humanidade”, diz outro trecho do texto.

Assim, embora apresente perspectivas positivas e propositivas para a comunidade de futuro compartilhado, o Papel Branco também introduz questões reemergentes que atuam negativamente, introduzindo fortes elementos desestabilizadores em toda a ordem. Para superar esses desafios é necessário reorganizar, claro, as práticas, mas também o pensamento e as teorias atuais.

Resumo: Apresentação resumida da área de Saúde Global no CDC

Summary: Summary presentation of Global Health at the CDC

O Centro de Saúde Global do CDC (CDC/Global)

O [Centro de Saúde Global do CDC \(CDC/Global\)](#) é uma unidade do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos que se concentra em promover a saúde global e prevenir doenças em todo o mundo. O CDC/Global trabalha em parceria com governos, organizações não governamentais e outros parceiros para abordar uma ampla gama de questões de saúde global, incluindo:

- **Doenças infecciosas:** O CDC/Global está trabalhando para desenvolver novas vacinas e tratamentos para doenças infecciosas, como HIV/AIDS, malária e tuberculose. O CDC/Global também está trabalhando para fortalecer a vigilância de doenças infecciosas em todo o mundo.

- **Saúde materna e infantil:** O CDC/Global está trabalhando para reduzir a mortalidade materna e infantil, fornecendo assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde em países em desenvolvimento. O CDC/Global também está trabalhando para promover a saúde materna e infantil por meio de programas de educação e conscientização.

- **Doenças crônicas:** O CDC/Global está trabalhando para prevenir e controlar doenças crônicas, como diabetes e obesidade, fornecendo educação e recursos para pessoas em todo o mundo. O CDC/Global também está trabalhando para desenvolver novas estratégias para prevenir e controlar doenças crônicas.

- **Violência:** O CDC/Global está trabalhando para prevenir violência doméstica, sexual e infantil, fornecendo assistência técnica e treinamento para organizações em todo o mundo. O CDC/Global também está trabalhando para promover a conscientização sobre a violência e para desenvolver novas estratégias para prevenir a violência.

- **Fortalecimento dos sistemas de saúde:** O CDC/Global está trabalhando para fortalecer os sistemas de saúde em todo o mundo, fornecendo assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde. O CDC/Global também está trabalhando para promover a cooperação internacional em saúde.

O CDC/Global tem escritórios em mais de 60 países ao redor do mundo. Esses escritórios trabalham com parceiros locais para desenvolver e implementar programas e atividades que atendam às necessidades específicas de saúde de cada país.

O CDC/Global também é responsável por coordenar a resposta do CDC a emergências de saúde pública, como surtos de doenças infecciosas. O CDC/Global trabalhou em resposta a surtos de Ebola, Zika, COVID-19 e outras doenças.

A [Estratégia do CDC de Saúde Global 2019-21](#) inclui:

Meta 1 - Segurança em Saúde: Proteger os americanos e as populações em todo o mundo, fortalecendo a prevenção, detecção e resposta à saúde pública global

Objetivo 1.1: Reforçar a capacidade de prevenção e detecção de surtos de doenças e outras ameaças para a saúde pública

Objetivo 1.2: Reforçar a capacidade de resposta atempada e eficaz a surtos de doenças e outras ameaças para a saúde pública

Objetivo 1.3: Reforçar a capacidade de construir sistemas de saúde pública resilientes para proteger e proteger os serviços de saúde essenciais

Meta 2 – Impacto na Saúde: Salvar vidas, melhorar os resultados de saúde e promover populações saudáveis globalmente

Objetivo 2.1: Reduzir a morbidade e a mortalidade das doenças e condições de elevada carga

Objetivo 2.2: Eliminar e erradicar as doenças prioritárias e outras ameaças para a saúde pública

Meta 3 - Liderança em Ciências da Saúde Pública: Liderar o avanço da ciência e da prática da saúde pública global e servir como uma fonte líder de informações científicas confiáveis

Objetivo 3.1: Desenvolver e aplicar conhecimentos científicos, laboratoriais e programáticos em saúde pública global

Objetivo 3.2: Traduzir e disseminar pesquisas e dados baseados em evidências em orientações, políticas e programas de saúde global

Objetivo 3.3: Impulsionar a inovação para acelerar ferramentas, produtos, estratégias e tecnologias novas e mais eficazes

Objetivo 3.4 Promover e garantir a equidade em saúde como um princípio central em toda a ciência, programa e política de saúde pública

O CDC/Global tem um [Escritório Regional para a América do Sul](#) (CDC América do Sul) que está localizado em Brasília e trabalha em parceria com governos, organizações não governamentais e outros parceiros para promover a saúde global e prevenir doenças na América do Sul.

As atividades do CDC América do Sul concentram-se em cinco áreas principais:

- **Doenças infecciosas:** O CDC América do Sul trabalha para prevenir e controlar doenças infecciosas, como HIV/AIDS, malária, tuberculose e dengue. O escritório fornece assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde, fortalece a vigilância de doenças infecciosas e apoia programas de educação e conscientização.

- **Saúde materna e infantil:** O CDC América do Sul trabalha para reduzir a mortalidade materna e infantil. O escritório fornece assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde, apoia programas de saúde materna e infantil e promove a conscientização sobre a saúde materna e infantil.

- **Doenças crônicas:** O CDC América do Sul trabalha para prevenir e controlar doenças crônicas, como diabetes e obesidade. O escritório fornece educação e recursos para pessoas em

todo o mundo, desenvolve novas estratégias para prevenir e controlar doenças crônicas e apoia programas de saúde pública.

- **Violência:** O CDC América do Sul trabalha para prevenir violência doméstica, sexual e infantil. O escritório fornece assistência técnica e treinamento para organizações em todo o mundo, promove a conscientização sobre a violência e desenvolve novas estratégias para prevenir a violência.

- **Fortalecimento dos sistemas de saúde:** O CDC América do Sul trabalha para fortalecer os sistemas de saúde na América do Sul. O escritório fornece assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde, promove a cooperação internacional em saúde e apoia programas de desenvolvimento de sistemas de saúde.

O Centro de Saúde Global do CDC (CDC/Global) se relaciona com outros CDCs, como o CDC África e o CDC China, por meio de uma série de parcerias e colaborações. Essas parcerias são importantes para promover a saúde global e prevenir doenças em todo o mundo.

O CDC/Global trabalha em estreita colaboração com o CDC África para abordar as principais prioridades de saúde na região, incluindo HIV/AIDS, malária, tuberculose e doenças zoonóticas. O CDC/Global também fornece assistência técnica e treinamento para profissionais de saúde africanos.

O CDC/Global também trabalha em estreita colaboração com o CDC China para abordar as principais prioridades de saúde na China, incluindo doenças respiratórias, doenças infecciosas emergentes e doenças crônicas. O CDC/Global também trabalha para fortalecer a cooperação em saúde entre os Estados Unidos e a China.

Além de parcerias específicas com o CDC África e o CDC China, o CDC/Global também trabalha com uma rede global de CDCs, incluindo CDCs em países como Brasil, Índia e México. Essas parcerias são importantes para promover a cooperação internacional em saúde e para fortalecer a resposta global a emergências de saúde pública.

Alguns exemplos específicos de como o CDC/Global se relaciona com outros CDCs são:

- **CDC África:** O CDC/Global e o CDC África trabalham juntos para apoiar a resposta à pandemia de COVID-19 na África. Os dois escritórios estão trabalhando para fortalecer a vigilância de COVID-19, apoiar a distribuição de vacinas e tratamentos e promover a conscientização sobre a COVID-19.

- **CDC China:** O CDC/Global e o CDC China trabalham juntos para desenvolver novas vacinas e tratamentos para doenças respiratórias. Os dois escritórios também estão trabalhando para fortalecer a cooperação em saúde entre os Estados Unidos e a China.

O trabalho do CDC/Global em parceria com várias instituições tem sido valorizada pela comunidade da saúde pública como um recurso importante que contribui para melhorar a saúde e prevenir doenças em todo o mundo.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Matheus dos Santos da Silveira - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são mais de **75** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados; em 2023 já se realizaram **17** seminários, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximo seminário – Série 2023

Dia 18 de outubro – *Vacinas, vacinação e desafios da equidade global*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 18/2023

Período: De 28 de setembro a 11 de outubro de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 2023.

221 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.